

A REVOLTA DO CONTESTADO (1912-1916) NAS MEMÓRIAS E NOS ENSINAMENTOS MILITARES DE SEU PACIFICADOR



Cel Claudio Moreira Bento

Presidente da FAHIMTB, da AHIMTB Resende e do IHTRGS



**Edição da ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL**

RESENDE – RJ, 2013

Composição da Capa: CMG Carlos Norberto Stumpf Bento. Grande Colaborador da FAHIMTB e administrador de seu site: www.ahimtb.org.com
Digitação dos Originais: O autor e a professora Ivonete Maria Costa.
Ilustrações: O autor com fotos em maioria do Arquivo da FAHIMTB.
Revisão: O Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e Manoelina Gomes da Fonseca da Gráfica Irmãos Drumond.
Diagramação: Carlos Eduardo Ferreira Ávila da Gráfica Irmãos Drumond.
Representante Comercial: José Antônio Alves da Gráfica Drumond.

**A concretização desta obra
foi possível graças ao apoio da:
Associação de Poupança e Empréstimo**



CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL DA PUBLICAÇÃO

Bento, Cláudio Moreira. A Revolta do Contestado nas Memórias e nos Ensinamentos Militares de seu Pacificador. Resende-RJ: FAHIMTB/IHTGRS, 2013.

232 pg.

ISBN: 978-85-60811-21-2

- 1- História do Brasil 1912-1916
- 2- História do Exército 1912-1916
- 3- História de Santa Catarina 1912-1916
- 4- História do Paraná 1912-1916
- 5- História da Revolta do Contestado 1912-1916 em PR e SC
- 6- Marechal Fernando Setembrino de Carvalho

Catálogo na publicação
Departamento Nacional do Livro

SUMÁRIO

- Amor à História do Exército.....	06
- Prefácio	08
- Introdução	10

PRIMEIRA PARTE

- No Centenário da Revolta do Contestado – Reflexões.....	15
- O Exército à época da Revolta do Contestado	16
- Causas remotas e imediatas da Revolta do Contestado	20
- O Monge João Maria e sua influência mística no Contestado	22
- O Problema Social – o abandono de trabalhadores na área da ferrovia estratégica São Paulo – Rio Grande do Sul.....	23
- Um falso Monge surgiu no Contestado em 1911	25
- A morte do Capitão do Exército João Gualberto, no combate de Irani, como comandante da Força de Segurança do Paraná, pelo Monge, um cabo desertor desta Corporação	27
- A Guarnição do Exército do 11º Distrito Militar (atual 5ª RM / 5ª DE) em Curitiba, dispersa resistências da Revolta	29
- A perigosa e ameaçadora concentração de revoltosos em Taquaruçu.....	30
- O combate de Taquaruçu	32
- Caragoatá – um novo centro de resistência.....	33
- Reforços da atual 3ª Região Militar do Rio Grande do Sul contra os revoltosos	35
- Gen Bda Carlos Frederico Mesquita	36

SEGUNDA PARTE

- Marechal Fernando Setembrino de Carvalho o Pacificador da Revolta Contestado - 1912/16 - Perfil Militar	37
- Síntese da evolução de sua carreira militar por suas promoções.....	37
- Minha morte	56
- Memórias do Gen Setembrino sobre a pacificação dos estados do Paraná e Santa Catarina na Revolta do Contestado	59
- O Gen Setembrino e suas reflexões e considerações, em suas Memórias, antes de ordenar a Ofensiva à Revolta no Contestado.....	62
- A Ofensiva do General Setembrino contra a Revolta do Contestado, segundo suas Memórias	71

TERCEIRA PARTE

- Os ensinamentos militares do Contestado por seu Pacificador.....	99
- Sumário dos assuntos abordados.....	99
- Conclusão	99
- Considerações Gerais.....	101
- Ligeiras indicações sobre o inimigo	102
- Os poderes do Comando em Chefe.....	103
- Quartel General das Forças em Operações na XI Região, (na atual 5ªRM/ 5ª DE)	106
- A Concentração das forças da Divisão Provisória.....	111
- Plano das Linhas do Cerco da Revolta.....	113
- Núcleos da Revolta e seus chefes	115
- A contra-Informação	119
- A Constituição dos Destacamentos.....	122
- Fardamento	123
- Equipamentos	127
- Metralhadoras	128
- Escudo das metralhadoras.....	129
- Tubo de escapamento das metralhadoras.....	129
- Artilharia	130
- Remonta (de cavalos e muares).....	131
- Arreamento.....	134
- Cangalhas	135
- Arreios	136
- Manta (colocada entre lombo e a sela).....	137
- Barracas (de acampamentos).....	139
- Viaturas (hipomóveis).....	139
- Marmitas Térmicas.....	139
- Instrução (Escola Regimental e Instrução Militar).....	139
- Disciplina e Justiça Militar	143
- Relações entre o Comando e a Tropa	144
- Exploração e Segurança	145
- Marchas.....	146
- Acampamentos, acantonamentos e bivaques.....	147
- Combates das Colunas.....	149
- Bagagens, colunas de munições e comboios.....	151
- Alimentação (em campanha).....	152
- Serviço de Saúde.....	154
- Remuniciamento	156
- Transportes	157
- Meios de Transmissão (Comunicações)	160
- Ação das diferentes armas.....	163
- Infantaria	163

- Metralhadoras	164
- Cavalaria	165
- Artilharia	168
- Engenharia	169
- Aviação	170
- Fortificação em campanha	172
- Despesas de Campanha	173
- Mortos e feridos da tropa pacificadora	173
- Oficiais mortos em ação	174
- Oficiais feridos em ação	174
- Títulos dos 30 anexos do Relatório do Gen Setembrino ao Ministro da Guerra	175
- O Gen Setembrino e sua opinião sobre as cartas falsas e sua atuação como chefe do EME ao sufocar no Rio de Janeiro a Revolta de 1922	177
- O Gen Setembrino estava convencido de que as Cartas intrigando o Exército com o Presidente da República eram falsas	178
- O Gen Setembrino e a Revolução de 1922 - Atuação como Chefe do EME	184
- Dados biográficos de alguns oficiais que se projetaram depois do Contestado	190
- Anor Teixeira dos Santos, Gen Ex	190
- Carlos Frederico de Mesquita	191
- Demerval Peixoto, Gen Ex	192
- Emilio Fernandes de Souza Docca, Gen Bda	192
- Euclides de Oliveira Figueiredo, Gen Bda	194
- O Centenário do General Euclides Figueiredo	195
- Francisco Raul Estillac Leal, Marechal	195
- João Pereira de Oliveira, Gen Div	197
- José Leovigildo Alves Paiva, Gen Bda	199
- José Osório, Gen Bda	203
- José Vieira da Rosa, Gen Div	206
- Manoel de Cerqueira Daltro Filho, Gen Div	207
- Mário Alves Tourinho, Gen Bda	208
- Nestor Sezefredo dos Passos, Marechal	209
- Tertuliano Potyguara Albuquerque, Gen Div	211
- Crítica de uma Manobra e História Militar Crítica (Semelhanças)	212
 - Fontes consultadas	 215
- Posfácio	219
- Dados do autor	222

AMOR À HISTÓRIA DO NOSSO EXÉRCITO

No período entre 05 de maio de 1988 e 25 de abril de 1990, coube-me dirigir a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos do Exército que, na área cultural, incluía a Biblioteca do Exército, o Arquivo Histórico do Exército e a Revista A Defesa Nacional. Conheci, então, o Cel Cláudio Moreira Bento. Juntos, e contando com valorosa equipe, levamos a efeito vasta e variada programação para comemorar o 1º Centenário da Proclamação da República e da Bandeira Nacional. Atividades abordadas no livro **Cadernos da Comissão do Exército Coordenadora das Comemorações dos Centenários da Proclamação da República e da Criação da Bandeira Nacional**. Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI, 1989. Obra denominada sinteticamente de **100 anos da República e da Bandeira, no Exército**, com 45 artigos relacionados com o assunto, dos quais 8 da lavra do Cel Bento.

Guardo do evento a satisfação do sucesso e a alegria de ter conhecido o Coronel Bento. À época, ele já era um expoente nos conhecimentos da História Militar do Exército, referência que dividia com outros notáveis autores. O tempo passou e ele se tornou, sem sombra de dúvida, o mais atuante entre todos os historiadores do Brasil. Prova disto, basta olhar a vastíssima relação de seus artigos, pesquisas e livros publicados. É notável o seu trabalho insano e totalmente vitorioso, na fundação e condução da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil e de suas Academias federadas, gloriosa empreitada que teve início em 1º de março de 1996. E desde então, edita o informativo “**O Guararapes**”, depositador de vasta cobertura de tudo que interessa à História operacional e institucional do nosso Exército.

Dono de prodigiosa memória, reproduz, com capacidade de análise invulgar, os fatos históricos militares brasileiros, o que lhe facultou desde 1970 escrever primorosas biografias e ministrar aulas e conferências de valor inestimável, em diferentes níveis culturais, cabendo ressaltar o original projeto História do Exército no Rio Grande do Sul, concluído com cerca de 20 livros.

Desde que o conheci, labuta diuturnamente na busca

de uma maior valorização da nossa História Militar. Seu amor no trato desses assuntos, levou-o a lutar, também, pelo reconhecimento do valor da História Militar Crítica, uma espécie de APA (Análise pós-Ação) na busca de contribuir para uma Doutrina Militar genuína, sonho do Duque de Caxias em 1861, objetivo que deve ser permanentemente perseguido e aperfeiçoado pelos profissionais do Exército, atuando como historiadores militares críticos, com apoio em fundamentos da Arte e Ciência Militar.

Com a autoridade que possui nessa área, lança o original livro **A Revolta do Contestado 1912-1916, na e nos Ensinamentos Militares de seu Pacificador**, no qual facilmente reconhecemos os seus dotes de domínio da Cátedra de Mestre. Essa obra vem enriquecer, ainda mais, produção literária e mostrar a sua incessante operosidade.

Nós necessitamos de muitos trabalhos sobre História Militar Crítica para, assim, criar a mentalidade de seu estudo. Dessa maneira, teremos combatentes aptos a produzir tais estudos quando participantes de operações militares.

Essa orientação cresce de importância quando lembramos que as referências de documentos de História Militar Crítica, são exemplos raros e bastante antigos entre os já produzidos pelo Cel Bento e que merecem ser citados:

- **Análise Crítica da Batalha do Passo do Rosário**, de 20 de fevereiro de 1827, produzido pelo Duque de Caxias para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

- **Força Expedicionária Brasileira**, realizado pelo seu Comandante, Marechal Mascarenhas de Moraes, assessorado pelo General Carlos de Meira Matos; e - **Revolta do Contestado de 1912-1916**, no **Relatório do General Setembrino ao Ministro da Guerra** e em suas **Memórias**, hoje obras raras.

Com esse livro, o Coronel Bento marca mais um tento na sua vitoriosa carreira de historiador do Exército ao plantar sucessos, com fé, dedicação, continuidade e competência.

Brasília, 30/12/2012

General Arnaldo Serafim
Acadêmico Emérito Presidente da AHIMTB/Distrito
Federal Marechal José Pessoa

Prefácio

Assunto até agora pouco trabalhado nas lides intelectuais e militares, a Revolta do Contestado desperta a atenção na medida em que foi um misto de revolta social, interesses econômicos, desmando, fraca presença do estado, sebastianismo, messianismo, bandidagem, caboclagem, capangagem, etc.

O Presidente da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), Coronel Cláudio Moreira Bento, propõe-se a iluminar o contexto revolucionário, ocorrido dentro do processo histórico dos primeiros anos do século XX, e que causou apreensão às autoridades. Afinal, havia somente dezoito anos, no sertão baiano, ocorrera uma outra revolta que causou um grande volume de violência e mortes, além de enormes despesas para o Estado.

Canudos e Contestado tiveram algumas semelhanças e muitas diferenças. Entre as semelhanças, messianismo e falta de presença das autoridades. Entre as diferenças, as lideranças, o local e as raízes sócioeconômicas.

Mas uma diferença foi fundamental: a pronta reação militar do governo federal contra a rebelião de caboclos que habitavam a região, e contra a sua opção de violência armada contra as autoridades e contra uma parte dos fazendeiros.

A respeito do messianismo, é conveniente salientar que não havia ligação nenhuma entre os monges João Maria e José Maria. O primeiro era autêntico, o segundo um aproveitador, bem como os seus seguidores.

Das expressões do poder nacional, a única que poderia obter uma solução a médio prazo foi a militar. As demais, política, econômica e psicossocial seriam, fatalmente, insuficientes para debelar o conflito.

E é neste particular, o campo militar, que se situa a obra da FAHIMTB, a qual procura, baseada em documentos e fontes primárias, analisar os ensinamentos, as críticas, os desdobramentos, as lideranças, o material, as ações de comando,

as comunicações, a saúde, o armamento, os suprimentos em geral, com o objetivo precípua de oferecer experiências para ocasiões vindouras, se fosse ou se for o caso.

Antes das experiências relativas às operações propriamente ditas, a Logística surge como a maior interessada, posto que, em última análise, é a responsável, quase sempre, pelo sucesso ou insucesso das ações. Destaca-se, neste particular, na presente obra, a atitude, corretíssima, do General Carlos Frederico de Mesquita, que viu insuficientes os meios para a sustentação do combate contra os revoltosos.

Este é o primaz objetivo da FAHIMTB e de suas academias filiadas: a História Militar crítica. Neste sentido, foi montada a presente obra.

Por derradeiro, conforme Mário Marcondes de Albuquerque (**Contestado: distorções e controvérsias**: Curitiba: Lítero-Técnica, 1987), a Revolta do Contestado e os acordos sobre limites entre o Paraná e Santa Catarina foram as “últimas instâncias para o Brasil desenhar o seu mapa definitivo”.

Luiz Ernani Caminha Giorgis,
Cel Presidente da AHIMTB/RS

Introdução

A REVOLTA DO CONTESTADO – 1912/16 NAS MEMÓRIAS E NOS ENSINAMENTOS MILITARES DE SEU PACIFICADOR

Transcorre em 2012-16 o centenário da Revolta do Contestado, resultado da indefinição dos limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina.

A demora em ser solucionada esta indefinição terminou por gerar a maior “guerra camponesa da América do Sul”, na interpretação de Nilson César Fraga.

Demora decorrente de “nossos erros de ordem social e política”, na interpretação do coronel Lafayette Cruz, em 1949, ao apresentar as Memórias do Marechal Fernando Setembrino.

A Revolta do Contestado 1912-16, nas Memórias e nos Ensinamentos Militares do seu Pacificador a abordaremos este tema com apoio em duas obras (hoje raras) produzidas pelo Marechal Setembrino, com vistas a uma análise isenta daquela revolta, ocorrida há um século, e por ele pacificada, ao pedido de uma intervenção federal ao Presidente da Republica, formulado pelos governadores de Santa Catarina e Paraná, que se declararam impotentes para pôr um fim à mesma. Em consequência, foi nomeado para tal missão pacificadora, pelo Presidente Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, o General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho, que deixou para a posteridade o julgamento das seguintes obras, hoje raríssimas:

A 1ª - Relatório: apresentado ao General de Divisão José Caetano de Farias – Ministro da Guerra, pelo comandante das Forças em Operações de Guerra no Contestado. Rio de Janeiro: Imprensa Militar - Estado-Maior do Exército, 1916.

A 2ª - Memórias: dados para a História do Brasil, 1949, mandado editar pela família em 1949 com introdução de seu genro Cel Lafayette Cruz.

A primeira adquirimos, há tempos, em um sebo no Rio de Janeiro, exemplar que incorporamos ao acervo da Federação de

Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Resende – Marechal Mário Travassos. Acervo existente na AMAN.

Da segunda, obtivemos fotocópia com o historiador militar e artista plástico acadêmico da FAHIMTB, Carlos Fonttes – Delegado da FAHIMTB em Uruguaiana, Delegacia Marechal Fernando Setembrino de Carvalho. Obra incorporada também ao acervo da FAHIMTB e AHIMTB/Resende na AMAN.

Conseguimos resgatar com o auxílio do Major Alcides de Souza e da Bibliotecária, 1º Ten Fabiana Schtspar Gomes de Carvalho, ambos da BIBLIEx, os seguintes artigos do Marechal Setembrino na Revista **A Defesa Nacional**:

- A questão do Estado-Maior nº 73, 5 Set 1919;
- O Dia do Soldado e sua instituição nº 189, Set 1929.

Das citadas ‘Memórias’ do Marechal Setembrino reproduzimos inicialmente a sua Introdução.

INTRODUÇÃO

“Retirado à vida privada após haver, durante meio século de existência, doado ao meu país, em prol de sua Soberania, Integridade, Paz e Progresso, o exercício ininterrupto de todas as minhas energias, nenhuma preocupação de relevância acompanhou-me no retiro que me impôs a lei compulsória do Exército.

A idade avançada não me permitia aventurar outra espécie de atividade, outro gênero de profissão.

A Nação, ao despedir-me, dotou-me, como faz a qualquer outro militar, de acordo com sua patente, de recursos, embora parcimoniosos, para a manutenção no resto da vida.

Para subtrair-me, pois, a uma ociosidade enervante pela falta de trabalho, em contraste com um passado afanoso, pleno de situações delicadas, e por vezes gravemente perigosas, exigindo soluções rápidas e arriscadas, com responsabilidades temerosas, decidi registrar pela escrita, reminiscências de episódios políticos armazenados em minha memória, interessantes sob o ponto de vista histórico e pelas personalidades neles envolvidos, cujo espírito e ação, muitas vezes, até então, desnaturadas, transparecem no verdadeiro e justo valor, podendo mesmo por eles aquilatar-

-se da inteireza moral dos homens da época.

Assim, os momentos em que deixava a leitura de assuntos militares e históricos, que jamais abandonei, e as diversões dos cinemas e teatros, dedicava-os àquele mister, e também a outros trabalhos de gabinete que, algum dia talvez, proporcionem subsídio apreciável aos pesquisadores da História.

De seu artigo na Revista **A Defesa Nacional** sobre o Dia do Soldado, reproduzimos o seu inteiro teor.

“O Dia do Soldado e sua instituição

Sr. Chefe do Departamento do Pessoal da Guerra

Coube-me a iniciativa de instituir por ato de 24 de agosto de 1923, a Festa de Caxias, para rendermos a cada ano, à memória desse glorioso General, a homenagem de nossa profunda admiração pelas suas raras virtudes, de que são testemunhos tantos e tão fecundos ser, assim na paz como na guerra, e que prestou ao nosso país, com a devoção patriótica que o consagrou para todo o sempre, benemerente da gratidão nacional e nos herdou um grande exemplo para a educação moral e cívica dos soldados brasileiros.

Nenhuma efeméride é, por isso mesmo, mais do que a data natalina do Duque de Caxias, própria a ser escolhida para Dia do Soldado.

É esta escolha que me honro sobremaneira de fazer agora, aceitando a sugestão do ilustre comandante da 1ª Região Militar.

Terão nesta data, os nossos bravos camaradas, a festa militar destinada especialmente a exaltar o sentimento do dever, acendrado o culto da nobreza cívica, que é o traço dominante da vida do Duque de Caxias.

Os comandantes de Unidades organizarão anualmente a Festa Militar de 25 de Agosto com o espírito recomendado na capítulo VIII do RISG (Regulamento

Interno de Serviços Gerais).

Saúde e Fraternidade
Setembrino de Carvalho”

E da ‘Introdução’ de suas Memórias por seu genro, o Cel Lafayette Cruz, reproduzo os seguintes conceitos:

“Na sua carreira militar de oficial técnico, podendo servir nos grandes centros, preferiu o serviço rude e desconfortável do interior, conseguindo por iniciativa sua que ao 2º Batalhão de Engenharia, hoje em Lavras-SC, fosse atribuída utilíssima missão de construir estradas de ferro, tão necessárias ao normal desenvolvimento do país (Estrada de ferro Porto Alegre – Uruguaiana).

Nenhum dos generais da República pôde apresentar uma folha de maiores e melhores serviços à Nação e talvez por isso mesmo nenhum deles foi mais combatido, caluniado e vilipendiado; neste particular, não será exagero em compará-lo a Caxias, o grande General de Império.

Se ele não teve guerras externas em que pudessem patentear com glória, suas excepcionais qualidades de Chefe Militar, dirigindo batalhas em grande estilo, pôde estreitar e abrilhantar seu acervo de serviços ao País, com quatro notáveis pacificações regionais, em circunstâncias bem mais difíceis que gloriosas, as pacificações do Contestável do Império...”. E prossegue:

“Mas se houve diferenças em ação dos dois eminentes chefes, não escaparam ambos de apreciações apaixonadas de seus contemporâneos...

Indiscutivelmente, por suas quatro ações pacificadoras regionais, no Ceará em 1914, no Contestado em 1914-1915, no Rio Grande do Sul em 1923 e em Minas Gerais, na campa-

na da Chamada Reação Republicana, que pretendia resolver, pelas armas, a sucessão presidencial, o considero o Pacificador do Século XX, como Duque de Caxias o foi do século XXI.

E foi o que o Marechal Setembrino fez em relação ao Duque de Caxias, ao consagrar o seu aniversário como o Dia do Soldado, resgatando a sua figura, como a Espada do Império, dos preconceitos republicanos contra a sua projeção histórica.

Preconceitos do Exército da República com o Exército Imperial que o então Coronel José Pessoa, o idealizador da Academia Militar das Agulhas, criou os uniformes dos Cadetes do Exército com o significado de elo entre o 'Exército da República' e o 'Exército Imperial', onde o Exército de hoje foi buscar o seu patrono e os de suas armas Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Material Bélico e Serviço de Saúde.

Tarefa para a qual a Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) se orgulha de haver contribuído com a obra Caxias e a Unidade Nacional, de nossa autoria, em 2003, no seu bicentenário, prefaciado pelo acadêmico emérito Gen Div Arnaldo Serafim, e a obra do acadêmico emérito Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis 'O Duque de Caxias Dia a Dia', por nós prefaciada. Ambas integradas em recanto do Museu da AMAN, na Biblioteca Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, recanto este dedicado à memória do Pacificador, cuja invicta espada de seis campanhas vitoriosas serviu de modelo ao Espadim de Caxias, a arma privativa dos cadetes do Exército.

E assim concluiu o Cel Lafayette Cruz a sua Introdução às Memórias do General Setembrino:

“Esses são os motivos desta publicação que seus filhos em preito de veneração, oferece ao juízo de seus contemporâneos e das gerações futuras”.

Coronel Cláudio Moreira Bento
Presidente da FAHIMTB e da AHIMTB/Resende
– Academia Marechal Mário Travassos

Primeira Parte

No centenário da Revolta do Contestado – reflexões

Neste ano, comemora-se o centenário da Guerra do Contestado, que durou cerca de 46 meses, de outubro de 1912 a agosto de 1916, com a prisão do último líder da Revolta, Adeodato Ramos. Ela foi considerada por Nilson César Fraga, grande estudioso desta tragédia social “como a maior guerra camponesa ocorrida na América do Sul”. Ela superou a Guerra dos Muckers em 1874, no Rio Grande do Sul e a de Canudos em 1897, no sertão baiano, como resultado de omissões ou de impossibilidades de atender obrigações sociais por parte dos governos federal, estaduais e municipais que resultaram no abandono de populações pobres e injustiçadas e órfãs do Poder Público, levando-os à revolta, e obrigando os governos estaduais a recorrerem ao governo federal para empregar o Exército, e assim evitar mal maior, como também o caos e danos irreparáveis à Unidade Nacional e à Paz Social.

A nossa abordagem no centenário desta guerra é do ponto de vista militar, com vistas a dela retirar lições preciosas no tocante à História Operacional e Institucional do Exército e das polícias militares de Santa Catarina e do Paraná no período.

Os aspectos políticos, sociais e econômicos, acreditamos, encerram preciosas lições para os historiadores estudiosos sobre Política, Sociologia, Antropologia e Economia na Revolta do Contestado para, deste mergulho crítico, melhor entenderem o presente, e fornecerem as ferramentas para as atuais e futuras lideranças políticas construir um Brasil mais seguro, mais justo, com menos miséria e militarmente mais forte, à altura de sua grande e crescente projeção econômica e social mundial e, ainda, com imensas riquezas do povo brasileiro a proteger.

Esta tragédia creio, hoje, será colocada injustamente por muitos, como responsabilidade do Exército e das Polícias Militares do Paraná e Santa Catarina, como o foi para muitos

setores a tragédia social de Canudos, sobre a qual fomos convidados a participar, no Seminário sobre Centenário de Canudos, na Câmara Federal. Participação realizada em nome da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), hoje transformada em FAHIMTB, entidade que desenvolve, desde 1996, a História das Forças Terrestres do Brasil (Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Polícias e Bombeiros Militares e outras forças que as antecederam, Guarda Nacional e Voluntários da Pátria). Na ocasião, tivemos a oportunidade de defender a atuação do Exército e de 11 Polícias Militares de interpretações dominantes, as incriminando, quando a responsabilidade histórica por aquela tragédia social foi da Sociedade Brasileira como um todo, que não tomou, em tempo, ou não teve condições de tomar, as medidas preventivas para que a tragédia não ocorresse, com pesadíssimos tributos em vidas imoladas de soldados brasileiros e de civis injustiçados e abandonados pelo Poder Público, naquele cruel conflito.

Então, procuramos recordar aos presentes, bem como em entrevista na Globo News, de que o Exército é o Braço Armado do Povo Brasileiro e que a sua presença em Canudos foi determinada pelo Povo Brasileiro, através de seus representantes no poder Executivo e no Legislativo. E esta é a conclusão que se retira da Carta Magna. E lá registramos que o Exército Brasileiro só atuou em Canudos por determinação da Presidência da República e, de igual forma, na Pacificação do Contestado, a pedido de intervenção ao Presidente da República feita pelos Governadores do Paraná e Santa Catarina. E mais, que, historicamente, o Exército só foi e somente irá onde os poderes Executivo e Legislativo, que representam o Povo Brasileiro, determine.

O Exército à época da Revolta do Contestado

Em 1905, a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada em decorrência da sua participação na Revolta da Vacina Obrigatória em 1904. Ainda em 1905, em função dessa Revolta, foi baixado o Regulamento do Ensino, do mesmo ano, que revogou o Regulamento de Ensino de 1874, de natureza

bacharelesca, e do qual resultou a criação de oficiais doutores, formados em Engenharia e Ciências Físicas e Matemáticas colocando assim, numa 2ª classe, discriminada pelos primeiros, os oficiais profissionais, voltados para atividades relacionadas com a Segurança Nacional e que passaram, por preconceito social, a serem tratados por tarimbeiros. E assim os oficiais bacharéis dominariam o Exército por 31 anos, não priorizando, em maioria, as atividades ligadas à Defesa Nacional. E esta situação perdurou até a edição do Regulamento de 1905, por obra e influência de oficiais veteranos ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai.

De 1874 a 1905, por cerca de trinta e um anos, repetimos, o Exército foi dominado pelos bacharéis e teve de enfrentar, em condições precárias e, por vezes, com operacionalidade inferior, aos revolucionários da Guerra Civil de 1893-95, na Região Sul, combinada com a Revolta na Armada, irradiada do Rio de Janeiro e, a seguir, a Guerra de Canudos, em 1897, no sertão Baiano.

A primeira reação dos até então denominados tarimbeiros, veteranos e filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, foi o conjunto das seguintes iniciativas, lideradas pelo Ministro da Guerra Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet (1898-1902), filho do heróico patrono da Artilharia do Exército e que marcaram o início da Grande Reforma Militar do Exército 1898-1945:

- A criação do Estado-Maior do Exército, em 1898;
- A criação em 1903, da Fábrica de Pólvora sem fumaça em Piquete - SP, que foi a primeira da América do Sul, liberando o Exército e a Marinha de importar este item estratégico.

Em 1905, o Marechal Hermes da Fonseca, então comandante da atual 1ª Região Militar realizou, com sua tropa, as Manobras de Santa Cruz, dando prosseguimento às manobras de 1885, realizadas pelo Conde D'Eu, em Santa Cruz-RJ, Saicã e Porto Alegre no Rio Grande do Sul e da qual ele fora o Ajudante de Ordens. Era mais uma iniciativa da Reforma Militar. A denominação histórica da 1ª RM - Região Marechal Hermes da Fonseca, foi obtida por nossa sugestão e orientação como oficial do EM/1ª RM em 1983/84.

Em 1908, como Ministro da Guerra (1906-09), o Marechal Hermes realizou profunda reorganização do Exército, criando as Brigadas Estratégicas, a Arma de Engenharia, a aquisição, no exterior, de grande estoque de fuzis Mauser, metralhadoras Madsen e canhões Krupp, com as respectivas fábricas de munições e construiu novos e modernos quartéis. E nesta missão ele recebeu o apoio do Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, o Chanceler da Paz que, pacifista, acreditava nesta lição da História: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”.

Em 1902, por sugestão do Ten Cel Setembrino de Carvalho, o Ministro da Guerra Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet, consegue aprovação para que o 2º Batalhão de Engenheiros, aquartelado na Escola Preparatória e Tática em Rio Pardo, fosse usado na construção da ferrovia estratégica Porto Alegre-Uruguaiana, como forma de, mais realisticamente, adestrar-se para a eventualidade de uma guerra. Este fato assinala a presença cada vez mais crescente da Arma de Engenharia em trabalhar na construção de ferrovias e rodovias para o adestramento, contribuindo para a Integração e o Desenvolvimento Nacional.

O Marechal Hermes em 1910-1912, como Presidente da República, enviou para cursos no Exército Alemão oficiais das diversas armas. Em 1910, dois anos antes da eclosão da Guerra do Contestado, oficiais do Estado-Maior da 3ª RM, em Porto Alegre, fundaram a Revista dos Militares. E em 1913, no Clube Militar, um grupo de oficiais idealistas fundou a histórica e benemérita Revista **A Defesa Nacional**, os quais, por suas idéias renovadoras, foram apelidados de Jovens Turcos, em alusão aos jovens turcos formados no Exército Alemão.

Enquanto isto, em Porto Alegre, em 1906, foi recriada a Escola Militar, com a denominação de Escola de Guerra de Porto Alegre, que funcionou de 1906 a 1911 e foi um celeiro de grandes líderes militares que dinamizaram e consolidaram a Reforma Militar 1898-1945.

Por ocasião da Guerra do Contestado, o Exército era formado por profissionais e sem dispor de Reservas, o que foi

tentado compensar com a formação de reservistas nos Tiros de Guerra, sistema idealizado em Rio Grande - RS pelo Cel Honorário do Exército Antônio Carlos Lopes, um farmacêutico que estagiou na Suíça, de onde trouxe esta ideia para o Brasil. Ideia que logo recebeu o apoio do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca.

Enquanto isto se passava, ao final da Guerra do Contestado, no 2º ano da 1ª Guerra Mundial 1914/18, o poeta Olavo Bilac empenhou-se em Campanha Nacional em favor do Serviço Militar Obrigatório com o concurso da Liga da Defesa Nacional, fundada por patriotas civis, visando fortalecer espiritual, moral e materialmente o Brasil. O Serviço Militar Obrigatório foi inaugurado em 10 de Dezembro de 1916, no atual Palácio Duque de Caxias pelo Presidente Wenceslau Braz. Serviço que fora instituído no Brasil em 1876, pelo Duque de Caxias, mas não implementado, face à sua saída do Ministério da Guerra e chefia do Gabinete de Ministros.

O Presidente Wenceslau Braz, que assinou a Declaração de Guerra à Alemanha, extinguiu a Guarda Nacional, que tanto prejudicava o desenvolvimento do Exército, em razão de sua força política e econômica, mas então incapaz de prestar qualquer serviço militar ao Brasil num mundo em Guerra. E também transformou as Polícias Militares Estaduais em Reserva do Exército, aumentando assim as suas reservas. E foi ele quem conseguiu um acordo entre os Governos do Paraná e Santa Catarina, para colocar um fim à cruenta revolta social, a Revolta do Contestado, motivada por injustiças e desamparos sociais que provocaram a sua eclosão.

Terminada a 1ª Guerra Mundial, de onde o Exército tirou grandes lições doutrinárias através de oficiais brasileiros que nela combateram ao seu final, junto aos aliados, inclusive o mais tarde Marechal José Pessoa, o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras e o Capitão Tertuliano Potiguara de Albuquerque, herói do Exército na Guerra do Contestado, em especial na conquista do reduto Santa Maria e que foi promovido a Tenente-coronel por ato de bravura na batalha de San Quentin, na França, combatendo em unidade do Exército Fran-

cês como outros oficiais brasileiros.

Em 1919/21, funcionou na Escola Militar do Realengo a Missão Indígena, integrada por oficiais selecionados em concurso pelo Estado-Maior do Exército, a qual formou uma geração de oficiais de alto gabarito, com expressiva atuação e projeção nas conquistas da Revolução de 30. Missão Indígena que considero uma manifestação pioneira da célebre Semana de Arte Moderna no Exército. Foi uma iniciativa do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Gen Div Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, grande amigo do Marechal Setembrino desde a mocidade, e filho do Gen Vitorino Carneiro Monteiro, Barão de São Borja.

Causas remotas e imediatas da Revolta do Contestado

Quando foi criada a província do Paraná, em 1853, por desmembramento da de São Paulo, havia uma antiga questão de limites que remontava ao período colonial.

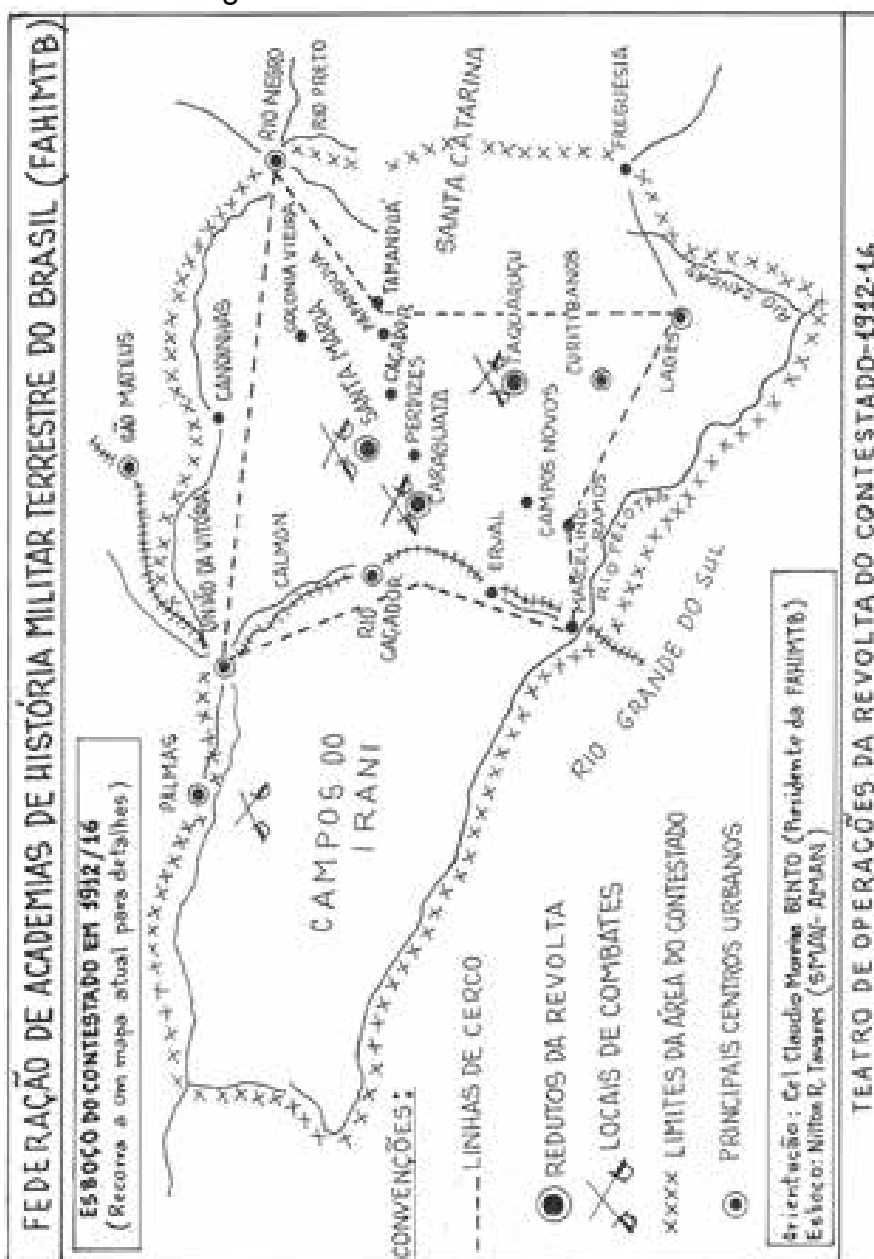
Vários atos sucessivos alteraram a divisão territorial do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, criando, ampliando, ou extinguindo ouvidorias, comarcas e distritos, conforme as conveniências do governo central e também dos próprios regionais.

Quando da sua instituição, a novel província do Paraná herdou as questões pendentes entre as províncias de Santa Catarina e de São Paulo.

Chegou-se ao fim do século XIX sem que as dúvidas tivessem sido dirimidas. Santa Catarina pretendia que os seus limites se estendessem para o norte, atingindo os rios Negro e Iguaçu e, para o sul, até a linha dos rios Canoas, Pelotas e Uruguai, enquanto o Paraná afirmava serem esses três últimos rios os definidores dos limites com o Rio Grande do Sul.

A área contestada pelos dois Estados: uma região tipicamente serrana, cortada de campos próprios para a pecuária, com vastas zonas intensamente arborizadas, formando densas florestas e possuidora de solo extremamente fértil e clima ameno, registrando-se no inverno temperaturas bastante baixas. A área do Contestado poderia ser caracterizada, numa visão geral, pelos rios Peperi-guaçu e Santo Antônio a oeste, Igua-

çu e Negro ao norte, Pelotas e Canoas ao sul, e a leste por uma linha geral que, partindo das cabeceiras do rio Marombas, afluente do Canoas, procurava as do rio Preto, seguindo por ele até o rio Negro.



Elaboraram-se vários projetos, tanto no âmbito provincial, como no parlamentar, para decidir a questão. O próprio governo federal fora forçado a marchas e contramarchas na solução do problema, ao ponto de sustar a execução de um decreto que definia os limites em litígio. Ao aspecto meramente político-administrativo veio somar-se outro fator de ordem econômica. A erva-mate produzida em grande quantidade pelos municípios situados na faixa norte do Contestado em disputa, passou a obter boa aceitação no mercado internacional. O beneficiamento, feito no Paraná, carreava bons rendimentos para o Estado.

No início da primeira década do século XX, fundou-se uma usina para o mesmo fim, de beneficiamento do mate, em Joinville, Santa Catarina. Imediatamente o Paraná criou barreiras que taxavam a erva exportada da região contestada para a cidade catarinense. E resultaram vários choques, envolvendo as forças policiais dos dois Estados e produtores de mate. Decorreu desta luta econômica, em torno de beneficiamento do ouro verde da época, o derramamento de sangue irmão e forneceu terreno fértil às futuras violências.

Em 1901, Santa Catarina propusera uma questão ordinária de reivindicações sobre limites territoriais. Três anos depois, o Supremo Tribunal Federal deu-lhe ganho de causa. Dois embargos, oferecidos pelo Paraná, foram rejeitados, por aquela Corte, que, em 1910, confirmou, pela terceira vez a sentença original.

O Monge João Maria e sua influência mística no Contestado

Depois do derradeiro pronunciamento daquele Tribunal instalou-se em União da Vitória uma junta governativa composta de destacados cidadãos, a fim de criar o Estado de Missões, abrangendo toda a área do Contestado. O governo do Paraná interveio de forma conciliatória, conseguindo o adiamento desta resolução. A sentença da justiça, entretanto, não foi posta em execução. Interesses políticos e econômicos protelaram e impediram a implantação.

Expressivo número de colonos estrangeiros, notadamente alemães, acorrera para a região, desde o final do século passado. Os emigrantes aculturaram-se, lentamente, com os habitantes do Contestado. Com as dificuldades de comunicação da época, esta população vivia afastada dos centros de cultura do país, possuindo educação precária e mentalidade limitada, onde a religião marchava de mãos dadas com o misticismo e o fanatismo. Neste terreno crédulo e facilmente impressionável, surgiu, por volta de 1882, um personagem conhecido por João Maria, o Monge. Este homem passou a percorrer os sertões, realizando curas e pregando uma religião, misto de catolicismo e credices sertanejas. Ancião sombrio, barbas brancas, longas e sem trato, em pouco tempo adquiriu foros de apóstolo. A gente tímida e ignorante ouvia-lhe a palavra serena como a de um emissário divino. Quando faleceu, a notícia correu a região, enriquecida com um detalhe messiânico: o Monge, dentro em breve, voltaria à terra, redivivo, para continuar a sua pregação e realizar novas curas. A ressurreição passou a ser aguardada no Contestado entre seus seguidores.

Problema Social - O abandono de trabalhadores na área da ferrovia estratégica São Paulo-Rio Grande do Sul

A existência de dualidade de jurisdição, no Contestado, favoreceu o fortalecimento das grandes fazendas, onde, sob o manto autoritário dos “coronéis”, reuniam-se os foragidos da justiça. Era conhecido no Contestado o poder desses senhores de terras, que se tratavam como de nação a nação, ameaçando-se, por vezes de armas nas mãos, quando surgia, entre eles, alguma diferença.

O estopim da Revolta foi a imensa concessão dada em 1908 à empresa inglesa Brazil Railway Company, do empresário Percival Farquhar (dono da Madeira-Mamoré e da Port-of-Pará), para a construção da estratégica estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. O acordo dava à empresa 15 quilômetros de terra para ambos os lados dos trilhos e que passariam exatamente sobre o território contestado.

Logo em seguida à construção a empresa adquiriu 180 mil

hectares de floresta de araucária, pagando 15 mil réis o hectare. Os sertanejos foram mais uma vez expulsos. E desta vez nem alguns grandes fazendeiros escaparam. Nesse latifúndio, Farquhar instalou a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, que serrava diariamente 300 metros cúbicos de madeira em operações mecanizadas que necessitavam de apenas 800 trabalhadores. Por ano, eram derrubados cinco milhões de pés de araucárias (5.000.000). Também era comum a especulação de terras. Os coronéis ou empresas compravam lotes de terra por preços ridículos, expulsavam os posseiros e logo passavam o lote adiante, lucrando até vinte vezes o valor inicial.

Na construção da São Paulo-Rio Grande foram trazidos cerca de 8.000 operários de todo o país, os quais, aos poucos, iam sendo demitidos e abandonados na própria região. Este contingente juntou-se aos sertanejos desapropriados. Seriam eles os futuros rebeldes que, ao invés de receberem alguma assistência, seriam obrigados a pegar em armas para obter melhores condições de vida, em decorrência do acúmulo em décadas de injustiça e abandono social contra os sertanejos que habitavam o Contestado.

A construção da ferrovia estratégica São Paulo-Rio Grande, integrando o Rio Grande do Sul ao Centro do Poder, atravessando o Contestado, foi que trouxe para esta região novo tipo de gente. Não havendo qualquer processo relativo na contratação de operários, o Contestado acolheu variada gama de malfeitores, oriundos de todas as partes do país. Concluída a linha férrea, foram deixados nos mesmos sítios onde se encontravam as turmas de trabalho a que pertenciam. Estes indivíduos cultivavam, pelos próprios reflexos do meio em que viviam, os atributos de valentia e violência, manejando com igual destreza a picareta e o facão.

O assassinato tornou-se, entre eles, meio rápido e fácil de resolver pendências. Tais violências, nem sempre se limitavam à solução de uma dívida entre dois homens: algumas vezes tendo como pretexto a falta de pagamento ou o desmando dos feitores, ocorreram revoltas que exigiram a presença da Força Pública. Foi uma escola dos futuros líderes de aconteci-

mentos mais graves.

O problema social agravou-se quando a concessionária da ferrovia resolveu explorar a faixa de 15 km ao lado de cada margem da estrada, que lhe fora outorgada por contrato. Antigos posseiros tiveram que se mudar, em busca de novo refúgio para as suas sobrevivências.

O isolamento da população explicava a rudeza de seus costumes e hábitos. A população em geral era desconfiada e rústica. Esta última característica traduzia-se por uma vida semi-selvagem e embrutecida. O sertanejo nem sempre procurava a luta, mas se uma força superior mexia com os seus interesses, evidenciava toda a violência, tornando-se inimigo temível.

Um falso monge surgiu no Contestado em 1911

Surgiu em 1911, no Contestado, um novo Monge, José Maria. Insinuava ser irmão do falecido João Maria, um mito entre aquela gente crédula.

Na verdade, um anticristo, ex-soldado do Exército e cabo desertor da Força Pública do Paraná, dispusera-se a recolher os frutos da semente que o verdadeiro Monge João Maria plantara na alma dos sertanejos. Como consequência de umas poucas curas bem sucedidas, ganhou a reputação de Santo e foi conquistando a confiança da população, tornando muitos seus seguidores. Lembrava os trágicos episódios de Jacobina Maurer em 1874, na Guerra dos Muckers no Rio Grande do Sul e que tratamos na História da 3ª Região Militar v.1 e, de Antonio Conselheiro na Guerra de Canudos em 1897, que tratamos no v.2. da citada história. O novo Monge passou a percorrer o Contestado, sem rumo e sem destino, precedido de áurea de santidade, prometendo bens materiais e a salvação eterna àqueles que o seguissem. Em suas andanças, organizava acampamentos, denominados os Quadros Santos. Criou sua escolta pessoal com 24 sertanejos, robustos e valentes denominados os Doze Pares de França, inspirados em Carlos Magno.

Cresceu de tal forma a fama de santidade do novo Monge, que logo se viu cercado de seguidores, fanáticos e doentes esperançosos de cura. Sua palavra era a lei. De chefe espiritual

arvorou-se em chefe temporal. Influenciado pela leitura da obra 'Os Doze Pares de França', muito conhecida no Contestado, extrapolou da ação religiosa para a política e passou a pregar o restabelecimento da Monarquia. Para o homem inculto e não politizado daquela região isolada, a fidelidade ao novel regime republicano nada representava. Muito mais valia o conselho do Monge, cheio de promessas de melhor vida, posse de terra e de liberdade do jugo dos "coronéis" sertanejos republicanos.

Seus acampamentos adquiriram aspecto marcial. Ao arrastar de esporas, tilintar de armas, relinchar de cavalos e toques de buzinas e tambores, juntavam-se os gemidos e as preces. Quartel – Hospital – Igreja, era a síntese das características heterogêneas desses locais: e chefiando tudo, lá estava o antigo cabo de polícia do Paraná, abusando do misticismo, valendo-se das divergências internas, para atingir os seus desígnios.

O Monge instalou-se em Taquaraçu, no município de Curitiba, em outubro de 1912. O intendente da cidade, temendo a sua presença e de seus seguidores, solicitou ao governo de Santa Catarina que enviasse tropas para dissolver o acampamento dos seguidores do Monge, onde, diziam estes, proclamara-se a Monarquia.

À aproximação de um contingente da força policial catarinense, José Maria retirou-se, com sua gente, através de Campos Novos, para Campos do Irani, município de Palmas, Estado do Paraná.

Os adeptos do Monge não tinham organização, nem instrução militar formal. Havia, no entanto, uma revista matinal – A forma – por meio da qual o chefe inspecionava os combatentes, averiguando se houve deserções. A disciplina era rigorosa e as punições variavam desde surras aviltantes aos fuzilamentos. O armamento era variado: espadas, punhais, facões, revólveres, garruchas, carabinas e espingardas. Exímios na esgrima com facão por habituados ao seu manejo, desde a infância, o manejavam com tanta destreza que a arma parecia fazer-lhes parte do próprio corpo.

Dada a preocupante situação gerada por choques intermitentes, entre elementos da força policial do Paraná e de

Santa Catarina, questões de jurisdição no território contestado, o governo paranaense, supondo ser a invasão de seu Estado pelo Monge e seus liderados, pretexto de Santa Catarina para inflamar ainda mais a questão de limites, resolveu reagir, expulsando-os de seu território. Iniciaram-se as ações de guerra no Contestado, uma das mais cruentas lutas internas travadas no Brasil.

A morte do Capitão do Exército João Gualberto, no combate de Irani, como comandante da Força de Segurança do Paraná, pelo Monge, um cabo desertor desta Corporação

As Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina organizaram as suas unidades em Regimentos de Segurança, sediados em Curitiba e Florianópolis, respectivamente.

O do Paraná, ao comando do coronel em Comissão João Gualberto de Sá Filho, o qual era Capitão de Engenheiros do Exército. Ao tomar conhecimento da invasão do Monge, em Palmas, o governo paranaense determinou a partida imediata do seu Regimento de Segurança, ao mesmo tempo em que solicitava o auxílio do governo federal.



Parte do Regimento de Segurança do Paraná, ao partir de Curitiba, tendo bem a direita com as pernas cruzadas, o Capitão de Engenheiros do Exército João Gualberto, no posto de Coronel em Comissão pelo Governo do Paraná (Fonte: História do Exército. 2ª ed, 1998).

O Capitão João Gualberto chegou à União da Vitória em 12 de outubro e, no dia seguinte, partiu para Palmas. Inexplicavelmente, muito antes desta cidade, João Gualberto dividiu a sua tropa. Uma parte, ao seu comando, com um efetivo inferior a 100 homens, infletiu para o sul, rumo aos Campos de Irani. O restante, cerca de 400 homens, prosseguiu para Palmas com o chefe de Polícia, que possivelmente determinou esta divisão da força.

Realizando marchas forçadas, o coronel atingiu Campos do Irani, em 22 de outubro. Neste mesmo dia, a coluna chocou-se com o Monge e seus seguidores que a aguardavam, emboscados, prontos para a luta. O efetivo, nitidamente inferior das forças policiais ser-lhe-ia fatal. Os revoltosos, heterogeneamente armados, atacaram a força do Cel João Gualberto e no instante em que ele buscava pôr em funcionamento a metralhadora Maxim, a única existente, e que emperrara, foi atacado pelo Monge, a facção, E morreu, depois de prostrar sem vida o seu agressor, com dois tiros de pistola.

Morto o comandante, o remanescente da Expedição retirou-se, desordenadamente, para Palmas, deixando, no campo, a metralhadora Maxim e cerca de 40 armas e mais de 3.000 mil cartuchos. Foi o primeiro espólio a enriquecer o arsenal dos revoltosos

O governo do Paraná, no instante em que ordenava a concentração de forças em Palmas, reiterava ao Presidente da República o pedido de auxílio do Exército. A solicitação foi prontamente atendida. E, mais uma vez, o Exército interviria para restaurar a paz e garantir a tranquilidade da família brasileira.

No Rio de Janeiro ocorreu em outubro um evento auspicioso, a inauguração do bondinho da Praia Vermelha ao morro da Urca, obra do engenheiro Augusto Ferreira Ramos, linha que logo a seguir foi estendida até o Pão de Açúcar.

Nota do autor: João Gualberto Sá Filho nasceu em Recife em 11 de outubro de 1974. Coursou a Escola Militar

da Praia Vermelha em 1890/94, tendo casado em Curitiba com D. Leonor de Moura Brito. Voltou ao Rio e formou-se Engenheiro Militar e Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. E passou a servir no 13º Regimento de Cavalaria em Curitiba, tendo sido engenheiro na construção da Linha Telegráfica Curitiba-Foz do Iguaçu e também o fundador e comandante do Tiro de Guerra Barão do Rio Branco. O centenário de morte de Rio Branco ocorreu no sábado de Carnaval deste ano, sendo homenageado pela FAHIMTB pelo Informativo o Tuiuti nº16 da AHIMTB/RS. Em 1912, João Gualberto foi escolhido prefeito de Curitiba, mas teria preferido o comando do Regimento de Segurança do Paraná, como capitão, aos 37 anos incompletos. Tendo morrido 11 dias depois de completar seu 38º aniversário no combate de Irani, em feroz combate, corpo a corpo com o Monge, que foi morto por Gualberto com dois tiros de pistola, depois de atingido mortalmente com mortíferos golpes de facão (segundo o Capitão Rosa Filho; vide fontes consultadas).

A Guarnição do Exército do 11º Distrito Militar (a atual 5ªRM/5ªDE) em Curitiba, dispersa resistências da Revolta

As tropas federais, sediadas no Paraná e em Santa Catarina, eram subordinadas ao 11º Distrito Militar, com sede em Curitiba. Elas aquartelavam nesta cidade e em Florianópolis, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Castro.

Ao receber a ordem do Ministro da Guerra (1912-14) Gen Div Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva para auxiliar a Força Estadual, o general Inspetor do 11º Distrito Militar determinou, em 11 de outubro de 1912, o deslocamento de um Contingente, ao comando do Tenente-coronel Álvaro Pereira Franco.

Viajou, por ferrovia, para Caçador em Santa Catarina, a fim de proteger esta região dos revoltosos que se retirariam de Palmas. Chegaram ao seu destino, em 28 de

outubro, acampando em Erval, sem tomar contato com os comandados do Monge.

E, perante a gravidade dos acontecimentos, em Palmas, o comandante do 11º Distrito Militar ordenou, em 24 de outubro, que um destacamento, com base no 5º Regimento de Infantaria, de Curitiba, reforçado com algumas peças de Artilharia e alguns elementos de Cavalaria, marchasse para Palmas, para cooperar com a Polícia na redução e dispersão do foco de revolta na área do Contestado.

O 54º Batalhão de Caçadores, aquartelado em Florianópolis, se necessário, auxiliaria, ao comando do coronel Antônio Sebastião Pyrrho, que, três dias depois do recebimento da ordem, organizou a coluna e embarcou por ferrovia em União da Vitória.

Nesta localidade incorporou-se à sua tropa, o contingente do Tenente-coronel Pereira Franco que estivera em Caçador e Erval.

Nos primeiros dias de novembro, a Expedição, com mais de 1.000 homens, deslocou-se pela rodovia União da Vitória – Palmas. Adotando a Tática vigente na época, explorou cuidadosamente a região Palmas – Irani. Gastou dois meses nesta missão, sem encontrar os revoltosos. Recebendo informações de que partiram para o interior catarinense, e se dispersaram, a coluna recolheu-se aos quartéis. Um contingente policial permaneceu, em Palmas e elementos do 5º Regimento de Infantaria (Florianópolis) permaneceram em União da Vitória.

A perigosa e ameaçadora concentração de revoltosos em Taquaruçu

O território do Contestado dominado pela Revolta ficava balizado ao norte, pelo rio Negro; a leste, por uma linha balizada por Curitibaanos - Papanduva; ao sul, por uma linha balizada por Campos Novos - Curitibaanos; e a oeste, por uma paralela, à direita da ferrovia. Ou, a grosso modo, entre os rios Negros e Pelotas e a ferrovia e a BR-116 atuais.

Um ano se passou. Ninguém se lembrava dos revoltados. No Contestado, a morte do Monge, pelo Capitão João Gualberto, ao invés de conter, incentivara o misticismo. A ressurreição do Monge era esperada, E dizia-se que ele voltaria ao mundo, dirigindo uma Legião de Anjos para conduzir os fiéis à terra prometida.

Surge novo chefe espiritual, Euzébio Ferreira dos Santos, antigo negociante, bom chefe de família, mas possuído de intenso fanatismo pela figura do Monge. Uma de suas netas, menina ainda, tinha visões do Santo José Maria, em cujos braços dormira, tempos atrás. Através dessas visões, José Maria transmitia instruções, e por intermédio da menina, as suas ordens eram divulgadas. Uma delas conferiu o poder temporal a um filho de Euzébio, logo destituído, pois abusara, ofendendo as práticas morais dos seguidores do Monge. Outro pronunciamento do Santo e a chefia foi entregue, desta vez, a um neto de Euzébio, menino de 12 anos, a cujas ordens, emanadas do avô, os seguidores obedeciam cegamente.

As hostes sertanejas cresciam. Estabeleceu-se um acampamento, em Taquaraçu, na região serrana de Santa Catarina. Começou a acorrer para este acampamento todo o tipo de gente: fugitivos da justiça, desempregados abandonados pelos construtores da ferrovia, homens perseguidos pelos “coronéis” das fazendas, e outros de cujas terras foram expulsos pela desapropriação do leito da estrada de ferro. Famílias inteiras se agrupavam no Quadro Santo de Taquaraçu. Gente válida, alguns em busca de uma melhor vida, outros atrás de aventuras e lucro fácil e gente enferma procurando cura. Moravam em ranchos de palha e casebres de madeira, improvisadas, ostentando o distintivo do movimento: uma bandeira branca com uma cruz ao centro e a imagem de S. Sebastião. Eram peões e lavradores, aventureiros e facínoras. A concentração de pessoas exigia grande quantidade de alimentos e de outros artigos. A necessidade aumentou, Euzébio começou a pedir auxílio às fazendas próximas, e a saqueá-las, quan-

do não atendido.

O general Alberto de Abreu, Inspetor do 11^a Distrito Militar (atual 5^a RM/DE), recebeu em 7 de dezembro de 1913, do coronel Vidal Ramos, governador de Santa Catarina, telegrama expondo a situação nas matas do Taquaraçu, e informando que fizera seguir um Contingente de sua Polícia. Na mesma ocasião, o Ministro da Guerra Gen Div Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva ordenara intervir, cooperando, agora, com a Polícia catarinense.

O combate de Taquaraçu

Afastando uma touceira de espinhos, no alto de um outeiro, o cabo que comandava a patrulha, e guiado por um vaqueano (guia civil) observou, atentamente, o emaranhado de cabanas, semi-ocultas pela mata, que se estendia, ao longe, lá embaixo. Taquaraçu à vista. Esta patrulha pertencia a uma companhia do 5^o Regimento de Infantaria (de Florianópolis) que, desde meados de dezembro de 1913, encontrava-se em Erval, com a missão de observar o movimento dos revoltosos sem hostilizá-los. Uma outra companhia, esta do 6^o Regimento de Infantaria de Caçador, com a mesma finalidade. As duas companhias, 160 homens. A de Erval, 60 e a de Caçador, 100.

Em 20 de dezembro, de 1913, o Inspetor do 11^o Distrito Militar determinou o ataque ao Quadro Santo de Taquaraçu. Poucos dias antes, um apelo aos revoltosos, para se dispersassem em paz, pondo fim à revolta naquela área. Não houve acolhimento.

Planejou-se o ataque para ser executado, segundo três direções convergentes, ao comando do capitão Esperidião de Almeida, participando também uma tropa de 50 praças da Polícia Catarinense. A chegada simultânea das forças ao reduto foi prevista para 28 de dezembro de 1913. No dia 22 de dezembro iniciou-se a marcha das três colunas. O deslocamento, por ínvios sertões, entre brenhas incultas, pontilhadas por grotões enormes. Terreno muito difícil. Alguns vaqueanos acompanhavam a tropa para guiá-

-la no interior da mata. Entretanto, ao aproximarem-se do reduto, prevendo o insucesso, a maioria abandonou a Expedição. A Coluna Sul, sem os guias, e já com escassez de víveres e sem condições de continuar, retraiu para Campos Novos. No dia 25, dia de Natal, a Coluna do Norte reuniu-se com o contingente da Força Pública catarinense. Seu comandante, o capitão Adalberto de Menezes, ignorando o que se passava com a outra coluna, prosseguiu no plano. Precárias eram as ligações realizadas, feitas apenas por mensageiros, na medida em que o permitiam o terreno difícil e as emboscadas dos adversários, acompanhantes da progressão dos governistas. Ao acercar-se de Taquaraçu, a tropa federal seguiu por uma direção, enquanto a polícia assaltaria o Quadro Santo por outro flanco. O capitão Adalberto, em 29 de dezembro de 1913 atacou a trincheira dos revoltosos com sua coluna. Antes de penetrá-la recebeu violento fogo, vindo de todas as direções, estabelecendo-se a confusão. Dispersaram-se os cargueiros (muars) de munição por entre a fuzilaria. No outro flanco, a Polícia não logrou aproximar-se do aldeamento. Violenta emboscada rechaçou-a, sendo obrigada a retirar-se para Curitiba.

Sem o auxílio das outras colunas, e com grande parte da munição perdida, o capitão não teve outra alternativa senão a retirada. Após longa marcha de regresso, atingiu a localidade de Rio Caçador. Mais um insucesso de outra Expedição no Contestado, e com o fortalecimento moral e material dos revoltosos pela segunda vitória contra as forças legais, e pela segunda conquista de armas e munições das forças legais a reforçar seus arsenais.

Caragoatá - um novo centro de resistência

Depois do revés, concluiu-se como o principal fator da derrota, o pequeno efetivo. Deliberou-se preparar uma 3ª expedição, desta vez, ao comando do Tenente-coronel Aleluia Pires. Para se protegerem, os revoltosos guarneceram pontes nas serras Santa Maria e Caçador. E foi criado forte reduto em Santo Antonio.



Um aspecto da população da área do Contestado, vendo-se nas duas fotos muitos trajes típicos do gaúcho rio-grandense (Fonte: História do Exército. 2ª ed, 1998)



Grupo de vaqueanos, guias civis das tropas contratados para guiar as tropas governistas na ausência de cartas topográficas da área. (Fonte: História do Exército. 2 ed, 1998).

Reforços da atual 3ª Região Militar, do Rio Grande do Sul, contra os revoltosos

O comandante da 11ª Distrito Militar, em Curitiba, mostrou ao governo a sua preocupação referente àquele caso. Impunha-se uma solução enérgica. Desta forma, chegaram à região novas tropas, oriundas da 3ª Região Militar no Rio Grande do Sul e de Curitiba: o 7º Regimento de Infantaria de Santa Maria-RS e uma companhia de Engenharia do 2º Batalhão de Engenharia (Porto Alegre) e Metralhadoras (de Porto Alegre). Somavam-se, na área, cerca de 1.500 homens, que passaram ao comando do General de Brigada Carlos Frederico de Mesquita – veterano da Guerra do Paraguai, da Guerra Civil 1893/95 no Rio Grande do Sul e da Campanha de Canudos em 1897. Um dos principais atos do General Mesquita foi dispensar a força policial, em vista de os revoltosos ocuparem áreas em litígio, entre os dois Estados. A expedição General Mesquita retomou o movimento, em 16 de maio de 1914, reanimada com o novo comando e confiante na vitória. À frente, marchavam 60 civis experimentados e valentes, contratados como vaqueanos (guias).

Organizaram-se três colunas: uma reconheceria Caragatá e investiria contra Tamanduá. As outras duas colunas seriam empregadas sobre Santo Antônio. Durante quase todo o trajeto, os soldados foram fustigados por atiradores escondidos no meio da mata. De nada adiantava varrer os arredores com tiros de canhão ou tirotear a esmo, descargas de fuzis ou rajadas de metralhadoras contra a folhagem. Apesar de a morte e o medo rondarem a tropa, o reduto foi conquistado a carga de baioneta.

No dia seguinte, ainda predominavam os comentários sobre os incidentes do combate, não se sabendo de onde uma chuva de balas os surpreendeu. Emboscados nos topos de arvores, ocultos nas macegas ou troncos das imbuías, os revoltosos atacaram.

Sem recursos para a perseguição contra um adversário matreiro, em terreno hostil e desconhecido, o comandante decidiu retirar-se e dissolver a Expedição. Uma coluna, comandada pelo capitão Mattos Costa, cumprira a tarefa, reduzindo o que restava do arraial de Caragatá.

General de Brigada Carlos Frederico Mesquita

(Fonte: Galeria de comandantes da 3ª Região Militar, cuja História resgatamos em três volumes. Foto fornecida pelo Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, presidente da AHIMTB/RS - Academia Gen Rinaldo Pereira Câmara e vice-presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, instalados no Colégio Militar de Porto Alegre)



O General Mesquita, que atingiu o posto de Marechal, estudou em Bagé. Ele retornou com sua tropa para o Rio Grande do Sul e comandaria a atual 3ª Região Militar até 1918 (por cerca de mais de um ano), em três períodos descontínuos. Retirou-se por decisão própria sob argumento de não sacrificar sua tropa e os revoltosos num massacre continuado de irmãos brasileiros, E mais, que assim continuando, a revolta não seria solucionada e que deveria ser adotada uma solução mais eficaz, que não implicasse no massacre recíproco de irmãos brasileiros de tropas do governo e revoltosos, E o Governo adotaria outra solução mais eficaz como se verá. E ele não foi punido.

A fermentação rebelde, ao contrário de diminuir, progredia no Contestado, que ampliava as condições de abrigo aos revoltosos e celerados e palco de jogo político dos chefes locais. Por outro lado, aumentavam as questões entre os moradores do Contestado e os donos de terras. As fazendas e outras propriedades rurais eram alvos de investidas de grupos para o saque. Contrabandeavam-se armas, munições e provisões.

Mattos Costa, que ficara em União da Vitória, com 200 soldados, usara, até então, meios suasórios para desarmar os revoltosos. Em setembro de 1914, à frente de um contingente, uma emboscada o surpreendeu: lutou bravamente, mas acabou sendo trucidado.

Segunda Parte

MARECHAL FERNANDO SETEMBRINO DE CARVALHO - O PACIFICADOR DA REVOLTA DO CONTESTADO - 1912/16 - PERFIL MILITAR



O Marechal Fernando Setembrino de Carvalho (1861-1947) foi o pacificador do Contestado de 1914-1916. Ele nasceu em Uruguaiana-RS em 13 de setembro de 1861. Quatro anos depois Uruguaiana foi invadida e mantida por tropas paraguaias até estas se renderem em presença do Imperador D. Pedro II, conforme abordamos em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis na **História da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada** (vide bibliografia). Ele faleceu no Rio de Janeiro em 24 de maio de 1947, com 85 anos incompletos.

Síntese da evolução de sua carreira militar por suas promoções

Praça em 20 outubro de 1877 em Porto Alegre no 12º Batalhão de Infantaria, unidade que integrou a Divisão Provisória a seu comando no Contestado decorridos 37 anos.

Alferes-Aluno em 4 de março de 1882 na Escola Militar de Porto Alegre na Praia de Belas, nomeado por seu comandante, o valente herói popular na Guerra do Paraguai Cel Tibúrcio de Souza, posto prêmio aos bons estudantes. 2º Tenente em 5 Set 1883, na Escola Militar da Praia Vermelha, aos 21 anos. Tenente de Estado-Maior em 15 de dezembro de 1888 no atual Regimento Mallet. Capitão em 17 de março de 1890, classificado no 2º Batalhão de Engenharia em Rio Pardo. Major de Engenharia, por antiguidade em 14 de dezembro de 1900, tendo assumido as funções de subcomandante do 2º Batalhão de Engenharia em Rio Pardo. Tenente-Coronel por merecimento em 25 de abril de 1906, no comando do 2º Batalhão de Engenharia, trabalhando na construção de ferrovias e linhas telegráficas nas Missões onde em 1910 foi convidado para servir no rio no Gabinete do Ministro da Guerra, pelo General Hermes da Fonseca Candidato à Presidência da República. Coronel por merecimento em 16 de agosto de 1911, antes de assumir a Chefia de Gabinete do Ministro da Guerra. General de Brigada em 8 de abril de 1914, no comando das atuais 10ª Região Militar e como Interventor Federal no Ceará pacificando revolta no CE e na 5ª RM/5ª DI no Paraná pacificando a Revolta do Contestado. General de Divisão em 12 de janeiro de 1918, no QG do Exército no Rio e no comando da 2ª Divisão em Niterói e no Comando da 4ª Região Militar em Juiz de Fora. Em 1922 assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército e a seguir a função de Ministro da Guerra, tendo pacificado em 1923 a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul.

Era filho único do professor, funcionário público e comerciante, Capitão da Guarda Nacional, Fernando Vieira de Carvalho, natural de Porto Alegre e que faleceu com 94 anos e de D. Felicidade Ferreira de Carvalho, natural de Santa Maria e radicados em Uruguaiana. Iniciou seus estudos com seu pai, que desejava que fosse médico e sua mãe que ele fosse advogado. Ele preferiu ser Engenheiro Militar. Sua mãe era de um dos ramos da Família Carneiro da Fontoura, cujo tronco era o Marechal Carneiro da Fontoura do Brasil Colônia. A sua mãe, católica fervorosa, muito está a lhe dever a igreja da N.S

da Conceição a padroeira do Exército Imperial do Brasil na praça Paissandu na reconstrução, com donativos que por 3 anos ela recolhera em Uruguaiana. Era benemerita da Casa de Caridade de Uruguaiana.

Em 1875, aos 15 anos, estudou em Pelotas no Colégio Reis um colega de magistério de seu pai onde foi submetido a um tratamento hidroterápico com banhos frios de chuveiro onde adquiriu resistência orgânica para conservar a vida em muitas fases trabalhosas.

Em 1876 prestou exames de Português, Francês e Geografia na Repartição de Instrução Pública Geral, tendo conquistado aprovações plenas.

Em 1877 estudou em Porto Alegre no Colégio Souza Lobo, onde foi colega de Augusto Borges de Medeiros e Ernesto Alves. E em 20 de outubro, ainda como interno do Colégio Souza Lobo sentou praça no 12º Batalhão de Infantaria na praça do Portão, de gloriosas tradições na Guerra do Paraguai Unidade que integrou 37 anos depois a Divisão Provisória com que ele pacificou o Contestado.

De 1878 a 1882 estudou em Porto Alegre na Escola Militar de Porto Alegre, na Praia de Belas ao comando do Coronel Tibúrcio Ferreira de Souza consagrado hoje como nome da Praça da Praia Vermelha onde se erguem a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o Instituto Militar de Engenharia e a Escola de Guerra Naval.

Ao ingressar na Escola Militar na Praia de Belas foi morar numa república de estudantes. E a primeira vez que empunhou ainda recruta um fuzil, foi um Comblain nos funerais do pernambucano Barão de São Borja Tenente General Vitorino Carneiro Monteiro, denominação histórica da 6ª Divisão cuja síntese biográfica abordamos na obra **6ª Divisão de Exército – Divisão Voluntários da Pátria**: AHIMTB/Pallotti, 2001, em parceria com o acadêmico Osório Santana Figueiredo. O General Vitorino era pai do mais tarde meu querido e excelente amigo Marechal Bento Ribeiro Carneiro Monteiro.

De Porto Alegre seguiu para o Rio de Janeiro, como possuidor dos cursos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia

tendo na Escola Militar da Praia Vermelha de 1883-1885, concluído os cursos de Estado-Maior e de Engenheiro Militar como 2º Tenente de Artilharia a que fora promovido em 15 de Setembro de 1882 e recebeu o título de Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, em complemento de seus cursos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia em Porto Alegre e de Estado-Maior e de Engenheiro Militar Escola Militar da Praia Vermelha.

E foi nomeado tenente da Ala Esquerda, formada por duas companhias do único Batalhão de Engenheiros existente e destinada a construir quartéis e fortificações no Rio Grande do Sul. As outras duas companhias integravam a Ala Direita do Batalhão aquarteladas na Escola Militar na Praia Vermelha. Neste batalhão, existiam oficiais de todas as armas. No Rio Grande do Sul existia uma Comissão de Engenharia integrada por oficiais do Corpo de Engenheiros do Exército. Neste Corpo, só podiam nele ingressar oficiais engenheiros com o posto de Capitão.

E foi em Cachoeira do Sul, segundo o que o Marechal Setembrino descreve

“...que me apresentei na sede da Ala Esquerda tendo exercido por dois meses a função de Secretário. Em abril de 1885 segui para Uruguaiana para auxiliar o diretor das obras do Quartel de Infantaria. Em setembro fui enviado a São Borja no comando de contingente de 100 praças à disposição do responsável pela construção em São Borja de um quartel de Cavalaria. Foi o meu primeiro comando. Um comando árduo. O seu pessoal era muito indisciplinado. Decorridos seis meses fui dispensado da Ala Esquerda e enviado para São Gabriel para o Regimento de Artilharia a Cavalo, tendo adoecido em Uruguaiana e com dois meses de licença para tratamento de Saúde. Me apresentando no hoje Regimento Mallet fui instrutor de Infantaria das praças e de instrução de Artilharia da 1ª Bia, Decorridos 5 meses fui nomeado para

comissão destinada a experimentar viaturas de transportes para o Exército. A experiência consistia em transportar de São Gabriel a Bagé pesadas cargas em caixões padrões. Nenhuma das viaturas foram aprovadas por não se prestarem as nossas estradas”.

No dia 22 de janeiro de 1887, aos 24 anos como 2º tenente ele se casou em Uruguaiana com a jovem Leontina Vilela com a qual havia ficado noivo quando foi destacado no comando de um destacamento em Barranca Pelada integrando um cordão sanitário em razão de estar ocorrendo uma epidemia de cólera morbus na Argentina. Com cinco meses de casado retornou em julho ao Regimento Mallet em seu quartel na **Caserna de Bravos**, do qual foi secretário por cerca de 18 meses ao comando do Ten Cel Bernardo Vasques, que chegou ao posto de Marechal e foi Ministro da Guerra (1894-96), antes da Guerra de Canudos, na Presidência de Prudente de Moraes, cuja biografia sintetizamos na nossa obra **História da 3ª Região Militar. 1889-1953**. Porto Alegre: 3ª RM/AHI-MTB, 1995 à p. 49 como comandante da RM de 15 Fev-16 Ago 1892, que assinalou a Queda do Governicho e a quem coube intermediar em 1895 a Paz em Pelotas. Era filho de Magé-RJ e faleceu no Rio.

O Tenente Setembrino encontrou “nele seu excelente mestre por seu elevado caráter, cultura militar e alto sentimento de justiça ...e guia seguro aos que se iniciavam no serviço militar.” Promovido a Tenente de Estado-Maior de 1ª classe deixou o Regimento Mallet com elogio do seu comandante de que transcrevo este trecho:

....revelando sempre nas relações com este comando, ser, sem quebra da justa altivez, própria do homem digno e oficial brioso, um cavalheiro de fina educação, um militar subordinado e conhecedor dos preceitos disciplinares, de que apraz-me, declarar jamais se afastou...

Foi adjetivado por um notável soldado de brioso, o que põe por terra seus desafetos o apodarem de General “Sem ter brio...”

A seguir foi servir em Uruguaiana como secretário do Comando da Guarnição e Fronteira compatível com sua condição de oficial de Estado-Maior de 1ª classe, função que o alcançou a Proclamação da República. Logo a seguir em 1890 foi transferido para São Borja como secretário do Comandante da Guarnição e Fronteira de São Borja ao comando do General Honorário Francisco Rodrigues Lima.

Promovido a Capitão de Estado-Maior de 1ª classe foi transferido em junho de 1890 nomeado membro da Comissão de Engenheiros do Rio Grande do Sul, para reparos no quartel do Exército em Uruguaiana. Colaborou como assessor político do intendente de Uruguaiana, o Cel Antônio de Azambuja Cidade, tendo concorrido na eleição em 5 maio de 1891 e sido eleito deputado constituinte da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que votou em 14 de julho na Carta Constitucional gaúcha. A dissolução do Congresso em 1891 pelo Marechal Deodoro da Fonseca encontrou o Capitão Setembrino deputado na Assembleia gaúcha. E presenciou pressões com vistas à renúncia de Júlio de Castilhos, que terminou por renunciar por solidário ao ato do Presidente Marechal Deodoro da Fonseca e renunciando.

Dissolvida a Assembleia, o Capitão Setembrino se apresentou à Comissão de Engenheiros. Finalmente, aderiu à tropa ao comando do General Manoel Luiz Osório que seguiu para Torres para fazer frente à possível invasão por forças em apoio ao Marechal Deodoro. Só não houve confronto ao Presidente Marechal Deodoro renunciar em favor de seu vice presidente o Marechal Floriano Peixoto. Os reflexos do fechamento do Congresso Nacional por Deodoro na área militar o abordamos em detalhes na História da 3ª Região Militar v. II às p.17/44. Desiludido da política, retorna a Uruguaiana onde atendendo apelos de amigos passa a comandar o Batalhão Defensores da República, para lutar contra os federalistas na Guerra Civil 1893/1895. Batalhão “constituído desde os mais altos funcionários da magistratura local aos mais humildes operários”.

Em breve este batalhão “por sua instrução e disciplina

que eu mesmo ministrava” iria mais tarde regar em 3 Mai 1893 os campos de Inhanduí no qual 4.000 republicanos enfrentaram 6.000 federalistas. Confronto em que participou o capitão Setembrino comissionado tenente coronel por Floriano Peixoto no comando do Batalhão Defensores da República e uma Bateria de canhões Withwort. Este combate foi o batismo de fogo do Capitão Setembrino e averbado em suas Alterações do que reproduzo este trecho:

O Capitão Setembrino “com o seu Batalhão Defensores da República e Bateria em batalha, a direita da minha Brigada, vi-o funcionar até como chefe de peça, dando assim exemplos de sublime valor aos seus comandados e conquistando os aplausos unânimes dos companheiros , que tomaram parte naquela ação por seu heróico procedimento.”

E sobre este evento o Capitão Setembrino faz valiosas considerações nas p. 52/63 de suas **Memórias**. E recebeu elogio do General Hipólito Ribeiro comandante da Divisão Oeste e meu conterrâneo canguçuense que estudo em meu livro **Canguçu - reencontro com a História**. Resende: AHIMTB/ACANDHIS, 2007. 2 ed p. 263/266, elogio do qual reproduzo trecho:

“Para conhecimento das forças sob meu comando publico o seguinte: Havendo seguido doente para Uruguaiana, com licença deste comando o cidadão Tenente Coronel e Comissão Fernando Setembrino de Carvalho, comandante do Corpo Provisório de Infantaria e Artilharia, cumpro o agradável dever de fazendo-me interprete da justiça, louvá-lo por sua conduta irrepreensível, quer como militar, quer como cidadão, já tão evidentemente desde o combate de Inhandui, onde este plecaro e ardoroso republicano foi um dos cooperadores mais salientes para o brilho que ali tiveram as armas da corte republicana. A dedicação do Tenente Coronel Setembrino e

a sua apurada educação militar devem servir de modelo para aqueles que empreendem a jornada (carreira) militar. Hipólito Antônio Ribeiro (comandante da Divisão Oeste).

Retornou a Uruguaiana, em abril de 1895, e juntamente com o Capitão Arias Junior, Diretor de Obras, trabalhou, segundo o historiador acadêmico Carlos Fonttes, na construção de um quartel, onde se alojaria o 6º Batalhão de Infantaria. Esse aquartelamento abrigara muitas unidades militares, dentre as quais o famoso 5º Regimento de Cavalaria Independente, sendo mais tarde, aquele prédio, denominado pela população local de “Quartel Velho”, passando, muitos anos após, ao domínio público. Hoje, nada mais resta daquela velha construção, localizada a Rua Bento Martins, próximo ao rio Uruguai.

Em 14 Dezembro 1900 foi promovido a Major e nomeado Fiscal (subcomandante) do recém criado 2º Batalhão de Engenharia estacionado em Rio Pardo, junto a Escola Preparatória e Tática, onde se apresentou em 13 Abr 1901. Em suas **Memórias** as p.64/67 relatou que encontrou o Batalhão mal instalado, com reduzido número de oficiais, sem disciplina, sem instrução e com falta absoluta de material. E unidade que havia participado do combate a Guerra Civil 1893-95 em Bagé e em Rio Grande a Revolta na Armada. E descreve:

“Além da guarda do quartel, os soldados ocupavam-se da faxina na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, que o 2º Batalhão fazia parte do material de faxina (limpeza) da Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo”.

E prossegue em outras críticas da situação que encontrou que registramos em nossa obra em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. **Escolas Militares de Rio Pardo 1909-1911**. Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS, 2005, do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul.

Ele concebeu a ideia de retirar o Batalhão daquela humilhante situação e o empregar na construção da ferrovia Porto

Alegre-Uruguaiana. E através de seu amigo Ten Cel de Engenheiros Bento Ribeiro, Chefe da Comissão de Construção de Linhas Telegráficas no Rio Grande levou o seu pleito ao Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet, Ministro da Guerra (1898-1902). E que passado um mês recebeu um telegrama do Dr. Vitorino Carneiro Monteiro do Rio de Janeiro:

“Ontem em conferência com o Ministro da Guerra (Mallet) e o Presidente da República ficou resolvida a construção da Estrada de Ferro Porto Alegre –Uruguaiana pelo teu Batalhão, Parabéns...”

Foi momento de intenso júbilo para o 2º Batalhão de Engenharia e depois 1º Batalhão Ferroviário:

“por deixar a situação humilhante em que vivia e senti-me tocado de justa emoção por haver sido o promotor de tão patriótica medida.”

Assim ele se tornou o pioneiro da ideia da participação da Arma de Engenharia na construção de ferrovias e rodovias, como adestramento para seu emprego nestas tarefas em caso de guerra e contribuindo assim para o Desenvolvimento e Integração do Brasil.

A sua ideia foi a que sempre defendi, a participação dos batalhões de Engenharia na construção de ferrovias e rodovias e outras obras como adestramento para ficar nas melhores condições de exercer suas funções em caso de guerra e como sub-produto contribuírem para o desenvolvimento e integração nacional. E não pura e simplesmente concorrerem com a iniciativa privada. Ou adestramento com desenvolvimento. Foi a minha convicção ao trabalhar no 1º Batalhão Ferroviário na construção do TPS de 1957/1959, como capitão comandante de Companhia, no 6º Batalhão de Engenharia de Combate em Cachoeira do Sul 1959/1960 e depois de novo no 1º Batalhão Ferroviário de 1961/1966 e mais tarde de 1981/1982 no comando do 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá-MG. Lembro que em 1970 no EM/do VI Exército no planejamento de manobra em Serra Talhada, a participação planejada de tropa de Engenharia na manobra foi

combatida sob o argumento de prejudicar o Desenvolvimento que então predominou sobre a prioridade de adestramento militar da Engenharia. Este ponto é importante basta ler-se a obra a **Logística da invasão** do General Aguinaldo Sena Campos que foi o E4 da FEB e publicado pela BIBLIEx em 1965. Argumentos por nós usados como Assessor do DEC em 1974 para junto ao EMMME evitar a extinção de Batalhões de Construção então pretendida.

O 4º BE Cmb, ao ser criado em 1910, com base numa Bateria do Regimento Mallet, aquartelou algum tempo no local da Escola Militar em Rio Pardo, onde havia aquartelado o 2º Batalhão de Engenharia que como 1º Batalhão Ferroviário construiu a Ferrovia Pelotas Canguçu e por esta razão foi dada a parte da rua General Hipólito Ribeiro o nome de Avenida Exército Nacional, a qual passou a ter a seguinte denominação Avenida Nacional Brigadeiro Antônio Sampaio no seu bicentenário de nascimento por haver comandado no local como Capitão de 1845-1849, uma Companhia de Infantaria para auxiliar a consolidação da Paz Farroupilha. O 2º Batalhão de Engenharia ao comando do Ten Cel Bento Ribeiro, grande amigo do major Setembrino deixou Rio Pardo por via férrea em 3 nov 1901 com destino a Cacequi com 500 praças e completo de engenheiros militares. De Cacequi marchou seguido de um comboio de 60 carretas até as margens do arroio Inhanduí onde acampou e no dia 18 de Novembro inaugurou o Batalhão a sua saga ferroviária com uma estaca junto a ponte sobre o rio Inhandui, e tendo o Major Setembrino, por diversas vezes assumido interinamente o comando do Batalhão e efetivo depois da saída do Cel Bento Ribeiro. Promovido a Tenente Coronel em abril de 1907 assumiu o comando efetivo do 2º Batalhão de Engenharia e depois de cinco anos de trabalho no Batalhão, retornou para sua caserna em Rio Pardo, em 7 de outubro de 1911, por ter sido substituído na missão pela Chemin de Fera au Brésil. Foram tempos difíceis que o Marechal Setembrino aborda em suas **Memórias** às p.66/72.

Com o apoio do Senador Pinheiro Machado conse-

que que o Batalhão receba a missão de construir a ferrovia Cruz Alta–Ijuí e em 17 de fevereiro de 1907 atingiu Cruz Alta onde acampou. E em 29 Maio de 1910 inaugurou o trecho de 30 quilômetros entre Cruz Alta e Faxinal com a presença do General Trompowski, comandante da 3ª Brigada Estratégica em Santa Maria, a atual 3ª Divisão de Exército, a Divisão Encouraçada cuja saga histórica escrevemos em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e Major Ândrei Clauhs sob o título **3ª Divisão de Exército Divisão Encouraçada – Centenário**. Resende: AHIMTB/IHTRGS, 2008 onde abordamos o Marechal Trompowski, o patrono do Magistério Militar as p.93/95. E dos seus trabalhos bem feitos no comando do 2º Batalhão de Engenharia, que ele descreve em suas **Memórias** às p.78/87 onde abordou:

“A imagem que se formou em torno da minha obscura individualidade, naturalmente a reputação de bom soldado. Eu não era um soldado de raça. Mas logo ao ingressar na Escola Militar, senti-me dominado pelo espírito militar que mais e mais se desenvolveu na caserna. A carreira militar adquiriu para mim um caráter venerável e quase como sagrado. Era um sacerdócio a cujas imposições sempre me submeti com abnegação e devotamento. Se sacrifícios havia eu os recebia em boa mente, em honra da Pátria”.

E prossegue em outras valiosas reflexões sobre a carreira militar sobre o bacharelismo militar que vale a pena serem lidas. A seguir trabalhou em 1907, na construção dos ramos ferroviários Cruz Alta-Ijuí e São Borja-São Luis Gonzaga e em 1908 na linha telegráfica São Vicente-Santiago.

Em 1910 recebeu em seu Batalhão, em Cruz Alta, a visita do Marechal Hermes da Fonseca que havia deixado o Ministério da Guerra (1906-1909) que lhe falou:

“É necessário que você vá servir no Rio. É tempo de lá exercer uma atividade. Precisa progredir na carreira.”

E o convidou para ir para o Rio de Janeiro depois de 25

anos de trabalhos como engenheiro militar no interior do Rio Grande do Sul (sendo cerca de 9 anos no comando efetivo ou interino do 2º Batalhão de Engenharia, e sempre seu engenheiro chefe).

No Rio, depois de 10 meses sem função e tendo sido promovido a coronel por merecimento em 16 Ago 1911 pelo Presidente Marechal Hermes, contrariando o Ministro da Guerra Emídio Dantas Barreto (1910-1911) que tinha outro candidato. E com a saída deste ministro para assumir o Governo de Pernambuco assumiu a chefia de Gabinete do novo Ministro da Guerra Gen Div Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto (1911-12). O General Antônio Adolfo era veterano do Paraguai, e se destacou na proclamação e consolidação da República e é estudado na obra MENNA BARRETO, João de Deus Noronha. **Os Menna Barreto - seis gerações de soldados 1769-1950**. Rio de Janeiro: Graf. Laemmert, 1950. p. 285/346.

O Coronel Setembrino continuou na chefia do Gabinete do novo Ministro da Guerra, o General Vespasiano, que havia sido seu professor de Arte Militar na Escola Militar em Porto Alegre, e segundo ele:

“homem inteligente de apreciável cultura geral...amigo de seus amigos, mas inimigo rancoroso e que o único problema importante que tratou seu Gabinete, interessando o Exército foi o da Aviação Militar ...que coube-lhe a inauguração deste serviço com a construção dos primeiros hangares do Campo dos Afonsos.”

E descreve as p. 02/103 a as circunstâncias da morte, no Contestado, do 1º Ten Aviador Ricardo Kirk, em desastre aéreo quando se dirigia em 1º de março de 1915 para um reconhecimento do reduto Santa Maria que seria atacado no dia seguinte.

Em 9 de fevereiro de 1914 o coronel Setembrino embarcou para o Ceará para pacificar a Sedição de Juazeiro naquele estado, em substituição aos emissários do Presidente

os generais Carlos de Mesquita (a que ele substituirá no Contestado) e a seguir o General Lino Ramos, missão que aborda as p.104-126 de suas **Memórias**, tendo assumido como coronel o comando da hoje 10ª Região Militar e a função de Interventor do Estado do Ceará onde foi promovido a General de Brigada em 8 de abril de 1914. Ao retornar ao Rio ficou a disposição do Ministro da Guerra. E a seguir foi enviado com a missão de Pacificar o Contestado.

Sobre a pacificação do Contestado, deixou a respeito circunstanciado **Relatório** apresentado ao Ministro da Guerra Gen Div José Caetano de Farias (1914-1918) constante de 336 páginas, c/ 50 fotos e 31 anexos do qual possuíamos exemplar que muito exploramos, com destaque para os seus notáveis, judiciosos e oportunos **Ensinaamentos Militares para o combate a uma guerra irregular**. Estudamos o Marechal Caetano de Farias em artigo Marechal José Caetano de Farias - projeção como Chefe do Estado-Maior e Ministro da Guerra na Reforma Militar. **Revista a Defesa Nacional** nº 724, mar/abr 1986, p.93/124.

A parte relativa aos **Ensinaamentos Militares** se constitui um precioso exemplo da muito conhecida Crítica feita depois de uma manobra, exercício militar como instrução, ao mesmo tempo uma valiosa peça de História Militar Crítica, na qual o historiador militar crítico estuda um combate ou uma batalha à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar aprendidos e praticados no caso do Brasil na ECEME, em especial, com vistas a colher subsídios de Arte e Ciência Militar para formação dos quadros de uma força considerada e desenvolvimento de uma doutrina militar, no caso de uma doutrina militar terrestre genuína brasileira como o fez Caxias ao analisar a Batalha do Passo do Rosário a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de que era sócio e, mais tarde, em 1861, como Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros, ao adaptar a Doutrina Militar Terrestre de Portugal, de influência inglesa para as realidades operacionais européias, as realidades operacionais sul-americanas que ele vivenciara em 5 campanhas militares

vitoriosas que comandara.

Este é o desafio para os militares do Exército de hoje e do futuro de um país com crescente projeção internacional econômica e social, e com enormes riquezas a proteger de ambições internacionais em suas **Amazônias Verde e Azul**. Ou seja, desenvolver uma Doutrina Militar Terrestre do Brasil genuína temperada com o que de melhor houver nas doutrinas de exércitos de grandes potências econômicas e militares, de modo a construir, no menor tempo possível **Poder Militar Defensivo Dissuasório Compatível**, inclusive recorrendo com uma aliança militar mais conveniente como Portugal celebrou com a Inglaterra, contra Napoleão e o Brasil com os EUA na 2ª Guerra Mundial. E deixou também, Setembrino, em suas **Memórias**, o Capítulo III às p.127-148 sobre a sua Pacificação do Contestado que abordaremos nesta Segunda Parte deste trabalho. E desta ideia o Marechal Setembrino deu notável contribuição com seus **Ensinamentos Militares** colhidos no Contestado.



O General Setembrino num acampamento no Contestado
(Fonte: Foto de Seu Relatório)

De retorno ao Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1915, foi nomeado Inspetor dos Serviços Administrativos do Exército que mudou de nome para Diretor de Administração do Exército, função da qual aborda o seu desempenho as p. 174/177 de suas Memórias e na qual deixou traços de sua brilhante capacidade na função, e onde foi promovido a General de Divisão em 26 Jan 1918, sendo nomeado comandante da 2ª DE/2ª RM em Niterói, com jurisdição sobre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Niterói.

Em 9 Jul 1919 foi nomeado comandante da 4ª Região Militar em Juiz de Fora. E em 11 Set 1911 em Juiz de Fora, sede escolhida para seu comando, instalou o seu QG em prédio particular. Comando que aborda em suas **Memórias** as p.176/181. Instalou o seu QG no Palacete Frederico Lage em Mariano Procópio e foram construídas as casernas em Juiz de Fora, São João Del Rei e Belo Horizonte e mais tarde as casernas de Ouro Preto, Pouso Alegre e Três Corações. E conseguiu manter a 4ª Região alheia às disputas entre militares na Revolução de 1922 sobre o que escreveu:

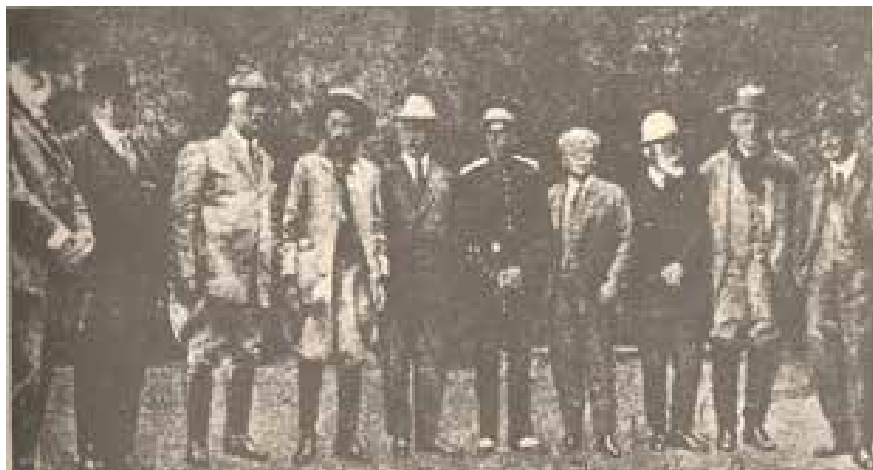
“Por ocasião da campanha política entre as candidaturas Arthur Bernardes e Nilo Peçanha, o extremismo político conseguiu pelas Cartas Falsas, atrair para Arthur Bernardes uma forte corrente de oposição, de parte de numeroso grupo de oficiais, considerando-o incompatibilizado com o Exército. Este viu-se cindido em duas parcialidades. A maioria não acreditou na veracidade das cartas (que eram mesmo falsas). A agitação profunda abalou todos os espíritos do Sul ao Norte do país. A única Região Militar que manteve calma atitude alheando-se de qualquer pronunciamento político foi a de Minas Gerais...”

A Região sob o seu comando!

Nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército ele deixou Juiz de Fora em Julho de 1922 depois de três anos de feliz e profícuo comando da 4ª Região Militar que ele organizara. O General Setembrino assumiu a chefia do Estado-

-Maior do Exército em 5 de julho de 1922 em momento grave do Brasil. Na noite anterior havia estourado a Revolta da Escola Militar do Realengo e do Forte de Copacabana. E às p. 182/187 de suas **Memórias** ele descreve a parte que lhe coube no episódio como Chefe do Estado-Maior do Exército e a iniciativa que teve de assumir o comando das operações para sufocar a Revolta. E seu pensamento militar sobre Estado-Maior expressou três anos antes em Artigo na **Revista A Defesa Nacional** nº 73 de 15 Set 1919 quando exercia esta função o seu grande amigo Gen Div Bento Ribeiro. Artigo centenário resgatado, a nosso pedido, pelo Major Alcides de Souza, Historiador da BIBLIEx.

Em 15 de novembro de 1922 o General Setembrino, a convite do presidente eleito Arthur Bernardes assume as funções de Ministro da Guerra que exerce de 1922-26 por quatro anos em substituição ao Ministro da Guerra Pandiá Calógeras. E nas páginas 188-297 de suas **Memórias** aborda eventos de sua ação como Ministro da Guerra, dentre eles a Pacificação da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul às p. 206/223 e o grande movimento revolucioná-



À esquerda, o General Setembrino, Ministro da Guerra, nas negociações em Pedras Altas que resultaram na Pacificação de Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul e, na segunda, chefes revolucionários da Revolução de 1923 (Fonte: História do Exército, 1923).

rio tenentista de 1922/1926, num período muito difícil para o nosso Exército e seu Ministro. Neste período pacificou a Revolução de 1923, em Pedras Altas - RS, atuação que mereceu elogios, por sua atuação, do historiador Sérgio da Costa Franco, em seu livro **A pacificação da Revolução de 1923 - As negociações em Bagé**. Porto Alegre (vide Bibliografia).

O Gen Setembrino em visita como Ministro da Guerra em 1923 em Rio Pardo, ao solar de D. Maria Adelaide, filha do General Andrade Neves, o Barão do Triunfo, residência defronte à Escola Militar em Rio Pardo onde ele servira longo tempo e comandara o 2º Batalhão de Engenharia aquartelado naquela escola. A sua filha mais velha Zaida casara com o sobrinho de D. Maria Adelaide, Francisco Ramos Andrade Neves que, como general em 1932, comandou a 3ª Região Militar no



combate à Revolução de 1932. Sentados, da esquerda para a direita o General Setembrino, D. Maria Adelaide, seu filho General Eurico Andrade Neves, comandante da 3ª Região Militar 1923-26 e o Capitão Euclides de Oliveira Figueiredo que atuou com destaque no Contestado e no Gabinete do Ministro Setembrino (Fonte: Foto obtida pelo Cel Caminha e publicada em Escolas Militares de Rio Pardo).

Em abril de 1924 foi graduado Marechal, tendo consagrado no ano anterior o dia 25 de agosto data do nascimento do Duque de Caxias, como o Dia do Soldado em homenagem ao Pacificador do século XIX tendo assinado artigo “Dia do Soldado - sua instituição” na Revista **A Defesa Nacional** nº 189, set 1929 que transcrevemos na Introdução desta obra.

Em razão do Marechal Setembrino, até então, registrar em seu currículo a pacificação de três movimentos armados,

em 1914 a Sedição de Juazeiro no Ceará, em 1914/1916, a Guerra do Contestado e em 1922 haver mantido a 4ª Região Militar em Minas Gerais alheias às agitações que culminaram na Revolução de 1922 (motivada por Cartas Falsas atribuídas ao presidente eleito Arthur Bernardes), e em 1923 a pacificação da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, considero-o o Pacificador do século XX.

Enfrentou igualmente as revoluções tenentistas de 1922, no Forte de Copacabana e na Escola do Realengo que lhe coube sufocar conforme descreve em suas Memórias a sua atuação como chefe do Estado-Maior e a Revolução de 1924 em São Paulo, liderada pelo General Izidoro Dias Lopes, filho de D. Pedrito, e no Amazonas e Sergipe tendo lançado dois manifestos ao Povo Paulista, em 11 de julho pedindo aos revoltosos que voltassem à Ordem e no dia 18 de Julho O Manifesto '**Camaradas**' dirigido às praças pedindo que se dirigissem ao Comando das Tropas Legais onde seriam isentos de culpa. E a seguir a Coluna Miguel Costa Prestes 1924/26 como Ministro da Guerra de Arthur Bernardes.

Na sucessão do Presidente Arthur Bernardes seu nome foi cogitado para a Presidência da República conforme documenta em suas Memórias tendo declinado e apoiado o Presidente Washington Luiz.

Setembrino deixou o livro **Memórias – dados para a História do Brasil** do qual conseguimos cópia que estamos explorando, das quais o CPDOC da Fundação Getulio Vargas também possui junto com o Arquivo do Marechal a ela confiado. **Memórias** digitalizadas em 304 páginas pela Universidade do Texas, nos Estados Unidos. Memórias relevantes para a História do Brasil entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930. E na Academia Militar das Agulhas Negras no acervo da Federação de Academias de História Militar do Brasil (FAHIMTB) e Academia de História Militar Terrestre/Resende Marechal Mário Travassos, homenagem ao 1º comandante da AMAN, as suas Memórias estarão disponíveis para pesquisas nos centenários em 2022 da Revolução de 1922 na Escola Militar e no Forte de Copacabana e da Revolução de

1924 em São Paulo e da Coluna Miguel Costa Prestes.

O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983 da Fundação Getúlio Vargas v.1, p.682/684 aborda com mais detalhes sua vida e obra, inclusive que chegou a ser cogitado a candidatar-se à presidência da República na sucessão de Arthur Bernardes, quando desautorizou o lançamento de sua candidatura e apoiou a candidatura de Washington Luiz.

O Centro Cultural de Uruguaiana, no antigo Quartel-General da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de 1944/1977, abriga várias peças relacionadas com o seu ilustre filho que foi consagrado pela Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) a atual FAHIMTB, como patrono de sua Delegacia em Uruguaiana que tem por Delegado o acadêmico historiador e artista plástico Carlos Fonttes que nos forneceu cópia de suas Memórias.

Ele casou em 22 de janeiro de 1887 em Uruguaiana, aos 25 anos como 2º Tenente com D. Leontina Damasceno Vilela, de cujo consórcio nasceram 8 filhos: Zaida que casou com o General Francisco Ramos de Andrade Neves, neto do general Andrade Neves, o Barão do Triunfo e que comandou a 3ª Região Militar durante a Revolução de 32 (vide do autor: **História da 3ª RM**. V.II, p.288); Fernando, bacharel em Direito; Adelina, casada com o Cel Lafayette Cruz; Scylla que casou com o General Sebastião do Rego Barros; Urbano, engenheiro civil; Isabel, casada com o General Pedro Geraldo de Almeida que comandou a AMAN em 1962 e foi chefe do Gabinete Militar do Presidente Jânio Quadros e consta do **Dicionário Histórico Brasileiro** da FGV.v 1, p.85; e César, Engenheiro Civil.

Em Uruguaiana existe a Av. Marechal Setembrino de Carvalho, a rodovia, de Uruguaiana, que vai dos quartéis da Guarnição local, até o aeroporto e também em Campinas-SP existe rua com o seu nome. A Unidade de Artilharia AD/5 DE – Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército, de Curitiba-PR, tem a denominação de Artilharia Divisionária Marechal Setembrino de Carvalho e também, como homenagem a ele, existe a “Medalha Marechal Setembrino de Carvalho” e em Campinas-SP existe importante rua em sua homenagem. Em

23 de setembro, aos 77 anos, deixou as seguintes disposições à família sobre a sua morte e constantes de suas **Memórias**:

Minha morte

Pressinto que se aproxima a hora derradeira de minha vida. A voz secreta de minha alma anuncia o triunfo das forças destruidoras do organismo físico, na luta com as energias vitais.

Há muito me ferve na mente ideia de registrar no papel, para serem lidas e executadas no momento oportuno, minhas últimas palavras neste mundo.

Pelos motivos acima referidos resolvi fazê-lo hoje, e ainda porque neste instante toda minha sensibilidade acha-se sob a influência da música, pelo rádio. A música sempre exerceu um grande poder sobre meus generosos sentimentos, teve sempre um grande império em minha alma e coração.

Este último período de minha existência se caracteriza por acerbos dores morais, ainda que aparentemente tal pareça não suceder. Pura ilusão! Efeito de uma dissimulação imposta pela mais elevada e necessária discrição a que conveniências de naturezas várias me obrigam. Intimamente, porém, sofro muito. A. música, hoje, não sei porque, deu um impulso de tal ordem aos meus sofrimentos que fui levado a pensar na morte, e mesmo a desejá-la, resolvendo, por isso, não mais adiar aquilo que, como disse, desejava, há mais tempo, fazê-lo.

Rogo, pois, aos meus amados filhos e filhas, ou as pessoas presentes, se porventura meu passamento ocorrer na ausência deles, que sejam cumpridas a risca as seguintes instruções:

- 1 - O “enterramento deverá ser o mais simples possível”;
- 2 - A comunicação à Repartição competente militar deverá ser após o sepultamento, a fim de evitar pronunciamentos oficiais de qualquer ordem, e esta comunicação somente porque é necessária a fins ulteriores;
- 3 - Não haverá convites por meio algum, nem aviso a parentes e amigos;
- 4 - Os filhos presentes e alguns amigos poderão ser auxiliados

por Praças do Exército para conduzirem o féretro para o carro e deste para o cemitério;

5 - Na sala mortuária, isto é, naquela em que o corpo for depositado, aguardando o tempo legal para o saimento, não deverá haver preparativos ou modificação de espécie alguma;

6 - Numa simples mesa o caixão deverá ser colocado;

7 - Não haverá tochas ou velas;

8 - Um simples crucifixo como continuação ou demonstração derradeira da profunda veneração que sempre tributei a Cristo, grande Redentor da Humanidade;

9 - Não haverá absolutamente flores. Estas só devem aparecer onde há alegria, e embora não haja grande pesar é de justiça esperar que alegria também não haja;

10 - Ninguém absolutamente deverá ver meu corpo;

11 - Logo depois de expirar deverei ser coberto, inteiramente, dos pés à cabeça. Provisoriamente, com uma colcha ou lençol, depois enrolado dos pés à cabeça em um pano de veludo roxo ou azul marinho, de maneira que ninguém me veja o rosto, vedando-o assim a todos os olhares;

12 - Com estas disposições não haverá na sala, além das pessoas que, apesar de não anunciado o passamento, comparecerem, mais que uma mesa, sobre a qual estará o caixão. Tudo muito simples de modo a não impressionar a ninguém;

13 - Por mim não haverá encomendação. Mas, não devo privar as pessoas da família, religiosas, dessa parte do ritual das cerimônias do seu culto;

14 - A sepultura será perpétua, podendo ser utilizada por outros da família. Fica isto à deliberação dos sobreviventes;

15 - Não deverá haver luto. Fui sempre contrário a exteriorização de pesar sincero ou convencional;

16 - Supondo que aos reformados, hoje, não cabem honras fúnebres militares. De qualquer maneira eu não as quero o que, aliás, se depreende do item nº 2;

17 - A Mutualidade do Clube Militar e o Círculo dos Reformados fornecerão um conto e tanto cada um para o enterro, no mesmo dia em que ocorrer o óbito. Basta telefonar. O Governo concorre, segundo a última tabela, se me não falha a mente,

com 2 contos de réis, assim disporão com cerca de 5 contos para o enterramento;

18 - Se alguém, por espírito religioso, ao qual me não posso contrapor, por não dever tentar influir em crença alheia, lembrar-se da celebração de missas, poderá realizar a ideia, mas sem convites. Somente para as pessoas da família que revelarem interesse em comparecer;

19 - Morro com a consciência tranquila, com sincera paz de espírito e até mesmo satisfeito, porque já vivi além do que era necessário. Nada mais tenho a realizar neste mundo. Servi com dedicação esmerada à Pátria, à Família e à Sociedade;

20 - Levo para o túmulo o grande amor que sempre consagrei aos meus extremados filhos, a quem procurei ser útil em toda a minha vida.

Marechal SETEMBRINO DE CARVALHO

Nota: Creio que decorridos 100 anos devam os profissionais militares julgá-lo como um soldado que foi fiel a sua verdade e não por suas posições a partir da Revolução de 1922, provocadas por Cartas Falsas tomadas por muitos como verdades e que tantos prejuízos causaram a inocentes alunos da Escola Militar do Realengo que foram desligados, dos quais privei com os notáveis Generais Jonas de Moraes Correa Filho e Edmundo de Macedo Soares hoje patronos das cadeiras 34 e 49 da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil e que foram meus presidentes no Instituto de História e Geografia Militar do Brasil e confrades no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que tantos e notáveis serviços prestaram ao Brasil.

(*) O original desta carta encontra-se em poder de uma filha do Marechal (Sra. Lafayette Cruz), em Porto Alegre.

MEMÓRIAS DO GEN SETEMBRINO SOBRE A PACIFICAÇÃO DOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA NA GUERRA DO CONTESTADO

Foi decidida, a pedido dos Governadores de Santa Catarina e Paraná junto ao Presidente da República Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, a intervenção federal, e este nomeia para tal missão o General de Brigada mais moderno, o Gen de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho.

E o General Setembrino, em suas Memórias, aborda a Pacificação dos Estados do Paraná e Santa Catarina – Campanha do Contestado, às páginas 127 a 173, as quais passaremos a reproduzir, introduzindo entre parênteses complementos e por vezes notas de minha autoria.

O General Setembrino as inicia declarando a sua renúncia a ser nomeado Delegado Federal nos Estados do Paraná e Santa Catarina, armadilha política em que tentaram lhe envolver e manipular e declarando:

“Que só aceitava a missão militar, exclusivamente estranha, completamente, a manejos partidários e competições políticas”.

E lembrava o Ceará, onde as injustiças das quais foi vítima pelo exercício político, como seu governador interino, de calúnia impiedosa.

E assim foi nomeado nos seguintes termos pelo Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca:

“Resolvo nomear o General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho, Inspetor Permanente da 11ª Região Militar, internamente com a incumbência especial de reprimir os desordeiros que nos Estados do Paraná e Santa Catarina atentarem contra as autoridades federal e local”.

O General Setembrino assumiu em 12 set./1914, a Inspeção da 11ª Região Militar (atual 5ª RM/5ª DE).

Observou o descaso com que eram tratadas as tropas do Exército em Guarnição, em um importante Estado fronteiriço com país estrangeiro, relegando para um plano secundário vi-

tais interesse da Defesa Nacional.

E desse seu plano, abordado neste trabalho elogia os seus principais auxiliares dentre eles:

“Os capitães José Osório, brilhante e operoso Chefe do Estado-Maior, Oscar Saturnino de Paiva, Chefe de Serviço de Engenharia, cuja capacidade e proveitosas iniciativas converteram-se em resultados felizes e o 1º Tenente Manoel de Cerqueira Daltro Filho, como elemento de alto valor, junto a um Comando Militar, a que fiquei devendo uma inapreciável folha de serviços relevantes” (veja, ao final, sua síntese biográfica).

A certa altura escreveu:

“Era eu então o comandante das forças que iam operar contra nossos patrícios transviados da lei. O que eu não sabia porém, o que não me foi dado vislumbrar, é que seria também alvo das mais atrozes injustiças, das mais vis e grosseiras agressões de uma parte da imprensa do meu País, a vítima das acerbas e ridículas, dos estrategistas e táticos de avenidas, como alguém os denominou e, ainda mais dos comentários dos incompetentes, suficientemente cautos (prudentes), para apenas murmurarem em rodas de igual quilate intelectual, vítima ainda da demagogia de tresloucados que na execução de planos de desvairada ambição, tripudiam sobre as reputações alheias, preferindo aqueles em quem pressentem uma força capaz de reprimir-lhes os ímpetus ambiciosos.

Pois bem, descrevendo em ligeiros traços a minha conduta, expondo as razões fundamentais do Plano de Operações, relevando as circunstâncias que mais influência exerceram sobre a marcha dos acontecimentos, embala-me a esperança, não direi de impor silêncio aos meus detradores, profissionais da honra, mas de levar às consciências honestas, a convicção da nobreza de meus sentimentos, e a

certeza de que se não foi brilhante o papel desempenhado por meu Comando Supremo das tropas, ele foi digno, leal e subordinado aos mais exigentes preceitos da Honra Militar.

Chegaram-me pronunciamentos atribuídos a oficiais das guarnições do Rio e Curitiba que, se a natureza não me houvesse dotado de fortaleza moral, ter-me-iam compelido a desistir da empresa, solicitando demissão de um cargo, mesmo sem ainda o ter exercido.

Era o modo de pensar dos que julgavam deprimente ao Exército, sua intervenção contra bandoleiros. Seria exato, se tratasse de uma rebeldia de insignificantes consequências.

Mas o que o país inteiro presenciava era o trágico espetáculo atentatório de seus foros de país civilizado, cuja ação se desenvolvia num vasto cenário, onde os autores contavam-se aos milhares. E a prova mais cabal era a de que, a Polícia dos estados, era impotente para derrotar os baluartes do fanatismo, pois, que haviam sido infrutíferas os esforços das expedições dos Exército, que contra eles foram enviadas.

Não me era lícito, pois, compartilhar dessa opinião.

Havendo os governos estaduais solicitado o auxílio da União, nos moldes constitucionais, perturbando a ordem interna, cumpria ao Exército, uma das suas missões, marchar resolutamente para o restabelecimento do império da lei e da justiça, em uma circunscrição da República”.

Menciona haver encontrado a colaboração do governador de Santa Catarina, Coronel Felipe Schmidt e o do Paraná o Tenente Coronel Carlos Cavalcante, aos quais tratou como companheiro.

E assim descreve dois revoltosos:

“Contava-se nas ribanceiras do rio Itajai

o reduto do chefe bandoleiro, Tavares, catarinense nato, e sem contestação, o mais inteligente... Embrenhado nas florestas de Colônia Vieira, nas margens do rio Canoinhas, o guerrilheiro Aleixo, capitão da Guarda Nacional, em Santa Catarina, a frente de um numeroso grupo, considerando-se esbulhado de terras de sua propriedade, exigia a solução da Questão de Limites.

Nunca me senti tão elevado, e se o orgulho derivado de situações sem dúvida ocasião mais própria não encontraria do que em meu Quartel General contemplava, um verdadeiro delírio de atividade, até altas horas da noite, e no qual brilhante um grupo de oficiais, sob direta chefia do ilustre Capitão José Osório, hoje General, que revelava uma capacidade de trabalho admirável e desvanecedora. Jamais me esquecerei desta fase de minha vida militar.

A minha preocupação especial era levantar o moral da tropa, o que como sabemos, constitui um fator poderoso de vitória.”

O GENERAL SETEMBRINO, SUAS REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES, EM SUAS MEMÓRIAS, ANTES DE ORDENAR A OFENSIVA À REVOLTA NO CONTESTADO

Ele assim inicia as suas reflexões e considerações:

“São de um ilustre professor estas palavras:

“A preparação para a guerra não comporta unicamente as questões de efetivo, instrução militar e de tática, mas ainda, e, sobretudo, um lado íntimo e humano: aquele que, fazendo apelo ao coração dos executantes, procura inspirar-lhes os lances generosos e os grandes sacrifícios.”

Para consecução de seu desejo se esforçou para suprir a tropa de tudo quanto mister se fazia, com o intuito de evitar vicissitudes oriundas da carência de elementos o que contribui para depressão moral. E escreveu:

É incontestável que oficiais e soldados que marcham para uma operação, sabedores de que, se um projétil os atingir, produzindo grave ferimento, não terão médicos para atendê-los, nem farmacêuticos, nem medicamentos, assim como duvidosos da regularidade no fornecimento de víveres, tornando-se para eles um problema a nutrição, sentirão fatalmente as suas forças morais enfraquecidas.

Procurei, incutir na tropa de sua Divisão Provisória o desejo de enfrentar o inimigo e combatê-lo, e citando expressão de Jomini, diz: “O sucesso repousa sobre o desejo sincero de se bater.”

Uma vez de posse das informações colhidas, na maioria imprecisas, contraditórias, e com o socorro das quais somente a firme vontade do chefe poderia mover-se naquele mar de dúvidas, fixou o objetivo ‘ação’, o que lhe pareceu em seu Estudo de Situação mais conveniente para o fim a atingir:

“Reconduzir aqueles nossos patrícios ao regime da lei, plano que em suas linhas gerais a minha segunda ordem do dia traduz:

‘Para metodizar as operações de guerra contra os revoltosos do Contestado, tomou a seguinte decisão:

Uma parte da tropa a esse fim destinada ocupará todos os pontos por onde possam eles comunicar-se com os centros populosos. A outra parte, constituindo colunas móveis de todas as armas, penetrará pouco a pouco nos sertões, levando sempre o objetivo de descobri-los e neutralizá-los. A tropa que vai operar o cerco da zona infestada pelo inimigo será distribuída em quatro linhas de cerco”

(as suas posições e constituição constam mais adiante).

Pretendeu organizar um Serviço de Vigilância no rio Iguaçu, com pequenas lanchas armadas em guerra e sobre isto escreveu:

“Devo consignar aqui o excelente concurso que me foi prestado pelo nosso inolvidável e ilustre Almirante Alexandrino de Alencar, colocando à minha dispo-

sição pessoal e material que, depois de já em Curitiba, vi-me obrigado a reenviar, porque, chegando a época da estiagem, o rio deixou de oferecer franca navegação. Essa flotilha teria por missão evitar a passagem dos bandoleiros para a margem direita do rio, operação por eles sempre tentada. Foi, então, quando para obstar tais incursões do inimigo, lancei mão do Coronel Fabrício Vieira, oficial da Guarda Nacional, que, organizando uma pequena força, tornou-se a garantia das populações daquela margem’.

Quanto ao sistema de abastecimento das forças que guarneciam a Linha Sul, em princípio independentes, sem um comando geral, era o de aquisição por compra na área que ocupavam. Fixou em 8.000 homens, mais ou menos, o efetivo das tropas regulares, que, sob o seu comando, deviam operar, com o concurso de patriotas civis (vaqueanos) cujos serviços eram reconhecidos, porque eram perfeitos conhecedores do território, afeitos à tática dos revoltosos, e por receio da morosidade na concentração das tropas do Exército de sua Divisão, enviadas de mais de um Estado da República. E reconheceu os serviços desses vaqueanos como de alto valor, como demonstra com documentos em seu arquivo. E recomendava aos comandantes das colunas que tivessem em alta conta a cooperação dos vaqueanos (guias civis), como eram eles denominados.

As circunstâncias de tempo e espaço tolhiam o Gen Setembrino à utilização de todos os recursos para a maior presteza dos preparativos para as operações. E menciona que do Governador do Paraná recebeu sempre o mais valioso auxílio, colando à sua disposição o Regimento de Segurança do Estado, que conquistou aplausos das forças do Exército, ao lado das quais combateu, pela sua eficaz cooperação.

E se apóia na lição de Clausewitz, na sua concepção da Teoria da Guerra:

“Que são os combates que decidem em última instância, e que só pelos seus efeitos podemos realizar o aniquilamento das forças armadas e a ruína total do

poder do inimigo, quer esses combates tenham realmente lugar, ou que, sendo oferecidos, hajam sido recusado pelo adversário. E estatui o princípio de que os combates tornados possíveis, devem, pelas consequências, ser considerados como combates reais.”

E mais uma vez recorre a este pensamento de Clausewitz dizendo:

“Quando enviamos uma parte de nossas tropas a cortar a retirada do inimigo em fuga e que, este, sem combater depõe as armas, é claro que só o temor pelo combate, que lhe oferecemos assim, determinou-lhe esta conduta. Do mesmo modo quando para privar o inimigo dos recursos de toda sorte que poderia retirar de uma província por ele abandonada sem defesa, fazemo-la ocupar por forças nossas, se o inimigo consente em continuarmos de posse não é evidentemente senão porque não ousa afrontar o combate que lhe seria necessário dar para nos expelir. Em um como em outro caso atingimos ao nosso fim, e só a probabilidade de combate teve suas consequências”.

Declara que os fecundos ensinamentos do genial Mestre Clausewitz consorciavam-se inteiramente com o seu sentir, em relação a esta guerra, pois, se ele aspirava sair dignamente da empresa, não desejava, entretanto, que uma só gota de sangue de seus patrícios fosse derramada naquelas opulentas terras. E declara:

“Na aplicação do princípio eu procurei, antes de tudo, buscar o sucesso, o triunfo da causa legal. A imagem de minha conduta, tal como a estou revelando, com obediência absoluta à verdade, e com o testemunho de muitos camaradas que lá me prestaram a cooperação de seus talentos e virtudes militares, fará ressaltar que só inconfessáveis paixões ditaram a tarefa tão ingrata de desvirtuar minhas intenções, de desnaturar meus intuitos.”

Por outro lado, pensava que decidir por uma Ofensiva

vigorosa, procurando no combate real o desenlace da luta, se sentia inibido de o fazer, pois seu espírito era trabalhado por grandes dúvidas acerca do estado moral das forças de sua Divisão Provisória. E declarou:

“Para uma resolução de tal natureza era preciso a convicção de que a força sob meu comando desejava sinceramente enfrentar o inimigo e bater-se. Eu não a possuía!

E por sentimentos de ordem elevada não lhe permitissem, ou porque solicitações egoísticas o fizessem recear os azares de um lance perigoso em que a sua reputação de general ficasse comprometida, ou por ambas razões conjugadas, decidiu não atacar de imediato, optando por medidas rigorosas para colher os resultados que igualmente poderia conseguir pelo ataque. E estas medidas rigorosas ao invés do ataque imediato assim as definiu:

“Por uma sólida e bem articulada organização das linhas de cerco que, restringindo o Teatro de Operações, cortariam a liberdade de ação do adversário, eu atentava contra sua existência, subtraindo-lhe os recursos de todo gênero, cuja procedência era ignorada, mas que sabíamos positivamente ele receber. Oferecendo ao adversário o espetáculo de uma força perfeitamente aparelhada, com aptidão necessária para enfrentá-lo, o que anteriormente jamais havia ele presenciado, contava inspirar-lhe o terror, abalar-lhe profundamente o moral para impor-lhe a minha vontade.”

O General Setembrino considerava este como predisposições para o ataque, e daí provocar a deposição das armas pela Revolta esposando assim a opinião de seu mestre, no caso, Clausewitz. Daí se achar muito esperançoso sobre o resultado desta maneira de agir, antes de uma Ofensiva. E assim pensava:

“Tal concepção, para atingi-la, não continha exclusivamente a ideia de uma ostentação do poder material das minhas tropas, não! Eu exortaria aquelas almas rudes e espíritos incultos, valendo-me de todos os meios

aproveitáveis, para renunciar uma luta, cujo desfecho lhes seria fatalmente cruel. A ofensiva seria o recurso extremo, quando sentisse impotentes os esforços com pertinácia desenvolvidos para debelação do mal”.

O General Setembrino declara que procurou a Religião Católica para solicitar o seu auxílio, e foi acolhido pelo ilustre riograndense, glória do clero brasileiro, S. Excia. o Sr. Bispo D. Braga, de Curitiba, que com aquela bondade e carinho que o fizeram amado por todos quantos dele se aproximaram, para secundar meus humanitários sentimentos, como qualificava os esforços que eu dispendia para evitar a efusão de sangue. E lhe apresentaram o virtuoso Frei Rogério, da Congregação dos Franciscanos. E declara:

“Confiei-lhe, então, a tarefa de trasladar-se a todos os lugares infestados pelos fanáticos com o duplo objetivo de oferecer-lhes todas as garantias, se depusessem as armas, e ao mesmo tempo recolher mulheres e crianças, que constava existirem entre eles, sem abrigos, famintas e semi-nuas.

Desta segunda parte conseguiu o meu bom padre desobrigar-se brilhantemente, prodigalizando conforto a muitos desses entes, que, disseminados pelas margens do rio Iguassu, viviam sob o jugo dos fanáticos. Quanto a reduzir o inimigo à capitulação, foram baldadas as exortações do virtuoso sacerdote, findando sua benemérita tarefa quando dirigindo-se para o reduto de Bonifácio Papudo, foi recebido com uma descarga de fuzilaria que matou o cavalo do seu companheiro, o qual foi salvo pelo padre na garupa do seu”.

Foi a desilusão do General que colocava por terra as suas intenções do restabelecimento da ordem no Contestado sem o emprego da violência. E dirigiu o seguinte apelo aos habitantes do Contestado:

“Fazendo um apelo aos habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convido a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver forças, a cujos comandantes devem

apresentar-se. Aí, lhes são garantidos os meios de subsistência, até que o Governo lhes dê terras, das quais se passarão títulos de propriedade. A contar, porém, desta data em diante, os que o não fizerem espontaneamente e forem encontrados nos limites da ação da tropa, serão considerados inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis de guerra.

Quartel General das Forças em Operações,
26 de Setembro de 1914”.

Neste documento, que o General, revelando seus desejos de Paz, não implorou, exigia, sob o argumento de não se coadunar ao caráter de um chefe militar o tom plangente, implorando ao inimigo que se queria vencer, e para fazer que obedecesse a sua vontade que ele disporia de uma grande força. E em que pese expedientes referidos pelo General, ele anunciava e propalava a Ofensiva em todos os documentos, por conhecer o excelente Serviço de Informações da Revolta, existindo seus agentes na cidade de Curitiba. E o General sabia que seria levada até os redutos a notícia do ataque, e pretendendo assim convencer os revoltosos a aceitar as garantias que oferecia. E declara:

“Não colhi o menor resultado, pois o inimigo se havia habituado, pelas anteriores expedições, às investidas sem perseverança e tenacidade (por falta de planejamento compatível) da força federal que, após um sucesso mal definido, recuava, recolhia-se a quartéis, deixando nos sertões em pleno domínio o banditismo”.

Apesar da demora das forças da Divisão Provisória da concentração operada lentamente, por todo o mês de novembro atingiu a sua execução a primeira parte do Projeto de Operações, do General Setembrino, constante da sua ordem do comando geral de 19 de Setembro de 1915.

E declara: “Na guerra, teremos a luta constantemente com o desconhecido. Operaremos sob informações incompletas, E falsas na maioria dos casos”.

E recorre à experiência de Napoleão, que declarava:

“Que um plano militar no qual um terço das

probabilidades era confiado ao acaso, devia ser considerado perfeitamente combinado”.

Cumpre, pois, precavermos-nos contra o imprevisto, e, para contar com probabilidades de sucesso em uma Operação Militar, convém seriar as questões, porque assim poder-se-á evitar que circunstâncias inopinadas obriguem a novas decisões, com o cortejo fatal e altamente prejudicial das contra-ordens, que tudo perturbam, deprimindo a confiança que o chefe deve inspirar à tropa pela firmeza nas suas resoluções”.

Foi a Estratégia que o General Setembrino adotou no comando da Campanha Militar no Contestado, e a sua primeira Ordem de Operações foi breve, concisa, e externou o seu pensamento estratégico de modo geral.

Os acontecimentos posteriores ao grande cerco da Revolta indicariam novas condutas de combate intermediária para consecução do Objetivo Principal da Campanha Militar do Contestado.

A atitude da tropa nas linhas de cerco não foi, todavia, de uma Defensiva passiva, que concorreria para maior abatimento das suas forças morais. Procurou o General Setembrino incutir nas suas tropas o espírito da Ofensiva, despertar a vontade de combater entre os soldados, e o ardor durante a luta, eliminando uma como que apatia, uma lamentável indiferença pela causa confiada à defesa de sua Divisão Pacificadora, que era a causa da Lei e do Direito, gerando-lhes mesmo a paixão, o que adviria da vitória dos primeiros embates com o inimigo, pois considerava inadmissível a permanência nas cercanias dos acantonamentos de suas tropas de grupos inimigos a efetuarem depredações. Por isso, aos Srs. Comandantes das linhas permitiu iniciativas para coibi-las. E finaliza:

Tal era a situação, quando convencido da inutilidade dos meus incessantes esforços para obter a Paz por meios suasórios, resolvi atacar a Revolta. Para isso a 22 de dezembro de 1915, parti para o interior do Estado do Paraná. Todavia, ao penetrar o Contestado, ainda

concitei os revoltosos a abandonarem uma luta que seria cruenta, dirigindo-lhes a seguinte proclamação:

AOS MEUS PATRÍCIOS REVOLTOSOS

“Estou no Contestado em meio à tropa sob meu comando, no desempenho da missão que me foi confiada pelo Governo da República, de restabelecer a ordem nesta bela porção do território pátrio. É com a alma confrangida que assisto nesta luta inglória, derramar-se o sangue precioso dos meus patrícios: — uns, soldados do nosso valoroso Exército, que tombam no cumprimento do seu dever, obedientes aos compromissos contraidos para com a nossa Pátria, outros — cidadãos que abandonando os lares, desprezando o trabalho honesto, e divorciando-se da civilização, se internaram, errantes, pelos sertões para atentar de armas na mão contra a autoridade legalmente constituída. E como nutri sempre o nobre desejo, a consoladora esperança de vencer-vos sem a dolorosa preocupação de exterminar-vos, adotei a Defensiva como gênero de guerra, preferindo que fôssemos nós os atacados. Por isso mesmo ao encetar esta campanha, convidei os rebelados a deporem as armas, espalhando um apelo em que transpareciam os meus sentimentos de pura humanidade. Atacados, temos sido sempre vitoriosos. Desde o dia 11 de Setembro que lutamos, e os meus soldados se sentem cada vez mais encorajados para a vitória final, que não tardará. Mas, é preciso parar. É forçoso que se termine esta luta, que o sangue brasileiro não continue a manchar as nossas terras, onde a natureza acumulou tesouros inesgotáveis para grandeza da nossa Pátria. Não venho trazer-vos a morte ou o presídio, pelo triunfo de nossas tropas, senão concitar-vos mais uma vez a que deponhais as armas e aceiteis as garantias que vos ofereço em nome do Governo e da Lei. Impõe-se que volteis novamente ao trabalho, meio único capaz de garantir a felicidade do lar e promover a prosperidade da nossa grande Pátria, que na

quadra atual tanto necessita do patriotismo dedicado de seus filhos.

Rio Negro, 28 de Dezembro de 1914.

Organizadas já estavam pelo General Setembrino as colunas que deveriam operar, deixando tropas de ocupação para garantir as Linhas de Comunicação e assegurar o Serviço de Etapas, que em marchas convergentes, segundo a sua concepção estratégica, iriam atacando a Revolta, com o objetivo de concentrá-lo em um só ponto, onde ele iria procurar a decisão. E as colunas móveis progredindo de modo a se prestarem mútuo auxílio, terminariam por fazer junção no momento oportuno, procurando assim a Vitória na aplicação do princípio de Estratégia:

“Ser o mais forte no momento decisivo!”

A OFENSIVA DO GENERAL SETEMBRINO CONTRA A REVOLTA DO CONTESTADO, SEGUNDO SUAS MEMÓRIAS

O General Setembrino deu início à ofensiva à Revolta depois de tentar, sem resposta da mesma, soluções abordadas que resultassem na Pacificação.

Somente a tropa da Linha Oeste, a qual ele deixou guardando a Estrada de Ferro, São Paulo- Rio Grande do Sul com a missão de interceptar a fuga de revoltosos para os Campos de Palmas e Irani, não participaria da Ofensiva, cabendo-lhe ficar em condições, com algum Destacamento, de reforçar a tropa da Coluna Sul, quando esta atingisse as proximidades do reduto de Santa Maria, cuja situação não era para ele bem definida.

Antes porém, duas pequenas operações eram, para ele, imprescindíveis: o reduto de Tavares na extrema esquerda da Linha Leste ameaçava o flanco esquerdo dessa linha, obrigando-a à imobilidade, e pondo em risco suas Linhas de Comunicação, no caso de um avanço. E que as margens dos rios Negro e Iguassu achavam-se sob domínio de vários grupos da Revolta, o que impedia a Coluna do Norte de avançar para o sul, não podendo fazê-lo sem expor a Revolta perigar seu flan-

co direito e a sua retaguarda. E declarou:

“Impunha-se, pois, como medida primeira a destruição de tais obstáculos Impunha-se para isso, enquanto destacamentos da Coluna Norte operavam no rio Paciência, levando de vencida os redutos que aí existiam e apoderando-se da estação da estrada de ferro sobre o arroio Piedade, afluente do Rio Negro, até então na posse da Revolta, enquanto o seu comandante, de concerto com o comando em Chefe, procurava negociar a paz por meio de agentes, oferecendo todas as garantias e compromisso de obtenção de terras com posse assegurada pelos governos estaduais, eu chegava à Linha Leste, e comandava o ataque ao reduto de Tavares, distante 8 quilômetros mais ou menos do meu Quartel General, localizado na residência do vigário da linha colonial Iracema. A tropa achava-se na melhor disposição para tomar uma ofensiva rigorosa. Aí procurei ainda sucessos sem combate”.

O Comandante da Coluna Leste, Coronel Júlio César, há um mês procurava obter a capitulação de Tavares, e encaminhou as negociações de tal modo que o chefe Tavares pediu-lhe prazo de 20 dias para resolver, de modo que coincidiu com a chegada neste local do General Setembrino a expiração desse prazo. E soube que Tavares, valendo-se desse ardil e receando o ataque, tinha pessoalmente solicitado auxílio dos outros redutos da Revolta, auxílio que lhe foi negado. E declarou o General:

“Ao meu conhecimento chegou ao mesmo tempo por intermédio do Comandante Júlio César que o Comandante do 30º Batalhão, major Parvindo de Rezende, propusera conferenciar, com Tavares para obter a deposição das armas. E mais uma vez acedi. Convidado, Tavares compareceu ao local indicado, nas proximidades de seu reduto, e ao retirar-se deixou o major muito esperançoso. Passados, porém, dois ou três dias, e após trocas de cartas entre ambos, Tavares em uma delas, muito pernóstico, e mudando misteriosamente de tom entre

exigências descabidas figurava a da execução da sentença referente ao litígio entre os dois Estados, e, a par disso, solicitava um outro prazo, durante o qual eu me obrigaria a dar-lhe e à sua gente meios de subsistência. Ele nos ludibriava! Era demais! E o ataque efetuou-se, então, dirigido pelo Coronel Júlio César. Foi uma operação difficilima pela situação do reduto nas concavidades das vertentes da Serra do Mirador, e que forma a linha de «Talweg» do rio Itajaí.”

A marcha de aproximação dos destacamentos durante duas noites foi penosíssima, e sob uma chuva inclemente, que cessou na madrugada em que, sem combate, rendeu-se o reduto, escapando o seu chefe Tavares com meia dúzia de seus liderados, pelas vantagens que lhe oferecia a topografia do terreno. E observou o General:

“As espirais do fumo de incêndio nesse antro de feraz, onde um filho assassinara seu pai, onde o concubinato e incesto eram das mais dignas instituições, e Tavares possuía um serralho, mostraram o primeiro sucesso de fecundos resultados para as forças legais. À concepção de Clausewitz revela-se aqui em toda a extensão de sua grandeza: os combates considerados possíveis devem em razão das suas consequências serem considerados como combates reais. Foi de surpreendentes resultados esta ação. Repercutiram em todos os redutos do sertão, abalando profundamente o ânimo dos chefes sertanejos que pressentiram a derrota.”

O General Setembrino exaltou o moral das suas tropas, e percebeu que o dia da vitória final começava a raiar. E nesta ação mais de mil pessoas foram aí capturadas, conduzidas para a cidade de Rio Negro a fim de serem localizadas em colônias. E que dias antes da queda do reduto Tavares três chefes da Revolta se apresentaram ao Comando da Coluna Norte, propondo-se trazer mais de 300 pessoas, o que efetivamente se realizou. E que a boa acolhida que tiveram da parte da tropa da Coluna Norte encorajou a maioria daqueles que nos redutos permaneciam sob ameaça dos chefes da Revolta e ainda por-

que estes faziam circular boatos terroristas sobre a sorte dos que procurassem amparo nas forças legais, encorajou-os de tal modo que alguns milhares de pessoas, escapando à sanha dos revoltosos se abrigara à sombra da bandeira da paz, confiantes nas garantias oferecidas e que foram efetivadas. Com a destruição deste primeiro reduto a 8 de Janeiro de 1915, segundo O General Setembrino foi restabelecida a paz no território Paranaense pela eliminação, assim, do banditismo. E faz este destaque:

“É de justiça mencionar, e o fazemos prazerosamente, a colaboração tão útil quão destacada do bravo Aspirante Heitor Mendes Gonçalves, Comandante de um pelotão de Cavalaria, integrado nas forças de ataque. Arrostando imensos perigos com assinalada bravura realizou durante uma noite tempestuosa um reconhecimento até as bordas do reduto, levando o seu desprendimento à vida até um ponto onde pode observar seu interior, colhendo preciosos elementos para organização do plano de ataque, plano que executado à risca concedeu à Coluna Leste sua liberdade de ação, objetivos visados pelo comando em chefe”.

Nota do Autor: O Aspirante Heitor Mendes Gonçalves interrompeu sua carreira como Capitão. Em 1944 o localizamos em Guairá como empresário de grande empresa em explorações de recursos locais e onde existe a rua Capitão Heitor Mendes Gonçalves).

Em decorrência desta vitória o General Setembrino realizou novo Estudo de Situação com vistas a necessidade de ampliar os movimentos da Coluna Norte para o desempenho de nova missão, cuja manobra afastaria proximamente 100 quilômetros do rio Negro, base de seus abastecimentos. E reformulou o Serviço de Transporte, dando-lhe novo comandante e nova organização. E adotou outra Linha de Comunicações, ligando a Coluna Leste à Coluna do Norte, por uma estrada que mandou reconstruir da Colônia Vieira a Canoinhas. E tendo os destacamentos do Sul avançado até Taquaruçu e Campos do Guarda-Mor, organizou a coluna dando-lhe comando, e publi-

cando a seguinte Ordem do Dia:

“Reduzida, como está, com a rendição do reduto Tavares, a área infestada pelo inimigo, determino que as Forças em Operações apertem ainda mais o sítio iniciado, obedecendo ao seguinte Plano Geral de Ataque: **Linha Leste** — Concentração da **Coluna Leste** em Papanduvas e ocupação imediata de Campina dos Santos, devendo efetuar reconhecimentos em todas as direções, principalmente para assinalar o acampamento de Aleixo. Remuniciamento por Papanduvas, **Linha Norte** — Ofensiva ao reduto de Paciência, operando as forças sob a direção do Ten. Coronel Onofre Muniz Ribeiro e divididas em duas colunas: a primeira que é a própria **Coluna Norte** — marchará pela estrada Sul, deixando destacamentos na vila e estação de Canoinhas. A segunda, constituída pelos vaqueiros do Coronel Fabrício Vieira, transporá o rio Iguassu, e avançará pelo vale do rio Paciência. Remuniciamento das duas colunas por Canoinhas. **Linha Sul** — Ataque a Tamanduá, operando tropa em uma só coluna sob o comando do Tenente Coronel Francisco Raul Estillac Leal, e assim constituída: 58º Batalhão de Caçadores, que avançará de Curitiba pelos campos do Guarda-Mor, Butiá-verde e Perdizes, onde se concentrará a **Coluna Sul**. A Cavalaria Leovigildo Paiva — Avançará de Campos Novos, deixando um destacamento. Seguirá para Fazenda Velha, Espinilho, Taquaruçu e Butiá-verde, ponto em que se reunirá ao 58º Batalhão de Caçadores. O 51º Batalhão de Caçadores — Marchará de Lageado, onde aguardará a chegada do Ten. Cel. Estillac Leal. De Perdizes a **Coluna Sul** marchará sobre Tamanduá. O 9º Regimento de Cavalaria avançará de Curitiba para Santa Cecília, onde estacionará, explorando os caminhos em todas as direções. Ficará em Curitiba um destacamento deste Regimento. Remuniciamento da Coluna Sul pela estação de Calmon da estrada de ferro S. Paulo-Rio Grande, ramal do rio do Peixe. Quartel General em Iraceema (região colonial) 10 de Janeiro de 1915”.

Na manhã de 11 de janeiro de 1915, o General Setembrino deixou Iracema, chegando à tarde ao Rio Negro, tendo percorrido 60 quilômetros a cavalo. A 12 de janeiro seguiu para Canoinhas. Neste mesmo dia à tarde passou revista às tropas da Coluna Norte. A grande atividade do comandante da Linha Norte e do seu chefe de Polícia Militar: ele recebeu vários chefes da Revolta em uma reunião, em que o General Setembrino parou com revoltosos e conseguiu inspirar-lhes confiança, de modo que durante a sua permanência em Canoinhas, diariamente, presenciava a entrada de grupos que vinham se entregar. E do seu Quartel-General mandou fotografar o chefe Bonifácio Papudo à frente de seu piquete, quando atravessava a praça de Canoinhas localidade em direção à Chefatura de Polícia. E declarou em suas Memórias:

“Dentre muitos destacarei um caso pelo qual bem poderão aquilatar dos sentimentos do general, que foi acoimado de desumano: dois dias após sua apresentação compareceu Bonifácio Papudo ao Quartel General solicitando recursos médicos para sua esposa, que à sombra de uma árvore, que lhe servia de teto, pois seu rancho havia sido queimado, médico militar fosse chamado. O Dr. Pusseguir, médico civil, que se achando em Curitiba, espontaneamente incorporara-se ao meu Estado-Maior, ofereceu-se para atender à solicitação de Papudo. Apesar de minha recusa, pois era uma aventura perigosa transladar-se cerca de duas léguas, tal era a distância de Canoinhas ao local onde estava a doente, consenti às suas reiteradas insistências.

Mandei-o acompanhado de uma escolta de 10 homens. Foi feliz, e, após seu regresso, os medicamentos prescritos foram enviados, determinando ao mesmo tempo ao Chefe de Estado-Maior que a Bonifácio Papudo fosse enviada a quantia de 200\$000 réis para construir uma nova morada para com urgência abrigar sua enferma. E era deste modo que eram ordenados os degolamentos dos pobres sertanejos!”

A Ordem de Operações foi modificada levemente em virtude de ulteriores esclarecimentos anteriores, que permitiram ao General eliminar todas as dúvidas sobre os novos limites da área ocupada pela Revolta:

A **Coluna Norte** recebeu também a missão de atacar o reduto da margem do Timbozinho. A **Coluna Sul**, que deveria marchar sobre Tamanduá, recebeu ordens de investir o reduto de Santa Maria, situado imprecisamente ao norte de Perdizes, local este já determinado para sua concentração. A **Coluna Leste** concentrada já em Papanduvás, com posto avançado em Campinas dos Santos, atacaria no rio da Areia, onde se encontrava o chefe bandoleiro Aleixo. E observou o General:

“Como vemos, o projeto de operação conservou-se em suas linhas gerais, apenas impondo-se às columnas linhas de operações que se tornavam obrigatórias para descobrir e destruir agrupamentos inimigos, cuja situação era desconhecida, mas que se sabia existirem em várias regiões. Prescindimos de descrever aqui em seus detalhes resta: pequena manobra de ações travadas, por isso que meu relatório o faz com as minúcias possíveis. Basta declarar que todos os redutos foram destruídos, com exceção do já célebre Santa Maria, assim denominado porque situava-se no vale do rio desse nome. Tinha eu conseguido meu objetivo: isolar o inimigo. Parecia-me que a Estratégia tinha finalizado seu papel, cabendo daí por diante à Tática o desempenho do último ato da grande tragédia. Contava que a **Coluna do Sul**, somente, a exemplo do que se havia passado com as outras, já quase em contacto com o inimigo, fosse suficiente para decisão final.

Depois da última Ordem de Operações o General Setembrino foi para União da Vitória, onde instalou o seu Quartel General, lá permanecendo até o fim da Campanha, por ser o ponto mais favorável às ligações pelo telégrafo e vias-férreas com as suas tropas no sertão. A **Coluna do Sul**, do Ten Cel Estillac Leal, cabia a missão de atacar o último reduto, que se sabia apenas situado no vale do Santa Maria. E o General, antes

de continuar, presta o seguinte esclarecimento, mais completo, sobre o significado de reduto:

“Chama-se assim de reduto, uma vasta área de terras cercada por acidentes do terreno onde casas e ranchos esparsos se erguiam em número variável. Contam-se em alguns para cima de mil destas construções, inclusive casas de comércio para abastecimento das populações. Esses redutos achavam-se situados nos vales das pequenas correntes que sulcam o sertão, e defendidos pelos bandidos em posição sobre desfiladeiros quase inacessíveis. Não tem a palavra, como se vê, a mesma significação dada na fortificação passageira. Unia vaga ideia sobre o número dos habitantes e defensores que se havia podido formar, sendo que, por notícias, tinha-se um vago conhecimento de que esse reduto de Santa Maria era o mais populado, aumentado ainda pela convergência de todos os bandoleiros dos outros já destruídos, que aí se refugiavam, e onde organizaram a resistência final”.

A partir de 29 de Janeiro de 1915, dia em que se concentrou em Perdizes Grandes a Coluna Sul, seu Comandante Ten Cel Francisco Raul Estillac Leal (pais dos futuros generais Newton e Zeno que estudavam na Escola Militar do Realengo) manteve assíduo serviço de exploração para tentar definir a posição ocupada pelos bandoleiros no vale do Santa Maria. Ele concluiu que o reduto estava próximo, pois havia atacado algumas praças do 9º Regimento de Cavalaria (de São Gabriel) quando elas regressavam para Lageado. Reconhecimentos efetivados a 30 de Janeiro e a 3 e 4 de Fevereiro, todos na direção norte, demonstravam que o inimigo se achava além da mata que orla o arroio de Santa Maria, a oito quilômetros de Perdizes Grandes. E que havendo necessidade de reforçar a infantaria da Coluna Sul o General Setembrino ordenou a incorporação do 57º Batalhão de Caçadores. E o chefe do Estado-Maior da Coluna Sul Major Souza Reis, um brilhante oficial segundo o General Setembrino, o procurou em nome do Ten Cel Estillac Leal e forneceu-lhe detalhes sobre a situação

geral das operações em curso e os relativos à missão especial da Coluna Sul e passa a abordar em minúcias detalhes do 1º ataque ao reduto Santa Maria, descrição para que figure em suas Memórias por ter sido a primeira e a mais importante ação de guerra travada no Contestado, dentro dos preceitos da Arte Militar. E assim o descreve:

Estamos no mês de Fevereiro. A **Coluna Sul**, dividida em dois grupos iniciou o movimento consoante as prescrições da ordem de ataque, às 6 horas e meia da manhã de 8 de fevereiro de 1915. Mal venceu a tropa um quilômetro além da boca da mata (conforme narram as partes de combate) avistou ela o inimigo. Era certamente uma patrulha que atirou e fugiu. Mais dois quilômetros, adiante, cerrou forte tiroteio entre a vanguarda da coluna e os bandoleiros, que foram desalojados de um posto. Não se deteve a vanguarda, avançou ainda, tocaiada a tiros, que partiam invisíveis da mata, ferindo de momento a momento um soldado. E malgrado o caminho orlasse em ambas as margens um espesso taquaral, os flanqueadores penetravam a floresta e formavam uma cortina protetora contra prováveis surpresas. Passados alguns momentos: era a vanguarda que defrontava com uma suposta trincheira inimiga. Compreendendo o comandante da coluna que chegara propriamente a fase inicial do combate ordenou disposições especiais ao grosso. Entendendo-se por grosso o conjunto das tropas disponíveis, não engajadas e mantidas na mão do chefe, prontas para intervir na ação.

O Comandante da vanguarda desenvolveu forças para direita e esquerda do caminho, constituindo barreiras que se oponham por todos os lados ao avanço do inimigo. O fogo dos bandoleiros era cada vez mais intenso. Partia da frente em dois planos: da ligeira curva da estrada por onde a tropa teria de avançar. Das alturas, para além, que dominam a estrada. Continuando ininterrupta a luta, intervém uma companhia do Batalhão do grosso, e como era pequena a distância entre a vanguarda

e a trincheira, o comandante da coluna ordenou cargas à baioneta! O assalto foi terrível, mas contido porque o fogo inimigo, recrudescendo, rareou as fileiras dos assaltantes, caindo ferido o capitão de uma Companhia. Resolvido a continuar o combate pelo fogo, e para abalar o adversário tenacíssimo, mandou tomar posição uma seção de metralhadoras, comandada por um destacado valente, que se postou na estrada, abrindo fogo sobre os bandoleiros. O fogo do inimigo e o seu vozerio infernal abrandaram com a interferência das metralhadoras que atiravam, contando as pausas de fogo, durante meia hora.

Pareceu ao comando da coluna preparado um novo assalto, mas desta vez partindo dos flancos, enquanto que uma parte da infantaria e as metralhadoras conteriam o inimigo de frente, no centro.

Ordenou. Momentos depois, porém, recebeu comunicação de que era impossível avançar pelos flancos, por terem chegado às escarpas da serra, sendo reconhecido impraticável o caminho daí em diante. As Companhias que conseguiram chegar sofreram várias baixas, caindo gravemente ferido um outro capitão. Oito homens, cuja impetuosidade os arrastou ao flanco esquerdo do inimigo, foram mortos. Pouco depois um outro capitão, que estava junto às metralhadoras, cai morto com uma bala na cabeça. Apesar de crescerem as baixas pretendeu o comandante da coluna continuar a luta. Todas as vezes que o adversário parecia um pouco abalado tentava-se ganhar terreno, mas infelizmente sem resultado porque o inimigo intensificava o fogo, parecendo que dissimulava por ardil esse desânimo com o fito de atrair os soldados para a baixada, onde seus atiradores, em grande número, dos morros vizinhos cruzavam fogos eficazes. Ainda às 13 horas a resistência era de tal ordem que ao tentar o 57º Batalhão de Caçadores um novo avanço, novamente se deteve com várias baixas e grande ferimento de um oficial (1º Ten) que substituíra no comando de uma

Companhia o capitão, que havia morrido. O Batalhão, que tinha avançado com 7 oficiais, estava agora reduzido a três, sendo dois levemente feridos! Decorreu meia hora e a situação continuava indecisa. Não havia notícias do grupo da direita das forças atacantes, o que já inquietava o comandante da coluna.

Tomando providências sobre a evacuação dos mortos e feridos, ordenou a retirada, que se efetuou na melhor ordem para o acampamento na Tapera, nas proximidades da orla do mato.

Após sua chegada aí recebeu aviso do comandante do grupo da direita de que se achavam em crítica situação, pois, tendo já morrido um 1º Tenente, havendo praças feridas, e bem assim o único vaqueano conhecedor da mata, só lhe restava a retirada, o que tinha efetuado.

Assim terminaram os esforços da jornada, que, malgrado a magnífica direção do comandante da Coluna Sul se resumiram a investidas sanguinolentas e indecisas, com prejuízo de 2 oficiais, 37 praças e um vaqueano, mortos, 3 oficiais e 26 praças feridos, em um total de 69 homens fora de combate.

Dada a importância de que se revestiu este primeiro encontro com o adversário, sem resultado, a não ser o conhecimento de seu valor e a formidável posição que ocupava, resolvi enviar reforços de infantaria e artilharia (obuzeiros). Mandeí construir uma linha telefônica, ligando Tapera, acampamento da Coluna Sul, a Perdizes, frente de etapa da guerra, e à estação de Caçador da estrada de ferro. Finalmente fiz ultimar os preparativos para a entrada dos aeroplanos em ação. Todas as providências foram tomadas para o completo êxito das novas operações a empreender para a conquista de Santa Maria.

Este insucesso do primeiro ataque que, pelos seus resultados, considerei como um reconhecimento a viva força, resultados que nos permitiram julgar das condições do inimigo, e que somente por este ato de guerra, muito

comum, colheríamos os elementos indispensáveis, a um juízo seguro, abalou profundamente o espírito público. Sobre o comando em chefe faziam convergir todas as responsabilidades. Avolumaram as perdas, infelizmente experimentadas pelos dignos batalhadores da causa legal, e uma derrota completa de nossas forças era antevista, e, talvez, antegozada, visando o desconceito do mesmo comando.”

“Enganaram-se”, declarou o General. E reproduzo aqui as suas palavras com que respondia aos olhares perscrutadores da impressão que lhe causavam as notícias recebidas, a todo momento, da marcha do combate. E o General respondia: se não tomarmos Santa Maria desta vez, o tomaremos em outra. E argumentava: para que existe a Arte da Guerra, e o ardor combativo de minhas tropas? E declarava:

“Lamento sinceramente a morte dos nossos bravos camaradas, mas, não posso sensibilizar-me, porque sou neste momento o General em Chefe. E recomendei ao Comando da Coluna Sul não precipitar os acontecimentos, e que nas novas investidas ao reduto Santa Maria procurasse diminuir os sacrifícios de nossa tropa, conselho que se harmonizava inteiramente com o sentir do digno comandante, mais de uma vez manifestado em nossa correspondência.

Eu não desejava que a Coluna do Sul conquistasse o reduto à custa de baixas em número mesmo aproximado às do primeiro encontro, embora não as considerasse exageradas em uma ação importante, dado o seu efetivo. Não queria, porque, utilizando-me de outra forma de ataque eu tinha certeza de obter o sucesso, como realmente aconteceu”.

A 2 de Março de 1915 a **Coluna Sul** retomou a Ofensiva, e o ataque rompeu pelo bombardeio da seção de obuzeiros, seguindo-se a ação da Infantaria, que depois, após várias tentativas infrutíferas, retirou a força para o bivaque. E que as forças das Colunas Norte e Leste, depois de cumprirem as missões que lhes haviam sido impostas, ocupar com desta-

camentos posições que impedissem os revoltosos refluir para o Norte e Leste. E ocuparam posições que distavam cerca de 10 quilômetros do reduto de Santa Maria, que o General Setembrino esperava conquistar só com a Coluna Sul, dispensando o concurso das outras, que necessitavam descansar depois de grandes fadigas experimentadas. Preocupava o General Setembrino as dificuldades de abastecimento a um efetivo numeroso, estacionado nas proximidades do reduto Santa Maria, quando já o inverno fazia sentir sua inclemência. E declarou o General:

“As minhas previsões não se realizaram. Era imprescindível, para evitar uma luta cruenta, executar o ataque, interessando outras forças, conforme o projeto de operação. O comando da **Coluna do Sul** solicitou-me uma conferência em União da Vitória, que eu deliberei conceder-lhe, como também chamar os outros comandantes de colunas. Em uma reunião à qual estavam presentes os quatro comandantes de **Linhas de Cerco**, consertamos o plano de ataque contra o centro final da resistência fanática. - O pensamento estratégico era extremamente simples: adotando duas bases de abastecimentos para destacamentos da **Coluna Norte** e **Coluna Leste**, com o escalonamento de pequenos postos de etapa, esses destacamentos avançariam, operando junção em um ponto determinado, para daí em diante, em uma só coluna, marcharem a fim de pronunciar pelo Norte um ataque combinado com a Coluna do Sul”.

Pela formidável resistência do inimigo nos ataques anteriores e referências sobre a topografia do terreno, tinham a ideia de que ele era beneficiado das vantagens de um desfiladeiro, onde muitas vezes bastava um punhado de defensores valentes para conter o atacante e interceptar a marcha de uma forte coluna, exigindo assim sacrifícios extraordinários para vencê-los.

Jamais o efetivo da Revolta em Santa Maria constituiu preocupações para o General, por mais elevado que ele fosse,

por ele dispor de superioridade numérica. E contava com o desfecho no momento em que os revoltosos de Santa Maria sob a pressão da Coluna Sul, pressentissem o ataque pela Coluna Norte, obrigando-os a abandonar a forte posição, permitindo o avanço de nossas tropas. E o General aborda as circunstâncias decorrentes:

“Poder-se-á imaginar as dificuldades a superar na execução desse ataque, por colunas combinadas, em uma região de caminhos quase intransitáveis, por entre espessa floresta, obstando um funcionamento regular dos agentes de ligação, região sem recursos de qualquer espécie, pelo que o abastecimento acarretaria pesados encargos, e que, por não permitirem as estradas o trânsito de veículos, eram os víveres transportados no dorso de animais. Por isso, e pelo imprevisito, combinações de tal natureza raramente se completam de modo a produzirem os resultados necessários e concebidos. Sem exemplificarmos com operações semelhantes em guerras estrangeiras, basta recordar o episódio glorioso de Itororó, que se tornou verdadeiramente épico, porque o plano do inolvidável Marquês de Caxias, não foi executado, visto não ter a coluna ao mando do legendário Osório podido cumprir sua missão, que consistia em contornar o inimigo para atacá-lo de flanco em combinação com o ataque de frente. Muitos outros poderiam ser citados.”

Assim, foi impossível ao General precisar o dia em que ambas as colunas-forças deveriam investir sobre o reduto Santa Maria, movimentando-se de pontos opostos e separadas por grandes florestas, sem ter comunicações o Destacamento Norte da Coluna Norte com o seu Quartel-General, e mesmo, pela impetuosidade do avanço heróico, do Destacamento do Capitão Potiguara com as suas ligações interrompidas com a sua base de abastecimento. E assim procedeu o General:

“Fixei, uma certa data, baseando em probabilidades o tempo necessário à sua aproximação ao reduto, determinei à Coluna Sul que diariamente atacasse a linha

inimiga, sem insistir pela decisão, porque assim sucedendo, em dado momento apareceria a coincidência ideada, isto é, o ataque simultâneo pela frente pela Coluna Sul e pela retaguarda pela Coluna Norte. Apesar do comandante da Coluna Sul cumprir o que lhe tinha sido prescrito, o Destacamento Norte ao comando do Capitão Potiguara temerariamente triunfante penetrou no reduto, justamente quando a Coluna Sul se achava no bivaque restaurando as forças dos seus combatentes.

Foi, então, quando o pugilo de bravos do Capitão Potiguara se viu em posição crítica, já sem munições, sem víveres e extenuado de fadiga. Mas, ouvindo a Coluna do Sul a fuzilaria, e recebendo emissários que, abalando pelo interior das selvas, foram da parte do bravo capitão Potiguara, comandante do Destacamento que entrou no reduto solicitar auxílio, avançou intrepidamente, encontrando livre o passo e podendo fazer junção, dentro do reduto com o Destacamento Norte do Capitão Potiguara. Nossas previsões, agora, se tinham completado, e o inimigo vencido no vale do Santa Maria ou tombava aos golpes da bravura dos soldados do Exército, arrastados pelo valente, e extraordinariamente ousado, Potiguara, ou fugia pela mata-a-dentro”.

E assim caiu em 5 de Abril de 1915 o último baluarte da Revolta o reduto Santa Maria. E o projeto de Operações do General Setembrino foi realizado. E o Exército através de sua Divisão Provisória, ao comando do General Setembrino cumprira a sua missão e dava por terminada a Campanha do Contestado no campo da Estratégia, mas sem considerar o Contestado pacificado e neste sentido enviou carta ao Ministro da Guerra do seguinte teor:

“No telegrama em que comuniquei a V. Excia. o extermínio dos últimos redutos, entre os quais se contava o famoso Santa Maria, eu considerei terminadas as operações militares de caráter ofensivo. Mas, como os revoltosos escapos, embora desmoralizados e corridos, haviam mais tarde de grupar-se formando novos redutos,

propus a V. Excia. que ficasse no Teatro das Operações alguma tropa, cujo primeiro fim, sendo de garantir os centros populosos, deveria obrigar-se ainda a combatê-los, se viessem outra vez a reunir-se. Não querendo, porém, assumir uma responsabilidade, que me não caberá, se, passado o inverno, eles se apresentarem de novo em atitude hostil, resolvi escrever esta carta a V. Excia., expondo com toda a clareza a situação presente. Consta-me por telegrama do Coronel Onofre Muniz Ribeiro, que no lugar denominado S. Miguel, a poucas léguas do Santa Maria, existe um grupo de bandoleiros, chefiado por Aleixo Gonçalves, o bandido feroz, que dirigiu em pessoa a última resistência contra a pequena coluna Potiguara. Eu conhecia, antes disso, pelas revelações de um fanático, preso no Herval, a existência de S. Miguel, relatado como lugar para onde os jagunços haviam conduzido as mulheres e crianças do reduto Santa Maria. Mas, a despeito de todos os esforços, não consegui situá-lo no mapa, pois nenhum esclarecimento obtive, além daquelas vagas indicações. Ora, sem vaqueanos, que o conheçam, sem caminhos para explorá-lo convenientemente, pois a tanto se opõe a região serrana, em que se operou, é quase impossível a marcha para ali, sobretudo agora que reina intenso frio naquelas paragens. Demais, toda a vizinhança do Santa Maria deve estar, a estas horas, pestilenta, pela enorme quantidade de homens e animais mortos e insepultos. A razia do capitão Potiguara mal permitia o enterramento dos camaradas caídos na luta, pois o êxito da operação dependeu principalmente da máxima ousadia e da máxima celeridade. A duração de sua marcha triunfante mede-se pelas horas de fogo ininterrupto e cerrado. Combateu-se incessantemente, dia e noite, bastando referir, para bem compreender a tática empregada, que nos dois últimos dias a tropa nem sequer se alimentou convenientemente. Só quem pôde apreciar o aspecto macilento de seus homens, quando por aqui passaram, de volta para Canoinhas, é que

julgará bem o dispêndio de energia que tais operações implicam. Tais as razões que me aconselharam a não enviar forças contra S. Miguel, que, em minha opinião, de acordo com as informações colhidas, não passa de um recanto, onde os fanáticos se recolheram para dispersarem com as famílias. Se se tratasse de um reduto, centro de resistência, valeria a pena arrostar, toda a sorte de dificuldades para o descobrir e arrasar. Mas, não sendo assim, julgo um desacerto expor a tropa a sacrifícios injustificáveis.

Todavia, como não desejo retirar-me do Contestado sem arrematar a Campanha, determinei que a Cavalaria da Coluna Sul (Ten Cel Leovigildo Paiva) procedesse a explorações seguras, a fim de esclarecer a posição daquele refúgio.

Tenho, porém, de antemão, certeza que a exploração não aconselhará um ataque subsequente, porque se lá forem encontrados fanáticos, eles não resistirão, fugindo de novo para o mato. Demais, destituídos de todos os recursos, eles começam a apresentar-se nos pontos guarnecidos. que mais convinha para evitar a reprodução do banditismo coletivo nos sertões, era, além das tropas de ocupação, que propus a V. Excia. por telegrama, fundar-se em Santa Maria ou Perdizes uma Prefeitura, sob a direção criteriosa de um homem duro e moralizador, a cuja disposição ficasse uma força. Para ali seriam atraídas todas as famílias desvalidas, ao mesmo passo que um policiamento rigoroso, exercido no âmago das serras, impediria a formação de núcleos fanáticos. Essa ideia, facilíma de praticar, supõe apenas um acordo entre o governo da União e o de Santa Catarina, relativo à aquisição das terras necessárias e legislação especial ao caso. Apresentando-a, tenho em vista ressalvar os brios do Exército, sobre quem vão cair os apodos, quando passado o inverno, novos grupos de fanáticos surgirem do mato, ameaçando as populações. Contudo resolverá V. Excia. como parecer

mais acertado, pois, a mim só cabe o indeclinável dever de expor minha opinião leal sobre tão delicado e magno assunto. Com os protestos de alta consideração, amigo afetuoso, etc.”

E tal era a certeza do General de tomar o reduto de Santa Maria, e ultimar a Campanha que, a 29 de março de 1915, dias antes do ataque, ele dirigiu ao Sr. Ministro da Guerra o seguinte telegrama:

“General Caetano de Faria, Ministro da Guerra. Rio — Reservado — Os preparativos para o ataque de Santa Maria prosseguem com atividade, conforme a V. Excia: dou conta em outro telegrama de hoje. Com a necessária reserva digo que vejo muito próximo o termo desta campanha. Por isso já estou organizando os batalhões que têm efetivo este ano, para o que tenho de transferir praças de outros, pertencentes a Regimentos sem efetivos. Este trabalho preparatório tem por fim facilitar a evacuação da tropa, após a terminação da campanha, e esse serviço consistirá na execução das medidas já estudadas. Entretanto, preciso saber qual o pensamento do Governo sobre a permanência da tropa no Contestado a fim de não me criarem embaraços as resoluções à última hora tomadas, tendentes a desfazer o meu projeto de evacuação já em estudo. Talvez para mais de 6 mil homens e grande material a retirar do Contestado, e quero executar metodicamente, como aprendizagem para mim e oficiais do Estado-Maior.

Parecerá a V. Excia. talvez, que me adianto em querer conhecer deliberações que serão ainda tomadas, mas eu justifico esta minha curiosidade pela previsão que deve distinguir a ação do comandante de tropas.

Saudações respeitosas”

Para consolidação da paz, enviou o seguinte ofício dirigido ao Tenente-Coronel honorário José Basilio Pyrrho, que assumiu o comando das forças em ocupação:

“Sr. Coronel — Cumprindo instruções do Sr. General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra,

devo esclarecer-vos a situação em que deve ficar a tropa de ocupação no Contestado. Com a queda do reduto de Santa Maria, o último centro de resistência fanática, desapareceram os objetivos que implicaram uma ação militar de caráter ofensivo. Compreende-se, entretanto, que esteja espalhado pelo mato certo número de fanáticos, no momento atual, incapazes de empreender investidas contra as forças ou contra os centros habitados. Seguindo, porém, o curso dos acontecimentos desde Irani até a presente conflagração sertaneja, sou levado a supor que no futuro eles se reunirão de novo, formando novos antros e obrigando o Governo a nova guerra. O que se impõe, a fim de evitar, é guarnecer todos os pontos onde eles possam abastecer-se, apercebendo-se de recursos que lhes permitam a formação de redutos.

“Sabido que os sertanejos batidos pela tropa, iam pouco a pouco internando-se pelo âmagos dos sertões até a sua derradeira concentração e que vou propor ao Governo de Santa Catarina a ocupação de Lucindo por uma força de sua milícia estadual. A parte sudoeste da zona que se procura isolar não ficará desocupada, porque nela habita o Coronel João Alves, homem trabalhador e modesto, que receoso das incursões dos fanáticos mantém um pessoal suficiente para contê-los. Tal é a disposição que me pareceu mais lógica, e que vou comunicar ao Exmo. Sr. General de Divisão Ministro da Guerra. Fica, todavia, ao vosso esclarecido critério, operar as mudanças que vos parecerem mais acertadas, pela responsabilidade que ides assumir no desempenho do penoso cargo de comandante das tropas de ocupação do Contestado. Saúde e Fraternidade.”

Logo após a queda do reduto de Santa Maria o General Setembrino telegrafou ao Coronel Felipe Schmidt, Governador de Santa Catarina, em data de 6 de Abril de 1915 no seguinte teor:

“Achando-se quase terminada nossa campanha, e tendo eu de retirar alguma força federal do Contestado,

lembro a V. Excia., sem ter a pretensão de dar conselhos, a conveniência de um forte destacamento policial em Perdizes, centro principal donde deverá partir um Serviço de Policiamento de toda aquela zona, para consolidação da paz, evitando futuras aglomerações de indivíduos, com fins subversivos. Cordiais saudações”.

O General registrou esses e outros documentos com a finalidade de fornecer dados para julgar que, depois da extinção da Divisão Provisória, tudo o que fizeram por lá não foi executar as medidas por mim alvitadas. O pensamento que apresentou aos Governadores dos dois Estados, referente à consolidação da paz, resumia-se em um policiamento pelas polícias dos dois Estados no interior da área limitada pela ocupação das forças federais. Policiamento auxiliado pelas mesmas forças, que executariam «raids» em todas as direções, com o fim de capturar os fugitivos e recolher todas as pessoas que, desgarradas pelo mato, sem conforto algum, fossem encontradas. E que todos os combates cujas notícias chegaram até o Rio de Janeiro, procurando marear a ação do Exército, e, sobretudo, deprimir o comandante das tropas, não passaram de fantasia. E que jamais houve combates no Contestado, após o de Santa Maria. Apenas ligeiros tiroteios, sem importância, o que é natural acontecer quando são perseguidos criminosos que resistem à força que os quer prender. Isso acontece, mesmo durante a paz, e é comum presenciarmos em todas as campanhas e sertões dos Estados brasileiros. O Coronel Felipe Schmidt declarou em entrevista concedida a um jornal que o General Setembrino tinha feito muito...mas que não havia feito tudo” E declarou o General.

“Eu fiz o que devia, e ensinei a maneira por que outros devem proceder para a consolidação da paz. Executaram as minhas instruções, e a elas devem as populações pacíficas do Contestado usufruir os benefícios da ordem. Foi o Exército, afirmo, demonstro com documentos irrecusáveis, o pacificador das terras de Paraná e Santa Catarina, pois ainda as últimas diligências efetuadas com verdadeiro sucesso contra os rebeldes disseminados

pela mata, sem recurso para combater, sem víveres para alimentar-se, sem roupa para cobrir a nudez, sem teto, foram dirigidas ainda de acordo com as minhas instruções ao distinto capitão Vieira da Rosa, e que não foram modificadas pelo digno Coronel, que deixei comandando a tropa de ocupação.”

O seguinte telegrama do General Setembrino, em 6 de Abril de 1915, ao Capitão Vieira da Rosa, de Curitibaanos, contém as suas ordens dadas nesse sentido:

“Em vista de ter sido tomado o reduto de Santa Maria, onde a Coluna Sul operou junção com o destacamento do Capitão Potiguara, tendo o inimigo perdido em combate mais de seiscentos homens, e sendo arrasadas cinco mil casas, muitas igrejas e ranchos, está terminada a Campanha, devendo efetuar-se a perseguição aos fugitivos em todas as direções. Assim, aí deveis permanecer, mandando efetuar «raids» de infantaria auxiliada pelo piquete civil, que aí existe, em direção a Cima da Serra, e outros pontos, onde possam fugitivos aparecer. O inimigo foi completamente destruído. Deveis assumir o comando de toda a força de Curitibaanos. Nesse sentido telegrafo ao Coronel Leitão. Saudações cordiais”.

Isto que aqui ficou registrado, o General Setembrino apresentou em conferência no Clube Militar realizada na noite de 3 de junho de 1916, um ano depois de pacificado o Contestado. E observou que “Mesmo o despeito, que existia em larga escala contra a sua atuação não apareceu nenhuma voz para contradizê-lo”.

E faz considerações sobre as dificuldades que encontrou no regime administrativo adotado durante as operações de sua Divisão Provisória no tocante as suas despesas especiais:

“Na Delegacia Fiscal de Curitiba foram postos à minha disposição 900 contos de réis, devendo, porém, de tal quantia sair a gratificação especial dos oficiais, denominada terça parte de Campanha, e meia etapa em dinheiro abonada às praças. Gratificações estas diretamente pagas pela Delegacia Fiscal,

e contempladas nas folhas de vencimentos organizadas pelos corpos, e por eles recebidas naquela repartição. O total de tais importâncias, conforme elementos fornecidos pela Delegacia, atingiu 405 contos de réis. Em realidade ao general comandante das forças coube somente a importância de 495 contos, para outras despesas extraordinárias. E foi essa somente a quantia que chegou a Curitiba, foi esse o dinheiro unicamente fornecido para a campanha.

Dizer-se, pois, que lá tive 8.000 contos, como desafetos gratuitos e canalhas invejosos propalaram, é uma infâmia, contra a qual protesta a verdade e os sentimentos de justiça das pessoas de bem.

Mas, se foi este somente o crédito posto à minha disposição, não foi somente com seu auxílio que efetuei todas as despesas decorrentes da campanha. Quando esgotada aquela quantia, recorri ao crédito, dependendo com esse sistema mais 512. 549\$.536 réis.

Não era, entretanto, suficiente haver o crédito na Delegacia Fiscal. Mister se tornava numerário. O que mais frequentemente ocorria era a alternativa cruel, mortificante, que desalenta, prejudica o bem público, de quando há crédito não há numerário, e quando há numerário, não há crédito. Foi essa a situação em que nos vimos durante a Campanha do Contestado. As despesas a crédito avolumaram-se, sem dúvida, porque quem não compra mediante pagamento imediato é forçado a submeter-se às exigências dos vendedores. Nesta conformidade o Estado-Maior, com instruções do Comando em Chefe, ia buscar o necessário onde pudesse haver espera de pagamento. Era necessário, porém, cumprir a missão imposta ao Exército, e eu não temo responsabilidades porque habituei-me desde muito moço a comandos isolados, às iniciativas próprias, às decisões, sem o aconchego das autoridades superiores para, a cada passo, consultá-las, interessando-as nos encargos das ações por mim praticadas, eliminando, enfim, as prerrogativas que a lei me confere. Com tais princípios eu não permitiria que meus soldados sofressem, em campanha, privações, por não haver dinheiro, porque a situação do

País é precária, pois por mais elevadas tais considerações estão as da Ordem Interna do País, da Estabilidade das Instituições, da Integridade do solo pátrio, soma esta considerável de encargos que pesam sobre o Exército”.

A subsistência das tropas segundo o General era garantida por um contrato mediante concorrência pública, com o fornecedor que, às suas expensas, colocava os gêneros nos armazéns do Rio Negro e de União da Vitória. E que era de conhecimento geral que tais fornecimentos, pela anormalidade da situação, favoreciam irregularidades, onerando exageradamente. Diversas unidades endereçavam diretamente os pedidos aos armazéns indicados para o respectivo abastecimento, indenizando o fornecedor, por intermédio do Quartel General, do que somente haviam consumido. Era o regime de paz, com a diferença de ser o Quartel-general o intermediário dos pagamentos, como medida imprescindível, não só pelas exigências da fiscalização, como por ser o general comandante o responsável, pelas as cláusulas e assinatura do contrato. Além disso, ao general, comandante das tropas, cabe a maior responsabilidade pela subsistência das mesmas. As unidades satisfaziam os seus encargos com as importâncias da etapa por elas recebidas na Delegacia Fiscal, não utilizando, portanto, quantia alguma de crédito extraordinário. Essa etapa que no começo da campanha era de 1.840 réis baixou a 1.600 réis, em virtude de proposta que teve que o General dirigir ao Ministro da Guerra, considerando que vários corpos faziam, apesar de bem alimentar suas praças, grandes economias, o que lhe levou à necessidade de baixar o valor da etapa. E declarou:

“Não disponho de elementos para avaliar a importância total despendida durante a campanha, pois muitas delas correram pelas repartições incumbidas pela nova organização militar de promover a satisfação das necessidades da tropa. Devo, entretanto, fazer notar que uma das mais volumosas despesas foi a referente aos transportes em estrada de ferro, pois, além de ter sido esta uma pequena guerra em que essas estradas constituíram um fator poderoso da vitória, os contratos

entre as companhias e o Governo não permitiram senão pequenos abatimentos nos transportes de tropas, quer na paz, como na guerra. Há mesmo vias-férreas no Brasil, cujos contratos não consignam condescendência alguma ao Governo. Finalizando este assunto, devo frisar, recapitulando, que em dinheiro tive apenas 495 contos, que eram retirados da Delegacia pelo intendente do Quartel-General, e depositada no respectivo cofre, e daí saindo para pagamento das contas, depois de visadas por mais de uma autoridade encarregada desse serviço. Que se dispendeu mais a importância de 512:549\$536 réis a crédito, cujo pagamento só muito mais tarde foi efetuado pelo Tesouro Federal diretamente aos respectivos credores”.

O General Setembrino ofereceu à consideração do País, e sobretudo do Exército, as suas considerações por conterem ensinamentos que podem ainda ser aproveitados em emergências semelhantes, sem novas referências a atos desumanos, para evidenciar os sentimentos que me animavam na direção da Campanha do Contestado. E registra carta do 1º Tenente Manuel de Cerqueira Daltro Filho, do serviço de Estado-Maior, que foi aos comandantes de colunas conferenciar em seu nome:

“Tive, porém, o cuidado de esclarecer bem que não dareis nenhuma autorização para sacrificar homens, nem assumiréis a responsabilidade de cenas vandálicas, que certamente não se dariam, quer atendendo à disciplina da tropa, quer ao caráter dos oficiais”.

Vimos, já, os cuidados e bondade dispensados pelo General a Bonifácio Papudo, enviando recursos médicos para sua esposa e meios para reconstruir seu rancho. Entretanto, segundo o General até essa época não havia bandido que mais já tivesse feito, não às honras de um fuzilamento, mas à força, porque além de outros crimes durante a revolta sertaneja, cometeu o seguinte, que ele descreve para ilustrar o quanto de selvagem e animalidade primitiva existiam em alguns chefes fanáticos do Contestado:

“O Coronel Onofre Muniz Ribeiro, a cuja memória presto uma grande reverência ao citar seu nome, trouxe ao meu conhecimento que uma filha de Papudo dissera-lhe que se ela fosse ao reduto onde se achava seu pai, o traria à razão, desviando-o da vida que levava, tornando-se, porém, necessário ser acompanhada por dois vaqueanos, pois tinha receio, de efetuar sem nenhuma companhia a cruzada, (palavras textuais). O Coronel, então, consultava minha opinião. Respon-di que sendo a empresa arriscada, deveria consentir, no caso de dois destemidos vaqueanos se prestarem espontaneamente. O Coronel encontrou dois valentes! Foram! A filha de Bonifácio Papudo não voltou, e os dois heróis foram mortos, pendurados seus corpos a árvores, servindo para o exercício do manejo da faca dos bandidos, que os mutilaram. Merecia ou não Papu-do uma execução?! Pois teve até vantagens! Do Porto da União da Vitória enviei, pouco antes de minha partida, um bandido de nome Salvador, que, prisioneiro em Santa Maria, declarou em uma roda de oficiais que não gostava de matar crianças, e que as últimas três que havia passado pela faca, deram-lhe muito trabalho, pois se ocultavam debaixo de uma cama, e corriam de um lado para outro, até que conseguiu agarrá-las e matá-las, ficando por isso muito fatigado. O que mereciam os homens de tal jaez?”

Mas, segundo o General nenhuma destas provas tem mais valor do que as palavras justas e benditas do bispo D. Braga, de Curitiba por ocasião das solenes exéquias em honra à memória dos valentes companheiros que tombaram pelo dever no campo de combate. Palavras que para o General constituíram um hino de louvor aos seus sentimentos de caridade, ao seu proceder humano que manteve durante a campanha. E que essa alta autoridade da Igreja não subiria ao púlpito para proclamar virtudes de um homem cuja conduta tivesse sido contrária aos princípios da cristandade.

Como remate à Campanha, o General Setembrino quis

mostrar que os seus soldados não estavam esfarrapados, nem tão pouco esqueléticos, devido à fome, quis eu mostrá-los às primeiras autoridades do Exército, e nesse sentido passei o seguinte telegrama ao Sr. General Ministro da Guerra.

“União da Vitória, 5 de Abril de 1915. Sr. General Ministro da Guerra — A tomada dos últimos antros é um argumento irrefragável contra os vis doestos atirados contra o Exército, pela imprensa, mal orientada, e pelos maldizentes. Mas, se não para silenciá-los, ao menos por um justo motivo de confraternização militar, eu desejava fazer uma Revista Geral em Ponta Grossa, com a presença de V. Excia. e do Sr. General Chefe do Estado-Maior. Não acarretando sensíveis despesas a concentração da tropa naquela cidade, pois a maioria das unidades irá escoar-se pelo Norte, haverá oportunidade de apreciar-se um espetáculo belamente emocionante de uma força numerosa, bem disposta, bem fardada, e regularmente aparelhada, após sete meses de luta aspérrima em sertões ínvios e pobres. Prefери Ponta Grossa, já por ser o ponto mais servido por estradas de ferro e, portanto, mais propício para o escoamento ulterior, como porque nenhum outro lugar oferece melhores condições para semelhante estacionamento. Aguardo por isso, a resposta urgente deste telegrama, bem como a do que transmiti a V. Excia. em 29 de Março último, tratando do escoamento-da tropa, após a terminação da luta. Cordeais saudações”.

E, em telegrama, o Ministro comunicou ao General Setembrino que não podia aceder ao convite por ponderosos motivos, e entre eles por não ser conveniente sua ausência da Capital da República. E o General finaliza:

“Não quero terminar esta narrativa ligeira da Campanha que me coube a honra de dirigir, sem prestar minhas mais sinceras homenagens aos bravos que caíram fulminados pela garrucha do banditismo, reverenciando a memória desses nossos dignos camaradas apresentando-os aos nossos compatriotas como mártires do De-

ver Militar, da Abnegação Cívica, da Paz e Civilização, naquelas inóspitas terras, vítimas, enfim, do culto pelo Amor Pátrio”.

E se refere à obra “A história da campanha do Contestado”, publicada pelo então Primeiro Tenente Dermeval Peixoto, como um repositório apreciável de detalhes, ocorrências diversas, e trata do projeto de operações e da rivalidade dos Estados de Paraná e Santa Catarina, ainda tensas de tal modo, após a Campanha que vinha de terminar, que estiveram ao ponto de um conflito armado entre ambos. Tendo ocorrido um pronunciamento de revolta em Porto União, da parte de um grupo de Paranaenses, no sentido de evitar a execução da sentença sobre os limites litigiosos, não era mais questão de fanáticos, obrigando o Governo Federal a concentrar alguma força em União da Vitória.

E o General Setembrino encerra as suas Memórias deste episódio em que tomou parte por dever profissional e obrigação cívica, transcrevendo o aviso do Ministério da Guerra, publicado em Boletim do Exército:

“Achando-se terminadas as operações de guerra nos Estados de Paraná e Santa Catarina, o Sr. Presidente da República se congratula com o Exército Nacional por esse fato, louvando os oficiais e praças que nelas tomaram parte, pela bravura e abnegação de que deram provas. A Divisão de Operações, tendo à sua frente o digno General Setembrino de Carvalho, bem mereceu da Pátria, pelo restabelecimento da ordem, evitando que o movimento tomasse incremento no País, sufocando-o nos sertões daqueles Estados. O plano de operações desse general, o modo hábil e enérgico por que dirigiu a operação, a sua grande atividade, o seu cuidado com as subsistências das tropas, vencendo inúmeras dificuldades, que surgiam a cada passo, recomendam o seu nome”.

E registra o General Setembrino que ao terminar a Campanha do Contestado era Ministro da Guerra, na Presidência do notável brasileiro Wenceslau Braz, um dos mais inteligentes

e cultos gerais do Exército, o Marechal José Caetano de Faria e cuja memória resgatamos em artigo na Revista A Defesa Nacional constante na fontes consultadas. E que como comandante em Itajubá em 1981-1982 do 4º Batalhão de Engenharia de Combate, unidade por ele levada para Itajubá e cuja pedra fundamental do atual quartel foi por ele lançada, conforme foto que publiquei na plaqueta de nossa autoria: Síntese Histórica do 4º Batalhão de Engenharia de Combate. Itajubá: 4º BECmb, 1982. Personalidade que então propusemos para denominação histórica por suas ilações de grande repercussão na História do Exército: A adoção do Serviço Militar Obrigatório, a extinção da Guarda Nacional, a destinação das Polícias Militares como Reserva do Exército e a construção do Campo de Gerici-nó, com expressivo fortalecimento do Exército Brasileiro. Teve a assessorá-lo dois ícones do Exército: o General Caetano de Farias, como Ministro do Exército, e o Cel Augusto Tasso Fragoso, cuja vida e obra abordei em artigo na Revista A Defesa Nacional n° 750, out/dez 1990, além de nossa oração de posse como nosso patrono da cadeira 12 da Academia Brasileira de História em São Paulo. Presidente Wenceslau que conseguiu acordo de limites por ele presidido no Palácio do Catete em 20 de outubro de 1916, entre os governadores de Santa Catarina e Paraná, que solucionou uma grave questão que se arrastava há 63 anos e para cuja solução muito concorreu o General Fernando Setembrino de Carvalho com a sua Ação Pacificadora, ao declarar na Conclusão do seu Relatório de campanha ao Ministro da Guerra as seguintes medidas:

“A primeira, relativa à pacificação definitiva dos sertões devastados pelo fanatismo, que implica, como preliminar obrigatória, à eficiência das medidas que propus a V. Exa, uma decisão imediata da velha pendência entre o Paraná e Santa Catarina, pois enquanto durar a Questão de Limites entre os dois Estados, perturbando a inteligência dos 2 governos, que não se conciliam, que não podem se conciliar, dada a mútua desconfiança que os separa, será uma utopia o regime definitivo da Ordem nos sertões encantadores do Contestado.”

Terceira Parte

OS ENSINAMENTOS MILITARES DA GUERRA DO CONTESTADO

Os Ensinamentos Militares do Contestado por seu Pacificador

Iniciamos a abordagem dos Ensinamentos Militares do Marechal Setembrino nas páginas 137/180 de seu circunstanciado Relatório enviado ao Ministro da Guerra pela Conclusão, a qual tivemos que copiar e o adaptar da melhor maneira possível à linguagem atual, complementando-o com dados entre parênteses, notas pessoais e dados biográficos de alguns de seus oficiais, colocados ao final, que se projetaram mais tarde, e assinalando o Estado e cidade de origem das diversas unidades do Exército que participaram da Pacificação do Contestado, bem como o total de mortos da Expedição e os nomes dos oficiais mortos e feridos da Expedição.

Sumário dos assuntos abordados

Considerações gerais, Ligeiras indicações sobre o inimigo, Os poderes do Comando em Chefe, Quartel-General, Constituição dos Destacamentos, Fardamento, Equipamento, Armamento, Remonta, Arreio, Barracas, Viaturas, Marmitas térmicas, Instrução, Disciplina e Justiça, Relações entre o comando e as tropas, Exploração e Segurança, Marchas, Acampamentos, acantonamentos e bivaques, Combates, Bagagens, Colunas de munição e comboios, Alimentação, Serviço de Saúde, Remuniciamento, Transportes, Meios de Transmissão (Comunicações), Ação das diferentes armas, Aviação, Fortificação de Campanha, Despesas e Conclusão.

Conclusão

Cerremos estas páginas. Não vale a pena as alongar no propósito inútil de estudar assuntos que requerem, ao invés de um relatório ligeiro, a vasta contextura de um livro.

Aponte, de relance, subseguindo-se à narrativa da Campanha, os Ensinamentos que me pareceram mais úteis. E procuro os levar ao julgamento sisudo de V. Exa. Com tamanha despreocupação doutrinária, que nem disfarço, por vezes, a linguagem dos relatórios parciais. Não me movendo, portanto, o mais leve sentimento de vaidade, que não ia bem num documento oficial, devo insistir em dois pontos interessantes, embora reduzidos a duas simples observações finais.

A primeira, relativa à pacificação definitiva dos sertões devastados pelo fanatismo, que implica, como preliminar obrigatória à eficiência das medidas que propus a V. Exa., uma decisão imediata da velha pendência entre o Paraná e Santa Catarina.

Enquanto durar a Questão de Limites entre os dois Estados, perturbando a inteligência dos 2 governos, que não se conciliam, que não podem se conciliar, dada a mútua desconfiança que os separa, será uma utopia o regime definitivo da Ordem nos sertões encantadores do Contestado.

A outra, mais dolorosa e mais séria, diz respeito ao Exército. Em que pese aos seus últimos progressos, a Campanha do Contestado veio mostrar que precisamos de organização real e realmente praticada.

Não descerei, porém, à discussão minuciosa de falhas, tão eloquentemente apontadas, hoje, por oficiais de valor.

Nem preciso as reeditar no momento em que V. Exa. trabalha por as corrigir, vencendo a resistencia impatriótica desses pacifistas filosofantes que procuram destruir a Pátria, corrompendo-nos o patriotismo e falseando a nobre missão das instituições militares.

Quero finalmente que as minhas últimas palavras sejam a demonstração da harmonia, que sempre existiu entre o comando e o Chefe do Estado-Maior, capitão José Osório, harmonia essa inspirada nas boas doutrinas pregadas pelos mestres.

O Serviço de Estado-Maior representa uma prática, ainda nova, entre nós, mas, a despeito disto, o capitão José Osório manifestou, a par de excelentes qualidades intelectu-

ais e morais, uma perfeita compreensão dos seus deveres profissionais, que muito o recomendam aos Altos Poderes da Nação. Foi o que procurei salientar na Ordem do Dia em que dissolvi a Divisão Provisória.

Fernando Setembrino de Carvalho,
General de Brigada

Considerações gerais

Pelo Gen Setembrino

Domina ainda uma parte considerável de nossa oficialidade, o preconceito estéril de que não se aplica, a nossa gente e as nossas guerras, a Doutrina Militar germânica ou a Doutrina Militar francesa. Pretende-se orgulhosamente que haja uma Estratégia e uma Tática nacionais. E nesse anseio presunçoso por uma emancipação espiritual absoluta, vamos ao ponto de esquecer que, na Doutrina Germânica como na Francesa, há princípios gerais e irredutíveis, centralizando os processos efetivamente variáveis com a época, como o Teatro da Guerra e com o gênio particular de cada povo.

De fato, quer a luta se trave, entre grandes exércitos, nas terras centrais do Continente Europeu, ou se desdobre, encouchada (abrigada) nos recessos desconhecidos dos nossos sertões desertos, ninguém contesta que a prática da guerra se resume em destruir as forças do inimigo, contra o qual um exército qualquer tem de esclarecer-se muito longe, tem de cobrir-se nas direções perigosas, tem de reunir-se para vencer.

Seria ocioso, portanto, demasiar-nos em perquirir (analisar) as Operações Militares do Contestado, na sedutora esperança de lançar as bases de uma nova Tática, só com os elementos dessa paupérrima campanha sertaneja.

Reduzida estritamente a uma guerra de posições, cujas principais dificuldades resultaram, em grau mais elevado, do Teatro de Operações mal estradado (deficiente de estradas) e vastíssimo, ou do caráter do inimigo, absolutamente retrátil, a primeira vista pareceria singular, era a própria inobservância

obrigatória de alguns preceitos estratégicos críticos.

Dai a feição muito irregular da luta, que pode iludir aos inexpertos, mas que de nenhum modo invalida ou desmente a Doutrina Militar dos nossos Regulamentos, talhados nos moldes da grande guerra e das campanhas clássicas.

Educadas nessa mesma escola, as tropas francesas procuraram nunca desaprender a Doutrina Francesa, bater alguns milhares de míseros colonos insurretos. A aperfeiçoaram, sim, às dificuldades dos territórios africanos ou asiáticos, e aos recursos militares do inimigo, que sempre foi batido nas surpresas bem conduzidas ou pelos golpes de audácia impetuosa.

Assim também no Contestado. A magnífica Doutrina Militar Alemã, tão bem vasada (adotada) na maior parte dos nossos regulamentos, jamais se desvalorizou quando à frente da tropa se achavam oficiais instruídos e denodados. Exaltando as vantagens inegáveis da Ofensiva ela supõe nos oficiais a iniciativa inteligente. Isto é, a resolução pronta, o conhecimento do que pode ser instantaneamente possível ou vantajoso, aliado ao sentimento consciencioso da responsabilidade.

As guerras coloniais não trazendo mais proveito que o preparo incompleto dos oficiais para o exercício da grande guerra, compreende-se bem que a experiência restrita na luta sertaneja não poderia nos dar lições inéditas. Ela não nos ensinou, advertiu-nos. Apontou-nos as falhas. E mostrou-nos com a sinceridade nua dos fatos, que precisamos melhorar intelectualmente, moralmente e praticamente.

E é neste sentido que apontarei alguns ensinamentos militares, aproveitando, em muitos pontos, as observações dos comandantes de Colunas.

Ligeiras indicações sobre o inimigo

Considerada militarmente, a vasta zona dominada pelo fanatismo não apresenta mutações notáveis. Largos planos ondulados e desmedidos, ou aspérrimas serranias. E esses dois aspectos se equivalem no oferecer á tropa as mesmas dificuldades, que residem, principalmente, no intrincado das

matas opulentas (cerradas) na falta de caminhos transitáveis, na ausência de centros populosos. É o deserto! Mas um deserto que encanta pela beleza da paisagem, que seduz pela amenidade do seu clima temperado, uniforme e saudável. O nosso organismo, ali, robustece-se. E a tropa se mantém durante meses, em qualquer estação, sem que a vitimem as epidemias que seguem o rastro dos exércitos. Outras vezes o inimigo as atacam, sobretudo quando a tropa se mostra inativa, combatendo por detras das trincheiras. Chegam á noite, aproximando-se cautelosamente da linha exterior dos estacionamentos, estendem-se em atiradores e rompem o fogo, que não raro dura até o amanhecer. E para simularem maior número de guerrilheiros, carregam consigo os adolescentes, de que dispõem ao modo de uma Reserva, cujo destino único consiste em gritar desesperadamente vivas a S. Sebastião, a S. João Maria e morras aos peitudos.

Se reconhecem, porém, sua esmagadora superioridade, como aconteceu no encontro com o capitão Mattos Costa, investem com firmeza, conduzidos por buzinas de caça e bandeirolas brancas, em cujo centro se desenha uma cruz de pano azul e, por entre vivas medonhos e morras ameaçadores, vão se abeirando dos soldados, que acutilam desapiadadamente, a facção. Tal, é em traços leves, o inimigo que combatemos.

Os poderes do Comando em Chefe

Quando se esgotam todos os meios persuasivos para liquidar pacificamente uma pendência entre Estados ou entre dois partidos, interpondo-se, então, como argumento decisivo o choque dos exércitos, é preciso que a jurisdição das autoridades civis decaia a um plano secundário, subordinada ao poder ilimitado do Comando em Chefe, que o exercitará consoante os interesses da causa em jogo. A guerra é a política de armas na mão.

No Teatro de Operações, sobretudo, o comando exige imperiosamente a Unidade de poder. E sempre que os governos o fracionam, pondo junto ao chefe militar a ponta im-

pertinente de um fio telegrafico, é certo que por ela a Derrota se transmitirá, irremissivelmente, ao Campo de Batalha. A historia registra um sem número de casos em que o desbarato sobrevem logo depois do fracionamento da autoridade do Comando em Chefe. E se restassem dúvidas a este propósito, bastaria recordar o general Chansy e o engenheiro Preycinet, os generais da Guerra da Secessão e o Senado americano, Kuropatkine e a Corte de Nicolau II.

Nota do Cel Bento: O Duque de Caxias em suas campanhas pacificadoras acumulava o poder militar com a autoridade civil, no caso a Presidência das províncias para poder usar a Guarda Nacional que a elas era subordinada. E o General Osório encontrou grandes dificuldades junto à Presidência do Província gaúcha à qual a Guarda Nacional era subordinada para mobilizar o 3º Corpo de Exército na Guerra do Paraguai.

(Continuação) Mas não é apenas nas grandes guerras que essa deletéria influência da limitação do poder dos chefes militares tem causado prejuizos irreparáveis. Nas guerras irregulares as perturbações foram, por vezes, tão decisivas, que paralisaram de todo em todo a marcha das Operações Militares.

Foi o que se viu no começo da campanha contra os zulus, como efeito das divergências entre o Governador Geral da Africa do Sul, o Governador Militar de Natal e o general em Chefe - Lord Chelmsford, a propósito da organização de contingentes indigenas locais, sendo preciso que o governo metropolitano interviesse, unificando os poderes nas mãos de Wolseley. Era o que havia acontecido, 5 anos antes, em 1873, durante a guerra dos Achantis, contra os quais os ingleses pelejaram sem vantagem até o momento em que o general Wolseley desembarcou na Costa do Ouro, investido de todos os poderes.

Nas lutas civis, portanto, em consequência da maior exaltação das paixões e do partidarismo, cujas opiniões se agitam, incoerentes, no jornalismo desordenado, é mais indicado a concentração dos poderes civis e militares nas mãos

do Comando em Chefe, ante cuja autoridade indivisa se anulam as intromissões indébitas dos leigos em Arte Militar.

As operações bem dirigidas supõem uma larga liberdade de pensamento e de ação, muitas vezes em desacordo com o sentimentalismo estreito da nossa raça de mestiços. E como poderia um general conduzir, com êxito, uma expedição guerreira, se os altos poderes do Estado lhe recusassem plena autoridade sobre as populações suspeitas?

No Brasil, sobretudo, onde o bacharelismo inconsciente barateou os habeas-corpus preventivos, será pealo (não entendo sera pealar, sentido figurado de laçar pelas pernas para imobilizar o general) inteiramente, pela impossibilidade em que fica o general de pulsar o espírito dos habitantes locais e prevenir o alastramento das insurreições.

Os frequentes conflitos entre as autoridades civis e militares, que não raro conduzem a desastres irreparáveis, só podem ser evitados, atribuindo-se ao Comandante em Chefe, durante as operações de guerra, a autoridade impartível de um ditador.

Sente-se, além disto, a necessidade mais e mais urgente de reprimir (censurar) as publicações dos sucessos militares na imprensa diária, não só pelo desespero em que fica a sociedade civil, com a notícia dos revezes, como principalmente pelo auxílio que se presta à espionagem do inimigo.

Demais aí surge toda a sorte de colaboradores, lamentavelmente ignorantes das coisas da guerra, doutrinando com facilidade sobre planos, que imaginam reduzidos a simples deslocamentos de canhões e regimentos.

E como os políticos, a quem toca a direção dos negócios da Pátria, neste assunto, não estão intellectualmente em plano mais elevado, succede que a opinião desses falsos soldados, capazes de seguirem as grandes linhas de um projecto de operações, mas incapazes de o executar, porque desconhecem as várias modalidades da Tática, vai refletir-se até mesmo dentro do Congresso.

O que importa, consequentemente, é que o general mereça a confiança ilimitada do Governo, para que, no desem-

penho de sua tarefa, a um tempo complexa e difícil, ele dispunha de uma larga autoridade — incontestável e indiscutível.

Expondo, porém, tais ideias, quero acentuar que nunca me faltou o apoio moralizador do Governo, de onde, em grande parte, veio a facilidade que encontrei na direção da campanha.

Quartel-General da Forças em Operações na XI Região (atual 5ª RM/DE)

A preparação de uma campanha militar é talvez o assunto em que menos se possa improvisar. E se no caso ver-tente não me pesavam sobre os ombros as graves dificuldades inerentes ao comando de um grande Exército, pesavam-me na consciência as dificuldades bem graves de conduzir sem revezes, por sertões desconhecidos e paupérrimos, contra inimigo audacioso e solerte, uma tropa diminuta e quase desaparelhada.

Obrigado a ver tudo, a pensar em tudo, a tudo prever, sobrecarregado, além disto, com os trabalhos da Inspeção (Comando da atual 5ª DE/5ª RM), e sentindo a necessidade inadiável de organizar serviços e regulamentos de todo indispensáveis, percebi desde logo ser imprescindível um Quartel General a parte, cujo Estado-Maior pudesse desenvolver, completar e expedir as miudezas (detalhes) do meu pensamento estratégico.

Demais o novo Quartel General deveria poder deslocar-se comigo, a qualquer momento, para o Teatro das Operações, sem que daí resultasse o mínimo desarranjo na pesada engrenagem da Inspeção (da atual 5ª DE/5ª RM).

Nesta ordem de ideias, o constitui, no dia 18 de setembro de 1914, sob a designação de Quartel General das Forças em Operações na XI Região, nomeando para os seus vários serviços os seguintes oficiais:

SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR

Chefe - Capitão José Osório. Adjunto - 1º tenente Manoel de Cerqueira Daltro Filho (Ver ao final síntese biográfica de sua projeção histórica no Rio Grande do Sul).

SERVIÇO DE ORDENANÇA

Assistente - 1º tenente Sebastião do Rego Barros (seu genro). Ajudantes de Ordens - 1º tenentes Carlos da Silveira Eiras, Thiago de Bonoso, Bento do Nascimento Velasco e 2º tenente João Moraes de Niemeyer.

SERVIÇO DE ENGENHARIA

Chefe - Capitão Oscar Saturnino de Paiva. Auxiliares - 1ºs tenentes Theophilo Garcez Duarte e Eduardo Sá de Siqueira Montes.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

Chefe - Capitão Anastácio de Freitas.

Este Quartel-General, ligeiramente alterado no decorrer da campanha, merece uma análise especial de sua constituição, que farei no capítulo seguinte.



General Setembrino e seu Estado-Maior em União da Vitória em Março de 1915. (Fonte: Constante de seu Relatório). Em 1919 depois de retornar do Contestado publicou artigo intitulado “A Questão do Estado-Maior” que foi publicado as páginas 5/9 da Revista A Defesa Nacional, nº 73, de 15 de set 1919 cuja opinião concorda com o seu amigo o General Bento, Chefe do EME que criou nesta função a Missão Indígena da Escola Militar do Realengo.

(Continuação) Enquanto isto o coronel Eduardo Sócrates, com o 51° de Caçadores (de São João Del Rei) em 14 de Setembro, procedia a exploração da ferrovia S. Paulo-Rio Grande do Sul, com o fim de restabelecer-lhe o tráfego interrompido. A operação ia realizar-se facilmente.

Comandado pelo major Cyriaco Lopes Pereira e constituído pelo 51° Batalhão de Caçadores (de São João del Rey), 90 praças do 5° Regimento de Infantaria (de Florianópolis) e a 1ª Secção da 2ª Companhia de Metralhadoras (de Curitiba), embarcava em União da Vitória, a 15 de Setembro, um forte destacamento para reconhecer a via férrea, expulsar os fanáticos que acaso se encontrassem nas suas estações e recompor a linha telegráfica interceptada.

Perfeitamente aprestado para um encontro com o inimigo e para atravessar, isolado, longos dias de ausência, embarcou em 3 trens, fracionamento este devido às condições técnicas da estrada, cuja declividade no trecho serrano entre Nova Galicia e S. João, não permite o tráfego de comboios maiores de 6 carros.

À frente do primeiro trem, em que marchava a tropa, ligaram-se dois gaiolas blindados com pranchões e areia. E no outro, um trem comum de carga, além da ferramenta, animais e material do batalhão, seguia o pessoal necessário a restauração da linha férrea.

Viajando com a máxima cautela, e como se aproximasse a noite, porque o destacamento já partira tarde, às 14 horas, julgou-se acertado pernoitar em Nova Galicia, onde só desembarcaram alguns pelotões escalados para o Serviço de Exploração e Segurança.

No dia seguinte, 16, a força atingiu, sem incidente, a estação de S. João, onde estavam insepultos e horivelmente mutilados alguns cadáveres, que foram logo, por ordem do comandante, piedosamente inumados. Estava também, ali, absolutamente intacta, em meio da devastação geral, a casa do italiano Schena, na qual acantonou uma parte da tropa. E a outra, a princípio em barracas, foi depois alojada em galpões de madeira adrede construídos.

Queimado como estava, o edifício da Estação Ferroviária, instalou-se o aparelho telegráfico num carro de bagagem, posto num desvio ao pé da plataforma.

Sem incidentes ainda, prosseguiu a exploração até Calmon, uma povoação outrora bem povoada e florescente - e naquele instante entristecida pelas negras ruínas do vasto incêndio, que a consumira, e pelos cadáveres extremamente decompostos, que lhes empestavam os ares.

Com a mesma segurança o Destacamento seguia, deparando outras estações, todas incólumes, embora abandonadas, até que se encontrou, a 20 de Setembro com o 57º Batalhão de Caçadores (de Porto Alegre) do tenente-coronel Cassiano de Assis, que, em rumo contrário, executava a mesma operação.

Desbravado o caminho era mister o garantir contra prováveis ataques dos bandoleiros, impedindo-lhes ao mesmo tempo a passagem para os Campos de Palmas e do Irani. Dai a necessidade de um Comando Geral, que veremos como foi constituído.

Além das pouquíssimas unidades à minha disposição, reduzidas ademais a efetivos minúsculos, ainda no dia 20 de Setembro de 1914, nenhuma outra força me chegara, permitindo uma larga iniciativa, embora o Sr. General Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (Ministro da Guerra (1912-1914) já houvesse ordenado a partida para o Teatro de Operações do 10º Regimento de Infantaria (de São Gabriel) e do 56º batalhão de Caçadores (de Porto Alegre). E sobre tamanho obstáculo e mais por não haver numerário na Delegacia Fiscal do Paraná, avultava a terrível ameaça de ter que atravessar pela ronceira entrosagem do Tribunal de Contas o crédito especial para as despesas da Expedição.

Escoavam-se os dias. Mas não foram gastos inutilmente. Aproveitei-os para estudar com minucioso cuidado grande número de assuntos que se relacionavam estreitamente com as Operações. E no Quartel-General, suprimindo-se a ausência de um Regulamento de Campanha, que não

possuímos, trabalhava-se dia e noite, sem cessar, com atividade febril.

Pude assim delinear, publicando-o em seguida, o Plano de uma pequena guerra combinada, a começar por um cerco que insulasse dos centros de mais recursos a área imensa dos redutos.

Tal era a minha segunda ordem do dia (19 de Setembro), que transcrevo:

Inicialmente a alimentação da tropa se fazia quase aleatoriamente, com somente os recursos locais, e começavam a surgir as reclamações dos comandantes de unidades. Foi também quando consegui firmar um grande contrato de fornecimento com os Srs. M. Loureiro & Comp., habilitando-me, desse modo, a criar — a princípio em Rio Negro e União da Victoria (24 de Setembro) e depois na estação de Canoinhas (14 de Outubro) — os Armazéns de Campanha que garantiriam a subsistência farta aos homens. Todos tiveram a mesma organização. Havia, em cada um deles: 1 subalterno intendente chefe, 2 segundos sargentos amanuense, 2 cabos, 2 soldados conductores, 2 muares, e 1 carroça.

O de União da Vitória, o chefio o 1º tenente Abrahão Ephigenio Rodrigues Chaves. Para o Rio Negro, seguiu o 2º tenente Aurélio Joaquim Vieira, e para dirigir o de Canoinhas foi nomeado o 2º tenente Fernando Nogueira de Barros.

Aproximando-se a vinda das unidades, cujas partidas já me haviam sido anunciadas, e prevendo o caso real das investidas futuras, aproveitei os médicos e farmacêuticos, recém-chegados do Rio, para a criação dos Hospitais de Sangue — um em Rio Negro, outro em União da Victoria. Estabelecimentos de todo indispensáveis, pois de balde (em vão) se procuraram, naquelas bandas, Casas de Saúde para o tratamento de doentes ou feridos. Não consegui infelizmente emprestar uma organização completa aos Hospitais de Sangue, como antes imaginara.

Sem descer a minúcias, neste momento inoportunas, pode se formar uma ideia da feição que lhes imprimi examinando o Anexo nº 8.

Constituindo-lhes as administrações partiram daqui no dia 28: para União da Victoria — o capitão médico Hermonogenes Pereira de Queiroz e Silva e o 2º tenente farmacêutico Júlio dos Santos Jordão; E para o Rio Negro — o capitão medico Pedro de Alcantara Pessoa de Mello e o 2º tenente farmacêutico Heraclito d' Ávila Garcez, levando os médicos a recomendação especial de ativarem a instalação dos Hospitais de Sangue. Infelizmente a ordem não pôde ser cumprida, por não haver chegado o material pedido do Rio e quase nada existir na sede da Inspeção em Curitiba.

A concentração das forças da Divisão Provisória

A concentração fazia-se lentamente. Demandando o Teatro das Operações, as unidades abalaram pouco a pouco:

O 10º Regimento de Infantaria, do Rio Grande do Sul, sob o comando do coronel Júlio Cesar Gomes da Silva, que desembarcou em Rio Negro a 26 de Setembro. E do mesmo Estado, com a diferença de alguns dias, frações do 4º, 5º e 6º regimentos de Cavalaria, constituindo um destacamento às ordens do major Leovigildo Paiva, que mandei para Campos Novos. Do Rio de Janeiro chegaram sucessivamente a Canoinhas o 56º Batalhão de Caçadores (2-5 de Setembro), comandado pelo tenente-coronel Manoel Onofre Muniz Ribeiro e uma seção de Artilharia de Montanha (19 de Outubro), ao comando do 1º tenente Alzir Mendes Rodrigues Lima; a estes seguiram-se, com intervalos maiores:

O 58º Batalhão de Caçadores (Niterói) ao comando do tenente-coronel Francisco Raul Estillac Leal, que desembarcou em Itajahi (5 de Outubro) e marchou imediatamente para o Rio Sul;

O 9º Regimento de Cavalaria (São Gabriel) do major Álvaro de Souza Portugal, veio do Rio Grande do Sul e seguiu para Curitiba;

O 43º Batalhão de Infantaria, ao comando do major Cândido José Pamplona, deslocado de S. Paulo, chegou em

Rio Negro a 7 de Novembro. E, já nos últimos dias da luta, outra seção de Artilharia de Montanha, que acantonou em União da Victoria.

Com o 12º Batalhão de Infantaria (Recife) destacamentos de Cavalaria, de Engenharia, de Trens (Logística), a Seção de Ambulância, que organizei com gente da 2ª Brigada Estratégica, e mais um Batalhão Patriótico, dirigido pelo coronel Bley Neto, industrial de Rio Negro, A Expedição contou com um efetivo de 6.403 homens, assim discriminados :

10º Regimento de Infantaria: 18 oficiais e 471 praças (Porto Alegre);

12º Batalhão de Infantaria: 16 oficiais e 385 praças (Recife);

14º: Batalhão de Infantaria: 4 oficiais e 317 praças (Porto União);

16º Batalhão de Infantaria: 4 oficiais e 300 praças (João Pessoa);

43º Batalhão de Infantaria: 7 oficiais e 242 praças (Nioaque-MS);

Destacamento do 5º Regimento de Infantaria: 2 oficiais e 90 praças (Ponta Grossa);

Destacamento do 8º Regimento de Infantaria: 6 oficiais e 24 praças (Cruz Alta);

51º Batalhão de Caçadores: 15 oficiais e 251 praças (São João Del Rei);

54º Batalhão de Caçadores: 10 oficiais e 271 praças (Florianópolis);

56º Batalhão de Caçadores: 17 oficiais e 447 praças (Porto Alegre);

57º Batalhão de Caçadores: 12 oficiais e 349 praças (Porto Alegre);

58º Batalhão de Caçadores: 14 oficiais e 490 praças (Niterói);

Destacamento do 53º Batalhão de Caçadores: 4 oficiais e 121 praças (Lorena-SP);

9º Regimento de Cavalaria: 12 oficiais e 490 praças (São Gabriel);

Destacamento de Cavalaria do major José Leogivildo Alves de Paiva: 10 oficiais e 298 praças, com elementos do 4º RC (Quarai), 5º RC (Uruguaiana) e 6º RC (Alegrete), da 2ª Companhia de Metralhadoras: 4 oficiais e 93 praças (Curitiba);

4ª Companhia de Metralhadoras: 5 oficiais e 69 praças (General Câmara).

Nota: Parada de origem das unidades, segundo a obra no acervo da FAHIMTB na AMAN): MINISTÉRIO DA GUERRA. Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938 (Estudo sobre a organização dos Corpos de Tropa a partir dos tempos coloniais até 1934. Organizado na Diretoria do Arquivo do Exército sob a direção do Coronel Jonathas da Costa Rego Monteiro e com correções organizadas pelo Ten Cel Tancredo Faustino da Silva.

Atuaram mais as seguintes unidades: o 53º Batalhão de Caçadores organizado em Ponta Grossa pelo Cel Antônio Sebastião Basílio Pyrrho, e uma Seção do 20º de Artilharia de Montanha (Rio de Janeiro).

Plano das Linhas do Cerco da Revolta

(Vide esboço da área do Contestado neste trabalho)

“Para metodisar as operações de guerra contra os fanáticos nos sertões do Paraná e Santa Catharina, obedeceremos ao seguinte plano: Uma parte da tropa a esse fim destinada ocupará todos os pontos por onde possam eles comunicar-se com os centros populosos. A outra parte, constituindo colunas móveis de todas neutralizar o inimigo. A tropa que vai operar o Cerco da zona infestada pelos fanáticos será distribuída em quatro linhas assim orientadas:

Linha Norte. Sob o cominando geral do Sr. coronel Julio Cesar Gomes da Silva, compreendendo os seguintes pontos:

Rio Negro — Sede do Comando — 28º Batalhão do 10º RI de São Gabriel

Canoinhas — 29° Batalhão do 10° RI de São Gabriel
Barreiro — 56° Batalhão de Caçadores (de Porto Alegre).
Poço Preto — 30° Batalhão do 10° RI de São Gabriel
Linha Oeste — Sob o comando geral do Sr. coronel
Eduardo Arthur Sócrates, compreendendo os seguintes pontos:

União da Victoria — Sede do comando — 51° Batalhão de Caçadores (de São João Del Rei).

Legrú — Sob a proteção do 51° Batalhão de Caçadores (de São João del Rei)

S. João — 14° Batalhão de Infantaria (de Porto União)

Calmon — Destacamento do 53° Batalhão de Caçadores.

Rio Caçador — 16° Batalhão de Infantaria (de João Pessoa-PB)

Herval — 57° Batalhão de Caçadores (de Porto Alegre)

Linha Sul — Comando não designado, compreendendo os seguintes pontos:

Campos Novos — Tropa não designada.

Passa Dois — 54° Batalhão de Caçadores (de Florianópolis)

Coritibanos — 54° Batalhão de Caçadores (de Florianópolis)

Linha Leste — Comando não designado, compreendendo os seguintes pontos:

Papanduva—Regimento de Segurança do Paraná.

Itayópolis — Tropa não designada.

Tipo da coluna móvel:

Comando;

Um Regimento de infantaria;

Um Esquadrão de Cavalaria;

Uma secção de Artilharia de Montanha;

Uma Companhia de Engenharia;

Um Pelotão de Trem;

Uma seção de Ambulância.

Ao Serviço de Engenharia, funcionando sob a presi-

dência intelectual do Capitão Paiva na execução de serviços cartográficos, bem como, mais tarde a construção de linhas telefônicas e o melhoramento de alguns caminhos.

Ao Serviço de Administração, finalmente, com mais material de todos, porém de todos também o mais pesado, lhe competiu, se desdobrando num esforço admirável, a elaboração de uma escrituração rigorosa e delicado exame dos gêneros e do variado material diariamente remetido para o sertão. Havia, desse modo, mais unidade na escrituração, mais ordem nos arquivos, mais celeridade no serviço e mais economia de expediente.

A boa composição de um Quartel General dependendo, em máxima parte, da capacidade dos oficiais que nele figuram, deve deles se exigir além do curso de Estado-Maior, sérias garantias de uma vida arregimentada brilhante. Escapam, naturalmente, como exceções: o auditor, o intendente e o médico.

Outra observação desta campanha, consignada como exigência dos mestres, é a figuração no Quartel General de alguns oficiais de ordenança, destinados à transmissão de ordens às autoridades subordinadas. E como terão, por vezes de trilhar sozinhos longas estradas em território infestado pelo inimigo, exigem-se homens decididos e fortes, bons cavaleiros e magnificamente montados. Seria finalmente de grande utilidade, atribuir ao intendente a cuidança (os cuidados) dos cavalos e da bagagem particular dos oficiais do Quartel General, porque estes, em campanha, só muito raramente terão lazeres (folgas) para se ocupar dos seus negócios pessoais

Não prolonguemos esta resenha incompleta, em que se estampam vícios de organização, impossíveis de evitar no momento e que serão discutidos oportunamente.

Registremos, de preferência, outras medidas, simultâneas, aconselhadas pela situação que assumia mais gravidade, quanto mais bem conhecida ia se tornando.

(Núcleos da Revolta e seus chefes) - Informações oriundas de todas as partes, apontavam-me redutos em to-

dos os pontos: Na margem direita do rio Itajai, instalara-se com 200 homens armados o líder dos revoltosos da serra alpestre, Antonio Tavares, um salteador manso de cidade, que de tempos em tempos descia para se apoderar de recursos, saqueando os habitantes de Iracema.

Subindo um pouco, a Noroeste, topava-se a Colônia Vieira, onde, com cerca de 300 bandoleiros, imperava o felino Aleixo Gonçalves.

Ao Norte na margem esquerda do Iguassu, Bonifácio Papudo, com 150 bandoleiros.

Em Tamanduá, constava existir elevado número de revoltosos. E em Caçador, a Meca do fanatismo, mas que se verificou depois ser a Meca, o célebre reduto Santa Maria, onde reinava Elias de Moraes, o mentor geral da rebeldia, comandando perto de 1000 mil homens de briga.

E como satélites afastados, outros redutos menos importantes e por igual temíveis: Cerrito, o valhacouto do ferocíssimo Castelhana. E o reduto de Taquaruçu que renascia E mais Campo Bello, Estiva, Santo Antônio e, dezenas de outros, salpintando o vasto território.

Sabia-se, além disto, que os fanáticos se abasteciam fartamente, entretendo comércio franco com vários negociantes do Paraná, de Santa Catharina e até do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Comentava-se, como fatos recentemente passados, a remessa, pela Estrada de Ferro, de enorme quantidade de armas e munições, contrabandeadas em caixões de cerveja, ou qualquer outro artigo de consumo insuspeito. E, ainda em setembro, mediante ativa troca de couros e erva mate, citavam-se expedições de mercadorias, despachadas principalmente de Rio Negro, Canoinhas, São Matheus e Curitiba. Ora, por exagerados que pareçam tais informes, é certo que os fugitivos dos redutos, embora ignorando os nomes dos fornecedores, garantiam a realidade do fornecimento. E, como, em grande parte, o êxito do meu plano se baseava no rápido esgotamento logístico dos fanáticos, cumpria-me voltar para todos os meios que dificultasse o desonesto comércio.



Fotos de revoltosos e famílias que se entregaram a Coluna Leste do reduto de Antonio e, abaixo, capitulação em Canoinhas do chefe Antônio Papudo e seus homens (Fonte: Relatório do Gen Setembrino).

Comecei por entender-me com as autoridades civis dos Estados litigantes, as quais me asseguraram todo o apoio, sobretudo na repressão da venda de munição e armamento. A administração dos caminhos de ferro, por outro lado, muito empenhada na repressão do banditismo, que lhe causara e lhe estava causando sérios prejuízos, favoreceu-me extremamente, exercitando severa vigilância nos fretes. Restava, entretanto, fiscalizar, com rigor, a navegação do rio Iguassu, por onde se traficava sem receios com os jagunços, parecendo-me acertado, para o impedir, empregar alguns vapores artilhados no policiamento do rio.

Invoquei, neste sentido, o auxilio do Sr. Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, que mandou, prestes, a mim se apresentar o capitão Plínio Rocha, expedindo, sem tardança, para o porto de Paranaguá, o cruzador República, destinado a fornecer os elementos precisos à armação de pequenina frota.

Nota do Cel Bento: Procurava reeditar a iniciativa do Ten Floriano Peixoto em Uruguaiana sitiada e no rio Uruguai, na Guerra do Paraguai de artilhar alguns barcos para combater tropas de bogavantes paraguaios que desciam pelo rio fazendo a ligação das forças invasoras que avançavam pelas margens do rio Uruguai.

Tantos e tais, porém, foram os empecilhos, que no fim de pouco tempo eu me via forçado a desistir da empresa, agradecendo, penhorado, ao ilustre Almirante Alexandrino, o patriótico empenho que puzera em facilitar-me a difícil tarefa.

Restringi-me, então, ao auxílio que, no caso, me prestaria o coronel Fabrício Vieira, a quem telegrafei o convidando para uma conferência, na qual se tratou da organização de uma Coluna Volante de Vaqueanos, cuja missão seria bater a margem direita do rio Iguaçu, nos trechos em que se praticava o contrabando. Patriota resoluto e valente, acostumado, desde a Guerra Civil de 1893/95, onde combateu galhardamente ao lado do Governo, a dirigir homens, foi-lhe fácil reunir,

em pouco tempo, 150 sertanejos, que a seu comando se notabilizaram, no correr da luta, por outros assinalados serviços.

A Contra-informação

Havia, entretanto, outro assunto de capital importância, que requeria concentrada atenção de minha parte. Era o refreio (o combate) à espionagem. Traíçoeiros como um contágio, os fanáticos insinuavam-se, feito comerciantes desatentos, pelo meio da tropa, escutando as conversas, avaliando os efetivos, examinando tudo, bombeando (observando) e partiam depois, cautelosos, para os redutos rebeldes, onde os chefes os esperavam, ansiosos, as novidades.

Na expedição do General Carlos Mesquita, entre os mortos encontrados em Santo Antonio, dentro da Capela, contou-se o cadáver de um freguês (espião) que vivia nos acampamentos na mais perfeita camaradagem com os nossos soldados.

Limitei, por isto, a reportagem, impedindo notícias, para os jornais, sobre os recursos militares enviados para o sertão. E proibi nos acampamentos o convívio entre as praças e os sertanejos.

E como era notória a indiscrição de certos empregados das repartições telegráficas, e demasiado morosos os criptogramas (mensagens cifradas) consegui do inspetor, em Curitiba, a instalação, no meu Quartel General, de um aparelho de telégrafo, que me permitia a comunicação direta com a maior parte dos comandantes. As vantagens daí advindas são fáceis de perceber. As ordens, não as inquinaram mais as dúvidas oriundas do trancamento dos telegramas, onde, sobre as palavras erradas, a pontuação representa um luxo prescindível, de forma que o que eu podia obter, eram lúcidos resumos e todas as informações de momento colhidas dos fugitivos que se apresentavam nos acantonamentos.

Foi quando vim a conhecer, em traços gerais, em que consistia a guerrilha dos fanáticos, qual era o feitio dos seus redutos, o computo aproximado dos seus quadrilheiros, a espécie do armamento usado e a exata situação em que fica-

ram, nas malhas de suas guardas, muito numerosas famílias (como escudos).

Era preciso as atrair. E como, para deixarem os seus lares paupérrimos, teriam que abandonar seus míseros haveres, combinei com as autoridades estaduais a localização em novas terras dos que se apresentassem, propondo-me a os manter provisoriamente a expensas do Governo.

Acertado este critério, mandei publicar em todos os jornais e distribuir largamente pelo interior, em cartões impressos, um enérgico Apelo, que era ao mesmo tempo um convite aos coitados e uma forte ameaça aos coatores. Os seus termos foram os abaixo como convinha, incisivos e duros.

“Fazendo um apelo aos habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convindo a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver forças, a cujos comandantes devem apresentar-se. Ai lhes são garantidos meios de subsistência, até que o Governo lhes dê terras, das quais se passarão títulos de propriedade. A contar, porém, desta data em diante, os que o não fizerem espontaneamente, e forem encontrados nos limites da ação da tropa, serão considerados inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis da guerra.

Quartel General das Forças em Operações,
26 de Setembro de 1914

General Setembrino de Carvalho.”

Mas prevenindo inesperados abusos, que certo não partiriam dos oficiais, recomendei secretamente aos comandantes toda a clemência com os prisioneiros, ainda quando capturados bombeando (espionando), ou presos nos combates, como lutadores.

Era uma advertência ociosa. E quem quer que o duvide, leia este excerto de uma carta que o tenente Daltro Filho me escreveu do Teatro das Operações, aonde o mandei, a 22 de Outubro de 1914, em serviço de Estado-Maior:

“Tive, porém, o cuidado de esclarecer bem (ao coronel Onofre Ribeiro) que não dáveis nenhuma au-

torização para sacrificar homens inermes, nem assumiríeis a responsabilidade de cenas vandálicas, que certamente não se darão em sua Coluna, quer atendendo à disciplina da tropa, quer ao caráter dos oficiais. Isto, aliás, já está plenamente demonstrado, porque na cadeia de Canoinhas há, enclausurados á sua ordem, muitos presos, aos quais dá todo o tratamento. Basee-me, a este propósito, referir que dos prisioneiros, dois que se dizem oficiais da Guarda Nacional, mereceram a condescendência de reclusão especial.” (Era exata a informação).

(Continuação) Sabe-se já quão vasta era a zona conflagrada e quão precários os caminhos que a sulcavam. É sabido igualmente que não havia cartas itinerárias (rodoviárias) minuciosas e precisas, tornava-se indispensável, para o serviço conveniente das explorações militares, uma Cavalaria atrevida e bem montada. Ora, vimos em páginas anteriores, que a Cavalaria não estava em condições de prestar, tão de logo, semelhantes serviços. Mas era preciso reconhecer. Era preciso sobretudo assinalar a existência e posição dos redu-
tos, operação facilíma para aviadores adestrados e valentes.

Lembrei-me então da Escola de Aviação e do tenente Ricardo Kirk, a quem tocara a primazia de inaugurar na America, em Operações de Guerra, o delicado serviço de explorações aéreas.

Pedi ao Sr. Ministro (16 de Setembro de 1914), expondo-lhe estas razões E três dias depois recebia um telegrama seu, comunicando a partida daquele oficial com o material necessário á tarefa que se lhe exigia.

Houve, durante a viagem, um lamentável incêndio comunicado pelas fagulhas da locomotiva, que inutilizaram um aparelho, danificando o outro. Mas o tenente Ricardo Kirk, depois de escolher em Rio Negro, Canoinhas e União da Vitória campos apropriados para avoçar (voar) retornou ao Rio para buscar mais 2 monoplanos e os acessórios que faltavam á recomposição do aparelho avariado.

Antes, porém, de empreender a viagem fixou, com o

meu acordo, a construção dos hangares em União da Vitória e dirigiu em pessoa os trabalhos iniciais dos três campos de aviação.

A Constituição dos Destacamentos

Há dois princípios importantes, que regulam a constituição de um destacamento qualquer. Não calcular mais tropa do que a estritamente necessária à formação do Grupo Tático (GT) exigido pelas circunstâncias, e respeitar, quanto possível, a composição das unidades normalmente constituídas.

E bem de ver, portanto, que as Colunas Móveis, organizadas para bater os fanáticos, estavam, atentas ao primeiro princípio, na dependência imediata do conhecimento do terreno, da natureza e importância do inimigo e do seu modo especial de combater.

Tanto importa dizer que eu me achava ante um problema, cuja pronta solução fora inútil procurar no acervo incoerente das primeiras informações a respeito do adversário.

Examinando, porém, a constituição da Coluna abaixo que assaltou e destruiu Taquaruçu, fixei um exemplo e um ponto de partida.

Coluna exemplo: 54° Batalhão de Caçadores (de Florianópolis), Regimento de Segurança de Santa Catarina. Esquadrão do 14° Regimento de Cavalaria (de Santana do Livramento e o reorganizado em D. Pedrito em 1919), 1ª Seção da, 2ª Companhia de Metralhadoras (de Curitiba), Seção do 20° Grupo de Artilharia de Montanha, Companhia do 4° Regimento de Infantaria (de Curitiba) e Companhia do 6° Regimento de Infantaria (de Porto União).

A morosidade da concentração das unidades e o propósito, em que sempre estive, de esperar que a ideia de ofensiva partisse dos comandantes de Linhas de Cerco, dava-me tempo bastante para pensar no tipo do Destacamento mais conforme com o meu projecto de Campanha.

Este, como vimos, era simples. Estabelecendo, antes de tudo, um Cerco, à distância, procurei bater os fanáticos por

partes os apertando pouco a pouco, até os reduzir a um ponto único final. E dividi, para isto, o Teatro da Guerra em quatro zonas autônomas de Operações, planejando atacar a Revolta por quatro destacamentos bem móveis, que se ajustassem às escabrosidades do Terreno.

Os acontecimentos subsecutivos (posteriores) vieram demonstrar que o plano fora compatível com as circunstâncias da luta. E demonstraram, por outro lado, que os revezes anteriores a nossa Expedição, resultaram principalmente de se ter mandado para os sertões pequenas tropas, cujo desmantelo inconcebível era a própria antecipação da derrota.

A repetição dos insucessos moralizou (fortaleceu o Moral) do inimigo, no começo fragilimo. Reeditavam-se as imprevidências de Canudos. Aproveitando a lição, porém, e prevenindo o caso de insurreições futuras, conviria fixar de uma vez o tipo mínimo de Destacamento Expedicionário, que no início das hostilidades, por mais fraco que pareça o inimigo, poderá ser assim constituído:

- 1 Contingente de vaqueanos (90 civis);
- 1 Regimento de Infantaria de 3 batalhões;
- 1 Companhia de Metralhadoras;
- 1 Esquadrão de Cavalaria;
- 1 Seção de Artilharia de Montanha;
- 1 Companhia de Engenharia;
- 1 Esquadrão de Trem (Logística);
- 1 Seção de Ambulância (para 200 feridos);
- 1 Depósito de Remonta (com o suplemento de 50 cavalos e 50 muares;

Comboio, variável com o terreno e com afastamento crescente da Base de Operações, onde haverá:

- 1 Armazém de Campanha;
- 1 Hospital de Campanha, de 100 leitos.

Fardamento

Acompanhar o histórico dos nossos uniformes militares, é dispendar (gastar) um esforço curioso e inútil de quem folhear um livro qualquer de figurinos. Não ha evolução, e sim

moda. Da casaca militar folgada ao dólman constritor (apertado), incômodo e caríssimo, há uma longa série de mudanças, em que não se descobrem traços, de um plano ou de um princípio. E ainda agora, bem que estejamos próximos de uma boa solução, apontam-se, em nosso traje militar, pequenos defeitos, de fácil correção. Salva-se, porém, o uniforme de campanha, quer dos oficiais, quer das praças.

Nota do Cel Bento: Em 1922 no Centenário da Independência o Exército mandou fazer em Paris o Álbum Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922) sendo o General Setembrino, no período, Chefe do Estado-Maior do Ministro da Guerra Dr. Pandiá Calógeras e a seguir seu substituto no ano do Centenário da Independência. Obra marcante com as seguintes características: MINISTÉRIO DA GUERRA. Uniformes do Exército Brasileiro 1739-1922. Paris: A. FERMOND - F. FERMOND Sec, 1922. Obra com aquarelas e documentação de J. Wasth Rodrigues e texto organizado por Gustavo Barroso. Publicação oficial do Exército comemorativa da Independência do Brasil. Obra rara ao ponto do Presidente Castello Branco ter comprado um exemplar para doar ao Presidente Charles De Gaulle em sua visita ao Brasil.

(Continuação) Não me alongarei, porém, na discussão de um assunto sabiamente estudado por Lewal, que firmou de uma vez, a Reforme l'Armée, o verdadeiro critério a seguir na organização de um Plano de Uniformes.

Se necessitarmos, portanto, de introduzir modificações em nossos uniformes, devemos aceitar, quase integralmente os conselhos de Lewal, pondo à margem quaisquer considerações referentes á fantasia e ao capricho dos casquilhos, para volvermos ao que é prático e ao que é útil. Atenho-me, por isto mesmo, só ao exame do nosso Uniforme de Campanha. O gorro não satisfaz de nenhum modo às nossas necessidades, por deixar a nuca inteiramente exposta ao sol e não oferecer a mínima proteção contra a chuva, porque a água se insinua entre a capa e a cinta, molhando em pouco tempo a cabeça e o rosto do soldado. Nos outros países, o capacete e

o chapéu disputam a primazia. Seria conveniente adotarmos um dos dois. É a cobertura que temos adotado quase instintivamente, em todas as nossas Operações Militares, mesmo nas grandes campanhas como a do Paraguai (General Caetano de Faria). Observando, porém, na campanha do Contestado, que chapéu, por deformar-se logo, durava muito pouco, inclino-me em favor do capacete usado pela Infantaria alemã, que não encontrou, até hoje, em nenhum exército, cobertura mais vantajosa ou mesmo equivalente.

De fato o capacete da Infantaria alemã, preserva a nuca e os olhos da ação do sol, protege da chuva a cabeça e pescoço, suaviza o efeito das temperaturas excessivas, anula, até certo ponto, a eficácia dos golpes contundentes, adapta-se bem á cabeça e é duradouro e bastante leve. Quanto a túnica, o seu principal defeito está em ser muito colada ao tronco do soldado, impedindo-lhe os movimentos folgados. Conservando o seu feitio atual, conviria a alargar de sorte a permitir a máxima liberdade na esgrima, nas marchas, e nos vários serviços de campanha.

Como medida econômica poderia suprimir-se a túnica de flanela, se adotássemos, em substituição, o colete de malha, cujo uso generalizado em todo o sul, bem mostra a proteção que ele oferece contra o frio. Seria bem preferível que, em lugar das calças, adotássemos em todas as armas, os calções folgados, quer para praças, quer para os oficiais, porque não só lhes permite mais agilidade na esgrima e nos saltos, como porque facilitam em extremo o remuniciamento. O calçado é um problema que ainda aguarda a sua solução definitiva. Os tipos que usamos no sertão — sapato racional e botina inteiriça de elástico, estão muito aquém das condições requeridas por um bom calçado militar. O sapato racional maltrata excessivamente o pé do soldado, porque se deforma com extrema facilidade, bastando para isto a lama dos caminhos ou a passagem de um curso d'água. A botina, mesmo nas cidades, acalcanha-se em pouco tempo, sendo raras as vezes que atura o tempo regulamentar de duração previsto.

Sendo a nossa tropa, em sua maior parte, constituída

de nortistas, muito habituados a andarem descalços, ou calçados com alpercatas, era comum verem-se nas marchas os soldados, valendo-se daquele recurso, desfazerem-se do calçado militar com o prazer de quem se alivia de um instrumento de suplicio. Tal solução, porém, não resolve a dificuldade, porque os sujeitam aos espinhos e as mordeduras das serpentes venenosas, tão frequentes nos matos, onde tem constantemente de se internarem para o serviço de flanqueamento. Um bom calçado militar deve preencher as qualidades essenciais de solidez e comodidade, abrigo do pé das asperezas do solo e dos matos, da lama e da humidade. Se exigirmos, portanto, matéria prima de primeira ordem e manufacturação bem cuidada, o borzeu usado: pela Força Policial de São Paulo talvez nos convinha ao menos como ponto de partida de novas experiências.

Assunto de tal monta exige sérios estudos, e coloca mesmo de lado o aspecto económico da questão, não importando que se gaste patrioticamente um pouco mais.

A polaina regulamentar tem contra si a péssima qualidade do material empregado e o sistema de presilhas que se desprendem com pouco tempo de uso, dificultando, além disto, o calçamento.

A polaina ingleza Clarck, cujo uso vai se generalizando entre os oficiais, deu magnificas provas no Contestado. Pouco importa seu preço mais elevado, se é certo que a sua durabilidade compensa vantajosamente. Destinando-se o capote a proteger o soldado contra a chuva e contra o frio, compreende-se bem que ele deve ser amplo, quente e impermeável. Satisfeitas as duas ultimas condições, mediante um pano conveniente, poderíamos adotar o capote alemão, que sobre outras vantagens, convém admiravelmente aos corpos montados. Limitando-me a ligeiras indicações, não devo alongar-me em considerações minuciosas. Nem é preciso uma argumentação cerrada para mostrar o proveito de um só capote em todo o Exército. Basta-me considerar que facilitaria o remuniamento, pondo de lado o anacronismo estúpido do poncho ainda usado pela Cavalaria e pela Artilharia de Cam-

panha. Demais o capote alemão facilita singularmente, quando vestido o equipamento dos oficiais e das praças, o que é difícil de conseguir-se com o modelo atual e impossível com o poncho (tipo de capa usada pelo gaúcho). No tocante aos acessórios, devemos os reduzir ao indispensável, os distintivos das armas, dos corpos (unidades) e dos postos e graduações. Finalizando estas observações relativas ao nosso uniforme de campanha, resta apenas que todas as suas peças, quer nos oficiais, quer nas praças, sejam kaki esverdeado.

Equipamentos

Condenando o equipamento que figurou nos sertões do Contestado, por ser de péssima qualidade, não o analiso porque se trata de sua substituição pelo equipamento inglês. Devemos, entretanto, conservar a marmita, o cantil, o caneco e o talher de alumínio, como acessórios que satisfazem otimamente às exigências da campanha.

O material de sapa destinado principalmente à fortificação do campo de batalha, quase nunca será empregado nas serras sertanejas. E como só se presta, fora disto, para execução dos pequenos trabalhos de acampamento ou ligeiras obras de fortificações, seria conveniente suprimi-lo nas campanhas dessa natureza, substituindo-o por material mais apropriado conduzido no Trem das unidades.

Um Batalhão de Infantaria, por exemplo, necessitaria pás, 25 alviões, 20 foices, 10 machados e 10 enxadas, supondo um Destacamento em que não figurasse tropa de Engenharia. O equipamento dos oficiais requer uma ligeira modificação relativa ao talim, que deve ser largo e de couro para dar-se bem sobre a túnica, à feição de um cinto em que prenda a espada, o revólver e o estojo do binóculo. Devemos substituir como inútil, a bolsa atualmente usada pelos oficiais, sendo muito preferível a que figura no equipamento dos oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. São gerais as queixas contra a pistola Parabellum, seja por seu peso, seja pelo seu péssimo automatismo, cujas falhas muito frequentes a transformam numa arma de tiro simples, difícil de manejar.

Foi o que se observou geralmente, quer nos exercícios de tiro ao alvo, quer nos próprios combates. Tamanha anomalia explicada, por uns, com os defeitos da munição e, por outros, com a inexperiência do seu manejo que, persiste indesculpável. E se a primeira suspeita já se desfez, depois que se experimentaram cartuchos adquiridos no comércio, o segundo motivo não ficará de pé, se considerarmos que, entre as condições a que deve satisfazer uma arma de guerra, figura, em primeiro plano, a facilidade do seu manejo, principalmente quando se trata das armas destinadas à defesa pessoal. A experiência desta campanha aconselha o revólver Smith and Wesson 38 ou 44, preferido como arma de defesa pessoal por quase todos os oficiais, que confiavam na simplicidade do seu manejo, na sua precisão e na sua segurança. A espada distribuída à Cavalaria, embora um pouco pesada, presta-se bem à defesa do cavaleiro, atenta a esgrima que lhe é própria.

Já não acontece o mesmo, porém, com a espada que usa a generalidade dos nossos oficiais, cujas formas e dimensões variam indefinidamente sem critério e sem tino. Seria de toda a conveniência adotar um só modelo de espada para todo o corpo de oficiais, pois não se explica a variedade caprichosa dessa arma, que entre nós varia de feitio segundo o gosto dos sirgueiros¹ (sic). A munição de Infantaria gasta na campanha não acusou defeitos que mereçam reparo especial. Apenas os cunhetes (caixas) deviam possuir um dispositivo que, sem perturbar as arrumações, permittisse um destampo mais fácil. O abrir durante o fogo, é uma operação difícil e morosa.

Metralhadoras

A propósito deste assunto há umas observações do aspirante João Pereira de Oliveira.

Nota do autor: atingiu o posto de general; como historiador foi consagrado patrono de cadeira da FAHIMTB e é estudado ao final deste livro. Sua especial capacidade me leva a transcrever integralmente o seu currículo e suas obras.

1 - Sirgueiro, segundo o Dicionário Globo da Língua Portuguesa, significa “o que trabalha em obras fios e cordões de seda”.

Não é possível assinalar e discutir na estreiteza de um relatório, que se destina a ventilar outras muitas questões de importância capital, todas as falhas que se encontram no material próprio das nossas unidades de metralhadoras. Nestas condições, só serão assinaladas aqui aquelas que têm necessidade de ser remediadas quanto antes.

Escudo das metralhadoras

Uma das falhas primaciais que se observa na nossa metralhadora para a pequena guerra, segundo o consenso de quase todos aqueles que têm tomado parte nesta campanha, é a ausência de um pequeno escudo articulado, destinado principalmente a proteger a cabeça do apontador-atirador.

Observações do Aspirante João Pereira de Oliveira, a seguir:

A necessidade desse escudo é tanto mais justificada, quanto é sabido que nas nossas pequenas guerras se impõe a máxima aproximação da metralhadora das posições inimigas, atendendo, quando mais não seja, às condições topográficas do terreno, como tive não poucas ocasiões de observar. Quanto às dimensões e outros detalhes de construção do escudo, só com experiências demoradas se poderá resolver eficazmente o assunto.

Tubo de escapamento das metralhadoras

Outra falha que me parece sensível na metralhadora é não ser esta acompanhada de um tubo de borracha ou outra qualquer substância apropriada que permita a passagem do vapor e da água fervendo, que escapam do cilindro refrigerante, para lugar distante da posição ocupada pela arma. O vapor se escapando directamente do orifício de escapamento, como acontece presentemente, traz consigo não só o grave inconveniente de desvendar à observação inimiga a posição da metralhadora, senão também graves perturbações aos múltiplos trabalhos do apontador-atirador.

Este tubo de escapamento, já existente em algumas metralhadoras do Sistema Maxim, será ligado na parte superior ao orifício de escapamento do vapor e a sua extremi-

dade inferior poderá ser colocada a principio, como uma serpentina de alambique, em um recipiente de água e depois, quando a água ferve e por consequência não condensa mais o vapor, dispô-la na terra, ou começar por dispô-la na terra e logo que o vapor se levantar do solo, pô-lo em comunicação com recipiente de água. Fim das observações do Asp João Pereira.

Artilharia

Figurando no Contestado as três espécies de Artilharia de Campanha, que possuímos, só tratarei aqui da Artilharia de Obuzeiros, porque os relatórios parciais não consignam nenhuma indicação relativamente aos dois outros canhões. Sente-se bem que o assunto, mais que outro qualquer, está em função estreita das observações pessoais e directas. Observou-se em primeiro lugar, que o material dos obuzeiros é bastante resistente, qualidade apropriada às asperezas de quaisquer caminhos. A marcha de Calmon a Tapera, cuja péssima estrada fora, em muitos pontos, aberta de momento, não causou estranheza que os obuzeiros manifestassem, inalteráveis, suas magnificas qualidades balísticas. Trabalhando repetidamente no lapso compreendido entre 2 de Março e 5 de Abril, não se notou, mesmo de leve, qualquer alteração no funcionamento do freio, ou qualquer outro acidente no material durante o tiro, circunstância que o destaca como um canhão quase perfeito.

O capitão Mario Tourinho (Ver ao final a sua projecção profissional militar e politica, como Interventor Federal do Paraná em 1930), salienta em seu relatório a falta injustificável da chave automática para regulação das espoletas, ainda não distribuida às Baterias de Obuzeiros. Não havendo, portanto, o corretor, impõe-se a quem dirige o fogo: a regulação em altura, por variações das trajetórias o que além de trabalhoso é demorado. Outra falha do obuzeiro, segundo observação do 2º tenente Anor Teixeira (Ver ao final sua projecção profissional, no exercício inclusive da Chefia do EME), está em não ser integral a alça nº 1.

Sabe-se que o obuzeiro atira granadas, servindo-se de cinco alças, correspondentes às cinco cargas de projeção, as que só na quinta figuram divisões que vão de 0 a 6.200 metros. A primeira alça começa em 1.500 metros; a segunda em 1.800; a terceira em 3.000; e, finalmente, a quarta em 3.800. Ora, as quatro primeiras alças, correspondendo às menores cargas de projeção, é com elas, conseqüentemente, que se conseguem as trajetórias mais curvas.

Um tiro qualquer, portanto, menor de 1.500 metros, tem que ser feito com a quinta alça, que impõe ao projétil, mercê da maior carga propulsora, uma trajetória mais tensa.

Daí a dificuldade, experimentada no reduto de Santa Maria, de se bater um objetivo a 1.200 metros, por exemplo, quando a bala tem que transpor um obstáculo, como a mata dentro da qual se atirava.

O tenente Anor corrigiu semelhante inconveniente ângulo de sítio.

A munição comportou-se bem, não sendo assinada nenhuma explosão prematura das granadas de alto explosivo, nas quais se empregou sempre a espoleta com retardo.

As espoletas funcionaram bem, bastando mencionar, para comprová-lo, que só não arrebentaram os projetis caídos em terrenos pantanosos.

Sobre os explosivos não se levantou nenhuma crítica. O explosivo regulamentar G1.8 x 8 x 0,9, por exemplo, sempre deflagrou, ainda quando umidecido.

Duas faltas que se fizeram sentir no Contestado foram a granada de mão, que prestaria, em muitos casos, magníficos serviços, e o carro observatório, para o comandante da bateria.

Remonta (de cavalos e muares)

Em São Paulo e no Paraná, bem que seguindo orientação diversa, os governos estaduais também procuraram apurar as raças cavалares. Não se pôde, entretanto, contar ainda com tais recursos para a satisfação das necessidades

do Exército, porque não há, quer num, quer noutro Estado, grandes estabelecimentos de criação intensiva.

Assim o Rio Grande do Sul continua a ser o mercado clássico de animais para o Exército, que ali se remonta, de tempos em tempos, com relativa facilidade. Mas como devemos volver as nossas vistas para a remonta em larga escala, supondo o caso de uma grande guerra, em que tenhamos de mobilizar todas as forças do país, impõe-se, por parte do Governo, o maior interesse na solução metódica e perfeita desse importantíssimo problema.

Fixando primeiramente dois tipos de animais - um para a Cavalaria, outro para a tração no Exército e a época certa de o remontar, bastaria entregar a solução do caso aos grandes criadores, cujos produtos seriam de preferência adquiridos, mediante uma escolha rigorosa a que se seguiria a maleinação. Tal o processo que me parece mais consentâneo e mais prático. A remonta irregular, porém, desta campanha, demonstra que a nossa primeira necessidade consiste em desenvolver largamente a criação, visando o caso de uma possível mobilização de todo o Exército.

Antes do cavalo de guerra, que virá mais tarde, após longas tentativas, nós precisamos de cavalos. E sem querer argumentar com as anomalias das nossas campanhas, da nossa última campanha, em que misturamos animais de todas as idades e de todos os tipos, mansos e chucros (não domados), fortes e fragílimos, o que se põe de manifesto, surpreendedoramente, é que o nosso cavalo ostenta magnífica resistência, quando bem alimentado. Tudo está na dependência do tratamento sistemático, que no campo deve ser quanto possível o mesmo dispensado nos quartéis, embora os animais fiquem sujeitos aos rigores do tempo.

O pelotão comandado pelo tenente Heitor Gonçalves, que trabalhou continuamente desde o início da campanha até os seus últimos dias, percorrendo os terrenos mais variados, só dispunha de um cavalo por praça, nunca lhe acontecendo, contudo, afastar animais do serviço, porque estivessem gravemente pisados.



Travessia da Escolta do General Setembrino do rio Canoinhas, onde o Tenente Euclides Figueiredo quase morre afogado, ao socorrer dois soldados que estavam se afogando sendo salvo por pouco junto com os soldados, socorrido por uma canoa (Fonte: Foto e descrição do Gen Setembrino no Relatório).

Com o 2º pelotão de estafetas do 1º tenente Euclides Figueiredo, o mesmo fato. E quando após marchas muito forçadas, algum cavalo apresentava escoriações no lombo, sempre resultantes do nosso mau arreamento, bastava para a cura, um pequeno descanso e trato. O destacamento do Major Leovigildo Paiva entrando em campanha com 1,4 cavalos por praça, manteve esta relação enquanto operou no município de Campos Novos. Mas ao marchar em janeiro para a concentração em Perdizes, só levou um animal por praça, deixando os restantes internados em Campos Novos, onde se mantiveram até o período final das Operações.

É verdade que o 9º Regimento de Cavalaria (São Gabriel), marchando para o sertão com a mesma relação do Destacamento Paiva (Leogivildo Paiva) estava no fim de um mês, quase a pé, registrando-se grande número de animais

inutilizados e perdidos.

Acontecendo algumas vezes, que a unidade se ache, como o 9º Regimento de Cavalaria, operando em zona muito afastada e paupérrima, seria acertado calcular 2 cavalos por praça, embora, levando apenas um, deixasse invernados os restantes no ponto de concentração inicial.

O maior contingente de animais inutilizados proveio do Serviço de Transportes. Em parte devido às cangalhas, em parte devido ao pouco interesse dos comandantes, é, ao fato que ao termo de cada viagem se registrava grande número de animais feridos. E o fato só se explica pela ausência de instrução especial das unidades de Trem, porque não sucedera o mesmo nas tropas conduzidas por tropeiros sertanejos.

Arreamento

Respeitada a ideia de um mesmo tipo de sela para todo o Exército, acho excelente o novo modelo de arreamento distribuído. Os seus defeitos resultam menos da forma que da má fabricação e do péssimo material empregado. A par de uma boa estética, o arreamento em questão, apresenta a grande vantagem de ser muito cômodo, sobretudo comparando-o com os que o antecederam no serviço do Exército.

Tendo o fornecimento sido feito por mais de um seleiro, a forma da sela apresenta variantes, todas condenáveis pelo modo por que os coxins assentam no lombo do animal. Extremamente compridos e planos na parte posterior, eles se apóiam com as pontas sobre os rins do cavalo, machucando-os. A péssima qualidade da matéria prima produz abrir-se o cepilho, que encostando na cernelha ocasiona graves ferimentos. O correame e a ferragem partem-se facilmente, logo às primeiras horas de marcha, encurtando-lhe a duração, que mal excederá a três meses de serviço diário.

O freio é de manejo delicado e difícil, impróprio, com as suas quatro articulações, para o cavalo de tropa. Quer esteja limpo, quer não, ele atua fortemente na boca do animal, ou porque se torna bastante movel ou, ao contrário, porque se dobra e se conserva dobrado. Seria, por fim, conveniente, que trou-

xessem bolsas de munição e presilha de clavina. Como se viu, pelos excertos do relatório Abreu, não havia na inspeção o arreamento necessário ao serviço expedicionário de Transportes.

As poucas cangalhas adquiridas pelo General Mesquita estavam na sua maioria imprestáveis. E como o remuniamento exigisse, de pronto, uma quantidade de cangalhas superior a que se encontraria no comércio, que não se surte (supre) de semelhante artigo, mandei as fabricar em Curitiba, depois que verifiquei a circunstância de não ser possível as construir semelhantes às usada pelos sertanejos. Era contudo fácil obter a quantidade precisa no momento, se me decidisse a aceitar o modelo das cangalhas distribuídas ao Serviço de Saúde. O Arreamento ainda não experimentado, ou experimentado sem observação, não era possível corrigir-lhe os defeitos, que se manifestaram logo, ferindo brutalmente o garrote e os flancos dos animais de carga.

A experiência aconselha o seu abandono, em favor das cangalhas usadas no sertão, que só exigem a correção de uma manufactura mais cuidadosa. Os subsídios fornecidos por essa experiência vêm ainda uma vez mostrar que se deve afastar na solução de tais problemas as conjecturas de Gabinete, aproveitando-nos quanto possível da prática dos camponeses, cujo labutar diário acaba fixando os modelos apropriados à bruteza dos sertões. Observou-se, entretanto, que as cangalhas da Artilharia de Montanha se adaptam perfeitamente aos nossos muares, não lhes causando quaisquer danos, e também se prestam ao transporte de outras cargas.

A seção do 1º tenente Alzir, sobretudo quando esteve incorporada à Coluna Sul, utilizava para seu abastecimento o arreamento destinado ao transporte de Artilharia. O arreamento das unidades de metralhadoras sugeriu o Aspirante João Pereira de Oliveira, as observações seguintes:

Cangalhas - Quer as dimensões, quer a armação de ferro das cangalhas destinadas ao transporte das nossas metralhadoras e material correspondente, apresentam certas falhas, que poderão ser facilmente remediadas. O grande defeito dos suadouros das nossas cangalhas consiste nas suas

exageradas dimensões. Para as tornar, com efeito, perfeitamente adaptáveis ao dorso do nosso solípedes de carga, que é o muar, em geral pequeno, torna-se inadiável que os diminuamos. Aliás não era mister esta Campanha para que eu ficasse absolutamente certo de que os suadouros das nossas cangalhas são mais apropriados aos grandes solípedes (muars) europeus, do que aos nossos muares, porquanto eu disto já me havia convencido em 4 anos de intensivos exercícios e manobras continuadas nas companhias de metralhadoras em que tenho servido como instrutor. Com relação a armação de ferro das cangalhas, penso que a articulação dos arções deveria permittir maior fechamento das chapas, em primeiro lugar. Em segundo lugar, entendo que a extremidade inferior dos ramos dos referidos arções deveriam facultar mais ampla aproximação dos ramos dos estribos das abas dos suadouros, a fim de evitar que um dos costados da carga, tenda a ultrapassar a linha do dorso do animal, isto é, afim de evitar que a carga, como se diz em linguagem vulgar, fato este que tenho tido ocasião de observar, principalmente quando a cilha não se encontra perfeitamente apertada e um dos costados da carga é mais pesado do que o outro, como acontece ao consumir-se a munição contida em uma única fita-cartucheira.

Arreios - Os nossos arreios se ressentem dos mesmos exageros de dimensões dos suadouros das cangalhas. A retranca e o peitoral, com especialidade, não podendo, por este motivo, prestar os serviços que lhe são próprios, sem uma necessária diminuição por corte, como tive ensejo de proceder na 1ª Companhia de Metralhadoras.

Por outro lado, a existência entre eles de uma única cilha não me parece justificável. O emprego de uma única cilha, sobretudo numa região essencialmente montanhosa, como a que tivemos de percorrer durante toda esta Campanha, oferece o gravíssimo inconveniente de facilitar o deslizamento da cangalha sobre a cernelha do animal, dando lugar a um grave embaraço á marcha deste. A primeira vista pôde parecer que este inconveniente será facilmente removido apertando suficientemente a retranca e o rabicho, mas, não é justo lançar-se

mão deste expediente, porquanto de uma grande tensão do rabicho resultará necessariamente apisoamento no animal em consequência do atrito forte e constante, e, da excessiva tensão da retranca resultará não só apisoamento, senão também o entrave permanente dos membros posteriores do cargueiro. E' mister, por consequência, para remover os inconvenientes apontados, aceitarmos, o quanto antes, o emprego de duas cilhas, por exemplo, ligadas por um dispositivo qualquer de couro. A primeira cilha auxiliada pelo peitoral, está reservado o papel de não permitir que a cangalha deslize para a retaguarda, nas subidas, a segunda, ligeiramente auxiliada pela retranca e pelo rabicho, o papel de impedir que a cangalha deslize para a cernelha do animal, nas descidas fortes. Com a aplicação desse sistema, pode-se assegurar a perfeita conservação da cangalha em seu verdadeiro lugar, pois é com o sistema mais ou menos análogo que tive ocasião de ver os nossos tropeiros atravessarem montanhas alterosas sem a preocupação fadigosa de estar a todo momento normalizando a colocação ' das suas cangalhas.

Relativamente à maneira como deverão ser presas as cilhas, sou antes partidário do emprego das guascas (tiras de couro) utilizadas no nosso antigo arreio de Cavalaria, do que das correias com ponta de fivela, usadas no nosso arreio de Metralhadoras. Quando outras razões não concorressem para que assim pensasse, bastar-me-ia a de poderem ser as guascas confeccionadas por qualquer pessoa, o que não acontece com as correias referidas, que requerem para sua confecção a proficiência de um correiro.

Manta (colocada entre o lombo e sela)

A inexistência de uma manta (xergão) no nosso arreio de Metralhadoras me parece grave falta que não encontra motivos que a justifiquem. O contato direto dos suadores com o lombo do cargueiro, acarretará como resultado inevitável, no mínimo um forte endurecimento do enchimento dos referidos suadouros. Este endurecimento provirá principalmente do embebedimento pelo enchimento em questão do suor do animal, ás mais das vezes acrescido da poeira que se encontra

sob os pelos deste, quando os conductores se descuidam de rasqueá-lo e escová-lo convenientemente, o que será muito frequente, bastando para isto que o oficial se exima de passar uma Revista minuciosa antes das marchas. Não é licito objectar que a manta, por sua vez, poderá ficar endurecida, com o acumulo do suor, porquanto a sua limpeza poderá ser feita facilmente pelos próprios condutores, enquanto que a limpeza do enchimento dos suadores só poderá ser feita, e com muita demora, por um seleiro corrieiro. O arreiamento de tração que usamos na Artilharia acusa, à primeira vista, dois gravissimos defeitos: Ser exageradamente grande para os nossos animais de tiro e ser excessivamente pesado. Talhado na Alemanha, á feição dos grandes cavalos alemães, eles não se adaptam por nenhum modo aos nossos animais, mui pequenos e mui fracos. E após um trabalho continuado, mesmo de poucos dias, os animais ficam de tal sorte pisados (machucados), que seria inútil pensar na execução de uma pequena marcha.

O arreiamento usado pela indústria civil, que prefere á molhelha o peitoral, é incomparavelmente mais leve. Neste ponto estávamos em melhores condições com o arreiamento antigo, porque a molhelha pisa mais que o peitoral o animal de tiro. Mas esta questão é secundaria. O que importa, antes de tudo, é que adotemos um só modelo, bastante leve, para todas as viaturas do Exército, talhado pelo tipo médio do nosso cavalo de tração. A atrelagem, sim, variará necessariamente, porque o material de Artilharia, obrigado a manobrar, só pode ser induzido à Doumont. Quaisquer outras viaturas, porém, serão dirigidas á guia, merecendo especial atenção o sistema praticado no interior do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande. Trata-se de um sistema extremamente simples, que só exige um condutor para a direção de 2, 4, 6, e mesmo 8 cavalos, conforme a capacidade da carroça. E ha a seu favor, como vantagem insofismavel, a longa experiência com veículos que transportam, em longos dias sucessivos, num percurso de centenas de quilômetros, cargas leves entre 50 arrobas (750 Kg), para mínimo, e 150, (2.250 kg) para máximo. Quanto ao material, finalmente, seria preferível o couro

amarelo, cuidadosamente engraxado, que oferece mais garantia de uma longa duração.

Barracas (de acampamentos)

O acampamento é o modo habitual de repouso em nossas guerras. Temos praticado sempre, mesmo nas grandes campanhas, como a do Paraguai, pois estamos na dependência dos Teatros de Operações, que nos são próprios. É certo que no Contestado a maior parte da força acantonou durante meses seguidos. Sendo, porém, o acantonamento, uma exceção, que sempre se reproduzirá, conviria modificar as que dispomos, acanhadas e de péssima qualidade. Quer as barracas do antigo modelo, quer as do atual, que duram, em serviço, não mais de três meses consecutivos, e não abrigam a tropa, convenientemente, da chuva e do frio. Para as conservar mais tempo e as tornar mais confortáveis, os soldados costumavam as proteger com ramadas de sapé ou de gerivá.

Viaturas (hipomóveis)

O principal defeito das nossas viaturas é não serem apropriadas aos maus caminhos do sertão. Mas a questão estaria plenamente resolvida se adotássemos, para os trens regimentais, a carroça tipo médio colonial, usadíssimo em todo o sul do Brasil, decretando a Lei Requisições para facilitar à formação dos comboios, por ocasião da guerra.

Marmitas térmicas

O carro cozinha, que deveria fazer parte integrante do trem de combate dos batalhões de Infantaria e unidades correspondentes das outras armas, está limitado a uso muito restrito pela escassez das nossas estradas carroçáveis. A marmitta térmica, transportável em cargueiros, presta-nos melhores serviços, pois atendem a todos os casos, como se verificou nas marchas do 58º Batalhão de Caçadores.

Instrução (Escola Regimental e Instrução Militar)

No exemplo que transcrevi, do Relatório Abreu, este

ponto ficou suficientemente explanado. Mas como nunca é demais analisar tão magno assunto, acrescentarei algumas observações, relativas à Guarnição de Curitiba e que foram refletir-se no Teatro da luta. O consideramos sob os, da instrução propriamente profissional militar. A primeira, embora mais cuidada, não era boa. E vários motivos concorriam para semelhante resultado. Primeiramente as próprias escolas regimentais que, além de mal instaladas, não dispunham do material indispensável, nem de livros, nem até de expediente. E é como se explicava a anomalia de não haver Unidade que tivesse mais de uma Escola Regimental, como preceitua o Regulamento Interno dos Corpos. Em segundo lugar, acode-me a instabilidade dos oficiais nos corpos de tropas, dos quais se afastavam, transferidos, numa mutação indefinida e tão constante que nem lhes deixavam criar afeição aos poucos soldados que educavam. E aqui permita V. Exa. a lembrança de serem quanto possível promovidos para a mesma Unidade ou, ao menos, para a mesma Guarnição, os oficiais que alcançarem novos postos, porque sobre outras, ha até a vantagem de uma grande economia para o Tesouro Nacional.

A permanência do oficial na mesma guarnição, uma vez que se lhe exija o cumprimento rigoroso dos seus deveres profissionais, traz-lhe, sobre o conforto moral de viver no meio a que se afeiçoara, a vantagem de uma existência mais fácil, porque menos perturbada com as viagens. A não ser o próprio desejo do oficial, só ha um motivo que justifica a transferência de Guarnição a inexistência de vaga após o acesso (promoção). Como terceira causa apontarei o grande número de oficiais que ainda existem, absolutamente incapazes de transmitir a mais ligeira noção teórica - outra anomalia que aconselha uma reforma na Lei de Promoções, garantidora da competência profissional. E ainda para considerar a exiguidade de pessoal, congregada com as exigências do serviço, que perturbava a frequência, concorrendo imensamente para que o ensino fosse imperfeito. Destacava-se, finalmente, anulando a vontade mais tenaz para o trabalho, o Serviço de Guarnição, a que ainda se acha forçada a tropa.

Não se compreendia, como não se compreende, tamanho desperdício de energia no trespasse perpétuo de múltiplas sentinelas, sendo a guerra o único motivo determinante da existência do Exército. Guarda na Delegacia Fiscal?

Mas este serviço é da alçada exclusiva da Guarda Civil, a quem do mesmo modo incumbe a vigilância dos dinheiros particulares confiados aos bancos. E si pelo ser uma Repartição Federal, ali se justificava uma guarda de linha, como um reforço no correio e até uma sentinela noturna na Coletoria Federal, então se explicaria outra Guarda para a entrada do Telégrafo, igualmente federal. Essas guardas, nenhuma razão séria as justifica. São vestígios dos hábitos e do tempo em que os batalhões, na ausência de forças policiais eficientes, se fragmentavam para atender a tais serviços, evidentemente estranhos á profissão militar.

Nota do autor: Em nosso artigo “Centenário da Revista dos Militares na 3ª RM em 1910” no Informativo o Tuiuti da AHIMTB/RS, transcrevemos este depoimento: Este costume era arraigado na área da 3ª RM, segundo o historiador General Paula Cidade, e prejudicava o desenvolvimento da Instrução Tática das unidades, o qual era o desvio de enormes efetivos da Infantaria, em Porto Alegre, e de Cavalaria, no interior, para dar sentinela em repartições fazendárias. Paula Cidade, tendo escrito ao Ministro da Fazenda Pandiá Calógeras, e aproveitando relações entre ambos como historiadores, sugeriu, e Calógeras aceitou que aquelas missões ficassem a cargo de seu próprio Ministério. E foi o que aconteceu, não sem reação! Foi mais uma medida para alavancar a profissionalização do Exército pressionada por jovens oficiais egressos da Escola de Guerra de Porto Alegre (no hoje Casarão da Várzea) imbuídos do ideal reformista militar do Exército. Passaram a ser ridicularizados com a alcunha de “jovens turcos”, analogia com reformadores na Turquia. Em contrapartida, seus antagonistas passaram a serem chamados “parelhas tronco” retardadoras do movimento, por fazerem a retransmissão na tração da Artilharia!

(Continuação) A instrução propriamente profissional militar não estava em melhores termos. Para que a regularizássemos seriam necessárias reformas verdadeiramente ra-

dicais, em nossos hábitos militares: que os oficiais estivessem presentes nos corpos; efetivo mínimo; que fosse uma realidade o Sorteio Militar (foi adotado neste ano de 1916); que se dispusesse de cavalos e de todo o material prescrito pelos nossos regulamentos; que se acabasse com o Serviço de Guarnição e, finalmente, que os regulamentos fossem cumpridos a rijo, naquele tempo impossível pelas causas acima seriadas. Tão anômalas condições, reduziām a Instrução do soldado a um mínimo desprezível, e iriam explicar certas atitudes expectantes e até a crença errada de que as guerrilhas sertanejas exigem da tropa educação especial.

Vimos ao correr, a que se reduzia a Tática paupérrima do inimigo, contra o qual bastariam, em rigor, alguns batalhões de Infantaria bem adestrados no tiro. Nem se compreende que uma tropa instruída não se emancipasse em poucos dias ao formalismo dos regulamentos, ajustando-se inteiramente às condições particulares da guerra irregular. Resta-nos, portanto, a convicção irredutível de que precisamos apurar a Instrução Individual do Atirador e a Instrução Tática das Unidades, consumindo o nosso tempo corajosamente no trabalho.

Na guerra moderna não há como suprir essa falha, quaisquer que sejam as qualidades essenciais do Homem que constitui a Tropa. A própria Disciplina não compensaria hoje a falta de Instrução. Daí a necessidade iniludível de uma educação militar integral e perfeita, quer do oficial, quer do soldado.

Após a Disciplina, diz um escritor de renome:

“A melhor característica do soldado é a sua Instrução em todas as particularidades do seu ofício e, em geral, é diretamente proporcional ao tempo que se lhe consagra”.

O Serviço Militar não deve ser um tempo de preguiça, mas uma escola de trabalho. Importa impedir que os soldados se habituem a uma vida desocupada.

Destinados a retornar à existência ordinária da Sociedade, a retomar as suas primitivas ocupações, é de todo um mal que a condição civil lhes pareça mais penosa que a vida da caserna. É preciso, ao contrário, que a vida militar seja rude e fatigante, para que o homem, deixando-a, volte com

prazer ao trabalho e nisso encontre uma doçura. É essencial que ele deseje voltar à vida civil anterior; que a considere preferível à condição militar; e que chegue ao seio da família melhorado, disposto às novas fadigas e satisfeito da sorte. Tal o lado particularmente moral de uma vida cheia.

Disciplina e Justiça Militar

A Disciplina, considerada como o cumprimento exato e condigno dos deveres civis e militares, não merece análise especial, porque a Educação da Tropa vai, sob este aspecto, melhorando dia a dia. A subordinação, a obediência, o acatamento aos superiores, o respeito mútuo e a brandura com os subordinados, são preceitos que foram sempre observados. Não pude colher dados estatísticos, mas é certo que, durante a campanha, foram muito poucos os castigos infringidos a oficiais e praças.

O soldado brasileiro, rude e afetuoso, é excepcionalmente subordinado quando o tratamos com justiça. E, devo salientar com satisfação, que o principal motivo da antiga indisciplina no Exército, a embriagues vai desaparecendo dos nossos costumes militares, apontada como um vício condenável e execrando.

Devo, entretanto, registrar que a crítica é um hábito desenvolvido na tropa, sobretudo entre os oficiais, não lhes escapando às apreciações exigentes o mínimo deslize dos seus superiores. Mas é um fato até certo ponto explicável, dado o choque das duas correntes de oficiais que circulam nos quadros do Exército, ocasionando situações verdadeiramente anômalas em que a superioridade do superior é apenas hierárquica. Repousando a Disciplina sobre o sentimento do dever e sobre a confiança nos chefes, a obediência dos subordinados supõe naqueles uma grande autoridade moral, resultante principalmente, de uma real capacidade profissional e de uma extremada honradez.

“Para que haja disciplina é preciso antes de tudo que o chefe seja capaz. Para que a autoridade seja respeitada é preciso que ela seja respeitável” (General Lewal).

Se a disciplina melhora sensivelmente no Exército, mercê do apuro daquelas qualidades entre os oficiais, não acontece o mesmo com a Justiça Militar, pela imperfeição da nossa Organização Judiciária.

Quando a falta se torna em delito excluindo as represões disciplinares, o que se procura, com os processos judiciais, é o julgamento imediato e firme, de sorte que, absolvendo ou condenando, a sentença assuma o caráter de uma lição para todos.

Quando a falta se torna em delito, excluindo as represões disciplinares, o que se procura, com os processos judiciais, é o julgamento imediato e firme, de sorte que, absolvendo ou condenando, a sentença assuma o caráter de uma lição para todos os camaradas que o assistiram.

Relações entre o Comando e a Tropa

A não serem os preceitos estatuídos nos guias para a instrução das várias armas do Exército e concernentes ao estilo, a que devem obedecer as ordens emanadas do comando, creio que não existam modelos reguladores para as relações escritas entre o chefe e as tropas. Dai a grande irregularidade que se nota nas ordens, nas comunicações, nos relatórios e nos croquis, revelando a mais absoluta ausência de princípios gerais em nossa correspondência escrita. Reputo indispensável a fixação de fórmulas para tais fins, abstenho-me de uma indicação que se encontra no Regimento de Cavalaria alemão, cuja adaptação ao nosso Exército seria extremamente vantajosa.

Nele colhi muitos conselhos para a regulamentação de certos serviços e dele transplantei a seriação dos assuntos, a que deviam obedecer os comandantes de colunas, nos comentários sobre os ensinamentos da luta. Inserindo nesta epígrafe as observações sobre as cartas que utilizamos nesta Campanha, cabe-me dizer que experimentei, pela inexistência de mapas verdadeiros, as maiores dificuldades no comando geral das forças.

Havia, é certo, numerosos mapas e croquis. Havia

mesmo alguns trabalhos de iniciativa particular, mas em todos eles lamentavelmente errados, fantasias cartográficas perfeitas. Reuni tais elementos e ordenei ao capitão Oscar Paiva que organizasse uma carta itinerária do Teatro de Operações, da qual eu pudesse calcular e seguir os movimentos da tropa e nela figurassem as vias férreas, as estradas carroçáveis, os caminhos vicinais e as comunicações fluviais. Era um trabalho que demandava tempo e que dependia de boas publicações, a esse respeito, bem raras e bastante incompletas.

- Faltavam, além disto, informações que permitissem escrever um texto explicativo, ou ao menos o completar mediante croquis.

Trabalhando, contudo, ativamente, melhorou-se pouco a pouco a carta da Região de Operações, que não representa uma verdade cartográfica, mas informa com segurança a respeito da viação e das localidades, que registra. Figuram também, no Relatório, alguns croquis levantados pelos estados-maiores das Colunas no decorrer das Operações.

Exploração e Segurança

O Serviço de Exploração compete, quasi exclusivamente, à Cavalaria. Infelizmente, porém, o terreno e o sistema de guerra dos fanáticos não lhe permitiam colher excelentes resultados nos reconhecimentos.

O Serviço de Patrulhas teve sempre que restringir-se a zonas pouco profundas, dado o perigo das emboscadas na mata. Os próprios Destacamentos de grandes efetivos eram forçados a apeiar nas proximidades do inimigo, sendo-lhes, por vezes, os cavalos, um empecilho. O campo de observação, em regra demasiado restrito, não raro impedia descobrir as posições inimigas, com tempo de se fazerem comunicações úteis às tropas.

Seria desejável, todavia, que não se abusasse tanto do vaqueano (guia civil), cujo emprego relegou a Cavalaria, alguma vez, a completa imobilidade. Uma informação, por melhor que seja, oriunda de um leigo em Arte Militar, nunca pode ter o valor da apreciação de um profissional, quer no reconheci-

mento do inimigo, quer no do terreno.

Os reconhecimentos proveitosos implicavam, no Contestado, a sérios riscos para a tropa, dificultando extremamente a exploração à distância. Não obstante, o Destacamento Paim e o Pelotão do tenente Heitor Gonçalves realizaram magníficos reconhecimentos longínquos. Mas a regra foi a exploração imediata. Nas marchas, sobretudo, em consequência da natureza do terreno e caráter do inimigo, seria imprudente dispensar a exploração e a segurança imediata, a despeito das sérias dificuldades em a executar. Era o único meio capaz de garantir a tropa contra as emboscadas. A maneira de a praticar variava conforme o critério particular de cada comandante. Vimos assim destacamentos fracionados segundo as regras clássicas de marcha e vimos também as mais variadas disposições, recomendando-se, por sua eficiência, a proteção dispensada pelo flanqueamento a poucos metros da força, no mato. Foi a segurança quase exclusivamente empregada pelo Destacamento Potyguara na sua marcha temerária contra o reduto Santa Maria. Esta precaução, porém, esgota de tal modo a tropa, que muitas vezes a desprezamos, malgrado os perigos das emboscadas. Assim também no repouso. Só muito estabelecidas no Regulamento de Campanha. A grande extensão do terreno, de onde o inimigo podia surgir; a inexistência de estradas, a facilidade que o sertanejo encontra em atravessar o mato, a quase impossibilidade de executar uma ligação perfeita, sobretudo à noite, faz que o Serviço de Segurança em estação se restrinja à colocação de algumas sentinelas em torno dos acampamentos. A regra, portanto a impõe às circunstâncias locais.

Marchas

Apesar das péssimas estradas e das chuvas copiosas, que são constantes naquela região, as marchas, embora penosas, jamais foram exaustivas, dada a temperatura amena do clima. Só em dias quentes houve retardatários. Semelhante observação confirma a justa fama de que desfruta a resistência do nosso soldado.

Falta-nos, porém, método e uma severa observância dos preceitos higiênicos, principalmente no tocante ao tratamento dos pés do soldado. Outra medida que se nos impõe sem tardança é a repressão do alcoolismo, pois o maior número dos retardatários pertencia à classe dos que se entregam ao uso continuado de bebidas espirituosas. As marchas em geral obedeciam os princípios gerais de Tática. Mas, em casos semelhantes convém parcelar (dividir) a tropa em pequenas colunas autônomas e pouco afastadas, porque resulta mais liberdade de manobra e menos probabilidade de um pânico alastrar-se por todos os soldados, em caso de uma emboscada, ou violento encontro, o determine. Outro ponto que merece reparo é a Disciplina, ainda muito pouco observada pela nossa tropa na execução desta operação de guerra. Registre-se, porém, a despeito desta circunstância, que se fizeram marchas à noite, algumas vezes precedendo imediatamente a ataque, sem que houvesse desordem ou males a lamentar.

Acampamentos, acantonamentos e bivaques



**Acampamento do 29º BC em Iracema
(Fonte: Relatório do Gen Setembrino)**



Acampamento do Pelotão de Trem em Calmon
(Fonte: Relatório do Gen Setembrino)



**Pelotão de Trem (Logístico) transportando gêneros alimentícios
no sertão para abastecer unidades em operações no Contestado**
(Fonte: Relatório do General Setembrino).

Em que pese o despovoamento da Zona de Operações, uma parte da tropa acampou durante a campanha. Os acampamentos nem sempre obedeciam a regras táticas ou mesmo higiênicas, não resultando disto nenhum mal pela inatividade do inimigo e pela excelência do clima. Demais o Terreno só raramente lhes permitia a adoção dos dispositivos normais, observando-se as formas mais variadas.

Notava-se, entretanto, uma grande preocupação em se deter a tropa exageradamente reunida, circunscrevendo-se, em alguns deles, a área ocupada, com pequenas obras de fortificação. Em guerras como esta do Contestado convém que a tropa acampe por unidades, largamente separadas, sem que a distância entre as mesmas dificulte as ligações e impeça o mútuo auxílio. Como dispositivo normal parece que o quadrado garante melhor a tropa contra as surpresas, reservando-se a defesa de cada lado a um pelotão ou a uma companhia. Nos acantonamentos a força se distribuía, em regra, por companhias, havendo, porém, casos, em que na mesma casa, acampou todo um batalhão. Penso que será esta a melhor maneira de acantonarmos. Concorre em seu favor a circunstância de não ser prático afastar os soldados das vistas do oficial, como sucederia se os distribuíssemos pelas casas dos habitantes, além de serem bem raras as vezes em que possamos os alojar desse modo.

Combates das Colunas

Ao invés do que se passa numa guerra entre nações, cujo termo só depende da destruição de um dos exércitos, as lutas irregulares do sertão persistem mesmo depois dos maiores revezes do inimigo, porque as derrotas não os desorganizam e o mato, para onde se retiram, é como a noite em os proteger das perseguições. Quer por temor, quer pelas vantagens que retiram das emboscadas, o jagunço não luta em campo aberto, amarra-se em posições inteligentemente escolhidas nas estradas que conduzem aos redutos, e procuram as manter com o máximo vigor.

O objetivo dos combates, portanto, deve consistir in-

variavelmente em os desalojar desses pontos, e os bater dentro dos seus redutos e destruir finalmente todas as casas dos aldeamentos. Assim a Tática para os combater exige a máxima astúcia ou a máxima temeridade, as surpresas ou as arancadas.

Os ataques levados pela Coluna Leste contra os redutos de Antonio Tavares e Marcello são dois exemplos magníficos do primeiro processo. A ofensiva triunfante do capitão Potyguara contra os bandoleiros do Santa Maria é um modelo típico do último.

Tais combates, porém, supõem, de par com a preparação inteligente do ataque, qualidades superiores na tropa que tem de o executar. Não podendo a ação do oficial, por mais ativo que este seja, exercitar-se sobre todos os homens, que desde o início do combate lhe escapam inteiramente das mãos. É preciso que os soldados possuam uma iniciativa não incommum e saibam dirigir-se fora da assistência imediata dos seus chefes. E sobre esta qualidade, que pôde ser adquirida mercê de uma educação militar cuidadosa, não se lhe dispensa, nestas lutas, o ardor para o encontro individual com o inimigo. O oficial, sobretudo, precisa ser um forte, porque as ações coletivas dependem quase sempre da ofensiva impetuosa dos pequenos grupos, a frente dos quais devem achar-se subalternos denodados, cuja vontade forte de vencer não desanime ante as perdas e as dificuldades tão próprias dessas lutas irregulares.

Quando a posição, como o reduto de Tavares, é quase inabordável, supondo uma defesa ativa e corajosa. Se pode variar de tática, ganhando a mata pouco a pouco até o momento em que seja possível o ataque decisivo. Mas então é indispensável que a tropa conserve as posições gradualmente conquistadas, e não se retire para avançar de novo, nessa oscilação em que se desperdiça, infrutífera, a energia moral dos homens.

Em todos os casos, porém, exige-se uma preparação meticulosa da operação, que deve revestir-se dos máximos cuidados, pelas surpresas tão comuns nas guerras sertanejas. O desprezo das regras estratégicas e táticas pode, em outros casos, acarretar graves derrotas e males irreparáveis. Aponta-

mos um exemplo. Quando se tornou urgente o concurso das Colunas Leste e Norte para vencer o reduto Santa Maria, contra o qual se batera inutilmente a Coluna Sul, tracei a operação levando em conta as prováveis dificuldades que a marcha pelo norte implicaria. Sabe-se já em que consistia a Operação. Entrando em conta, porém, com as dificuldades que se iriam encontrar para a ligação dos 3 Destacamentos, cujas ações tinham de ser simultâneas, mandei proceder aos reconhecimentos necessários, à fixação do dia em que, pelo Norte e pelo Sul, os ataques deveriam pronunciar-se. E como a distância a percorrer pelas forças das Colunas Leste e Norte era bastante dilatada, obrigando-as a se afastarem desmedidamente da Colônia Vieira e de Reichardt, escolhi Chico Mello para Base Secundária de Operações, determinando que, à medida que avançassem, fossem deixando pequenas tropas de ocupação nos pontos conquistados. Era o modo único de garantir o remuniamento da Coluna de Ataque, o escoamento dos feridos e prisioneiros e apoiar a Coluna de Ataque se um revez aconselhasse a retirada. O mesmo fato ao Sul. A execução do plano afastou-se inteiramente desta concepção, concorrendo para isto várias circunstâncias, entre as quais o não se terem concentrado em Chico Mello os dois destacamentos. Dai os perigos a que se expoz a pequena Coluna Potyguara, salva, a um tempo, pela energia audaciosa deste oficial e pelo concurso da Coluna Sul.

Bagagens, colunas de munições e comboios

Bagagens - Trem regimental - Organizando os trens das unidades, procurei seguir as normas estatuidas pela publicação do Grande Estado-Maior, a este propósito, reduzindo tudo a cargueiros. Não aponto esta indicação como ensinamento proveitoso, pois não sei a opinião dos comandantes a respeito dos bons ou maus resultados colhidos. Demais a carência de animais obrigou-me a restringir o trem das unidades, mais tarde um tanto desorganizados dentro das próprias colunas. Atendo-me, por isto, aos números que adotei, deixo-os como ponto de partida a novas experiências.

Colunas de munições e comboios - Logo no começo da campanha publiquei algumas instruções relativas a este assunto, inspirando-me no livro de Girardon sobre o Serviço de Trem. Nada havia, por consequência de original e novo, sendo certo que os comandantes, por ser um assunto ainda novo entre nós, se afastavam dos preceitos estabelecidos. Mais tarde, quando estive em Iracema, mandei escrever novas instruções para o comboio da Coluna Leste, organizado com veículos, relatando o comandante do Esquadrão de Trem que as cumpriu fielmente, colhendo ótimos resultados.

As colunas de Munição e os Comboios assumem tanto maior importância, entre nós, quanto é certo que em nenhum ponto do nosso território, mesmo no Rio Grande do Sul, será possível manter a tropa com os próprios recursos locais. A manutenção do Exército em campanha dependerá, em tal caso, da boa organização dos comboios. No Contestado, apesar da tropa ter sempre vivido dos armazéns, que lhes forneciam tudo, desde o alimento até o remédio, desde o sapato até a munição, sem que jamais faltasse coisa alguma, não podemos colher ensinamentos preciosos, porque supríamos as necessidades de efetivos muito reduzidos. Quer nos parecer, que essa importante questão seria bem resolvida, se partíssemos do estudo criterioso dessa prática, ampliando-a convenientemente.

Alimentação (em campanha)

A alimentação dos exércitos é um problema que jamais terá solução perfeita e definitiva. Dos armazéns de Frederico aos trens móveis de Napoleão, à nutrição dos homens na casa dos habitantes, empregam-se, ainda hoje, todos os processos para a manutenção das tropas em Campanha.

Em nosso caso especial, atenta a pobreza dos Teatros de Operações em que teremos de lutar, ficaremos por muito tempo na dependência dos grandes contratos de fornecimentos e dos armazéns fixos e móveis. Viver ocasionalmente dos Recursos Locais da própria Zona de Operações, consoante a regra napoleônica, é uma solução que devemos afastar como de todo irrealizável na América do Sul.

Se impõe, portanto, adotar, desde o tempo de paz, um critério seguro para o abastecimento do Exército em Operações, que terá de atender às seguintes questões:

a) A nutrição dos homens e dos cavalos durante as marchas de concentração, em pontos anteriormente fixados;

b) Dotação das grandes e pequenas unidades de trens que lhes permitam viver na Zona de Concentração durante os primeiros dias;

c) Criação nestas zonas dos armazéns necessários à alimentação dos homens e dos cavalos concentrados;

d) Escalonamento dos armazéns pelas linhas de etapas, de modo a facilitar-se a manobra do Exército para a batalha.

O funcionamento deste sistema, que deu ótimos resultados no Contestado, só dependerá da boa organização dos comboios, ou melhor, de todo o Serviço de Retaguarda.

Quanto à Etapa de Campanha, conviria a reduzir definitivamente a feijão, farinha, carne (verde e seca), café, açúcar, bolacha, sal, banha, cebola e vinagre.

Seria também útil praticar entre nós a ração de ferro, que o soldado conduzirá no equipamento de marcha ou de combate, destinada a o alimentar em casos extremos. Esta ração podíamos a constituir de 200 gramas de paçoca, 50 gramas de café e 100 gramas de açúcar, em tabletes, e 12 bolachas, tudo bem acondicionado em papel impermeável e formando um só pacote resistente.

A forragem dos animais, ainda em consequência dos nossos Teatros de Operações, deve ser calculada em 4 quilogramas de milho e dois de alfafa, podendo mesmo, em alguns casos, restringir-se puramente ao milho.

Foi o forrageamento quase regular dos pelotões comandados pelo 1º tenente Euclides Figueiredo e pelo 2º tenente Heitor Gonçalves, a despeito dos grandes esforços exigidos dos animais deste último.

O pelotão do tenente Heitor, que fez sozinho todo o Serviço de Exploração da Linha de Cerco Leste, trabalhou quase sem descanso por mais de 7 meses, sem nunca substituir um único cavalo. A ração dos muares, que vão se alimentando

espontaneamente pelos caminhos, pode ser diminuída, bastando-lhes 3 Kg de milho diários, conduzidos, como sobrecarga, no próprio cargueiro, ou na viatura a que pertencer o animal.

Serviço de Saúde

Quando no começo da campanha, tive de organizar o Serviço de Saúde indispensável às Forças em Operações, mandei escrever regulamentos que colocaram puzeram alguma ordem no funcionamento das Formações Sanitárias.

Acontecendo, porém, que foi muito pequeno o número de feridos e doentes, não se podem retirar do serviço organizado, ensinamentos definitivos para uma campanha regular, em que se entre com grandes efetivos.

É certo, contudo, que se registraram bem poucos óbitos, ainda quando os ferimentos eram graves, como se verá lendo os relatórios especiais dos médicos. Nesses relatórios há muitas observações interessantes, que merecem a especial atenção de V. Exa. (Ministro da Guerra).

Os batalhões de caçadores, principalmente quando operam isolados, necessitam pelo menos de 2 médicos, dadas as exigências do Serviço em Campanha e suposto o abandono em que ficam os doentes e feridos, se acontecer que também ele adoeça,

A prática desta campanha mostrou que o pessoal do Serviço de Saúde regimental não possuía nenhuma instrução particular, sendo necessário que os médicos a estivessem ministrando no próprio Teatro da luta. Não basta designar um inferior qualquer para o exercício desta função especial, mas é indispensável que, sem prejuízo do serviço interno, os sargentos de saúde frequentem normalmente os hospitais e enfermarias militares, onde se lhes ministre um curso pratico e obrigatório.

Nos corpos que marcham isolados é imprescindível a existência de um farmacêutico, para completar o Serviço Sanitário. A ausência deste profissional, em tais casos, tornou-se grave falha, porque sobrecarregava os médicos com a confecção dos receituários. Para condução de feridos empregamos, à imitação de uma prática nortista, as redes-padiolas, que deram

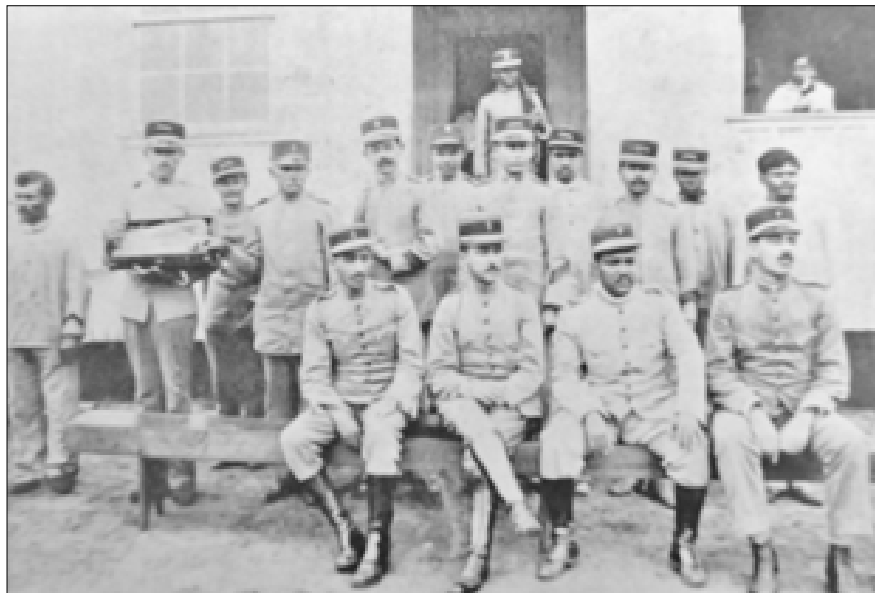
magníficos resultados. Nem é possível empregar outro processo numa zona como a do Contestado, onde os caminhos não permitem o trânsito de padiolas. Empreguei as redes também na condução de feridos por estrada de ferro, conseguindo armar 12 leitos nos carros da P. R. G.

Não darei nenhuma indicação relativamente ao Serviço Veterinário, porque os corpos montados entraram em campanha sem os profissionais desta especialidade, que representa um assunto absolutamente desconhecido das forças, e todos os corpos montados que estiveram no Contestado só o 9º Regimento de Cavalaria veio acompanhado de um veterinário. Assim, a maior parte dos animais doentes morriam por falta de quem lhes ministrasse inteligentemente os cuidados indispensáveis.



**Farmácia e
Enfermaria do
Hospital de
Sangue de
União da
Vitória**





Pessoal da Saúde em União da Vitória, vendo-se ao centro o Dr. Hermógenes de Moraes (Fonte: Relatório do General Setembrino)

Remuniciamento

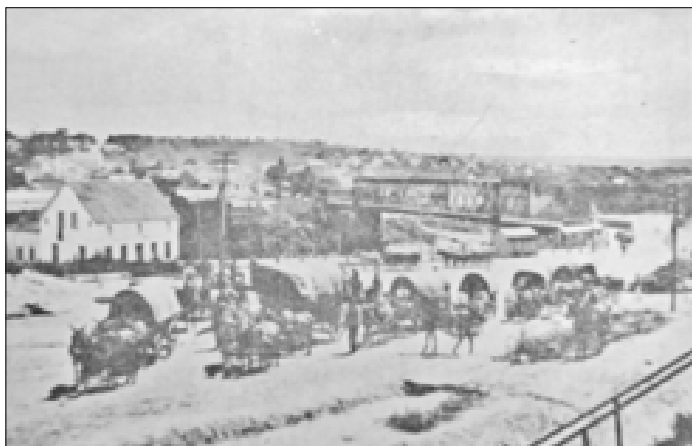
Nenhuma prática digna de ser aproveitada colhemos sobre o remuniciamento das unidades, durante o tiroteio. A dotação habitual do soldado era de 120 cartuchos, quase nunca esgotados durante o fogo. Somente os contingentes civis, e sobretudo as metralhadoras, pela natureza especial do seu fogo, exigiam remuniciamento em combate, feito pelos soldados, que conduziam à mão os cunhetes (caixas) para lugares abrigados de onde um certo número de homens, designados especialmente para este serviço, os distribuíam as linhas de fogo.

O pessoal do Material Bélico, porém, não possui nenhuma instrução especial sobre o remuniciamento das unidades, praticando-o, no momento, pelo modo que lhes pareceu mais conveniente. A Secção de Artilharia de Montanha jamais esgotou a munição contida nos seus cofres. Mas no combate de 2 de Março de 1915, em que um dos canhões da 2ª Bateria de Obuzeiros teve de avançar pela mata afim de ocupar uma

segunda posição de tiro, a munição foi transportada em braços, fazendo-se por este modo o remuniciamento durante o bombardeio, num percurso de quase dois quilômetros.

A condução a grandes distâncias da mesma munição fez-se em cargueiros, levando cada muar 6 projetis completos, acondicionados em cunhetes de munição de Infantaria, assim transportados de Rio Caçador a Tapera.

Transportes



**Comboio militar de gêneros e munições em Rio Negro, com destino a Itaipolis, Papanduva, Estiva e Moema em janeiro de 1915
(Foto do Relatório do Gen Setembrino)**

Um rápido exame sobre uma carta da nossa viação mostra, de pronto, quão delicado, entre nós, é o problema dos transportes militares. As nossas necessidades estratégicas exigem, para a viação férrea do país, orientação diversa da que tem hoje, imposta pelas necessidades econômicas do país. É a S . P . R . G . (Ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul) a principal linha férrea estratégica que possuímos, está longe de satisfazer às necessidades do Exército, supondo uma guerra, no sul, que exija a concentração de grandes efetivos.

As concentrações a que formos obrigados nas guerras externas, dependem da nossa superioridade naval, incontestável e incontestada, porque têm de praticar-se, em parte,

pelo mar. Mas neste particular nenhum ensinamento podemos colher agora, apesar da viagem por mar do 58° Batalhão de Caçadores (de Niterói), porque não se registraram as particularidades da operação. A navegação fluvial só raramente nos será vantajosa, porque são raros os cursos d'água perfeitamente praticáveis. Está bem visto que não me refiro aos grandes rios do Amazonas e de Matto Grosso, senão às numerosas correntes que sulcam, ao sul, o nosso território. Durante a campanha foram aproveitados, em vários serviços da Expedição, três rios: Canoinhas, Iguaçu e Itajaí. Foi pelo Canoinhas que a Coluna Norte se abasteceu durante algum tempo utilizando chatas, rebocadas por lanchas a gasolina. Nos dois últimos há linhas regulares de navegação fluvial.

O percurso de 60 quilômetros, entre Itajaí e Blumenau, o fez o 58 Batalhão de Caçadores (de Niterói) em 4 chatas de 63 m³ de tonelage rebocadas por dois pequenos vapores. A falta de prática do pessoal das companhias e dos próprios soldados, a falta de cais nos pontos de desembarque e de rampas de acesso nas embarcações, o grande efetivo do batalhão e sua bagagem considerável tornaram a operação demasiado morosa.

Os transportes por Estradas de Ferro não estão em melhores condições. Mas não cabe, nas estreitezas destas páginas, fazer uma exposição completa das múltiplas falhas que inquinam a nossa Viação Férrea no ponto de vista militar. É certo que as companhias, à parte o formalismo tacanho de alguns funcionários estrangeiros, se esmeram por servir bem no momento crítico das concentrações. Mas como os contratos não lhes obrigam a resolver com método a questão dos transportes militares, sucede ficarmos à mercê das mil dificuldades que surgem no momento preciso em que não é possível as resolver de pronto. A primeira falha que me ocorre é a carestia extrema (alto preço) das passagens e dos fretes, que em certas companhias não estão sujeitas ao mínimo desconto. Sente-se, em segundo lugar, a necessidade de uma lei regulando a modificação do tráfego, de sorte que, por ocasião de guerra, haja precedência dos trens militares e os comboios

no horário regular. Finalmente a questão importante do próprio material da estrada não sendo possível as companhias terem uma grande quantidade de carros de passageiros, em consequência da pobreza das zonas que elas servem, devia exigir-se, ao menos, que todos os carros de cargas dispusessem bancos de modo que se prestassem ao transporte dos soldados. Trata-se de um acessório muito simples, que não implica em grandes despesas, pois esses bancos podem resumir-se a presos com dobradiças às paredes laterais dos carros e armáveis com pés móveis de ferro ou de madeira, acontecendo, ainda, que o desembarque por vezes se efetue longe das estações, conviria que os trens militares levassem pranchas destinadas a desembarcar os animais em pontos que não houver plataformas. Seria também de grande utilidade que nos carros se inscrevesse o número de homens e de animais que pode transportar, devendo obrigar-se as companhias a os apropriar à condução de Artilharia, metralhadoras e a toda a sorte de viaturas militares e transportes das nossas forças em estrada de ferro, como das cargas militares. Nota-se que o pessoal ainda não está habilitado a empreender esse serviço com a rapidez e segurança necessárias. Dai a necessidade de proceder-se contínuos exercícios de embarques e desembarques de tropas, tendentes a instruir neste serviço o pessoal militar e os funcionários civis. Bastam estas falhas para mostrar quanto é urgente uma regulamentação especial do caso, único meio de garantir-se facilidade dos transportes militares. Seria mesmo necessário quando uma operação militar impuzesse a utilização permanente de uma estrada de ferro, confiar a funcionários militares não só a fiscalização do tráfego, como a administração do movimento dos trens militares nas estações, fazem parte das linhas de etapas propriamente ditas. Registramos finalmente alguns dados úteis relativos ao material da S.P.R.G. Carros de 2ª classe comportam a lotação de 50 soldados equipados. Os carros fechados para mercadorias — 40 homens. Carros grandes para condução de animais 15 cavalos ou 20 muares.

Os dados estatísticos concernentes ao material figu-

ram no anexo número 30 do Relatório.

À parte as estradas de ferro, os transportes terrestres estão na dependência da região em que se opera, na maioria dos casos sem estradas para grandes viaturas. A solução prática do problema deve consistir em melhorar as carroças coloniais, dotando-se as unidades da quantidade requerida para a formação dos trens regimentais. É o único tipo que poderá ser adotado para as diferentes espécies de transportes militares. Quanto aos comboios, bastará os organizar por ocasião de guerra, competindo ao Estado-Maior do Exército fazer as estatísticas e regulamentar o serviço e, ao Poder Legislativo votar a Lei de Requisição, que permita utilizar os veículos particulares. Numa região como o Contestado, porém, são raros os trechos em que se utilizariam carroças vantajosamente. A regra é o cargueiro. E precisamente por ser a regra é que este assunto requer séria atenção das autoridades.

As mais mezinhas regras sobre o tratamento dos animais e modo de os arrear são inteiramente desconhecidas dos nossos condutores, e os oficiais a quem se confia a direção dos comboios, em geral destacados da arma de Cavalaria, também sem nenhuma instrução especial, para o Serviço de Trem, aceitam essa incumbência, na maioria dos casos, como um castigo, desempenhando-a sem ardor e sem interesse.

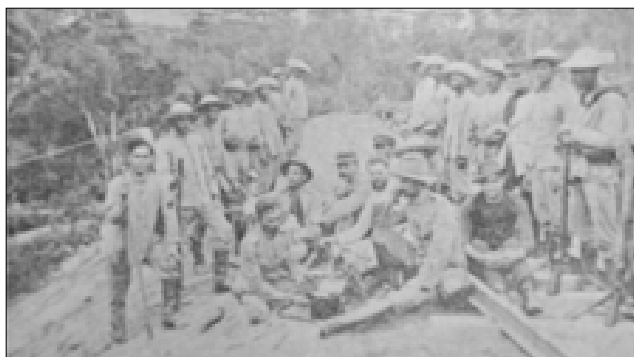
Enquanto dificuldades desta natureza não forem removidas e não possuímos desde o tempo de paz o pessoal de Trem devidamente recrutado e instruído, sou de parecer que devemos, nas zonas que possuem estes recursos, contratar tropeiros civis, com os seus respectivos animais de carga.

Meios de Transmissão (Comunicações)

Aqui, como em toda parte, os meios de Transmissão completam-se mutuamente. No Contestado, porém, o processo comumente empregado foi o Telegráfo Elétrico. Quase toda a correspondência era feita por telegramas, do que resultava extrema rapidez e facilidade para o serviço. E como numa grande guerra esse meio de transmissão assumirá extraor-

dinária importância, conviria regulamentar especialmente a expedição dos telegramas oficiais, de sorte a não ficar-se à mercê dos caprichos dos estacionários de Telégrafos, cujo relaxamento prejudica algumas vezes a urgência dos despachos. A urgência e a clareza, porque a maior parte dos telegramas cifrados chegam de tal modo truncados, que não raro se perdia o sentido de frases inteiras. Prestaram-nos igualmente magníficos serviços as linhas telefônicas, nem só as que já existiam como as que instalamos durante a Campanha, num desenvolvimento de quase 80 quilômetros.

**Posto
Telegráfico
para
restabelecer
o tráfego
ferroviário**



Trabalho para restabelecer a linha telegráfica Canoinhas – União da Vitória. Trabalhos realizados pela Companhia do 2º Batalhão de Engenharia, hoje Batalhão de Construção em Lages, SC. Unidade que fora comandada pelo então Ten Cel Setembrino (Fonte: fotos do Relatório do Gen Setembrino).

A aplicação do telefone de campanha precisa ser generalizada entre nós, dados os inestimáveis serviços que ele nos prestará mesmo nas guerras irregulares. As linhas de que nos utilizamos apresentavam, como principal defeito, o fio empregado, que por economia não era encapado e retardava a instalação, ficando, além disto, sujeitas a continuas interrupções. As instalações de campanha são mais vantajosas por serem mais portáteis e permitirem com facilidade o estabelecimento de vários postos telefônicos com valiosa economia de tempo e pessoal.

Se nos propuséssemos a discutir as vantagens dos telefones de campanha, não precisávamos argumentar largamente, bastando-nos esta comparação: que podem ser instalados rapidamente, com o rendimento de quase 3 quilômetros por hora, enquanto que a linha Tapera-Perdizes-Claudiano-Caçador, extensa apenas de 32 quilômetros, na qual trabalharam cerca de 90 homens, gastou 14 dias, ou sejam 2 quilômetros e 300 metros por dia. Sobre este inconveniente, um outro demasiado prejudicial. É que instalado o aparelho na Tapera, a linha não pôde funcionar logo, porque o fio era de contínuo cortado pelos galhos de árvores arrancados pelas ventanias e pelas tempestades, muito comuns naqueles sitios. O funcionamento regular da linha exigia reparações quotidianas, para as quais se destacaram 3 turmas de inspeção permanente entre Tapera-Perdizes, Perdizes-Aviação e Aviação-Caçador. Esta circunstância muito comum nos sertões basta para condenar o fio aéreo em zonas como a do Contestado, determinando a preferência do fio isolado (encapado) aliás exclusivamente empregado hoje em todas as instalações telefônicas de campanha.

Os aparelhos de campanha L. M. Ericson & C, a princípio utilizados, não deram resultados satisfatórios, mesmo depois de reforçados com pilhas secas, recurso de que se lançou mão, pela suposição de que o seu mau funcionamento resultasse da falta de energia elétrica. Cortou-se, porém, o mal, substituindo-os pelos aparelhos comuns. E para evitar-se as queimas constantes dos aparelhos, ocasionadas

pelas faíscas elétricas, intercalaram-se fusíveis entre eles e o fio condutor. Em combate, o único meio de transmissão experimentado foram os estafetas, pois a natureza especialíssima do terreno invalidava a telegrafia ótica. E para transmissão de avisos e ordens entre grupos operando à distância, ainda se utilizaram os estafetas (mensageiros), sendo para isto necessário escolher soldados de elite, que se recomendavam por sua reconhecida resistência de marcha, por sua bravura e por sua inteligência. Houve mesmo ocasiões em que lancei mão de oficiais do meu próprio Estado-Maior para transmitir instruções aos comandantes de linhas.

Ação das diferentes armas

Infantaria: O combate da Infantaria destina-se principalmente a ocupar o terreno do adversário. E, para atingir semelhante objetivo, se lhe impõe o avanço rápido, cuidando sempre de sofrer o menor número de baixas. Não conhecendo terrenos inacessíveis, é, por excelência, a arma das guerras irregulares. Mas não devemos concluir, de nenhum modo, que ela possa aí empregar todos os processos de combate peculiares à sua ação no Teatro de uma grande guerra. Extensão das frentes, profundidades de combate, divisão de esforços, emprego do tiro coletivo, todas estas questões da tática particular da arma, têm de ficar subordinadas às circunstâncias sui generis do Teatro das Operações, para as quais os seus regulamentos não podiam nem deviam ser especialmente elaborados. Quando eles faliam nos combates de bosques e nos ataques de povoações, não se referem aos casos particulares das nossas infindáveis e pujantes florestas, nem aos esconsos grotões, onde os bandoleiros acumulam seus recursos e organizam seus centros de resistência. O emprego mais eficaz da Infantaria consiste nos ataques por surpresa, mercê de marchas pelo interior da mata, ou nas investidas, sendo o fogo apenas um meio de aproximação.

No modo de aproximação da Infantaria é que está o segredo do ataque aos antros dos bandidos. Daí a necessidade do soldado ser bem aligeirado (aliviado) de todo o material

que possa embaraçar a sua marcha, através dos obstáculos do terreno, dos chefes terem a tropa solidamente na mão, mantendo a convicção de que a vitória assenta no ataque a baionetas.

O maior erro da nossa Infantaria consistiu sempre em querer dominar o inimigo com o emprego exclusivo do fogo. Tais observações em nada invalidam o nosso magnifico regulamento, que atende perfeitamente a todos os casos particulares.



O Embarque de retorno a Minas do 51º Batalhão de Infantaria de São João Del Rei (Fonte: Relatório do General Setembrino)

Metralhadoras: Na Ofensiva, como na Defensiva, em ligação com a Infantaria ou com a Cavalaria, a metralhadora é um magnifico auxílio nas guerras sertanejas. Mas confessemos que foram raras as vezes em que dela se tirou no Contestado, grandes resultados. De um modo geral a propriedade característica da metralhadora é atirar eficazmente a distâncias em que o fuzil dá medíocres resultados e em que o canhão não pode atuar em boas condições. Isto é, entre 800 e 1.600 metros. E quando empregada em menores distâncias seu efeito material é fulminante.

Por outra parte o efeito moral produzido pela crepitação

regular do seu tiro é considerável, crescendo na medida em que as distâncias diminuem. Apesar disto, porém, e apesar de não temerem-se os tiros de Artilharia, a metralhadora não deu no Contestado o que poderia dar. E note-se que os oficiais e mesmo os soldados eram exímios no seu manejo. Essa anomalia explica-se por duas razões: os fanáticos não se mostravam nunca e não havia bastante critério dos comandantes de destacamentos em as empregar. Há uma regra, contudo, que ficou bem estabelecida para as lutas desta espécie: ter que atirar sempre de muito perto.

Cavalaria: Se as dificuldades do terreno e o sistema de guerra dos fanáticos justificam a pouca atividade da maior parte da Cavalaria, nos reconhecimentos, são ainda estes os motivos por que não vimos durante toda a Campanha, um único ataque desta arma.

O fato é absolutamente lamentável porque não podemos, sob este ponto de vista, demonstrar a inconveniência dos destacamentos constituídos com elementos de vários regimentos. De fato, seria principalmente na carga, que iríamos apreciar a falta de homogeneidade do pessoal desses destacamentos pela nenhuma coesão das fileiras, e colher o mais poderoso argumento contra esta exótica organização. Mas se a ausência desta operação, que ainda é uma característica importante da Cavalaria, disfarça os males de semelhantes ajuntamentos de tropas heterogêneas, eles se mostram, frisantes, em outras operações. Não sendo, assim, possível a Cavalaria apresentar-se nos combates como arma montada, restava-lhe o papel de auxiliar da Infantaria, lutando a pé. Algumas vezes mesmo combateu, isolada, com as clavinas. Não lhes sendo preciso mover os cavalos de mão e havendo interesse de levar á linha de fogo o maior número de atiradores, determinou que se apresentasse quase todo o pessoal. Foi o que se viu nos encontros do Destacamento Leovigildo Paiva com os fanáticos em sua marcha para Perdizes e na maior parte dos combates da Coluna Leste.

Cabem aqui algumas observações sobre os preceitos, a este propósito, contidos no atual Regulamento de Exercícios

para a Cavalaria.

Em primeiro lugar o regulamento não distinguiu bem os dois casos do combate a pé da Cavalaria: cavalos de mão móveis e cavalos de mão fixos. Não se distingue bem a qual deles o regulamento se refere, “quando determina que os números 4 das fileiras fiquem a cavalo.” Parece que este modo de fazer apeaar os pelotões não atende nem a um nem a outro caso. Se os cavalos de mão não devem sair do lugar onde apearam os atiradores para iniciarem o combate, não há razão para os números 4 ficarem montados. A pé os homens poderão zelar melhor pelos animais, e estes não devem enquanto esperam suportar os cavaleiros. No tocante aos cavalos de mão móveis, também não é conveniente a maneira porque o regulamento manda apeaar. Ai é preferível aumentar o número de soldados que seguram os animais, embora com prejuízo do número de clavinhas na linha de fogo. Nem será mesmo possível a um homem tomar conta de 3 cavalos e ainda governar a própria montada.

Acresce que numa guerra regular, em que se fizer uso da lança, ficará este cavaleiro com 4 lanças e 4 cavalos, devendo os pelotões manterem as formaturas regulamentares, se moverem e evoluírem em todas as andaduras, como exigem os regulamentos alemão e o francês. Parece que o mais lógico seria adotar os preceitos destes regulamentos, mandando apeaar metade dos esquadrões (números 1 e 3, por exemplo), para o caso dos cavalos de mão móveis, e todo o pessoal, para o outro caso, ficando os números 1 com os cavalos. Teríamos, assim, no primeiro caso, metade dos esquadrões para o combate a pé, e no segundo os $\frac{3}{4}$ do seu efetivo.

O regulamento carece de clareza na maneira de conduzir o combate, explicando melhor como se fazem os avanços e os recuos da linha de fogo e, principalmente a ruptura do combate. A transmissão de ordens na linha de fogo, que se explica tão bem no regulamento para a infantaria, é ali completamente.

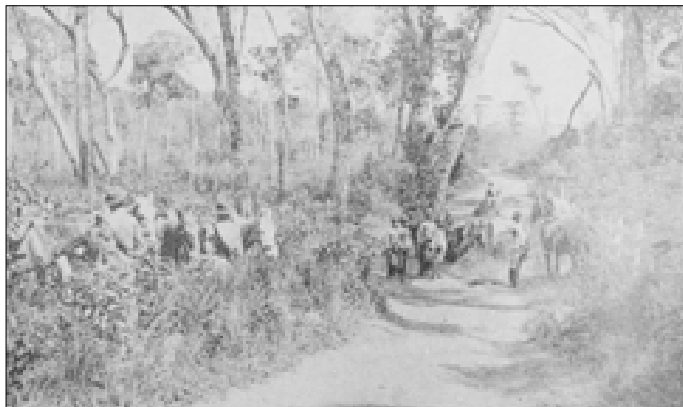
Nota do autor: Estas informações, o General Setembrino co-lheu com o 1º Ten Euclides de Oliveira Figueiredo para fins de estu-

do e cujo perfil profissional abordaremos ao final).

O conhecimento do terreno em que se opera e o da direção de marcha do inimigo, quando retira, são elementos indispensáveis para a perseguição. Ele exige boas cartas e bons reconhecimentos prévios, de um lado, e, de outro, a constante observação por patrulhas de combate durante a ação. É preciso que se conheçam os caminhos em que marcha o inimigo e os que conduzem na mesma direção, e se tenha conservado o contato estabelecido, ainda depois da ruptura do combate, para que se possa perseguir. Por pouco que o retirante fuja da ação da tropa vencedora, já esse tempo lhe serve para organizar nova resistência e quiçá tomar rumo desconhecido.

Infelizmente a deficiência das cartas da região do Contestado, conseguidas todas com grande esforço, não ofereciam uma base bastante segura para o conhecimento do terreno. Por outro lado os reconhecimentos, difíceis de executar, não davam resultados satisfatórios e a natureza das matas não permitia o emprego eficaz das patrulhas. Daí a necessidade de recorrer-se quase sempre às informações, muitas vezes falsas, dos prisioneiros e dos fugitivos. E a primeira consequência era a ineficiência das perseguições que se iniciaram sempre tarde, quando já não era mais possível alcançar o inimigo em marcha. Foi o que vimos em todos os combates, desde a tomada do reduto de Tavares, até a entrada em Santa Maria do bravo destacamento Potyguara. E esta circunstância constituiu o principal motivo da dilação da campanha.

Nas operações do Contestado deviam tomar-se todas as saídas dos redutos antes de os invadir ou pelo menos os observar, para evitar-se a dispersão dos fanáticos. Porque a conquista do reduto não tinha significação propriamente militar na guerra que empreendemos. Os nossos objetivos principais, no caso, eram os ajuntamentos de bandoleiros, e desde que eles abandonavam suas posições, as conquistas perdiam todo o seu valor. Era, pois, indispensável manter sempre o contato com inimigo para assinalar os preparativos da retirada e preparar a Perseguição.

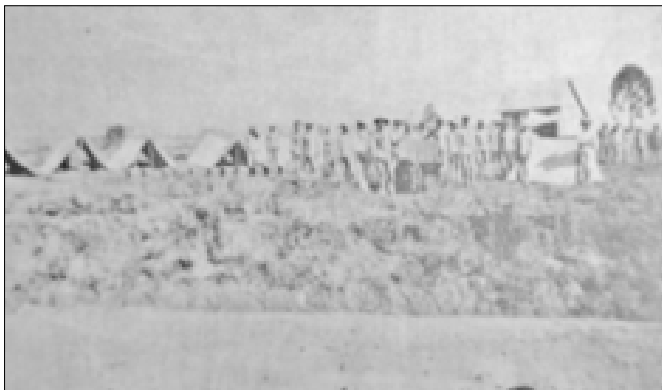


Um posto de Cavalaria no Contestado
(Fonte: Relatório do General Setembrino)



**Fotos da Escolta de Cavalaria do General Setembrino
se deslocando no Contestado**

Artilharia: Basta considerar um dos grandes critérios que dominam o emprego da Artilharia - a ação por grandes massas, para concluirmos que a Campanha do Contestado não nos traria, a este propósito, nenhum ensinamento. Por outro lado, a ação combinada da Infantaria com a Artilharia no Campo de batalha, uma questão complexa e mal praticada entre nós também não se pode criticar, porque os canhões sempre atuaram isoladamente. Nas regiões como a do Contestado, cobertas de florestas, o emprego da Artilharia só dá resultados quando se atira de muito perto e sobre alvos bem determinados. Compreende-se, portanto, que somente a Artilharia de Montanha poderá ser empregada no sertão, não só por ser a menos pesada, como pela facilidade do seu transporte.



Acampamento da Seção de Artilharia de Montanha da Coluna Leste, o único tipo de Artilharia que aprovou neste combate a uma Guerra Irregular (Fonte: Foto no Relatório do General Setembrino)

Engenharia - As tropas de Engenharia prestaram inestimáveis serviços durante as operações e são de todo imprescindíveis nas guerras irregulares para reparar estradas, abrir caminhos, construir pontes, instalar linhas telegráficas e levantar obras de fortificação. Daí a necessidade de lhes atribuir o material indispensável a semelhantes trabalhos. A Companhia do 2º Batalhão de Engenharia, que trabalhou sob o comando do 2º tenente Goyana Primo, malgrado a capacidade inegável deste oficial e a despeito dos serviços prestados, ressentia-se da falta de instrução especial.

Nota do Cel Bento: O 2º Batalhão de Engenharia origina-se da Ala Esquerda do Batalhão de Engenheiros e atuou no combate a Revolução Federalista em Bagé sitiada e no combate em Rio Grande-RS à invasão conjunta da Armada e de tropa Federalista. Mais tarde por longos anos denominou-se 1º Batalhão Ferroviário no qual servimos de 1957/59 e de 1961/66 em Bento Gonçalves-RS. E, como secretário, sintetizamos a sua História que, entregue a seu sub-comandante Ten Cel Colombo, dela não mais tivemos notícias, lamentavelmente. Transferido para Lages-SC mudou sua denominação como Batalhão Benjamin Constant. Como secretário do 1º B Fv assistimos a cerimônia em que ele comemorou no Vale do Rio da Prata a construção do milésimo Km de ferrovia construídas

no Rio Grande do Sul e no comando do Cel Délio Barbosa Leite. Foi neste Batalhão que o Marechal Setembrino se destacou como seu subcomandante, chefe do Escritório Técnico e comandante, como major e tenente coronel, conforme registramos em sua síntese biográfica.

Aviação

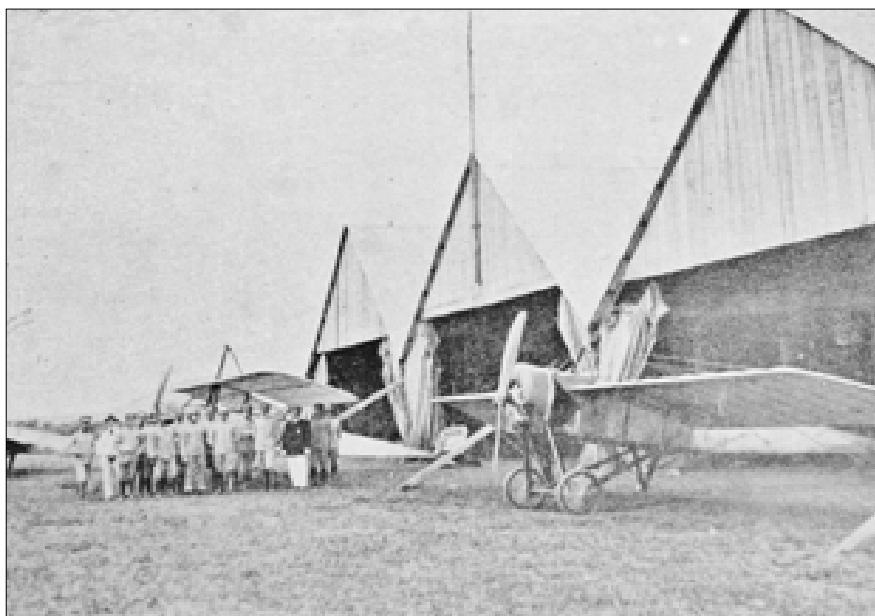
O desastre de que foi vítima o intrépido 1º tenente Ricardo Kirck, não permitiu a execução de trabalhos que me facilitassem julgar do auxilio dos aeroplanos nesta pequena guerra.



Foto onde aparece de capacete, ao do Gen Setembrino, o Capitão Ricardo Kirk e do outro lado, um pouco atrás o Ten Cav Euclides de Oliveira Figueiredo, há pouco chegado de curso de Cavalaria no Exército alemão e um dos fundadores, no ano anterior, da Revista A Defesa Nacional (Fonte: foto no relatório do General Setembrino).

Nota do Cel Bento: Em 1º de março de 1915, na véspera de ataque ao poderoso reduto Santa Maria, morreu vítima da queda de seu avião durante uma missão de reconhecimento aéreo que pretendia reconhecer o reduto Santa Maria em Santa Catarina no Contestado, área em litígio, entre o Paraná e Santa Catarina. Seu avião deco-

lando de União da Vitória voava na direção Claudiano- Caçador e a 1 Km do rio Jangada, no km 42 da estrada de Palmas uma pane em sua aeronave provocou a sua queda matando o bravo pioneiro de nossa aviação militar o Tenente Cav Aviador Ricardo João Kirk era Diretor da Escola de Aviação e Comandante do Destacamento e fora brevetado em 22 de outubro de 1912 na Ecole d'Aviation d'Etampes, na França. Ele foi o primeiro Oficial do Exército Brasileiro a pilotar aviões e também o primeiro aviador brasileiro a perder a vida em missão de guerra. Promovido a Capitão post-mortem, é hoje homenageado como Patrono da Aviação do Exército Brasileiro. No bicentenário do Brigadeiro Antônio de Sampaio estivemos a convite de seu comandante General Peternelli na Brigada de Aviação para conferência sobre o Patrono da Infantaria e lá vimos imortalizado em expressiva tela de autoria do acadêmico da FAHIMTB Cel Estigarríbia, imortalizando a memória deste bravo guerreiro.



**Visão ampliada da foto anterior onde aparecem três hangares e três aviões dos cinco que seriam usados no Contestado
(Fonte: Foto no Relatório do General Setembrino)**

Estes três monoplanos se achavam no campo de aviação de União da Vitória, sob o comando do Tenente Ricardo Kirk; o outro aviador era o civil Ernesto Darioli; Esses

três aviões, assim como o que foi destruído no transporte ferroviário, entre o Rio de Janeiro e a cidade de União da Vitória, pertenciam ao remanescente da flotilha da Escola Brasileira de Aviação, que já havia funcionado no Campo dos Afonsos, em 1914, ou eram aviões cedidos pelo Aero-clubes Brasileiro.

Fortificação em campanha

(Continuação) É um assunto que ainda não está regulamentado entre nós. No teatro em que operamos, onde são raros os encontros em terrenos descobertos, quase não se aplicam as obras clássicas de fortificação passageira. E a própria natureza da guerra nos sertões, onde a floresta protege, a um tempo, quem ataca e quem defende, dispensa o emprego da fortificação de campanha nas investidas contra o inimigo. Há, contudo, a necessidade de construir obras de fortificação em torno dos acampamentos, para melhor os garantir das surpresas noturnas dos bandoleiros, que são exímios no se aproximarem confundidos com a escuridade. Em todos os estacionamentos dava-se à tropa essa proteção, salientando-se, como exemplo mais perfeito, a defesa de Canoinhas, onde predominava o reduto. É também aconselhável cercar os acampamentos de paliçadas, redes de arame, abatizes, de tudo finalmente que pode constituir obstáculo contra o assalto, dando tempo a que as tropas se preparem. Duas ordens dessas defesas, colocadas a partir de 50 a 100 metros, do perímetro do acampamento, resultam extremamente vantajosas, porque o alarme da força irá dar-se no momento em que a primeira for atacada, evitando as surpresas e evitando a confusão dos ataques inopinados corpo a corpo. Dado o costume generalizado dos matutos andarem descalços, será útil revestir as esplanadas das obras com táboas cheias de pregos, excelente defesa acessória empregada pelo destacamento de Calmon, e, anos antes, pelo General Gomes Carneiro, nas fortificações que bordavam o perímetro, da Lapa na Guerra Civil 1893-95.

Despesas de Campanha

Não me é possível, como desejava mostrar o custo exato desta Campanha, alinhando em parcelas distintas todos os gastos ordinários e extraordinários com a tropa e com a guerra. Mas como a soma total está na dependência de dados, quase limito-me a discriminar as despesas pagas com o crédito de 900:000\$ (novecentos mil réis) concedidos pelo governo para atender os gastos extraordinários da Expedição.

Material	221:959S726
Transportes em carroças e cargueiros..	46:8588356
Compras de animais	20:9168790
Folhas de civis	181:2888694
Excesso de forragem.....	23:9798434
Terço de campanha e meia etapa.....	405:0008000
Soma.....	900:0008000

Admitindo que as Operações se prolongassem até Junho, enviei uma demonstração a V. Exa. em 3 de Abril, calculando serem ainda necessários 882:000\$ para o pagamento de despesas extraordinárias. Sei que foi com esse fim aberto um crédito de 1.500:000\$, por conta dos quais se gastaram 512:5498536, assim discriminados:

Material	50:1348515
Transporte em carroças e cargueiros...	28:6468700
Compra de animais.....	26:4188000
Folhas de civis	299:3178450
Excesso de forragem.....	108:0328871
Soma	512:5498536

Tal a importância dispendida extraordinariamente com a última expedição do Contestado. Mas ainda não se pagou a última quantia, dispendida toda ela a crédito.

Mortos e feridos da tropa pacificadora do Contestado

Do Anexo 28 às p.281ss do Relatório do General Setembrino ao Ministro da Guerra ocorreram mortes assim discriminadas:

Foram 99 mortes sendo 4 oficiais, 22 graduados neles incluídos 6 ansepeçadas, 3 corneteiros, 51 soldados e

22 vaqueanos (civis) sendo que 18 no ataque ao reduto Santa Maria.

Oficiais mortos em ação

- Capitão FRANCISCO DA SILVA BAYMA do 57º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre, em 8 de janeiro de 1915 nas imediações do Reduto de Santa Maria.

- 1º Tenente ORESTES DE SALVO CASTRO do 51º Batalhão de Caçadores de São João Del Rei, em 8 de janeiro de 1915, nas imediações do Reduto de Santa Maria.

- 1º Ten JOÃO DA SILVA OLIVEIRA PESSOA, do 16º Batalhão de Infantaria de João Pessoa-PB, em 5 de abril de 1915, na conquista do reduto Santa Maria, integrando o Destacamento Capitão Potiguara.

- 1º Tenente Médico ALEXANDRE DE SOUTO CASTAGNINI, do 16º Batalhão de Infantaria de João Pessoa-PB, em 5 de abril de 1915, na conquista do reduto Santa Maria, integrando o Destacamento Potiguara.

Não foi incluído no Relatório a morte em acidente de avião do Capitão Ricardo Kirk, patrono da Aviação do Exército, quando realizaria reconhecimento de um reduto de Santa Maria, na véspera de sua conquista em 2 de Março de 1915.

Oficiais feridos em ação

- Major NESTOR SEZEFREDO DOS PASSOS, do 57º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre em 8 de fevereiro no 1º ataque ao reduto de Santa Maria. Foi o Ministro da Guerra em 1926-1930 que substituiu o General Setembrino, na Pasta da Guerra

- Capitão HIGINO PANTALEÃO DA SILVA, do 57º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre em 8 de fevereiro no 1º ataque ao reduto de Santa Maria.

- Capitão CÂNDIDO OSÉAS DE MORAES, do 57º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre em 8 de fevereiro no 1º ataque ao reduto de Santa Maria.

- 1º Tenente AMÂNCIO JOSÉ DOS SANTOS, do 57º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre em 8 de fevereiro no

1º ataque ao reduto de Santa Maria.

- 1º Tenente ESTEVÃO DYONISIO D'ÁVILA, do 57º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre em 8 de fevereiro no 1º ataque ao reduto de Santa Maria.

- 1º Tenente OTAVIANO CAVALCANTI do 12º Batalhão de Infantaria do Recife, morto no 3º e último combate de Santa Maria em 5 de abril de 1915.que conquistou o reduto integrando o Destacamento Capitão Potiguara.

- 2º Tenente ANTÔNIO BASTOS PAIS LEME do 12º Batalhão de Infantaria do Recife, morto no 3º e último combate de Santa Maria em 5 de abril de 1915.que conquistou o reduto integrando o Destacamento Capitão Potiguara.

- 2º Tenente DEMERVAL PEIXOTO, Do 14º Batalhão de Infantaria de Porto Alegre, no combate de Santa Maria de 5 de abril de 1915 (Ele chegou a General de Exército na Reserva e escreveu livro a respeito em 1916, A Campanha do Contestado. Vide ao final sua síntese biográfica)

Títulos dos 30 anexos do Relatório do General Setembrino ao Ministro da Guerra

- 1 - Comunicação ao Presidente do Estado de Santa Catarina de encontro da tropa com o bando de José Maria, Assinado por Vieira Cavalcanti.
- 2 - 13 Set 1914 Comunicação ao Ministro da Guerra General Vespasiano pelo Gen Setembrino.
- 3 - Publicação no jornal Tribuna de 14 Set 1914 sobre a atuação do General Setembrino.
- 4 - Sobre rações de Campanha Ordem do Dia nº 2 Curitiba 19 Set 1914.
- 5 - Trem Regimental e Comboio. Ordem do Dia nº 3 Curitiba 20 Set 1914.
- 6 - Serviço de Trem em campanha. Ordem do Dia nº 5 Curitiba 22 Set 1914.
- 7 - Regulamento para os armazéns de Campanha Ordem do Dia nº 5 Curitiba 22 Set 1914.
- 8 - Regulamento para os Hospitais de Sangue. Ordem do Dia nº 6 Curitiba 23 Set 1914.

- 9 - Quadro de Efetivo do 12º Batalhão de Infantaria.
- 10 - Quadro do Efetivo dos Pelotões de Trem, de um Esquadrão de Cavalaria. e de um Pelotão de Engenharia e o de uma Ambulância de Coluna.
- 11 - Instruções para o Serviço de Saúde nas Colunas.
- 12 - Termo de Contrato com fornecedores em Curitiba, firmado em 22 Set 1914 pelo Gen Setembrino Inspetor da 11ª Região Militar de Inspeção Permanente (a atual 5ª RM/DE e Comandante Geral das Forças em Operações de Guerra nesta Região).
- 13 - Projeto de Constituição do Estado das Missões no Contestado. Porto Alegre 1 Nov 1914.
- 14 - Comunicação do Ten Cel Francisco Raul Estillac Leal Cmt do 58º Batalhão de Caçadores (de Niterói) em 15 out 1914 de seu Acampamento em Rio do Sul ao Gen Setembrino.
- 15 - Carta ao Major Taurino de Resende, de Antônio Tavares Junior de Itajaí, em 18 Dez 1914.
- 16 - Resposta a carta de Antônio Tavares do Maj Atalibio Taurino de Resende comandante da força em Moema em 20 Dez 1914
- 17 - Carta de Antônio Tavares ao Major Atalibio, em 23 Dez 1914 de Itajaí.
- 18 - Carta de Antônio Tavares ao Major Atalibio de Itajaí de 2 Jan 1914, de Itajaí.
- 19 - Carta de Antonio Tavares ao Major Atalibio, de Itajaí, de 4 Jan 1914.
- 20 - Carta do Major Atalibio, de Iracema, sub-comandante do 29º Batalhão do 10º RI (São Gabriel) a Antônio Tavares.
- 21 - Linha de Comunicação e Serviço de Etapas - regulamentação.
- 22 - Correspondência entre líderes da revolta, 16 Jan 1915, Aleixo Gonçalves a Henrique Vollant (Alemãozinho).
- 23 - Carta do Ten Ricardo Kirk, de Porto União, em 19 Jan 1915 ao Cel Eduardo Sócrates.
- 24 - Correspondência entre o Coronel Felipe Schmidt ao General Setembrino sobre os prisioneiros do combate de

Santa Maria (6 cartas).

- 25 - Relatórios das Colunas sobre o ataque ao reduto de Santa Maria (Sob o ponto de vista operacional é o mais importante anexo).
- 26 - Discurso do General Setembrino no QG da Divisão Provisória de agradecimento ao povo de Curitiba, em 9 Mai 1915.
- 27 - Ordem do Dia do General Setembrino de 16 de maio de 1915, ao ser dissolvida a Divisão Provisória que pacificou o Contestado.
- 28 - Relação dos oficiais que deram parte de doente no Teatro de Operações do Contestado; dos oficiais, praças e civis mortos em combate e dos feridos em combate.
- 29 - Relatório do Chefe da Ambulância das Colunas e do Hospital de Sangue de União da Vitória.
- 30 - Especificação das locomotivas existentes em 31 Dez 1914 da Ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul.

O GEN SETEMBRINO E SUA OPINIÃO SOBRE AS CARTAS FALSAS E SUA ATUAÇÃO COMO CHEFE DO EME AO SUFOCAR NO RIO DE JANEIRO A REVOLTA DE 1922

Nota do Cel Bento: A campanha para a Presidência da República em 1921, sob o governo do Presidente Epitácio Pessoa, provocou uma forte crise no Exército, que foi agravada pela nomeação por ele para o Ministério da Guerra, de um civil o historiador Pandiá Calógeras. Crise agravada em outubro de 1921 com a publicação pelo jornal O Povo, de carta manuscrita, atribuída ao Candidato Arthur Bernardes, presidente de Minas Gerais, em que este chamava o Marechal Hermes de “Sargentão sem compostura e que o Exército era formado por elementos venais”.

Apesar de Arthur Bernardes haver declarado ser esta carta falsa, outra parecida com a primeira foi publicada pelo mesmo jornal. Estas cartas falsas, como ficou provado,

foram o motivo para agravar o fosso existente entre grande parcela do Exército e o Presidente Epitácio Pessoa.

Em 2 de julho de 1922, o Marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar foi preso na Unidade de Infantaria na Praia Vermelha e fechado o Clube Militar por ordem do Presidente Epitácio Pessoa, em razão do Marechal Hermes haver se manifestado contra o desejo do Presidente Epitácio Pessoa em usar o Exército para conter rebeliões populares no Recife.

Esta prisão detonou a Revolução de 1922, em 5 de julho de 1922 na Escola Militar da Praia Vermelha e Forte de Copacabana, que tinha por objetivo, durante este período de agitação, derrubar o Presidente Epitácio Pessoa. Dia em que o General Setembrino assumiu a Chefia do EME em substituição ao seu titular que falecera.

O General Setembrino era a maior autoridade militar em Minas Gerais, e tinha a consciência de que as Cartas eram falsas por comparar as mesmas com a caligrafia de Arthur Bernardes, presidente de Minas Gerais, e por declaração que este lhe deu. E assim conseguiu manter seu comando alheio à campanha presidencial. Era Ministro da Guerra, no período, Pandiá Cológeras.

O Gen Setembrino estava convencido de que as Cartas intrigando o Exército com o Presidente da República eram falsas

Em suas Memórias, na parte relacionada com o seu comando da 4ª Região Militar em Juiz de Fora ele faz algumas considerações. Exemplos, a seguir, de seus pensamentos:

“A guerra, em geral, resulta das reações que se operam no jogo de interesses das nações.

Quaisquer que sejam suas origens não deverão ser ignoradas da massa geral da Nação, e, mui especialmente, daqueles a quem compete uma grande representação no drama em perspectiva.

Os governantes mal avisados, e por isso mal

orientando a política externa, criam situações perigosas, originam crises, por vezes fatais à vida dos povos. A situação agrava-se, indubitavelmente, se o sentimento nacional diverge do ponto de vista governamental.

A que calamidades não expõem, então, a Nação?

Por outro lado, como resultado da evolução natural da Sociedade, surgem novas ideias, problemas diversos se apresentam, cujas soluções operam divergências nos espíritos, dividem a opinião, originando atentados à segurança pública, com ameaças à estabilidade social.

É evidente, pois, que, por ponderosos motivos, o General deverá acompanhar com desvelo e descrição o movimento político social, que forças de naturezas várias imprimem ao organismo nacional, perscrutando o pensamento e aspirações em jogo. Porque no choque de opiniões, nos dissídios entre governantes e governados não é raro recorrer-se à força armada como 'última ratio'.

Um General não pode assistir com indiferença muçulmana, de uns, a ação arbitrária e inconveniente na maneira de conduzir os negócios do Estado, de outros, a escalada ao poder pela violência, por movimentos facciosos, em satisfação a ambições ilegítimas e irrefreáveis.

De um ponto de vista elevado cumpre-lhe seguir a corrente dos acontecimentos, colhendo elementos para opinar com patriotismo no instante em que as circunstâncias exigirem sua intervenção.

Se o General não deve ser um vil instrumento às ordens dos Governos, também não deverá constituir um estimulante de desordens, de perturbações na vida do País, de desrespeito aos poderes públicos.

Se os pórticos do partidarismo são-lhe vedados, no intuito de isentá-lo das paixões aí fervescentes, sua

indiferença pela política geral, que orienta o País para o futuro, é altamente censurável.

Imbuído do sentimento de justiça, compenetrado da verdade, que lhe ministra a observação constante e imparcial das ocorrências no cenário do País, será fácil habilitar-se para opinar e agir nos grandes atos do drama nacional, nos conflitos entre o poder público e a soberana vontade de seus concidadãos, expressa de maneira iniludível.

Em resumo, o General não deverá desinteressar-se da política, considerada esta em sua clássica significação.

Com estes postulados orientei sempre minha conduta em transes aflitivos para o País, em conjunturas perigosas para a disciplina e harmonia no Exército.

Foi assim, quando da campanha presidencial a que nos vimos referindo era notório o interesse de envolver o Exército no combate à candidatura Bernardes. Os jornais, diariamente, aludiam à intervenção dos militares, procurando perscrutar o pensamento dos mais graduados.

Com esse intuito sou solicitado pelo eminente jornalista Azevedo do Amaral, então à frente da folha O Dia, apresentando-se em Juiz de Fora, no meu Quartel General. Como credencial uma carta do meu particular amigo, condiscípulo da Escola Militar, Dr. João do Rego Barros, um dos diretores da Light and Power.

Pretendia uma entrevista referente à atitude do Exército em face do momento político.

Concedi-a. O Dia publicou-a. Outros jornais o seguiram. Vê-se aí confirmada minha antiga maneira de opinar, isto é, a condenação mais formal da intromissão dos militares, coletivamente, na solução dos problemas políticos, por ser ela da alçada exclusiva da opinião do País, manifestada no gozo da mais ampla liberdade de pensamento e ação, competindo somente ao Exército acatá-la.

Nota do Cel Bento: E o Gen Setembrino em suas Memórias transcreveu sua opinião publicada pelo jornal O Dia sobre a atualidade política. E o entrevistador “se dispensou de quaisquer referências ao nome festejado e ilustre do comandante da 4ª Região Militar”. Para aqui trasladamos as belas palavras do entrevistado: E o General transcreveu em suas Memórias:

Relativamente à atitude do Exército no momento atual da política nacional, a minha opinião é assaz conhecida, pelas palavras que ultimamente pronunciei em Belo Horizonte e nas quais reafirmo as ideias que venho predicando, há vários anos, sempre que partidos políticos procuram, em seus pleitos, interessar as Forças Armadas.

E, não há muito, por ocasião da agitação em torno do nome do eminente brasileiro Ruy Barbosa, recusei ao Exército, como elemento de força, o direito de impor candidatos à sucessão presidencial.

Assoalhava-se, então, como deve estar lembrado, que o Exército não desejava aquele grande patriota no Governo da República. Aplausos não escassearam de distintos concidadãos, alguns dos quais hoje indigitados como adeptos da intervenção das classes armadas nas contendas políticas, o que parece significar uma mudança operada ao sabor das circunstâncias do presente momento.

Mantenho, entretanto, o meu ponto de vista, que, estou certo, é o mesmo dos sinceros amigos do Exército. Em que pese a alguém, continuarei a afirmar que o Exército não pode, não deve precipitar-se ao torvelinho das lutas partidárias, sobretudo porque é órgão da defesa da opinião nacional, legalmente expressa.

E, hoje, mais que outrora, precisamos proclamar e firmar a salutar doutrina, porque vozes se empenham já, com objetivo político, na negativa de existência de disposições regulamentares, velhas como a Sé de Braga, cuja destruição acarretaria o desmoronamento da disciplina militar e diminuição da autoridade de coman-

do de qualquer categoria. Tenho esperança em que o Exército não se deixará colher nas malhas da política-gem.

E quanto à moção votada pelo Clube Militar? A considereei fundamentalmente falsa, falsíssima, a carta desde que a li e comparei com outras do Dr. Arthur Bernardes, as quais tenho em meu poder, convicção que me avigorou pelo desmentido que ele opôs, formalmente.

Não obstante pretenderem os fatos a demonstração em contrário, nesta angustiosa fase por que passa o País, creio na existência entre nós de homens de honra e de caráter.

Bastava-me, pois, a palavra do Dr. Arthur Bernardes, negando a autoria da carta que de viva voz ouvi.

Solicitações de providências para completa elucidação da verdade não lograram êxito, conforme afirmam os ilustres generais Barbosa Lima e Gomes de Castro.

Evidentemente uma grande animosidade contra o acusado dominava a maioria do Clube na sessão de 12 de Novembro. A assembleia tornou-se tumultuária, daí a falta de serenidade nas suas deliberações, sendo constituído um Tribunal de Integridade: moral indiscutível, mas com partidários da maioria, quando duas eram as correntes de opinião em foco.

Por todas essas razões não posso aceitar o laudo da Comissão, que positivamente não representa a maioria do Exército, cujo número de oficiais orça por milhares, constituindo, além disso, em grande parte, a maioria deliberativa do Clube de camaradas que bem merecem a nossa mais alta veneração e carinho pelos serviços prestados à Pátria, mas que retirados da atividade militar, alguns por força da lei, outros espontaneamente, não podem encarnar o sentir do Exército.

Penetrou já na consciência do Exército o sentimento do seu dever supremo de amparar a ordem

constitucional e defesa externa, assim como a sua preparação, para desobrigar-se galhardamente de seus fins, forma hoje o objetivo exclusivo de suas ocupações quotidianas.

A Nação pode confiar em suas forças armadas, que a apoiarão na realização dos seus grandes atos de existência.

Pergunta do Entrevistador “- Impressiona admiravelmente, General, a atividade das forças de seu Comando da 4ª Região Militar”.

E prossegue o general:

Posso afirmar, meu caro redator, que a atitude da tropa de minha região não obedece absolutamente a injunções do meu comando. Origina-se da compreensão da verdadeira atuação do Exército no seio da comunhão brasileira e da observação rigorosa dos nossos regulamentos.

Não conheço, nem procurei saber a opinião individual dos meus camaradas sobre a atualidade política.

Individualmente pensam e agem livremente. Não poderia ser de outro modo. Entretanto, asseguro que as tropas sob meu comando garantirão em qualquer emergência a ordem constitucional.

Em entrevista ao Correio da Manhã já me havia manifestado, anos atrás, no mesmo teor, quando da candidatura Ruy Barbosa, na sucessão ao Conselheiro Rodrigues Alves.

Seus adversários pretenderam a adesão do Exército, apoiando-se em conceitos, que lhe eram atribuídos, desfavoráveis às Forças Armadas, por ocasião de sua competição com o Marechal Hermes à Presidência da República.

Era um atentado à verdade dos fatos. Uma mistificação de rabiscadores que, dissimulados sob o pseudônimo de um posto qualquer de oficial do Exército, procuravam incompatibilizar o Sr. Ruy Bar-

bosa com o Exército.

Condenei com desassombro esses embustes, manejos desprezíveis que, fermentando paixões no seio da classe, por outro lado excitavam prevenções do mundo civil com o militar.

Este aceitaria aquele candidato que o «veredictum» da opinião nacional indicasse. Cessaram, então, as explorações.

Se o preclaro brasileiro não ascendeu à mais elevada magistratura do País, deve-o à preferência da Nação pelo Sr. Epitácio Pessoa.

Manifestando-me, portanto, da maneira por que o fiz ao redator de O Dia, mais uma vez revelando coerência com o passado, indicara ao Exército a atitude mais digna e patriótica a assumir, entre o pleito em que se iam debater os partidários das duas candidaturas presidenciais.

Se, como dizemos, era uma indicação do rumo a seguir pelo Exército em tão grave conjuntura, para as forças da Divisão do meu comando.

O Gen Setembrino e a Revolução de 1922

- Atuação como Chefe do EME -

O General Setembrino descreve que assumiu a Chefia do Estado-Maior do Exército dia 5 de julho de 1922 para a qual havia sido nomeado em 1º julho em substituição ao seu titular que falecera. E passa a descrever sua atuação:

Em meio a uma desorientação geral, onde reinava a desordem, resolvo assumir uma atitude decisiva, à revelia do Comando da Região, sempre invisível.

Envio um oficial. Capitão Oscar Lisboa, acompanhado do Capitão Evaristo Marques, de automóvel, em reconhecimento até Deodoro.

Estabeleci o posto de comando no Gabinete do Comandante da 2ª Brigada de Infantaria, porque aí os telefones funcionavam regularmente. Ninguém entra, a não ser generais e oficiais chamados para diferen-

tes missões.

Organiza-se, então, um destacamento, sob o Comando do General João de Deus Mena Barreto, com a missão de na altura do Meier, opor-se à marcha dos revoltosos.

Nota do Cel Bento: O general Setembrino, como coronel, havia sido Chefe de Gabinete do Ministro General João de Deus que em 1924 pacificaria o Amazonas, em 1930 integrou a Junta Provisória que transferiu o poder a Revolução de 30 e que no ano seguinte foi Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro e terminou sua carreira como Ministro do STM.

“Compunha-se de um Batalhão da Polícia Militar ao mando do Coronel Azevedo Costa, da 3ª Companhia de Metralhadoras, comandada pelo Capitão Daltro Filho, do Esquadrão de Cavalaria ao comando do Capitão Euclides de Oliveira Figueiredo e de outras unidades que seriam designadas. Não se podia distrair muita tropa da sede do Governo.

O General Menna Barreto embarca imediatamente para o Meier. Em outro trem segue o Batalhão da Polícia. Eu mesmo vou à estação da Central providenciar o embarque para haver presteza.

A Companhia de Metralhadoras segue pela estrada de rodagem. Manda-se ordem ao Esquadrão de Cavalaria para incorporar-se ao destacamento. O General Menna Barreto comunica, por telefone, que no Meier tudo tranquilo. Instalara seu posto de Comando.

A situação continua obscura. Resolvo, então, esclarecer-me pessoalmente «in loco»: em trem especial sigo com destino a Vila Militar, uma escolta de 30 praças, mais ou menos, ao mando do Capitão Estevão Leitão de Carvalho, ajudante de ordens do Ministro da Guerra, me acompanha. Os Generais Crispim Ferreira e Neiva de Figueiredo, espontaneamente, bem como mais alguns oficiais, quiseram seguir-me! Desembarco no Meier.

Conferencio com o General Menna Barreto. Ofi-

ciais em serviço de reconhecimento para os lados da Vila não tinham ainda regressado. Continuo a viagem.

De espaço se ouvem tiros de artilharia (Forte de Copacabana). Encontro um trem, composto de uma máquina e um carro. Conduz o engenheiro Dr. Ismael de Sousa, chefe do tráfego da Central. Informa-me que em Deodoro, até onde fora. Nada havia de anormal.

Sigo para a frente. Chego em Deodoro. O fogo de artilharia prosseguia de espaço a espaço. Não se sabia a procedência. Desembarcamos. Era medida cautelosa.

A escolta toma formação de aproximação do inimigo. Avançamos pelo eixo da estrada de ferro. Eu ocupava o centro. Os demais seguiam dispersos. Penetramos os terrenos da Vila Militar.

Os corpos em seus quartéis com exceção dos que combatiam na frente os revoltosos.

A artilharia em ação pertencia ao 2º Regimento da arma e batia a Escola Militar. Chego ao posto de comando do General Ribeiro da Costa. Logo após chegam dois alunos, enviados como parlamentares.

Participavam que a Escola levantara bandeira branca. Pediam uma qualquer coisa em compensação, que não pude perceber.

O General revelava certa indecisão. Não se o pode censurar, porque tinha um filho aluno.

Intervi francamente, ordenando aos alunos que voltassem para dizer que só incondicionalmente se aceitava a rendição.

Manda-se cessar o fogo de Artilharia, com o qual os artilheiros procuravam unicamente produzir efeito moral. A Artilharia da Escola já havia emudecido.

Os alunos, na maior desordem, abandonam as posições e se recolhem ao estabelecimento.

O Esquadrão de Cavalaria, cujo comandante era o Capitão Euclides Figueiredo, aí penetra, e prende o comandante Coronel Xavier de Brito e providencia.

Em seguida é nomeado o Ten. Cel. Álvaro Marriante para, com um Batalhão de Infantaria, guarnecer o edifício da Escola, onde ficaram presos provisoriamente oficiais e alunos revoltados. Sufocada a revolta!

Regresso à cidade. Ao chegar ao Quartel General encontro-o deserto. Os portões fechados. O Comando, com o Ministro da Guerra à frente, se havia trasladado para o quartel do Corpo de Bombeiros, situado do lado oposto da Praça da República.

O Forte de Copacabana, com tiros perfeitamente calculados, eficazes, alvejara o Ministério da Guerra. Dois projéteis haviam atingido um lance do edifício, derrubando árvores e vitimando algumas praças, inclusive um ou dois sargentos.

Dirijo-me para os Bombeiros. Encontro uma azáfama enorme. Providências para atacar aquela praça de guerra. Entendi-me com o Ministro. O Ministério da Marinha ordenara o bombardeio do Forte de Copacabana pela Esquadra.

Era necessária uma ação combinada com o Exército. Os dois ataques, por mar e terra, deveriam ser, tanto quanto possível simultâneos.

Entro em entendimento com o Estado Maior da Armada, enviando o Major Sousa Reis como elemento de ligação a conferenciar com o Almirante. Este manda-me em seguida um oficial com esclarecimentos.

Era preciso adotar sinais para o início do ataque. Eu, Major Sousa Reis e o oficial de marinha, enviado, combinamos as convenções.

Ao descer da sala em que trabalhamos, assisto infelizmente a um espetáculo contristador:

Era noite fechada. Uma Companhia de Infantaria, em formação de quadrado, entra no pátio do quartel dos Bombeiros. Dentro a Escola Militar e vários oficiais. Faz alto. Os curiosos, em número considerável, inclusive praças de bombeiros e do Exército, cercam o quadrado.

Os prisioneiros, visivelmente acabrunhados, em situação humilhante, de pé, ainda dentro do quadrado, aguardavam o destino que lhe deveriam dar. Que horrível humilhação!

Passado algum tempo, e como não visse medida alguma do Comando da Região para terminar aquele espetáculo degradante da dignidade de oficiais do Exército, deliberei intervir.

Ordenei que os curiosos se afastassem. Mandeí pedir duas salas ao Comandante dos Bombeiros. Em uma fiz recolher o Coronel, em outra os demais presos. Exprobrei acremente ao Comandante da Região, com quem me encontrei casualmente no pátio, o procedimento para com oficiais que, embora delituosos, tinham direito a melhor tratamento.

O Forte de Copacabana continuava com tiros espaçados.

Para maior segurança, resolveu-se, ainda uma vez, mudar o centro de providências ou Posto de Comando para uma estação do Corpo de Bombeiros, sito no Largo dos Leões, em Botafogo (Humaitá).

Aí, ficar-se-ia mais perto do teatro em que se desenrolaria o último ato do episódio histórico.

À uma hora da noite, mais ou menos, para lá seguimos, sempre com o Ministro Calógeras à frente.

Em um alojamento de praças pudemos repousar um pouco. Achava-me extraordinariamente fatigado. Não havia almoçado, nem jantado. Por ocasião de efetuar esta segunda mudança pude, então, ir em casa tomar uma pequena refeição. Veio o dia.

O couraçado São Paulo tinha tomado posição durante a noite as proximidades da Fortaleza de São João, fora da barra, um tanto coberto pela mesma Fortaleza.

Às primeiras horas inicia o bombardeio, com eficácia. A guarnição do Forte se aterroriza. O Comandante, Capitão Euclides Fonseca, abandona-o sob

pretexto de ir conferenciar com o Governo ou com uma determinada autoridade. Foi preso!

O 3º Regimento de Infantaria aproxima-se da praça de guerra para secundar a ação do couraçado. Nesta conjuntura o Tenente Siqueira Campos, um dos revoltosos da guarnição, senão o verdadeiro chefe da revolta, chama ao aparelho telefônico da estação de bombeiros, onde estávamos, e o Ministro da Guerra. É atendido.

O Ministro procura convencê-lo da inutilidade da resistência. Comunica-lhe que a Escola Militar se tinha rendido, que o Exército estava fiel ao Governo, etc. Siqueira Campos pede garantias de vida.

Deseja que o Governo consinta em seu embarque em um navio que o leve ao estrangeiro.

O Ministro Calógeras replica em tom amistoso de mais, revelando mesmo criminosa tolerância, que as vidas de todos estão garantidas. O oficial não se convence.

O Ministro, já fatigado, cede o aparelho ao 1º Tenente Chaves, amigo particular de Siqueira Campos.

Insiste para que se renda. Esclarece-lhe a situação: nada mais podem os revoltosos conseguir.

Siqueira Campos não quer ser preso. Deseja ir embora. Chaves observa-lhe que não é possível, desenvolve considerações, falando com ardor, denotando interesse pelo amigo, e reafirmando as promessas de garantia de vida.

Cessa o telefone. Algum tempo depois o Forte içava bandeira branca.

As tropas estreitavam o cerco do lado de terra. Surgem então os 18 homens, para dar combate às forças legais. São os heróis de Copacabana! Irrisão! Terminou, assim, a revolta de 1922.

Com estas ligeiras palavras sobre este episódio militar pretendemos apenas dizer da parte que nos coube, sem mesmo descer a pormenores.

DADOS BIOGRÁFICOS DE ALGUNS OFICIAIS QUE SE PROJETERAM DEPOIS DO CONTESTADO

ANOR TEIXEIRA DOS SANTOS, Gen Ex. Nasceu em 8 Out 1890 em Curitiba, filho de Urbano Teixeira dos Santos e D. Alzira Loyola Santos. Praça de 6 Mar 1906, no 39º Bl. Aspirante em 2 Jan 1911 na Escola de Guerra em Porto Alegre e em 15 Fev 1913 concluiu o seu curso de Artilharia na Escola de Guerra do Realengo antes de sua transformação em Escola Militar do Realengo (EMR). 2º Ten em 22 Dez 1913, foi aluno da Escola de Aviação, exercendo atividades nessa área, inclusive a Serviço da Aviação Naval, no 20º Grupo de Montanha e foi como integrante desta unidade que atuou no Contestado, e depois à disposição do Estado-Maior do Exército. Foi promovido a 1º Ten a 07 Nov 17 e Comandante da Esquadilha de Aviação Militar de 02 Abr 19 a 26 Jun 22. Capitão em 10 Set 20. Coursou a EsAO e a Escola de Estado Maior, onde nesta última, exerceu as funções de Professor de Aviação e Tática Aérea. Esteve em operações de guerra contra os revolucionários de São Paulo em 1924, recebendo o seguinte elogio do Gen João Alvarez de Azevedo:

“Ilustrado, culto, valoroso e disciplinado, revelou-se ótimo oficial de Estado-Maior, como Chefe da Segunda Seção, dando cabal desempenho a todos os encargos e missões que lhe foram cometidos. Tomou parte no combate de Salto Grande, como Agente de Ligação do Comando, havendo-se nele com calma e valor. Louvo, pois, com prazer, esse distinto e dedicado oficial.”

Comandou o 4º Grupo de Artilharia de Costa 1929/30. Promovido por merecimento a Major em 15 Ago 31 e Ten Cel em 09 Nov 33. Foi Comandante do 3º Grupo de Obuses 1935/37 e do 1º Grupo de Artilharia de Dorso (1937/38) e Chefe do Estado-Maior da 3ª RM. Coronel em 03 Mai 38 e Gen Bda em 24 Mai 42, quando foi nomeado Cmt da AD/3. Ficou à disposição do Ministro da Guerra de 08 Out 43 a 12 Jun 44 e do Ministro das Relações Exteriores de 13 Jun a 03 Nov 44.

Diretor de Artilharia de Costa e Comandante do Distrito de Defesa de Costa a 05 Nov 44. Foi Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de 31 Jan 56 a 16 Out 56. O estudamos à p. 89 da obra Artilharia Divisionária da 3ª DE - AD Brigadeiro Gurjão. Resende: AHIMTB/IHTRGS, 2011 em parceria com os coronéis Ernesto Gomes Caruso e Luiz Ernani Caminha Giorgis. Ver referências a sua atuação no Contestado e suas judiciosas observações sobre Artilharia ao Gen Setembrino de Carvalho em seu relatório ao Ministro da Guerra.

Gen Bda CARLOS FREDERICO DE MESQUITA



(Fonte: Galeria de comandantes da 3ª Região Militar, cuja História resgatamos em três volumes e fornecida pelo Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, presidente da AHIMTB/RS – Academia Gen Rinaldo Pereira Câmara e vice-presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, instalados no Colégio Militar de Porto Alegre)

O Gen Mesquita retornou com sua tropa para o Rio Grande do Sul e comandaria a 3ª Região Militar até 1918 (por cerca de mais de um ano) em três períodos descontínuos. Retirou-se do Contestado por decisão própria, sob argumento de não sacrificar sua tropa e os revoltosos num massacre continuado de irmãos brasileiros. E mais, que assim continuando, a revolta não seria solucionada e que deveria ser adotada uma solução mais eficaz, que não implicasse no massacre recíproco de tropas do governo e revoltosos. E o Governo adotaria outra solução mais eficaz como se verá. E ele não foi punido.

A fermentação rebelde, ao contrário de diminuir, progredia no Contestado, que ampliava as condições de abrigo aos revoltosos e celerados e palco de jogo político dos chefes locais. Por outro lado, aumentavam as questões entre os sertanejos e os donos de terras. As fazendas e outras propriedades eram rurais, alvos de investidas de grupos para o saque. Contrabandeavam-se armas, munições e provisões.

Matos Costa, que ficara em União da Vitória, com 200 soldados, usara, até então, meios dissuasórios para desarmar os revoltosos. Em setembro de 1914, à frente de um contingente uma emboscada o surpreendeu: lutou bravamente, mas acabou sendo trucidado.

DEMERVAL PEIXOTO, Gen Ex. Publicou sob o pseudônimo de Crivelaro Maciel em 1916, a obra Campanha do Contestado, da qual participou e foi ferido em ação em 8 de abril de 1915, na operação contra o reduto Santa Maria. Na inatividade publicou em 1960, pela BIBLIEx a obra Memórias de um velho soldado. Como General de Brigada foi nomeado em 1946 Interventor Federal de Pernambuco, pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra. Inicialmente como interino e efetivado em outubro e em março de 1947, transferiu o cargo. Foi Comissário Militar da Comissão da Rede de Estradas Sorocaba e Noroeste de São Paulo, como major em 1933, função a que foi chamado em 1938. Comandou como coronel em 1937 a 4ª Brigada de Infantaria em Caçapava-SP. General de Brigada em janeiro de 1942, comandou a 1ª Brigada de Infantaria da 7ª Região Militar no Recife e a seguir da Infantaria Divisionária da 7ª RM. Em fevereiro de 1943 passou a comandar a 6ª Região Militar, em Salvador. Em 1944 foi nomeado Sub-chefe do Estado-Maior Exército. Promovido a General de Divisão em agosto de 1946, passou a comandar no Recife a 7ª Região Militar no Recife. Em 1946, depois de exercer as funções de interventor federal interino e efetivo de Pernambuco em julho de 1947, foi nomeado comandante da 4ª Região Militar em Juiz de Fora-MG, quando passou para a Reserva em dezembro de 1948 com a patente de General de Exército. Ele nasceu em São Fidelis-RJ em 11 dez 1884. Em 1901 ingressou na Escola da Praia Vermelha. Sua vida militar foi movimentada. O General Setembrino se refere a seu livro sobre o Contestado em suas Memórias.

EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA, Gen Bda (1884-1945). Participou do Combate à Revolta do Contesta-

do, como Sub-Tenente, integrando o 30º Batalhão de Caçadores, de Porto Alegre, do 10º Regimento de Infantaria em São Gabriel. Nasceu em São Borja em 16 de julho de 1884. Ingressou no Exército em São Borja em 1899 aos 15 anos. Atingiu a graduação de 2º Sargento em 1900. E fez toda a sua carreira no Serviço de Intendência do Exército até atingir o posto de General em 13 de junho de 1941. Faleceu no Rio de Janeiro em 1945 aos 61 anos. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e presidiu no Rio a Federação das Academias de Letras do Brasil. Foi biografado por seu sobrinho, Calvet Fagundes em 1961, na obra Souza Docca – Vida e obra, que em seu capítulo V, aborda o contexto de sua atuação do 30º Batalhão de Caçadores no Contestado, com apoio do Major Nogueira Junior no jornal O Progressista, Campo Grande – MS, 24 abril 1940. Em São Borja e Uruguaiana colaborou com jornais diversos. Ao ser transferido para Porto Alegre, colaborou com a Revista dos Militares, criada em 1910, na 3ª Região Militar. Revista dirigida pelo Aspirante Francisco Paulo Cidade. Escreveu nesta revista da qual o IHGRGS possui exemplares, artigo: A Batalha de Tuiuti e nela, manteve a coluna; Homens e fatos históricos, onde publicou matérias sobre O General Bento Manuel Ribeiro e o General José Antônio Corrêa da Câmara e Visconde de Pelotas. Publicou o livro, Causas da Guerra do Paraguai. E em 5 de Ago 1920, participa da Fundação do IHGRGS. Adotou os seguintes princípios aqui sintetizados:

1. Afastamento absoluto das questões políticas e da militância política;
2. Honestidade no cumprimento do dever militar e lealdade com a virtude da Honra Militar;
3. Que o Exército não devia ser o juiz da administração e da política Nacional e sim o escudo da autoridade e a garantia da vontade da maioria da nação claramente manifestada;
4. Que da Disciplina Militar depende a vida, a honra e a glória das Forças Armadas.”

A sua obra é vasta e relacionada pelo acadêmico Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo em sua oração de posse

na FAHIMTB, no Informativo do TUIUTI nº 15 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil - Rio Grande do Sul. Seu nome 'Docca', deriva do nome de um barco Farroupilha, capturado aos farrapos como legalista, pelo seu pai Alferes José Fernandes de Souza.

EUCLYDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, Gen Bda. Participou da Guerra do Contestado como comandante de um Pelotão de Cavalaria encarregado da Escolta do General Setembrino. Antes havia cursado Cavalaria no Exército Alemão e participado da fundação no Clube Militar em 1913 da Revista a Defesa Nacional, junto com mais 11 companheiros, dentre eles o Ten Francisco de Paula Cidade que em 1910 havia participado da fundação na atual 3ª RM da Revista dos Militares. No Contestado o Ten Euclides se destacou em operações de reconhecimento e fez judiciosas observações sobre o emprego da Cavalaria incorporadas pelo Gen Setembrino em seu Relatório da Campanha ao Ministro da Guerra para corrigir falhas no Regulamento da Arma de Cavalaria com base no Regulamento de Cavalaria Alemão. Por pouco não perdeu a vida por afogamento ao salvar a vida de dois comandados na travessia do rio Canoinhas. Depois integrou a Missão Indígena da Escola Militar do Realengo de 1919/21. Comandou no Rio de Janeiro o atual Regimento de Dragões de Brasília, o 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, para esta capital transferida pelo seu filho Cel João Figueiredo, o último presidente da República decorrente da Revolução de 1964. Foi no seu comando que foram adotados os uniformes históricos do Regimento de Dragões. Euclides nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 12 de novembro de 1883, filho de João Batista Figueiredo. Praça de 17 de março de 1902, na Escola Militar da Praia Vermelha. Cursou Colégio Militar do Rio de Janeiro. Comandou como coronel a 2ª Divisão de Cavalaria. Foi reformado em 11 Abr 46, após ter sido inocentado de crime político por não haver aderido, como comandante da 2ª DC, da Revolução de 1930, que o colheu em Santana do Livramento, onde resistiu à prisão, ocasionando um rumoroso incidente à bala, com

perdas humanas, que registramos, ao tratarmos do assunto sobre a Revolução de 1930, na História da 3ª Região Militar v. 2. Liderou no campo militar a Revolução de 1932. Sua carreira teve o seguinte curso: 2º Tenente, 10 Jan 1907, 1º Tenente, 3 Abr 1912 por estudos. Capitão, 12 Mar 1919, por estudos. Major, 07 Set 1924. Tenente-Coronel, 05 Nov 1924 e Coronel, 23 Jun 1927. Todas as suas promoções como oficial superior foram por merecimento. Reverteu à Ativa em 11 de abril de 1946, como General de Brigada e transferido para a Reserva.

O Centenário do General Euclides Figueiredo

Em 1983, quando integrava o Estado-Maior da 1ª Região Militar e na qualidade de historiador membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, realizamos o estudo biográfico, comemorativo de seu centenário e que não foi publicado na Revista A Defesa Nacional, em razão do Cel Francisco Ruas Santos já o haver feito. E julgamos, por essa razão, oportuno transcrevê-lo para conhecimento, principalmente dos integrantes da 2ª Bda C Mec, de cujo comando participou, bem como mais tarde seus filhos Euclides e Diogo. O Coronel Euclides Figueiredo exerceu o comando da 2ª DC, em Alegrete e a seguir em Uruguaiana, num total de 30 meses, até 12 de novembro de 1930. Durante a 2ª Guerra Mundial, como prisioneiro, escreveu sobre o desenvolvimento da mesma, estudos que mais tarde foram abordados em livro.

Em nossa História da 2ª BdaCMec, em parceria com o acadêmico Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, transcrevemos nosso artigo sobre o Gen Euclides Figueiredo cujos filho João (que foi Presidente da República), Euclides e Diogo atingiram o generalato no Exército depois de carreira na Arma de Cavalaria.

FRANCISCO RAUL ESTILLAC LEAL, Marechal. Comandou no Contestado, como tenente-coronel a Coluna Sul, sendo o comandante do 58º Batalhão de Caçadores de Niterói, tendo sido em operações promovido a coronel por mérito.

to. Como comandante da Coluna Sul teve destacada atuação nesta campanha. Comandou três ataques ao reduto de Santa Maria, neutralizado depois de sucessivos ataques das seguintes forças que constituíram a sua coluna: - 58º Batalhão de Caçadores (Niterói) ao comando do Major Oscar Capistrano, e mais uma Seção da 1ª Cia de Metralhadoras (Niterói), o 57º Batalhão de Caçadores (Porto Alegre), ao comando do Ten Cel Waldomiro Cabral. – 51º Batalhão de Caçadores (São João del Rei) ao comando do Ten Cel Pedro Paiva, - Destacamento de Cavalaria ao comando do Major Leovigildo Paiva, com elementos de Cavalaria dos RC de Uruguaiana, Quarai e Alegrete. – Bateria de Obuzeiros e uma Seção de Artilharia de Montanha do 20º Grupo de Artilharia de Montanha (Campinho, Rio de Janeiro). O tenente coronel Francisco Raul era pai do General Newton Estillac Leal que no mês seguinte à neutralização do reduto Santa Maria era declarado aspirante ao final pela Escola Militar do Realengo, cuja movimentada vida e obra abordamos na obra 3ª Divisão de Exército-Divisão Encouraçada – Centenário 2008. Resende: AHIMTB/IHTR-GS, 2008. p.117/117. Obra em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e o Major Ândrei Clauhs. O General Newton foi Ministro da Guerra 1951/52, época em que fomos aluno da EPPA. Era também seu filho Zeno Estillac Leal que cursava a Escola Militar do Realengo, tendo ao fim de sua carreira comandado a Zona Militar Norte e a seguir o IV Exército no Recife. Encerrou sua carreira na Chefia do Estado-Maior do Exército. Seus filhos atuaram em campos opostos em 1922, Newton como revolucionário e Zeno como legalista. Francisco Raul, quem o conheceu o definiu como possuidor de porte imponente e bigodes com pontas viradas. E assim ele figura em foto de homenagem prestada ao Gen Setembrino em Iracema. Francisco Raul, no anexo 25 do Relatório do Gen Setembrino ao Ministro da Guerra, apresentou circunstanciado Relatório da ação de sua Coluna Sul na neutralização do reduto Santa Maria e do auxílio que prestou ao Capitão Ter-tuliano Potiguara, a pedido deste. E sobre a neutralização do reduto Santa Maria escreveu dois artigos na Revista A Defesa

Nacional em 10 ago 1915, às p. 357/361 e em 10 out 1915 às p.27/30.

JOÃO PEREIRA DE OLIVEIRA, Gen Div. Combateu no Contestado na Coluna Sul, tendo auxiliado com suas judiciosas contribuições profissionais o Gen Setembrino em seu Relatório ao Ministro da Guerra. Por sua atuação em combate o seu comandante da Coluna Sul o Cel Estillac Leal pediu a sua promoção por ato de bravura. Comandou a ID/3 de 04Jul42 a 18Jun43. Nasceu em 26 Mai1883 em Itabaiana/SE, filho de João Pereira de Oliveira e D. Maria José de Oliveira. Casou com D. Inah Nunes Pereira de Oliveira, de cujo consórcio nasceram Croacy, Crânger (Oficial do Exército), Ubiratan (oficial da Aeronáutica) e Jussara. Sua carreira teve o seguinte curso: praça de 07Abr1903, no 20° BI, com destino à Escola Preparatória e Tática do Realengo. Coursou a Escola de Guerra em Porto Alegre de 1906 a 1911, onde foi declarado Asp a Oficial de Infantaria, em 02Jan1911; 2° Ten, 30Jun15; 1° Ten, 10Mar20; Cap, 14Out25; Maj, 07Abr32; Ten Cel, 02Out34; Cel, 03Mai28. Todas as promoções de oficial superior foram por merecimento. Gen Bda, 24Mai42 e Gen Div, na Reserva, em 13Set51. Possuía os cursos de Aperfeiçoamento e de Estado-Maior. O General João Pereira faleceu no Rio de Janeiro em 20Mar68 (BE 32/68, p. 68) aos 85 anos. Combateu a Revolta do Contestado, SC/PR, de 06Out14 a 28Abr15 e a Revolução de 1924, em São Paulo, de 15Jul a 04Ago24. Exerceu os seguintes comandos: Força Pública de Sergipe, como capitão. Comandante de Cia de Carros de Combate de 30Out30 a 06Fev32. Como Coronel, foi comandante do 2° BC, de 21Jun37 a 21Mai38, do 13° RI, de 05Jul38 a 22Abr39. Chefiou o EM/3ª RM, de 02Mai39 a 20Mar42, durante as Manobras de Saicã de 1940. Promovido a General, comandou a ID/3, de 04Jul42 a 12Jul43, a ID/2 (Caçapava/SP), de 16Ago43 a 21Fev44, quando transferiu-se para a Reserva. Sua 1ª Unidade foi a 1ª Cia de Metralhadoras no Rio. Comandou interinamente as 1ª e 2ª RM. Fez jus às seguintes condecorações: Comendador da Ordem do Mérito Militar, Me-

dalha Militar de Ouro (por mais de 40 anos de bons serviços ao Exército), Medalha 50 anos da Proclamação da República, medalha 100 anos do Barão do Rio Branco, medalha Marechal Hermes, Grã-Cruz do Mérito Militar da Espanha, Mérito Nacional da Síria, Ordem do Mérito de São Tiago da espada de Portugal (Colar e Placa). O General João Pereira é patrono da cadeira 48 da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB). Integrou a Academia Sul-Riograndense de Letras (que presidiu), o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o de Sergipe e o Centro Cultural Euclides da Cunha, em Ponta Grossa, PR. Deixou alentada bibliografia sobre assuntos profissionais e históricos:

Marchas Noturnas - estudo de Tática, Porto Alegre, 1907. Metralhadoras Maxim de Reparo Padiola, São Paulo, 1913. Organização das Metralhadoras, Rio de Janeiro, 1917. Instruções para patrulhas de Infantaria, Rio de Janeiro, 1920. Força Pública de Sergipe – Relatório, Aracaju, 1928. Pelo povo gaúcho, RIHGRGS, 1º Trim 1930 (Separata) - Exaltação ao povo gaúcho. Um ano de instrução no 13º RI, Ponta Grossa, 1938. Verdades irrecusáveis. (Motivação para a Guerra), Porto Alegre, 1939. Discursos diversos (Revolta dos Tribunais) São Paulo, 1943, idem idem, São Paulo, 1947. Armas automáticas, Rio de Janeiro, 1949. Palavras de recordação e saudades, Rio de Janeiro: Imp. Mil 1951 (orador no Clube Militar, turma da Escola de Guerra em Porto Alegre, em 1911). Discurso, Aracaju: Imp. Oficial, 1951 (em Itabaiana, agradecendo homenagem, que lhe foi prestada em sua cidade natal), “Moscardo”, Revista Militar Brasileira. nº 3 e 4, 2º sem 1951 e reeditado em 1954 para AMAN, EsAO e ECEME com 7.000 exemplares (Estudo biográfico do herói da defesa de Alcazar de Toledo, na Guerra Espanhola contra o Comunismo). Discurso de agradecimento, Rio de Janeiro: Imp. Mil., 1952 (Na embaixada da Espanha ao receber a medalha da Grã-Cruz do Mérito Militar por seu trabalho sobre Moscardo). Notas à margem de um grande livro - Os sertões, Rio de Janeiro, 1952, 1954 e 1957. Vultos e fatos de nossa História, Rio de Janeiro. Imprensa do Exército, 1959 (Coletânea de

trabalhos sobre História Militar Terrestre do Brasil). Escritor e jornalista, colaborou com o Tempo (1899) em Aracaju. Como aluno do Realengo foi um dos redatores dos jornais O Raio (1903) e a Sentinela (1904) e da revista Via Lucas (1904). Como aluno da Escola de Guerra de Porto Alegre ajudou a redigir as revistas Ocidente (1906), Cruzada (1908) e Eco Militar (Ago-Set 1907) e a famosa Revista dos Militares à qual abordamos em História da 3ª RM, v. 2. Foi eleito delegado da Escola de Guerra de Porto Alegre, junto com 2 colegas, no Congresso Brasileiro de Estudantes em São Paulo, tendo seu discurso sido publicado no Estado de São Paulo em 1909, por sua atuação no Contestado, e o seu comandante da Coluna Sul pediu a sua promoção por ato de bravura. Ao ser promovido a General de Brigada, recebeu uma espada de ouro do povo da cidade de Ponta Grossa, depois de três anos de haver deixado de comandar o 13º RI. Ocupa sua cadeira na FAHIMTB o acadêmico Cel Inf José Fernando Maia Pedrosa.

GENERAL JOSÉ LEOVIGILDO ALVES PAIVA

Leovigildo Paiva comandou, como major e tenente-coronel no Contestado, durante oito meses, um Destacamento de Cavalaria de 10 oficiais, 298 graduados e soldados dos 4º, 5º e 6º Regimentos de Cavalaria (Itaqui, São Luis Gonzaga e São Borja, respectivamente). Ele é estudado no tocante à sua vida e obra no livro do Cel Dilermando de Assis que com ele serviu: Assis, Dilermando de, General. **José Leovigildo Alves Paiva – o De Brack Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.

Obra com prefácio do amigo e admirador do General Leovigildo, em 1931, o General Alfredo Malan D'Angrone, e complementado em 1948 pelo então Coronel Carlos Flores de Paiva Chaves, genro do General Malan D'Angrone. Foram ambos chefes que abordamos. Chefes que abordamos: o General Malan D'Angrone na **História da 3ª RM**, v. 2, p. 183/186. Ele foi biografado por seu filho o Gen Ex Alfredo Souto Malan, patrono de cadeira na FAHIMTB em seu livro **Uma escolha um destino**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1977.

O segundo, o Gen Paiva Chaves, na obra **História da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada José Luiz Mena Barreto**, às p. 116/112, como comandante daquela Grande Unidade e patrono da Delegacia da FAHIMTB em Santiago do Boqueirão.

O General Malan D'Angrone assim descreveu o General Leogivildo:

“Há soldados assim. Perpassaram pela vida militar numa trajetória retilínea, mas inflexível, no mesmo andar compassado e rígido com que a iniciaram e nunca se lhes apercebeu uma hesitação, um proceder dubio ou incerto. A carreira do soldado antigo era singular pela simplicidade quase pobreza, o caráter que se diria haverem feito votos de fragilidade e de obediência, era indelével e firme... para estes abnegados silenciosos, servir era ato de obediência ou de comando e no serviço da Pátria, o sacrifício era um gozo. Leovigildo Paiva foi um desses soldados antigos, arredios e altivamente resignados, almas rijas, lascadas no duro sílex fronteiriço. Soldado dessa dura época, em que desde o madrugalar acinzentado até a hora melancólica do Trindade, mantinha contato com a caserna. Dar o exemplo foi sempre a silenciosa e severa resposta de Leovigildo Paiva.

No Contestado comandou um Destacamento dos 4º, 5º e 6º Regimentos de Cavalaria de 10 oficiais e 298 homens. A ação de comando contrasta com a sua tropa, revelando uma atitude incomparável. É digna de atenção segundo o General Setembrino, a brilhante iniciativa do major Paiva. Sem ambulância, sem barracas, quase sem munição, montados os seus homens em péssimos cavalos, por trilhas, quase impraticáveis de um sertão asperíssimo, compreende-se o quanto se exigia de coragem pertinência e valor...O major Paiva explora, reconhece, estabelece comunicações, recompõe linhas telegráficas e inspira confiança nos moradores que iniciam o regresso aos lares.”

E cumpriu e fez cumprir esta proclamação aos revoltosos:

“A força a meu comando não maneja o facão do assassino. Respeita e quer que se respeite a propriedade, mesmo abandonada, e nenhuma pressão consente que se exerça sobre o cidadão, qualquer que seja as suas crenças, sua política, sua fé, seu passado...”.

Ao retornar ao seu quartel em São Luiz das Missões, assim recordou a jornada do Contestado o, então, Ten Cel Leovigildo aos seus comandados:

“Atroses foram nossos padecimentos. Quando a nossa situação se agravava com a fome e vos proclamava eu fui por vós compreendido que no serviço da nação o sacrifício é um gozo. Mas nunca podereis dizer que não vos comandeí pelo exemplo. Os perigos que enfrentastes e as missões que sofrestes, foram os riscos que também corri, as penúrias que suportei. Na boa ou na má fortuna sempre ao vosso lado estive e vós ao meu lado...”

Cinco anos depois do Contestado ficou viúvo, pediu reforma, construiu em frente da sepultura da esposa uma casinha de madeira, onde findou seus dias e foi sepultado junto a ela.

Segundo seu biógrafo, o Coronel Dilermando de Assis:

“Leovigildo era alto, magro, escuro, traços fisionômicos enérgicos, rigoroso aprumo militar, perfeita integridade física, embora claudicasse, depois que ferimento em combate lhe tirou a sensibilidade de um joelho, sua figura era impressionante, cultuava a Justiça e a distribuía a seus comandados por vezes rigorosa e extrema, mas bem pensada e certa.

Era sereno e imparcial distribuidor de justiça, condenava o jogo e a embriaguez e o peculato que nivelava o soldado ao gatuno. A Cavalaria do seu Regimento merecia-lhe cuidados e carinho especiais, cavalariano de raça que era e lídimo Gaúcho”.

Segundo o Cel Carlos Flores de Paiva Chaves:

“O General Paiva foi um soldado de alta estirpe dos grandes generais da Cavalaria rio grandense.”

A sua adjetivação de o “De Brack Brasileiro” no título do trabalho do Cel Dilermando de Assis, teve origem em título de artigo do General Malan D’Angrone na **Revista Militar Brasileira** nº 3, Set 1930.

De Brack era o general de Napoleão Antoine Fortuné de Brack (1760-1850), especialista em Cavalaria e autor da obra **Postos Avançados de Cavalaria Ligeira** e comandante, em 1840, da Escola de Cavalaria de Saumur. Creio que dele tenha tomado conhecimento o então Major Malan D’Angrone, quando Adido Militar na França e ligado à contratação da Missão Militar Francesa, cuja história foi resgatada por seu filho, patrono de cadeira na FAHIMTB, o Gen Ex Alfredo Souto Malan, como Chefe do Estado-Maior do Exército, para o que muito cooperamos como membro da Comissão de História do Exército do EME.

E, segundo Dilermando de Assis, Leovigildo nasceu no interior de Bagé, em 20 Ago 1866, no 2º ano da Guerra do Paraguai. Foi Praça voluntário aos 15 anos no 5º Regimento de Cavalaria. E por seu valor, foi galgando sua modelar e inspiradora História.

Cabo de Esquadra em 1º Dez 1881, Furriel (3º Sgt) em janeiro de 1882, 2º Sgt em 2 Ago 1882, 1º Sgt graduado em agosto de 1883.

Em 6 Abr 1884 foi matriculado na Escola Militar. Pediu trancamento de matrícula por discordar de seus colegas em uma demonstração de apreço (por interesse) ao Conde D’Eu e Princesa Isabel, com vistas a deles obterem benesses.

Terminou trancando matrícula e retornou ao seu 5º RC em maio de 1886. E em setembro foi promovido ao posto de Sargento-Ajudante do 5º RC.

Sua conduta exemplar levou seu comandante e colegas a pleitearem sua promoção ao oficialato, o que teve lugar em 27 Abr 1889. Foi promovido a capitão, tendo antes casado com Maria Tereza Gonçalves, de cujo consórcio nasceram 3 filhas e 1 filho.

Seu elogio destacou invejáveis qualidades de cidadão e soldado, sua alta capacidade, energia e circunspecção.

Na Guerra Civil (1893-1991), denominada Revolução de 93, resultado da revolta conjunta da Armada e da Federalista, combateu esta em Bagé, integrando a guarnição ao comando do Cel Carlos Telles e atuando junto à Igreja de São Sebastião, numa resistência épica de 46 dias. Episódio que abordamos na **História da 3ª RM, 1889-1953.v.2**, p. 97/117.

Dali, seguiu para Rio Grande para fazer frente ao ataque e conquista parcial daquela cidade pelo Almirante Custódio de Mello, episódio que abordamos na obra citada às páginas 118/126, e no qual o 1º Ten Paiva foi ferido a bala de fuzil no Passo do Valente. E seu prestígio aumenta e vai servir de Secretário e Assistente de seu ídolo, o pelotense General José Marinho da Silva, intrépido chefe de Cavalaria.

Em 14 Jan 1903 foi promovido a Capitão (aos 36 anos) e, em 23 Ago 1911 foi promovido a major por merecimento. Em 1915, em plena Campanha do Contestado, foi promovido a tenente-coronel por seu enorme valor em plena Campanha do Contestado.

Sua atuação no Contestado é abordada em detalhes pelo Cel Dilermando às p. 64/89.

Foi reformado como general em 12 Jul 1920, quando no comando da 1ª Brigada de Cavalaria em São Borja.

Foi nesta função que o encontrou em 1919 meu avô, Cel da GN Genes Gentil Bento, como Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, enviado pelo Presidente do Estado Dr. Borges de Medeiros, em desempenho de função oficial em São Borja, acerca de um pedido de desaforamento de um julgamento. E em seu relatório, constante de seu Arquivo Pessoal sob a guarda da Academia Canguçuense de História, lá encontrei a opinião assinada do então Coronel Leovigildo sobre o pedido de desaforamento.

Gen Bda JOSÉ OSÓRIO (17 Set 1874/?) - Personagem em grande parte responsável, como capitão, pela pacificação do Contestado em 1915, como Chefe do Estado-Maior

do Gen Bda Fernando Setembrino de Carvalho, que o destacou em seu Relatório ao Ministro da Guerra.

Escreveu uma bela História, mas sepultada por quase nada se saber de sua vida e obra.

Do **Almanaque do Exército** ficou o registro de sua promoção a major por merecimento, a de Ten Cel por Antiquidade, bem como a de coronel. E mais, que sentou praça em 2 Abr 1890, com 16 anos.

Procuramos suas alterações no Arquivo Histórico do Exército, mas nada foi encontrado entre as milhares ali existentes e por mim assim interpretadas em seu significado, como fazia constatar em vários documentos e a valorizar os funcionários que delas cuidavam:

Mais importante do que os restos mortais dos soldados do Exército Brasileiro, são os seus espíritos, os quais este Arquivo Histórico do Exército preserva, guarda e evoca em sua documentação, em homenagem às participações respectivas na construção da Pátria Brasileira, na Paz e na Guerra.

Enfim, mostrar que cada um deles ingressou no Exército, escreveu a sua História, dia após dia, e a deixou para os pósteros.

Alguns escreveram belas e úteis histórias no Exército, dignas de serem aproveitadas como exemplos no presente e no futuro. E da História do General José Osório nada restou para aqui ser recordada no Centenário da Pacificação do Contestado, junto com outros companheiros que nela se destacaram. É lamentável!

Conseguimos sua foto como comandante, de 29 Set 1934 a 13 Mar 1937, da 4ª Brigada de Infantaria em Caçapava-SP, hoje 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) [12ª Bda Inf L (Amv)].

Por oportuno, aqui recordamos a Missão do Arquivo Histórico do Exército depois de transformado de Arquivo do Exército em atendimento à nossa proposta ao Secretário do Exército e hoje acadêmico emérito da FAHIMTB Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto, e encaminhada e aprovada por

ato do Exmo. Sr. Ministro do Exército Gen Ex Leônidas Pires Gonçalves. Missão traduzida em placa de bronze (abaixo) colocada externamente no Gabinete de seu Diretor.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO
(CRIADO EM 08 DE MARÇO DE 1934)

A CASA DA MEMÓRIA HISTÓRICA DO EXÉRCITO E O
GUARDIÃO DE SUA HISTÓRIA

DESENVOLVE, DESDE 1985, APOIADO NO RICO PATRIMÔNIO CULTURAL MILITAR TERRESTRE BRASILEIRO, ACUMULADO DESDE O DESCOBRIMENTO, A HISTÓRIA CIENTÍFICA DO EXÉRCITO, AÇÃO CULTURAL E PROFISSIONAL MILITAR QUE REALIZA EM SISTEMA (SCHAE), EM CARÁTER PERMANENTE, A NÍVEL BASICAMENTE DE FONTES ESCRITAS E NAS SEGUINTE DIMENSÕES OU VERTENTES:

- A HISTÓRIA INSTITUCIONAL;
- A HISTÓRIA OPERACIONAL;
- A HISTÓRIA DOUTRINÁRIA;
- A HISTÓRIA DE SEUS INTEGRANTES; e
- A HISTÓRIA DE SUAS UNIDADES (OM).

TAREFAS QUE, EM CONJUNTO, TRADUZEM A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO MILITAR TERRESTRE BRASILEIRO, SUBSÍDIO FUNDAMENTAL PARA ORIENTAR, EM PARTE, A FORMULAÇÃO DA DOUTRINA DO EXÉRCITO DO PRESENTE E DO FUTURO, COM PROGRESSIVOS ÍNDICES DE NACIONALIZAÇÃO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO, TAMBÉM OS ENSINAMENTOS DA GEOGRAFIA MILITAR E, EM ESPECIAL A DO BRASIL.

EM ASSIM SENDO O ARQUIVO, TAMBÉM GUARDIÃO DA HISTÓRIA DO EXÉRCITO, SE ENGAJA NA NOBRE AÇÃO PROFISSIONAL DE EDIFICAÇÃO DA OPERACIONALIDADE CRESCENTE DO EXÉRCITO EM SUAS MÚLTIPLAS PROJEÇÕES:

- INSTITUCIONAL;
- OPERACIONAL;
- DOUTRINÁRIA;

- DE SEUS INTEGRANTES; E
- DE SUAS UNIDADES (OM).

Nota do Cel Bento: História Militar Científica tem o mesmo significado de História Militar Crítica, ou seja, o resultado de uma análise da História Descritiva feita à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar (Vide Cap. V no nosso livro **Como estudar e pesquisar a História do Exército**, disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br).

JOSÉ VIEIRA DA ROSA, Gen Div (1869-1957). Veterano e memorialista da Revolta do Contestado (1912-16), nasceu em São José-SC, em 01/09/1869 (meses antes do término da Guerra do Paraguai em 01/03/1970).

Em 01/02/1887 ingressou no Exército, aos 19 anos, na Companhia de Infantaria de Santa Catarina, em Florianópolis (então Desterro).

Teve movimentada atuação como Tenente e Capitão no Combate à Revolta de Contestado, tendo deixado memória de sua participação na obra a seguir: **Memórias - General Vieira da Rosa - participação na Guerra do Contestado**, Florianópolis (HGSC) Ministério Público - SC, (1912). Série Memória Viva da Santa Catarina (volume 1). Obra que publicou sua síntese biográfica, às P:23/53, de autoria de Paulo Gonçalves Vieira da Rosa e coligida por sua filha Alice Vieira da Rosa Peluso.

Nota biográfica enviada a meu pedido pelo acadêmico Cel Artilharia Nylson Reis Boiteux, ora residente em Campo Grande - MS e ex-comandante do 6º Grupo de Artilharia da Campanha - Grupo Almirante Tamandaré, em Rio Grande-RS, em cuja histórica caserna, o então Coronel Vieira da Rosa comandou, durante a Revolução de 1923, o 9º RI, então em Rio Grande.

O Cel Nylson pertence a ilustre família catarinense Boiteux, de notáveis historiadores navais e com 25 militares da Marinha, Exército e Guarda Nacional.

O General Vieira da Rosa teve sua formação de oficial de 1906-09 no Casarão da Várzea, atual caserna do centenário Colégio Militar de Porto Alegre, casarão cuja história res-

gatamos na obra em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis.

História do Casarão da Várzea (1885-2008), Resende: AHIMTB/IHTRGS 2008 (Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul).

Durante sua vida militar, muito movimentada, combateu a Guerra Civil em 1893-95 em combinação com a Revolta na Armada (Esquadra), 1893-94, em Santa Catarina, e a Revolta do Contestado em Santa Catarina e Paraná.

Como comandante do 8º RI em Cruz Alta, proferiu conferência sobre a sua participação no Combate à Revolta do Contestado e que foi anexada ao Boletim da 3ª RM de 28/06/1926. E no comando do 8º RI participou Manobra de Saicã em 1922, sob influência da Missão Francesa (MMF). Sua obra sobre o Contestado enriquecerá por certo as comemorações do Centenário desta Revolta.

Comandou o 9º RI em Rio Grande e Pelotas por ocasião da Revolução de 1923.

Transferido para a Reserva, combateu a Revolução de 1924 no Paraná, tendo sido vítima de grave acidente do qual levou longo tempo a se recuperar.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1957, em sua residência, aos 88 anos.

MANOEL DE CERQUEIRA DALTRO FILHO (1882-1938), Gen Div. Comandou a 3ª RM de 17 Ago 1937 - 19 Jan 1938, por cerca de 5 meses e 2 dias, até falecer no exercício do comando e como Interventor do RGS. Nasceu em Cachoeira, BA, em 2 Nov 1882. Curso Preparatório na Escola Tática de Tiro do Rio Pardo 1900-1901 e Escola da Praia Vermelha, onde saiu alferes no ano da Revolta Vacina Obrigatória. Curso, na Escola de Guerra em Porto Alegre, 1906-1911, Infantaria e Cavalaria. Curso de Estado-Maior e Engenharia em 1911. Serviu no 4º RI - Curitiba, onde participou da fundação da Universidade do Paraná da qual foi subsecretário. Como 1º Ten foi adjunto do Gen Setembrino de Carvalho no combate à Revolta do Contestado, 1914-15. E a ele ficou muito ligado

e foi um destacado auxiliar. Em 1919 serviu na 4ª RM-Juiz de Fora, sob o comando do Gen Setembrino. Em 1920, como Cap frequentou o Centro de Aperfeiçoamento de Infantaria de Sables d'Olonne, França. Comandou a 3ª Cia de Metralhadoras no combate à Revolução de 1922 na Vila Militar e Escola Militar de Realengo. Foi Ajudante de Ordens do Presidente Arthur Bernardes. Como Major, de 1923-26, foi Adido Militar na França e Bélgica, 1927-29. Como coronel em 1925 comandou o 7º RI em Santa Maria, RS e cursou a EsAO. Combateu a Revolução de 30 na região de Nova Friburgo. Nomeado comandante do 3º RI na Praia Vermelha comandou, contra a Revolução de 1932, forte destacamento legalista, tendo se destacado no cerco de Cruzeiro-SP, após o que foi promovido a Gen Bda. Entrou em São Paulo no comando das forças legais. Comandante da 2ª RM-SP em 1933, e por curto período, interventor de São Paulo até 21 Ago. 1933. Foi contra a Constituinte em 1934. Foi Presidente da Comissão Administrativa do Exército, 1934-35. Comandou a 8ª RM-Belém, 1935. Diretor de Engenharia, 1936. Comandante da 5ª RM por 2 meses. Como comandante da 3ª RM, em 1937, depois de comandar a ocupação do sul de Santa Catarina dentro de uma manobra para depor o governador Flores da Cunha no RGS, assumiu a execução do Estado de Guerra no RGS. Comandou todas as medidas que terminaram por afastar o governador do Rio Grande do Sul, Gen Hon Flores da Cunha, obstáculo à decretação do Estado Novo. Em 19 Out 1937 foi investido no cargo de interventor federal no Estado. Faleceu como comandante da 3ª RM e interventor do Rio Grande do Sul. Morreu em 19 Jan 1938, aos 55 anos. Foi casado com D. Odete Pereira de Cerqueira de cujo consórcio nasceram sete filhos. Fonte: FGV - Dicionário Biográfico Brasileiro, v.2, p. 1.042. Não foi encontrada sua Fé-de-Ofício no AHEx.

MÁRIO ALVES TOURINHO (1871-1964), Gen Bda. Combateu no Contestado como oficial de Artilharia, integrando a Coluna Sul, ao comando do Cel Francisco Raul Estillac Leal, o pai dos futuros generais Newton Estillac Leal, Minis-

tro da Guerra (1951-52) e Zeno Estillac Leal, que chefiou o Estado-Maior do Exército. Concluiu a Escola Militar da Praia Vermelha em 1893. E ao comando do General Francisco de Paula Argolo, participou no Paraná do combate à Revolução de 1893. Em novembro de 1893, comissionado 2º Tenente, ao comando do Cel Ernesto Gomes Carneiro, combateu na Lapa cercada por Gumerindo Saraiva, que obrigou as forças legais à rendição depois de resistirem o tempo suficiente para o Marechal Floriano Peixoto reforçar a retaguarda e barrar o avanço federalista. Em 1924, comandou em São Paulo, um grupo de Artilharia no cerco imposto aos revolucionários. Em 1925 comandou o Destacamento Tourinho que atuou em Curitiba com o objetivo de deter a coluna gaúcha ao comando do Capitão Luiz Carlos Prestes que em abril de 1925 operou junção com a coluna de Miguel Costa dando origem a Coluna Miguel Costa/Prestes. Em 1927 dirigiu o Arsenal de Guerra de Porto Alegre, sendo transferido para a Reserva em 1929 como General de Brigada. Em decorrência da Revolução de 30 no Paraná, liderada por seu irmão Plínio Tourinho, este o nomeou em caráter provisório interventor federal no Paraná, no dia 18 de novembro de 1930. Vitoriosa a Revolução de 30 foi confirmado interventor, sendo exonerado em 31 de dezembro do mesmo ano e substituído por Manuel Ribas, até então Prefeito de Santa Maria/RS. Publicou em 1944 o livro sobre sua experiência na Revolução de 1893, A Expedição Argolo. Faleceu em Curitiba em 24 de outubro de 1964 aos 93 anos. Era tio do Historiador General Luiz Carlos Tourinho, patrono da Delegacia da FAHIMTB em Curitiba.

NESTOR SEZEFREDO DOS PASSOS (1872-1941), Marechal. Foi ferido no Contestado como major do 57º Batalhão de Caçadores, de Porto Alegre, no ataque ao reduto Santa Maria em 8 Fev 1915. Mais tarde foi Ministro da Guerra (1926-30) do Presidente Washington Luiz, sucedendo na função o Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, o seu comandante superior no Contestado. Durante sua gestão no Ministério da Guerra foi criada a Arma de Aviação do Exérci-

to e então adquirido copioso material para a nova Arma, ampliado o Campo dos Afonsos e criada a Escola de Educação Física do Exército. Com a Revolução de 1930 e deposição de Washington Luiz, deixou o Ministério da Guerra e depois foi exilado em Portugal onde se radicou. Foi um dos que acolheram no cais de Lisboa os revolucionários paulistas de 1932. Ele era natural de Florianópolis onde nasceu em 29 Fev 1872. Praça de 1888 na Escola Militar da Praia Vermelha foi transferido em 1890 para Escola Tática e de Tiro em Rio Pardo-RS. Em 1891 foi incluído no 6º Regimento de Cavalaria com parada em Santa Vitória do Palmar-RS. Por haver aderido a Revolução Federalista de 1893 foi desligado do Exército. E a ele retornou em 1895 anistiado e como Alferes Aluno, aos 23 anos de idade, sendo incluído no 36º Batalhão de Infantaria em Florianópolis, onde colaborou com o jornal O Estado. A seguir cursou a Escola Militar, bacharelando-se em Matemática e Ciências Físicas como 2º Tenente. Foi provido a 1º Tenente no ano seguinte tendo sido incluído em Mato Grosso na Comissão Rondon encarregada da construção de linhas telegráficas tendo dirigido a construção de que integrou à rede o Forte de Coimbra. Em 1910 em Santos teve a missão de participar da proteção de suas fortalezas de possíveis navios que participaram da Revolta da Chibata no Rio. Em 1911 no Amazonas participou da construção de linha telegráfica integrando Manaus. Em 1912-15 lutou no Contestado onde foi promovido a major, tendo combatido revoltosos em Taquaruçu, Caragoatá e no reduto de Santa Maria integrando o 57º BC de Porto Alegre, onde foi a mais alta patente ferida em combate. Transferido para o Rio de Janeiro em 1916 lá comandou o 5º Batalhão do 2º RI. Como tenente-coronel serviu no Gabinete do Ministro General Alberto Cardoso de Aguiar (1918-1919). Como Coronel serviu no Rio Grande do Sul em 1920-21 e comandou a Escola de Comando e Estado-Maior em 1922. No comando do 1º RI na Vila Militar em 1922 quando ocorreu o levante do Forte de Copacabana e da Escola Militar do Realengo (em protesto contra o fechamento do Clube Militar e a prisão do Marechal Hermes da Fonseca ex-Ministro

do Exército e Presidente da República), o Coronel Sezefredo atuou para dominar esta revolta que ficou limitada ao Forte de Copacabana e a Escola Militar. Em agosto de 1922 foi promovido a General de Brigada tendo em 1924, no comando de força do Exército combatido o movimento irrompido em São Paulo em 5 de julho de 1924 que prosseguiu Brasil afora e que em 12 meses percorreu o interior do Brasil como Coluna Miguel Costa/Prestes sob a chefia de Miguel Costa. Coluna da qual participaram entre outros os tenentes Juarez Távora e Osvaldo Cordeiro de Farias. Em março de 1925, ao comando do Marechal Cândido Mariano Rondon seu antigo chefe, dirigiu operações contra os revoltosos que ocupavam vasta faixa do oeste do Paraná e que culminaram com a queda de Papanduva, o principal reduto revolucionário. Em 1926, foi promovido a General de Divisão tendo integrado a Comissão de Promoções. E sucedeu no Ministério da Guerra (1926-30) o seu antigo comandante no Contestado, o General Fernando Setembrino. A Revolução de 30 o alcançou como Ministro da Guerra, sendo em consequência exilado em Portugal de onde retornou depois de alguns anos, tendo falecido no Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1941 aos 69 anos. Foi uma vida de soldado muito movimentada.

TERTULIANO DE ALBUQUERQUE POTIGUARA,

Gen. Div. Tertuliano Potiguara, nasceu na Serra da Meruoca, no interior de Sobral (Ceará) em 27 de abril de 1873, filho de português, Sr. Antonio Domingos da Silva e D. Rosa Cândida de Albuquerque. Seu nome Potiguara foi homenagem à tribo Potiguar (índios potiguares, comedores de camarão e que habitavam o litoral do Nordeste e dos quais ele descendia). Foi declarado Alferes em 3 Nov 1894, durante a Guerra Civil 1893-1895, pela Escola Militar no Ceará, no local hoje do atual Colégio Militar de Fortaleza. Promovido em junho de 1907, já consagrado herói do combate da Rua da Passagem na Revolta da Vacina Obrigatória em 1904, tendo comandado a Escola Militar batida para a Escola Militar da Praia Vermelha, que perdeu seu comandante naquele combate. Foi promovido

a 1º Ten em junho de 1907, e a capitão em 7 de abril de 1909 e como major em comissão, serviu na Polícia Militar da Corte de 1910 a 1914. Como capitão consagrou-se como herói no combate à revolta do Contestado, conforme já abordado neste trabalho. Integrou a Comissão de 22 oficiais enviados em caráter reservado a Europa para lutar no Exército da França e obter subsídios sobre a evolução doutrinária. Combatendo em uma unidade de Infantaria da França, foi ferido na batalha de São Quentim, sendo em consequência promovido por ato de bravura a Tenente Coronel em 30 Out 1918. Retornando ao Brasil foi promovido por merecimento a coronel em 8 Jul 1921 e a seguir como Gen Bda em 20 Jan 1923 e nesta situação comandou a Brigada Potiguar, ao comando do General Eduardo Sócrates em São Paulo. Alcançou o posto de General de Divisão em 6 Nov 1926. Foi Deputado Federal pelo Ceará, quando foi vítima de um atentado a bomba, ao abrir encomenda a ele destinada. Faleceu no Rio de Janeiro aos 84 anos em 1957. Ele foi consagrado como denominação histórica da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada em Ponta Grossa/PR. Era seu filho o Gen Moacir Barcelos Potiguar que comandou o CMA em 1966 e o CMNE. Em 1976 chefiou o Estado-Maior das Forças Armadas. O General Tertuliano Potiguar teve 3 netas, filhas de seu filho General Moacyr. O General Tertuliano Potiguar é nome de rua em Fortaleza. Poucas as fontes disponíveis sobre este oficial.

CRÍTICA DE UMA MANOBRA E HISTÓRIA MILITAR CRÍTICA (SEMELHANÇAS)

Cel Claudio Moreira Bento
(Presidente da FAHIMTB e da AHIMTB Resende
Marechal Mário Travassos)

Nós militares do Exército nos acostumamos depois de uma manobra no campo, ser realizada a Crítica da Manobra. Esta, consistente em mostrar os erros e os acertos, com vistas a serem enfatizados na instrução dos quadros e os acertos constituírem subsídios, com vistas a contribuir ao progressivo

desenvolvimento da Doutrina Militar da força em questão, e a cargo de setor por isto responsável. Crítica de uma manobra, hoje denominada APA (Análise pós ação).

No presente trabalho; **A Revolta do Contestado 1912-1916, nas Memórias e nos Ensinamentos Militares de seu Pacificador**, vimos pioneiramente entre nós, o comandante das operações que resultaram na Pacificação Militar do Contestado, fazer uma profunda Crítica da Operação ou uma APA e traduzi-la na forma de Ensinamentos Militares e os incluir no seu **Relatório ao Ministro da Guerra**.

Nos demais casos de emprego das Forças Terrestres do Brasil em operações de Guerras Externas e Lutas Internas desconhecemos se foram realizadas críticas militares das operações por seus comandantes, exceto o caso da FEB que seu comandante e patrono de Cadeira na FAHIMTB e também historiador militar, o Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, nos deixou alentada bibliografia crítica com auxílio do General Carlos de Meira Mattos, seu capitão na FEB, também historiador militar e hoje patrono de cadeira especial na FAHIMTB, tendo sido o primeiro acadêmico a tomar posse na então AHIMTB, na cadeira em homenagem a seu comandante na FEB e do qual tornou-se biógrafo. Chefe militar que comandou Força Brasileira em missão a serviço da OEA, em São Domingos, da qual deixou em livro preciosa Crítica daquela missão.

Na falta de Crítica de uma operação militar em Guerra Externa ou em Luta Interna é aí que entra o trabalho de História Militar Crítica, realizada por profissionais militares, à luz dos fundamentos da Arte e da Ciência Militar (Princípios de Guerra, Manobra e elementos Táticos da Decisão Militar, etc.), com vistas a colher ensinamentos a serem usados na instrução dos quadros e no desenvolvimento progressivo da Doutrina Militar da força considerada, a cargo de repartição com esta responsabilidade funcional. E nela também absorver o que for compatível de melhor que existir nas doutrinas militares de outros Exércitos.

E de História Militar Crítica ou hoje APA, com vistas a isolar

subsídios que possam servir ao aperfeiçoamento progressivo da Instrução dos quadros bem como ao de desenvolvimento progressivo da Doutrina do nosso Exército. Isto é o que vem procurando fazer há 17 anos a Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil e suas academias federadas.

O pioneiro entre nós a realizar uma análise militar crítica foi o Duque de Caxias e sobre a da Batalha do Passo do Rosário, de 20 de fevereiro de 1827, a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de que era membro honorário. Análise que publicamos em nosso trabalho, **Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário**, Porto Alegre: AHIMTB, 2002.

A segunda foi como Ministro de Guerra e Presidente do Conselho de Ministros em 1861 ao adaptar, a Doutrina Militar de Portugal, para as realidades operacionais européias, às realidades operacionais que ele vivenciara em quatro campanhas pacificadoras e na Guerra Contra Oribe e Rosas 1851-52, até que o Brasil possuísse de uma “Tática genuína”, ou uma Doutrina Militar genuína. Sonho a realizar pelos profissionais militares de hoje e do futuro.

E foi este o exemplo legado pelo Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, em seus Ensinamentos Militares colhidos na Pacificação Militar do Contestado. Personagem que nutria grande admiração por Caxias o Pacificador, ao ponto de, em 25 de agosto de 1923, no aniversário do Duque de Caxias, consagrar a data de seu nascimento como o Dia do Soldado.

Em 1972, no sesquicentenário da Independência do Brasil, a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército, sob a Presidência do Cel Francisco Ruas Santos e do qual fomos seu adjunto, publicou a **História do Exército Brasileiro – perfil militar de um povo**, resultado de um grande esforço coletivo de historiadores militares convidados e alunos da ECEME. E acrescentava o Cel Ruas, hoje patrono de Cadeira da FAHIMTB: “Esta é a História Descritiva do Exército, falta agora a História Científica do Exército Brasileiro.” Esta é a História que denomino de Crítica, que deve ser feita por profissionais do Exército e não por historiadores

civis formados em Faculdades de História e que dominam as técnicas de resgatar determinado fato histórico com apoio em Fontes Primárias de História. E feito este resgate ou restauração histórica, ela servirá de matéria básica para o profissional militar fazer a sua crítica à luz de Fundamentos da Arte e Ciência Militar. Fundamentos de crítica militar que abordamos no Capítulo IV em nosso livro **Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro**, mandado publicar pelo Estado-Maior do Exército em 1978 e em 1999, e distribuído às Escolas AMAN, EsAO e ECEME e no âmbito da AHIMTB, o qual aborda a **Teoria de História das Forças Terrestres do Brasil** no tocante a seu emprego em operações de guerras externas e conflitos externos.

A publicação **Marechal Castelo Branco e seu pensamento militar**, resultado de pesquisas dos então Cel Francisco Ruas Santos e Major Fernando Maia Pedrosa, trazem exemplos de História Militar Crítica realizados pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, hoje denominação histórica da ECEME. Escola que em 1962 realizou notável e alentada pesquisa de História Militar Crítica, tendo por tema o perfil do Soldado Brasileiro na FEB, a qual estudei em 1972, como Membro da Comissão de História do Estado-Maior do Exército. Critério relevante que estendeu à pesquisas de várias Lutas Internas. Pesquisa que abordamos no Informativo **O Guararapes** nº 14 da AHIMTB e disponível em Informativo no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br.

Fontes consultadas

ASSIS, Dilermando de. Cel. Cel Leogivildo Paiva. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960. (O Cel Leogivildo combateu no Contestado na Coluna Sul com um destacamento com elementos dos RC de Quaraí, Uruguaiana e Alegrete).

BENTO, Claudio Moreira Bento, Cel. História da 3ª Região Militar 1889-1953. Porto Alegre: 3ª RM/AHIMTB, 1995.

(____). Compêndio de Lutas Internas na República. Resende: AHIMTB, 2000. (Elaborado para preparação à distância para concurso à ECEME).

(____). et MENEZES, Mário José, Cel et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha, Cel História da 6ª Brigada de Infantaria Blindada Brigada Niederauer. PortoAlegre: AHIMTB/IHTRGS.

(____). et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha, Cel. Memórias do Major Setembrino de Carvalho. in: Escolas Militares de Rio Pardo 1659-1911. Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS, 2015. p.115/123.

(____). Reunião no Clube Militar para fundar a Revista a Defesa Nacional. nº715, set/out,1984,p. 63/165.

(____). Marechal Caetano de Farias. Projeção como chefe do EME e Ministro da Guerra na Reforma Militar. Revista A Defesa Nacional, nº 724, mar/abr. 1986. p.93/124.

(____). Os 70 anos do Sorteio Militar. Revista A Defesa Nacional. nº 727, jan/fev 1987. p123/130.

(____). Gen Augusto Tasso Fragoso. Revista A Defesa Nacional. Nº 750, out/dez 1990, p.105/130.

(____).A Revolta da Vacina Obrigatória 1904. Revista A Defesa Nacional. nº 752,abr/jun 1991. p.148.

(____). O Exército na 1ª Guerra Mundial, achegas. Revista A Defesa Nacional. Nº 752. abr/jun 1991.p145

(____). Centenário da Revolta na Armada 1893/94. Revista A Defesa Nacional. nº 762,out/dez 1993.

(____). Os cercos de Bagé e da Lapa, duas resistências épicas na História Militar do Brasil. Revista a Defesa Nacional.nº 767, jan/mar 1995.p.103ss.

(____). A Pacificação da Revolução de 93.. Revista a Defesa Nacional. nº 771,1996.

(____). Um significado de Canudos para as forças Terrestres. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nº 159 (398): 219-228, jan/mar 1998.

(____). A Esquadra Legal ou de Papelão e o seu comandante o Almirante Gonçalves. Revista do IHGSC, nº 12,1993.p.117/133.

(____). A guerra dos cabanos de Pernambuco e Alagoas 1832/1835 in Compêndio de Lutas Internas no Império (Em Livros no site www.ahimtb.org.br, ver luta nº 13).

(____). O massacre federalista do rio Negro em 28 Nov

1893. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.154(378):55-88, jan/mar 1893.

(____). A participação de São Paulo no combate à Guerra Civil 1893/95 e a Revolta na Armada 1893/94. Revista do IHGSP 1993.

(____). 4º Batalhão de Engenharia de Combate-síntese histórica. Revista do Exército. v. 119, out/dez 1982.p.45/60.

(____). Paula Cidade um soldado a serviço do Exército. Revista A Defesa Nacional, nº 709, set/out 1983, p.13/35.

CARVALHO, Fernando Setembrino Mal. Relatório sobre a Campanha do Contestado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916 (é a mais importante fonte sobre a guerra do Contestado do ponto de vista militar, feita por seu pacificador. E que foi homenageado pela FAHIMTB como patrono de sua Delegacia em Uruguaiana, seu berço natal, a qual tem por seu Delegado o acadêmico historiador e artista plástico Sargento Ref. Carlos Fonttes).

(____). Memórias. Rio de Janeiro: 2ª Ed., 1949.

(____). A Pacificação do Contestado. Rio de Janeiro, s/ed. 1916. (Conferência no Clube Militar, em 3 Jun 1916).

CIDADE, Francisco de Paula, Ten. Em torno do Contestado. Revista A Defesa Nacional. 10 mai 1915. p.124/125.

(____). A campanha inglória do Contestado. Revista A Defesa Nacional. 10 jan 1915. 179/182.

(____). Exemplo Patriótico no Contestado. Revista A Defesa Nacional. 10 mai 1915.

(____). Lembrando as vítimas do Contestado. Revista A Defesa Nacional. 10 Ago 1917. p. 36/58.

DOCCA, Emilio Fernandes de Souza, Gen. História do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. Org. Simões, 1954.

ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico do. Emílio Fernandes de Souza Docca. Oração de posse na FAHIMTB in: O Tuiuti nº 15, Informativo da AHIMTB/RS.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. História do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Comissão de História do EME, 1972 (1ed.) v.e p.767/789).

(____). O Exército na História do Brasil. Rio de Janeiro: BLIEx,1998/Ed Salvador-BA,1998.v.3,p.54/67.

FAGUNDES, Mário Calvet. Souza Docca: Vida e obra. Porto Alegre: Ex-libris, 1961.

FRAGA, Nilson Cesar. 100 anos da Guerra do Contestado - a maior guerra camponesa na América do Sul. Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia, maio 1912.(No Colóquio Internacional de Geocrítica).

(____). (Org.) Contestado, o território silenciado. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

GUILMANN, Everaldo, Sgt da PMPA. Uniformes da PM do Paraná. Curitiba: Secretária de Estado da Cultura, 2010. p18/19.

HELLER, Milton Ivan. Guerra Camponesa do Contestado. LXIII,2011, p.48.

LEAL, Francisco Raul Estillac, Cel. Contestado, relatório da Coluna Sul. Revista A Defesa Nacional, 10 Ago 1915.p 27/30.

Mc CANN, Frank D. Soldados da Pátria - História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2009. (Contestado p.170/223). Importante sua nota 140 .p. 593.

MARTINS, Vicente. Homens e Vultos de Sobral. Fortaleza: Edições UFC,1989. (Estuda o General Tertuliano Potiguará).

MENEZES, Mário José, Cel. Síntese Histórica da 3ª DE. Santa Maria, 3ª DE, 1992.

MIRANDA, Alcebíades Noronha, Cel. Contestado. Curitiba: Estante Paranaísta do IGHE do Paraná, 1988 (Seu autor combateu no Contestado como capitão do 54º BC. São-borjense ilustre, o Cel Alcebíades era o pai do notável pintor do Exército, Marinha e Aeronáutica Miranda Júnior, patrono de cadeira da FAHIMTB).

PINTO, Rui Carvalho. Bento Fernandes de Barros e o Contestado. Boletim do IHGE do Paraná, LXIII 2011.

ROSA FILHO. Episódios da História da Polícia Militar do Paraná. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2000. (Aborda o currículo do Cap Ex João Gualberto Sá Filho, mártir do combate de Irani).

SANTOS, Hélio Tenório dos, Ten PMSP. General Miguel Costa. In: AHIMTB, Homenagem ao General Miguel Costa. São Paulo: AHIMTB. Delegacia Pedro de Campos na Associação de Oficiais da Reserva.

POSFÁCIO

Mais uma vez o incansável Coronel Cláudio Moreira Bento nos brinda com preciosa obra, no âmbito do notável trabalho desenvolvido como Fundador, Acadêmico Emérito e Presidente da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil – (FAHIMTB) e da AHIMTB Resende Marechal Mário Travassos e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS).

Destarte, foi com grande satisfação que recebi seu convite para elaborar um posfácio para esta que vem a ser mais uma das suas notáveis obras, com embasamento na História Militar Crítica, feita à luz de fundamentos de Arte e Ciência Militar onde ele analisa e relata com rigor histórico e profusão de detalhes a epopeia da REVOLTA DO CONTESTADO, originada na questão de limites entre os dois estados do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Obra oportuna, insere-se no centenário 2012-2016 da Revolta do Contestado, resultado da indefinição dos limites da região de 48 mil km² na divisa entre Paraná e Santa Catarina, gerando pela demora na solução talvez o maior conflito rural da América do Sul, com pelo menos 15 mil mortos estimados, no contexto da transição Império – República.

Reflexo da ocupação dos espaços pelos caboclos, sitiantes, ervateiros e posseiros, tem como ingredientes a ferrovia São Paulo – Rio Grande, Brazil Railway Co. de Percival Farquhar, o curandeiro José Maria, madeireiras e demais empreendimentos econômicos, de múltiplas vertentes para estudo, seja o Exército Brasileiro e as Forças Estaduais, a religiosidade popular, e tantas outras, das quais o Cel Bento nos brinda com a sua visão analítica, mercê de seus 41 anos como profícuo pensador militar, dedicado em especial a história de nosso Exército, desde os idos de 1970, quando coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

Entre os militares, após uma manobra no campo, só realizar-se a Crítica da Manobra. Esta consiste em mostrar os erros e os acertos, com vistas a serem enfatizados na instrução dos quadros, e os acertos constituirão subsídios com vistas a contribuir ao progressivo desenvolvimento da Doutrina Militar.

Nos dias que correm, quando a nação almeja melhor futuro, torna-se assaz oportuno recordar o General de Brigada Fernando

Setembrino de Carvalho, Inspetor Permanente da 11ª Região Militar, a pedido dos Governadores de Santa Catarina e Paraná nomeado pelo Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, com a incumbência especial de reprimir os revoltosos que nos Estados do Paraná e Santa Catarina atentavam contra as autoridades federal e local, pacificando os estados do Paraná e Santa Catarina.

Porque se ontem Setembrino observou ***“... o descaso com que eram tratadas as tropas do Exército em Guarnição, em um importante Estado fronteiriço com país estrangeiro, relegando para um plano secundário, vitais interesse da Defesa Nacional...”***, hoje não menos crítica se nos afigura a realidade militar nacional, ignorando o sábio provérbio latino “Si vis pacem, para bellum”.

A releitura das memórias de Setembrino realizada pelo Cel BENTO nos remete as palavras de Balzac: ***“... a história é como um bobo,... se repete... se repete... se repete...”*** :

“... era eu então o comandante das forças que iam operar contra nossos patrícios transviados da lei. O que eu não sabia porém, o que não me foi dado vislumbrar, é que seria também alvo das mais atrozes injustiças, das mais vis e grosseiras agressões de uma parte da imprensa do meu País ... a Polícia dos estados, era impotente para derrotar os baluartes do fanatismo...”

O resgate do legado do Contestado na magnífica obra do Cel Bento sinaliza, pois, que decorrida uma centúria, quando acionados para restaurar o regime definitivo da Ordem nos sertões encantadores do Contestado, os soldados brasileiros continuam se defrontando com os mesmos antigos desafios, a se somarem aqueles desencadeados pelas transformações exponenciais aceleradas e inéditas, no bojo de mudanças políticas, econômicas, culturais, sociais e científico-tecnológicas que se refletem sobre as forças de defesa a nível mundial.

A obra sintetiza os Desafios logísticos, espaciais e temporais enfrentados pelas tropas de Setembrino, e o seu espírito humanista, ao oferecer todas as garantias aos habitantes da zona conflagrada: ***“ ... que se acham em companhia dos fanáticos se depusessem as armas, e ao mesmo tempo recolher mulheres e crianças, que constava existirem entre eles, sem abrigos, famintas e seminuas, convidando-os a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver forças, a cujos comandantes devem apresentar-se. Aí, lhes são garantidos os meios de subsistência, até***

que o Governo lhes de terras ...”

Mas o grande mérito desta obra reside na abordagem do emprego da ferramenta da História Militar Crítica, pelo comandante das operações que resultaram na Pacificação Militar do Contestado, realizando uma profunda Crítica da Operação e traduzindo-a na forma de Ensinaamentos Militares, devidamente incluídos no seu Relatório ao Ministro da Guerra.

Conforme preconizado pelo Cel BENTO, a Crítica de uma operação militar de Guerra Externa ou Luta Interna é fruto dos ensinamentos da História Militar Crítica, realizado por profissionais militares à luz dos fundamentos da Arte e da Ciência Militar, quais sejam os Princípios da Guerra, Manobra e elementos Táticos da Decisão Militar e outros, com vistas à obtenção de ensinamentos para instrução dos quadros e desenvolvimento progressivo da Doutrina Militar.

É o que vem realizando há quase 2 décadas a FAHIMTB, como o fez o pioneiro da análise militar crítica, o Duque de Caxias, sobre a Batalha do Passo do Rosário de 20 de fevereiro de 1827, e que consta na conhecida obra **Como Estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**, mandado publicar pelo Estado-Maior do Exército em 1978 e em 1999 distribuído às Escolas AMAN, EsAO e ECEME e disponível em Livros no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br.

No Brasil de hoje, com crescente projeção econômica e social, há que desenvolver poder militar defensivo dissuasório compatível, tornando mais vivos ainda os ensinamentos da Pacificação Militar do Contestado, abordados pelo Cel BENTO ao estudar o precioso exemplo de crítica da operação militar realizado por Setembrino, ao comandar no Contestado.

Agora, no nosso tempo, sem dúvida alguma a presente obra cumpre pois seu objetivo principal, de resgatar a importância da crítica de uma manobra, e da História Militar Crítica, ao recordar o episódio marcante de nossa História Militar em que se constituiu o Contestado, resgatado cabalmente em mais uma edição desta Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil - FAHIMTB.

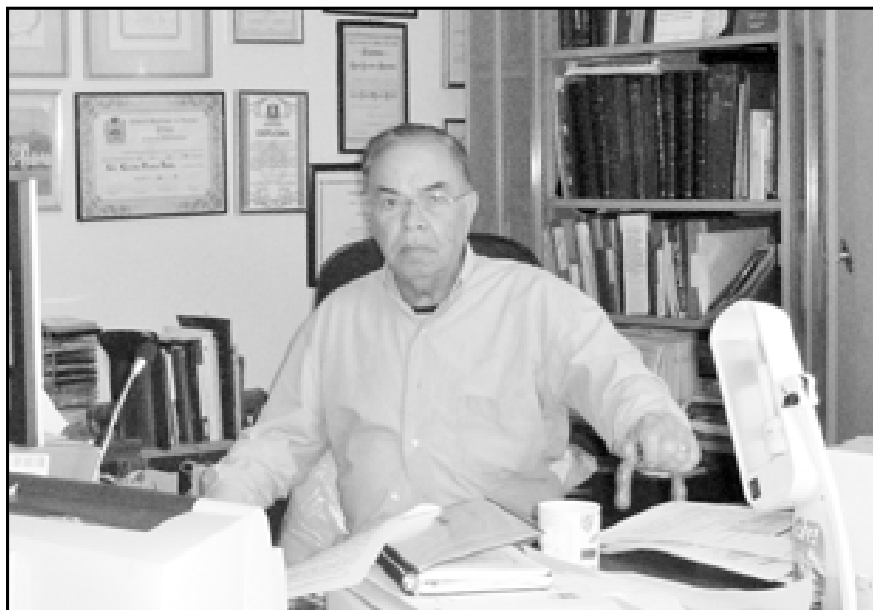
Israel Blajberg

Professor da UFF – Escola de Engenharia

Presidente da AHIMTB/RIO Cadeira 24 Cel Mário Clementino

Ex-aluno CPOR/RJ Artilharia - 1965

DADOS SOBRE O AUTOR CEL CLÁUDIO MOREIRA BENTO - PRESIDENTE DA AHIMTB, IHTRGS E ACANDHIS



Natural de Canguçu-RS, onde nasceu em 19 de outubro de 1931. Comandou o 4º BE de Combate dirigiu o Arquivo Histórico do Exército e serviu no CMNE, EME, DEC, CMSE, AMAN e 1ª Região Militar.

Historiador Militar consagrado com mais de 88 títulos publicados (Plaquetas, álbuns e livros) e mais de 1000 artigos em periódicos civis e militares do Brasil e Estados Unidos, sobre História Militar e em especial a do Exército Brasileiro. Integra as principais instituições nacionais de História IHGB, IHGMB, e as academias de História de Portugal, da Espanha, Argentina e Paraguai e Instituto Histórico do Uruguai etc. Fundou em 1986 e preside o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e fundou as academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense, Itajubense e Itatiaense de História, orientou a fundação da Barramansense. Pertence aos institutos históricos do RS, SC, PR, MG, MT, RJ, PB, RN, CE e das

cidades de Petrópolis, São Luiz Gonzaga, São Leopoldo, Pelotas e Sorocaba, SP, etc. e do instituto de estudos Valeparaibanos. Fundou em 1º de março de 1996, em Resende, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) que tem como patrono o Duque de Caxias. Academia que em 23 abril de 2011 foi transformada em Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e tendo a ela filiadas as AHIMTB do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Resende, do Distrito Federal e as Delegacias que não foram transformadas em AHIMTB.

Foi instrutor de História Militar na AMAN 1978-80 onde, com apoio do Estado-Maior do Exército (EME) editou o manual **Como Estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro** que desde 1978 é usado na AMAN e ECEME, particularmente no tocante a metodologia de pesquisa histórica. Coordenou então a edição dos livros textos **História da Doutrina Militar** e **História Militar do Brasil** com apoio em recursos do EME e que por longos anos foram livros textos na Academia Militar das Agulhas Negras e atualmente à disposição na sede da FAHIMTB na AMAN. Coordenou o projeto, a construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, inaugurado em 19 de abril de 1971, ocasião em que foram lançadas suas obras **A Grande Festa dos Lanceiros** (relacionando o Parque Histórico Mal Osório, inaugurado, e o Parque Guararapes) e **As batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar**, sobre a qual se manjaram com elogios, por escrito, intelectuais brasileiros civis expressivos, Pedro Calmon, Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, José Américo de Almeida bem como os historiadores militares generais Aurélio Lyra Tavares, Antônio Souza Júnior, Carlos de Meira Mattos, coronel Ruas Santos entre outros. Trabalho no qual foram baseados a Maqueta e mapas explicativos das batalhas, constantes de Sala sob o Mirante Guararapes, inaugurada em 20 de abril de 1998. Então foi distinguido pelo Comando Militar do Nordeste para ali hastear no Parque Guararapes a bandeira nacional em homenagem a seu pioneirismo em 1971 na concretização da ideia do 1º Parque Histórico Nacional, e lançamento de seu livro sobre as batalhas que contribuiu a que a 1ª Batalha dos Guararapes, em 19 abril 1648, fosse considerada por ato presidencial o Dia do Exército, que ali despertou seu espírito, junto com o de nação brasileira.

Foi adjunto da Presidência da Comissão de História do Exército do EME que editou a **História do Exército Brasileiro** em 3 vo-

lumes, em 1972, cabendo-lhe, como historiador convidado abordar as guerras holandesas. Presidiu: Comissão que editou a **Revista do Exército**, comemorativa do bicentenário do Forte de Coimbra e a que resultou na escolha do Forte de Copacabana como Museu do Exército e sua consequente criação no final dos anos 80, e Comissão de História Militar de **A Defesa Nacional**, da qual foi conselheiro editorial por longo tempo.

Possui sete prêmios literários no Brasil e Estados Unidos: Pela BIBLIEx, 1º lugar com o **Exército e a Abolição e o Exército na Proclamação da República**. Pelo Rio Grande do Sul, **O Negro na sociedade do Rio Grande do Sul**, 1º lugar em Concurso Nacional e 1º lugar pela **Military Review com O Exército no desenvolvimento – o caso brasileiro** e 2º prêmio com **O Gaúcho fundador da Imprensa Brasileira**, pela Assembleia do Rio Grande do Sul e Associação Rio-Grandense de Imprensa e 2º lugar em concurso nacional com **Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul**. Foram destaque pela (ABERJ) suas obras **Quartéis-Generais das Forças Armadas do Brasil** e **A Guarnição Militar do Rio de Janeiro na Proclamação da República**. E foi premiado com a Monografia **A Produção de Estimadas** em concurso pela EsNI em 1976. Estes álbuns e mais **Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armada** e **A História do Brasil através de seus fortes** decoram paredes de comandos e tropas espalhados por todo o Brasil.

Coordenou o 13º Simpósio de História do Vale do Paraíba sobre **A Presença Militar no Vale do Paraíba** realizado de 3-5 de julho 1996 na Fundação Educacional D. Bosco, na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende e Centro Sargento Max Wolf em Itatiaia.

O Cel Bento se dedica a História Militar Terrestre do Brasil dentro do seguinte pensamento:

“Para alimentar o cérebro (comando) de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações que o da HISTÓRIA MILITAR.” (Marechal Foch).

Isto por considerar a História Militar como o Laboratório de Táticas e Estratégias a contribuir para o desenvolvimento doutrinário militar dos Exércitos.

Possui várias condecorações onde se destacam: Comen-

dador do Mérito Militar, Oficial do Mérito das Forças Armadas, Medalha Militar de Ouro com passador de platina, Pacificador, Ordem do Mérito Tamandaré e Medalhas de Honra da Inconfidência e Santos Dumont por Minas Gerais, etc.

Teve transcrito nos Anais da Assembleia de Goiás em 1972 artigo Um filho de Goiás, herói da Integridade e da Independência do Brasil (Marechal Joaquim Xavier Curado), e na Câmara Federal, trabalho O centenário de morte de Caxias, em 1980. E na Câmara de Recife trabalho sobre o Patrono da Artilharia Marechal Emílio Mallet, e nas câmaras de Resende e de Diamantina, respectivamente, seus discursos sobre o Conde de Resende no aniversário da cidade em 1992 e outro sobre 'O diamantinense que foi o cérebro da Revolução Farroupilha' na Assembleia de Minas.

Por indicação do Sr. Ministro do Exército e apoio logístico de assessoria parlamentar, participou de Simpósio na Câmara Federal comemorativo do Centenário de Canudos, tendo ali defendido a Força Terrestre de manipulações que a apresentavam ao Povo, injustamente, como a responsável pela Tragédia de Canudos, em idade uma responsabilidade da Sociedade da época. Idêntica postura transmitiu pela **Globo News** em que as falsas e manipuladas acusações vieram à tona e foram rebatidas sem contestação bem como em outras publicações. Foi Diretor Cultural do Clube Militar em seu centenário bem como de sua Revista, tendo colaborado e coordenado a Revista Comemorativa do Clube e enriquecido o seu museu com quadros históricos que promoveu em concurso e fez as legendas. Integrou a Comissão do Exército no Centenário da República e da Bandeira, tendo colaborado e coordenado **O Caderno da Comissão do Exército em 1989** pela BIBLIEx. E lançado o mesmo na ECEME e distribuído na AMAN.

Publicou: **A Participação da Marinha Mercante e das FFAA do Brasil na 2ª Guerra Mundial**, comemorativo aos 50 anos do Dia da Vitória e distribuído amplamente na AMAN. E a pedido das então CIAS-SUL, hoje EASA, elaborou pesquisa sobre os **68 sargentos mortos na FEB**, publicada em 2011, para emular os alunos das Escolas de Sargentos do Exército, lançada na EsSA no centenário de Mas Wolff. Possui várias distinções civis: Cidadão itajubense, Resendense e Itajubense. Comendador da Ordem J. Simões Lopes Neto pela Câmara de Pelotas. Orador oficial na Câmara de Resende no aniversário da cidade, quando resgatou a memória do Conde de Resende, em estudo esta se apoiou para

criar a Comenda Conde de Resende. Câmara que aprovou Moção Congratulatória por sua atuação de 1991-97 para o resgate e divulgação da História de Resende e Itatiaia. Foi orador, em 13 de abril, na cerimônia de inauguração, no Batalhão Escola de Engenharia em Santa Cruz, RJ, do memorial do Patrono da Arma de Engenharia o Ten Cel Villagran Cabrita. Conferencista Emérito da ECEME, EsAO, EsIE, EsSA e Instituto Militar de Engenharia.

Como diretor do Arquivo Histórico do Exército 1985-91, promoveu sessões comemorativas de centenários de generais brasileiros, resgatando expressivamente as memórias dos mesmos, bem como suas preciosas lições.

Produziu para o Sistema de Ensino a Distância, para preparação para a ECEME, os trabalhos **Lutas internas no período monárquico e a ação pacificadora do Duque de Caxias e Conflitos externo e lutas internas na consolidação da República 1889-97**.

Produziu, faz cerca de 8 anos, para a FHE-POUPEX, pesquisa original sobre **Os patronos das Forças Armadas** (Exército, Marinha e Aeronáutica) e que se destinariam a distribuição no seio da juventude militar brasileira, estudando em escolas das FFAA e potencialmente futuros associados à FHE-POUPEX. Lamenta o autor a falta de recursos para dar prosseguimento ao projeto que cobriria lacunas biográficas referentes a personalidades exemplares para a juventude militar, tão carente de obras sintéticas e ilustradas do gênero (e disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br).

É autor da obra inédita **Moedas de Honra**, que consolida a bibliografia sobre Ordens de Cavalaria vindas de Portugal até as atuais, honoríficas, a nível federal e condecorações militares, também disponível no site www.ahimtb.org.br.

Em 1972 foi autor do parecer solicitado ao EME pelo Ministro dos Transportes sobre o verdadeiro local da descoberta do Brasil, em Porto Seguro ou Cabrália, opinando sobre a descoberta em Cabrália, do que resultou a decisão governamental de estender a rodovia federal até lá, conforme consta da obra MAIA, Rocha. **Do Monte Pascoal a Cabrália**. Rio de Janeiro: MT, 1973, p.25-26.

Sua projeção atual na historiografia nacional e internacional resultou de seu desejo de escrever a História de Canguçu, seu berço natal sobre a qual produziu muitos trabalhos de História, dos quais incluiu dados no presente trabalho.

Desde 1994 desenvolveu o Projeto História do Exército na Região Sul com cerca de 20 obras. Sua penúltima publicação **2010**

- **200 anos da criação da Academia Real Militar a AMAN**, um retrospecto das escolas de formação de oficiais do Exército no Brasil desde 1972. Publicou em 1912 a obra **A Pesquisa em História Militar**, sua palestra no Encontro de Historiadores Militares. Publicação que possui versão expandida disponível em 'Artigos' no site www.ahimtb.org.br, na qual constam seus parceiros e os autores de prefácios posfácios, abas, editores, locais, datas e patrocinadores.

Publicou a obra "Memória de minhas atividades como historiador, em especial do Exército 1970-2009".

Endereço: Rua Florença, 266 – Jardim das Rosas, Itatiaia, RJ, CEP 27.580-000, fone xx-24-3354-2988. E-mail: bento1931@gmail.com - Sites onde divulga sua obra: www.ihtrgs.com.br e www.ahimtb.org.br.

DADOS DA FEDERAÇÃO DAS ACADEMIAS DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL

Foi fundada em Resende em 1º de março de 1996, como AHIMTB, data do aniversário do término da Guerra do Paraguai e do início do ensino militar na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. A Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) destina-se a desenvolver a História das Forças Terrestres do Brasil, Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares (Polícias e Bombeiros militares e outras forças que as antecederam desde o Descobrimento. A entidade, com sede e foro em Resende, mas de amplitude nacional, tem como patrono o Duque de Caxias e como patronos de cadeiras historiadores militares terrestres assinalados, por vezes também ilustres chefes militares, como os marechais José Bernardino Bormann, José Pessoa, Leitão de Carvalho, Mascarenhas de Moraes, Castelo Branco e generais Tasso Fragoso, Alfredo Souto Malan e Aurélio de Lyra Tavares. Foram consagrados em vida como patronos de cadeiras, em razão de notáveis serviços prestados à História Militar Terrestre do Brasil, os generais A. de Lyra Tavares (falecido), Jonas de Moraes Correia (falecido), Francisco de Paula Azevedo Pondé (falecido), Severino Sombra, o Almirante Hélio Leôncio Martins e os coronéis Francisco Ruas Santos, Jarbas Passarinho e Hélio Moro Mariante, este da Brigada Militar/RGS. Figuram como patronos os civis Barão do Rio Branco, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, Gustavo Barroso, Pedro Calmon e José Antonio Gonsalves de Melo, pelas contribuições assinaladas à História Militar Terrestre do

Brasil. A Federação, uma ONG, tem como 1º presidente de Honra o Comandante do Exército, 2º Presidente de Honra o Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa; 3º Presidente de Honra o Cmt da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e 4º o Cel Antônio Esteves, Presidente das Faculdades Dom Bosco. Entre os fatores da escolha de Resende, ressalta ser a AMAN a maior consumidora de assuntos de História Militar, que ministra curricularmente a seus cadetes nos 2º, 3º e 4º anos, através de sua cadeira de História Militar, o único núcleo contínuo e dinâmico de estudo e ensino de História Militar no Brasil.

A primeira posse como acadêmico foi a do Gen Carlos de Meira Mattos, na cadeira marechal J. B. Mascarenhas de Moraes. Aos dois muito se deve pela preservação da Memória da Força Expedicionária Brasileira. A segunda posse como acadêmico foi a do Gen Plínio Pitaluga e logo na 1ª oportunidade o Gen Ex Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, distinguindo assim chefes que combateram na FEB. A FAHIMTB participou de 23-25 de setembro 1997 de Seminário Comemorativo da Guerra de Canudos na Câmara Federal e em 25 de setembro, na Globo News, sobre o mesmo tema, defendendo a participação das Forças Terrestres no Trágico Episódio que, via de regra, vinha sendo deturpada, quando em realidade a responsabilidade moral e política foi da Sociedade Civil da época que ordenou a destruição de Canudos. A FAHIMTB possui como órgão de divulgação o jornal O GUARARAPES, já no seu nº 39 (último trimestre de 2003) que é dirigido a especialistas no assunto e a autoridades com responsabilidade de Estado pelo desenvolvimento deste assunto de importância estratégica por gerador da perspectiva e identidade históricas das Forças Terrestres do Brasil e, principalmente pelo desenvolvimento de suas doutrinas militares. Divulgação que potencializa através de sua Home page – <http://www.ahimtb.org.br>, a pioneira entre as entidades do gênero no Brasil, onde implantou vários livros e artigos, tais como o livro As batalhas dos Guararapes, relacionado com o Dia do Exército, e Caxias e a Unidade Nacional, relacionado com o Dia do Soldado. E irá procurar, de futuro, explorar mais este meio de comunicação.

A FAHIMTB desenvolve seu trabalho em duas dimensões: a 1ª, a clássica, como instrumento de aprendizagem em Arte Militar, com vistas ao melhor desempenho constitucional das Forças Terrestres, com apoio em suas experiências passadas, etc. A 2ª, com vistas a isolar os mecanismos geradores de confrontos bélicos ex-

ternos e internos para que, colocados à disposição das lideranças civis estas evitem futuros confrontos bélicos com todo o seu rosário de graves consequências para a Sociedade Civil Brasileira.

A FAHIMTB dá especial atenção à Juventude masculina e feminina que estuda nos sistemas de ensino das Forças Terrestres Brasileiras, com vistas a promover encontro dela com as velhas gerações e com as atuais, de historiadores militares terrestres e soldados terrestres e, além disso, tentar despertar no turbilhão da hora presente, no insondável 3º milênio, novas gerações de historiadores militares terrestres, especialidade hoje em vias de extinção por falta de apoio e, sobretudo, estímulo editorial. Constatar é obra de simples raciocínio e verificação! É assunto que merece, salvo melhor juízo, séria reflexão de parte de lideranças das Forças Terrestres com responsabilidade funcional de desenvolver a identidade e perspectiva históricas das mesmas e, além disso, as suas doutrinas militares expressivamente nacionalizadas, calcadas na criatividade de seus quadros e em suas experiências históricas bem sucedidas, o que se impõe a uma grande nação, potência, ou grande potência do 3º Milênio. No desempenho de sua proposta ela vem realizando sessões solenes junto à juventude militar terrestre brasileira, a par de posses de novos acadêmicos do Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Polícias e Bombeiros Militares, que vem mobilizando e integrando em sua cruzada cultural e centralizando subsídios em seu Centro de Informações de História Militar Terrestre do Brasil em Resende, junto à AMAN.

Complementarmente procura a Academia apontar aos jovens, seu público alvo, os homens e instituições que lutam patrioticamente, a maioria das vezes sem nenhum apoio, para manter acesas e vivas as chamas dos estudos de História do Brasil e seus desdobramentos, com o apoio na análise racional e não passional de fontes históricas, integras, autênticas e fidedignas, que com grandes esforços garimpam, ao invés das manipulações históricas predominantes entre nós, fruto das mais variadas paixões, fantasias e interesses, o que Rui Barbosa já denunciava em seu tempo. Confirmar é obra de simples verificação e raciocínio. E se os jovens disto se convencerem e exercerem o seu espírito crítico será meia batalha ganha.

A Academia vem atuando em escala nacional com representantes em todo o Brasil em suas várias categorias. Este é em síntese o perfil da Federação de Academias de História Militar

Terrestre do Brasil que pretende ser um fórum cultural para o debate de assuntos históricos de natureza doutrinária e em especial para militares da Reserva das Forças Terrestres do Brasil. Seu sucesso continuado depende do empenho, solidariedade e vontade cultural de seus membros e da sensibilidade das lideranças de nossas Forças Terrestres em apoiar e estimular a iniciativa de grande benefício e insignificante custo para as mesmas a serviço do objetivo atual no 1º do Exército.

“Pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a memória histórica, as tradições e os valores morais culturais e históricos do Exército Brasileiro.”

DADOS SOBRE O IHTRGS

O Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul(IHTRGS) foi por nós fundado, em Pelotas, em 10 de setembro de 1986, ano do Sesquicentenário da Batalha do Seival, vencida ao comando de Antônio Netto por sua Legião Liberal, integrada por forças do município de Piratini e de seus distritos Canguçu, Cerrito e Bagé até o Piraí. Vitória que criou as condições para a fundação da República Rio-Grandense, o ponto de partida que culminou com a proclamação da República em 15 de Novembro de 1889. Este ano o IHTRGS completou 27 anos de fundação e destinado a memorar fatos e vultos da história do Rio Grande do Sul e a rica e movimentada História do Brasil, que teve o Rio Grande do Sul por cenário. Possui em seus quadros historiadores e tradicionalistas gaúchos de renome. Nos assuntos de História Militar no RS o IHTRGS vem trabalhando em conjunto com a FAHIMTB. Possui uma Delegacia para todo o estado, instalada no Colégio Militar de Porto Alegre sob a direção de seu 1º vice Presidente Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e editava o Informativo **O Gaúcho**, disponível no site do IHTRGS www.ihtrgs.com.br. E com o índice do conteúdo de cada número, atualizado pela presidência e com expressivos ítems de História Militar e outros temas de relevância inegável para a história e tradições dos gaúchos e do Exército no Sul. Sua sede está localizada em Resende, RJ endereço do seu presidente.

O IHTRGS é um movimento cultural gaúcho destinado a integrar no movimento historiadores, tradicionalistas e folcloristas gaúchos isolados pelo Rio Grande afora, e com eles estreitar laços de amizade e culturais E inicialmente deslocava-se até os locais cenários de fatos históricos para comemorá-los.

Assim, em Pelotas ocorreu o encontro de fundação na Escola Técnica Federal com apoio do Comando da 8ª Bda Inf Mtz. Em 8 de abril de 1987 ocorreu o Encontro de Caçapava do Sul, no Clube União Caçapavano.

Em 13 de setembro de 1987 ocorreu mais um encontro em Pelotas na sede da União Gaúcha Simões Lopes Neto. Encontro que se estendeu a Porto Alegre, no CPOR/PA, com conferência do presidente sobre os *Sítios Farrapos de Porto Alegre* sob a coordenação do sócio Gen Div Jonas Corrêa Neto, no comando da 6ª DE.

Em 30 de abril de 1988 ocorreu o encontro de Rio Pardo, comemorativo do sesquicentenário da maior vitória farrapa - o combate do Rio Pardo, quando foi lançada plaqueta alusiva a este combate. Encontro ocorrido no *Clube Literário Recreativo de Rio Pardo*.

Em 10 de setembro de 1988 ocorreu o encontro de Canguçu, na *Casa de Cultura*, tendo como tema o combate de Cerro Alegre de 20 de setembro de 1932 que encerrou o ciclo revolucionário gaúcho iniciado exatos 97 anos. E foi lançada plaqueta alusiva a este combate e preparatória à fundação 3 dias após, da *Academia Canguçuense de História*. O Instituto se fez presente rio sesquicentenário da República Rio Grandense em Piratini, em 6 de novembro de 1986 e que mereceu do *Diário Popular* comemoração condigna do fato histórico.

Em 10 de julho de 1989 ocorreu o encontro de São Borja, no *Teatro do Regimento João Manoel*. Tendo como tema central a comemoração da resistência a invasão paraguaia em 1865. Coordenaram o evento os sócios efetivos, então empossados, Sérgio Roberto Dentino Morgado e Aparício Silva Rillo (falecido). Houve visita às ruínas de São Miguel.

Em 15 de setembro de 1990 e 28 de setembro de 1991, ocorreram os encontros de São Gabriel, na *Associação Alcides Maya*, sob a coordenação do sócio Osório Santana Figueiredo, um dos esteios do IHTRGS em seus primeiros tempos.

Em 14 de setembro de 1992 ocorreu o encontro de Lavras do Sul, no *Plenarinho da Casa de Cultura* José Neri da Silveira, sob a coordenação do sócio Edilberto Teixeira (já falecido).

Em 25 de setembro de 1993 ocorreu o encontro de Santana do Livramento, de caráter internacional e marcadamente histórico e tradicionalista, na Associação *Comercial e Industrial*, ocasião em que foi lançado o livro *O Exército Farrapo e seus chefes* editado pela BIBLIEx e de autoria de seu presidente.

Em 7 de abril de 1995 ocorreu o encontro do Rio de Janeiro, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que reuniu diversos e ilustres gaúchos e gaúchas residindo no Rio de Janeiro e também sócios da quase sesquicentenária Sociedade Sul Riograndense ali existente.

Nestes 27 anos de resistência cultural, muitos dos soldados do IHTRGS faleceram, outros foram atingidos por problemas de idade e outras limitações para uma presença mais efetiva em suas atividades. A renovação de novos nomes foi pouca, de igual forma que nas demais entidades brasileiras do gênero, parecendo que as novas gerações são avessas a estudos históricos ou pelo menos à produção e à divulgação históricas o que nos parece lamentável. E no caso do Rio Grande do Sul como ficará breve a sua perspectiva e a identidade históricas na cabeça das novas gerações gaúchas? Aqui por oportuno registre-se o apoio que o IHTRGS teve de parte do jornal Diário Popular de Pelotas, do Plateia de Santana, dos mensários Letras em Marcha e Ombro a Ombro e do Tradição, editado pelo sócio efetivo Edson Otto falecido e como órgão de divulgação oficial do IHTRGS, MTG e da CBTG. Hoje o IHTRGS divulga seus trabalhos através do seu Informativo O Tuiuti, junto com trabalhos da AHIMTB/RS. O IHTRGS participou intensamente, em parceria com a FAHIMTB da produção de obras do Projeto concluído a História do Exército na Região Sul e vem participando de obras em parceria com a FAHIMTB.